

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**GUERRA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO NA REP.  
DEMOCRÁTICA DO CONGO:**  
**A DEFINIÇÃO MILITAR DO CONFLITO COMO PRÉ-CONDIÇÃO PARA A PAZ**

**IGOR CASTELLANO DA SILVA**

**Porto Alegre, RS**

**2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**GUERRA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO NA REP.  
DEMOCRÁTICA DO CONGO:  
A DEFINIÇÃO MILITAR DO CONFLITO COMO PRÉ-CONDIÇÃO PARA A PAZ**

**IGOR CASTELLANO DA SILVA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como quesito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Marco A. C. Cepik

**Porto Alegre, RS**

**Março de 2011**

## CIP - Catalogação na Publicação

Castellano da Silva, Igor  
Guerra e Construção do Estado na Rep. Democrática  
do Congo: A definição militar do conflito como pré-  
condição para a paz / Igor Castellano da Silva. --  
2011.  
178 f.

Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,  
Porto Alegre, BR-RS, 2011.

1. Guerra. 2. Estado. 3. Exército Nacional. 4.  
África Subsaariana. 5. República Democrática do  
Congo. I. Cepik, Marco Aurélio Chaves, orient. II.  
Titulo.

IGOR CASTELLANO DA SILVA

**GUERRA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO NA REP.  
DEMOCRÁTICA DO CONGO:**

**A DEFINIÇÃO MILITAR DO CONFLITO COMO PRÉ-CONDIÇÃO PARA A PAZ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como quesito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

A Banca Examinadora considerou a dissertação:

APROVADA

Formaram parte da Banca:

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik  
(Orientador)

Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Visentini  
(Examinador)

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser  
(Examinador)

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins  
(Examinador)

Porto Alegre, 23 de março de 2011



Programa de Pós Graduação em  
**Ciência Política**



ATA 05/2011

Aos vinte três dias do mês de março de 2011, às 9 horas e 30 min, na sala do pesquisador do ILEA, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, reuniu-se a Banca Examinadora constituída pelos Professores Marco Aurélio Chaves Cepik (orientador), Paulo Fagundes Visentini, José Miguel Quedi Martins e Reginaldo Nasser para examinar a defesa da Dissertação de Mestrado do aluno Igor Castellano da Silva, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sobre o tema intitulado **“Guerra e construção do Estado na Republica Democrática do Congo: a definição militar do conflito como pré condição para a paz”**. O candidato realizou uma exposição oral de trinta minutos e, após, foi argüido pelos professores da banca. Concluída a argüição, os membros da Banca Examinadora atribuíram as seguintes avaliações ao candidato: Prof. Paulo Fagundes Visentini, Aprovado; Prof. José Miguel Quedi Martins, APROVADO e Prof. Reginaldo Nasser, APROVADO, obtendo a avaliação final APROVADO, tendo obtido o título de Mestre em Ciência Política.

Porto Alegre, 23 de março de 2011

**Prof. Marco Aurélio Chaves Cepik**  
 Orientador  
 PPGCPOL/UFRGS

**Prof. José Miguel Quedi Martins**  
 Departamento História / FAPA

**Prof. Reginaldo Nasser**  
 PPG San Tiago Dantas / PUC-SP

**Prof. Paulo Fagundes Visentini**  
 PPGCPOL/UFRGS

*à minha família pelo eterno apoio e pela  
compreensão de que, nos momentos de ausência,  
os levava em mente e coração*

*à minha mãe Carla Suzana Peres Castellano,  
pelo exemplo de força e coragem em toda a sua  
vida dedicada aos filhos*

*ao meu pai Luiz Salcedo G. da Silva, por ser  
minha referência de ética, paciência e  
perseverança*

*à minha irmã Alice Castellano da Silva, pela  
amizade, carinho e compreensão de todas as  
horas*

*à minha amada Gabriela Schneider, pelo suporte  
incondicional e pela coragem de ter aceitado  
construir sua história ao meu lado*

*a meus amigos e irmãos de fé, especialmente ao  
Mestre Yarataman, pelos ensinamento dessa e de  
outras vidas*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em especial, a meu orientador prof. Dr. Marco Cepik pela a confiança depositada em meu trabalho e pelos preciosos ensinamentos durante o mestrado. Ao prof. Dr. José Miguel Quedi Martins pela dedicação e amizade, e por nunca desistir de apontar o caminho da autonomia intelectual aos seus discípulos. Ao prof. Luis Dario Ribeiro pelos calorosos debates e por me incentivar no estudo de um tema de veras marginalizado. Ao prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini por me introduzir ao tema da África e contribuir com seu valioso conhecimento.

Sou imensamente grato aos colegas do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia e da eterna Brigada de Articulistas pelo auxílio no desenvolvimento da pesquisa, entre eles: Fernando Dall'Onder Sebben, Eduardo Urbanski Bueno, Fabrício Avila, Lucas Kerr de Oliveira, Nilo Piana de Castro e Thiago Borne Ferreira. Agradeço igualmente aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação de Ciência Política da UFRGS – principalmente aos “africanos” Luiza Schneider e Mamadou Alpha Diallo.

Presto também minha gratidão à União Federal que, através da CAPES, me concedeu a bolsa de estudos sem a qual essa pesquisa não teria sido possível.

*A porta da verdade estava aberta, mas só deixava passar  
meia pessoa de cada vez.*

*Assim não era possível atingir toda a verdade,  
porque a meia pessoa que entrava  
só trazia o perfil de meia verdade.  
E a segunda metade  
voltava igualmente com meio perfil  
E os meios perfis não coincidiam.*

*Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.  
Chegaram ao lugar luminoso  
onde a verdade esplendia seus fogos.  
Era dividida em metades  
diferentes uma da outra.*

*Chegou-se a discutir qual a metade mais bela  
Nenhuma das duas era totalmente bela.  
E carecia optar. Cada um optou conforme  
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.*

(Carlos Drummond de Andrade, *Verdade*, in *Corpo- novos poemas*)



## RESUMO

A República Democrática do Congo tem sofrido, no período pós-Guerra Fria, os momentos mais trágicos de sua história. O país foi palco da Primeira Guerra do Congo e da Segunda Guerra do Congo – esta também chamada de "Guerra Mundial Africana", por ser o conflito armado que mais matou desde a Segunda Guerra Mundial (3,8 milhões de pessoas). Contudo, mesmo após o fim formal das conflagrações em 2003, o país vive um "estado de violência", no qual mais de 1,6 milhão de pessoas morreram e outras centenas de milhares estão deslocadas internamente, refugiadas ou têm sido vítimas de violência sexual. Destarte, a pergunta que a pesquisa procura responder é “por que, mesmo após a paz formal, o estado de violência permanece na República Democrática do Congo (RDC)?” O argumento aqui sugerido é que a guerra continua na RDC, pois não houve a definição militar do conflito, primeiro passo no processo de construção do Estado. Há a permanência de grupos armados que atuam contra as populações civis e o governo central, e em locais onde o aparelho coercitivo do Estado é ineficiente ou mesmo inexistente. Esta realidade se relaciona com o processo histórico de construção do Estado do Congo, bem como com a forma de resolução da Guerra Mundial Africana mediante mecanismos de paz negociada, ou *power-sharing*. O primeiro capítulo do trabalho trata de problemas teórico-conceituais sobre a relação entre guerra e Estado na África Subsaariana e no Congo. Os capítulos subseqüentes tratam sobre a relação entre guerra e construção do Estado no Congo pós-independência, estudando três guerras principais ocorridas no país e as suas relações com o processo de construção do Estado. A pesquisa sugere que a adoção de uma Reforma do Setor de Segurança voltada à construção do exército nacional pode trazer os benefícios da definição militar do conflito para os mecanismos de paz negociada. Como contribuição adicional o exército nacional pode gerar meios não-militares de definir o conflito, incentivando a formação da burocracia e da economia nacionais.

**Palavras-chave:** República Democrática do Congo, Guerra, Estado, África Subsaariana, Exército Nacional.

## ABSTRACT

The Democratic Republic of Congo has suffered, in the post-Cold War era, the most tragic moments in its history. The country was the place of the First Congo War and Second Congo War – this one also called "African World War" because it is the armed conflict that killed more since the Second World War (3.8 million people). However, even after the formal end of the conflagrations in 2003, the country is experiencing a "state violence", in which more than 1.6 million people died and hundreds of thousands are internally displaced, refugees or have been victims of sexual violence. Thus, the question that the research seeks to answer is "why, even after the formal peace, the state of violence remains in the Democratic Republic of Congo (DRC)?" The argument suggested here is that the war continues in the DRC, since there was the definition of military conflict, the first step in the process of nation building. There is the persistence of armed groups against civilians and the central government, and in places where the coercive apparatus of the state is inefficient or nonexistent. This reality relates to the historical process of state building of the Congo, as well as the resolution of the African World War through mechanisms of negotiated peace, or *power-sharing*. The first chapter of this dissertation deals with theoretical and conceptual issues about the relationship between war and state in sub-Saharan Africa and the Congo. Subsequent chapters deal with the relationship between war and state building in post-independence Congo, studying three major wars occurred in the country and its relations with the process of state-building. The research suggests that the adoption of a Security Sector Reform focused on building the national army can bring the benefits of military conflict resolution mechanisms for negotiated peace. As an additional contribution, the national army can generate non-military means of defining the conflict, encouraging the formation of the bureaucracy and the national economy.

**Key-Words:** Democratic Republic of Congo, War, State, sub-Saharan Africa, National Army.

## SUMÁRIO

<b>Lista de Quadros .....</b>	<b>12</b>
<b>Lista de Figuras .....</b>	<b>13</b>
<b>Lista de Abreviaturas e Siglas.....</b>	<b>14</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1 - Guerra e Estado na África Subsaariana e na RDC .....</b>	<b>26</b>
1.1 Introdução ao Capítulo 1 .....	26
1.2 A Relação entre a Guerra e o Estado na África Subsaariana: um estudo preliminar .....	27
1.3 Guerra e Estado na RDC e o Conceito de Estado Falido .....	46
1.4 Power-Sharing e Definição Militar do Conflito .....	54
1.5 Como Conclusão: Exército Nacional como intermediário entre o Power-Sharing a Definição Militar .....	59
<b>CAPÍTULO 2 – A Crise do Congo e o Estado em Mobutu .....</b>	<b>65</b>
2.1 Introdução ao Capítulo 2 .....	65
2.2 A Crise do Congo (1960-1965) .....	66
2.3 O Estado em Mobutu (1965-1997).....	75
2.4 Conclusão do Capítulo 2.....	95
<b>CAPÍTULO 3 – A Primeira Guerra do Congo e o Estado em Laurent Kabila .....</b>	<b>97</b>
3.1 Introdução ao Capítulo 3 .....	97
3.2 A Primeira Guerra do Congo (1996-1997) .....	97
3.3 O Estado em Laurent Kabila (1997-2001) .....	105
3.4 Conclusão do Capítulo 3.....	110
<b>CAPÍTULO 4 – A Segunda Guerra do Congo e o Estado em Joseph Kabila .....</b>	<b>112</b>
4.1 Introdução ao Capítulo 4 .....	112
4.2 A Segunda Guerra do Congo (1998-2003) .....	113
4.3 O Estado em Joseph Kabila (2003-....) .....	127
4.4 RSS na RDC: A peça chave para a Definição Militar do Conflito .....	150
4.5 Conclusão do Capítulo 4 .....	156
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>158</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>163</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>165</b>

## Lista de Quadros

Quadro 1 - Principais Recursos Naturais da RDC .....	17
Quadro 2 - RDC: Índices problemáticos.....	18
Quadro 3 - Principais Guerras na África Subsaariana no pós-II Guerra Mundial (acima de mil mortos) ..	32
Quadro 4 - Principais Conflagrações no Congo pós-Independência e o Estado de Violência.....	47
Quadro 5 - Características Principais das Guerras da RDC pós-Independência .....	48
Quadro 6 - Esferas do Estado na RDC: Períodos pós-conflitos .....	48
Quadro 7 - Contingente Militar na Segunda Guerra do Congo: Forças nacionais .....	118
Quadro 8 - Contingente Militar na Segunda Guerra do Congo: Principais grupos <i>proxy</i> .....	118
Quadro 9 - Interesses Externos e Internos na Segunda Guerra do Congo .....	120
Quadro 10 - Segunda Guerra do Congo: Cronologia das tratativas de paz (2001-2002) .....	126
Quadro 11 - Infraestrutura da RDC: Principais gargalos rodoviários .....	143
Quadro 12 - Infraestrutura da RDC: Principais gargalos ferroviários.....	144
Quadro 13 - Índices de Direitos Fundamentais: RDC, África Subsaariana e América Latina (2009).....	148

## Lista de Figuras

Figura 1 - Mortalidade das Guerras Africanas (milhões de mortos, 1945-2010).....	33
Figura 2 – Cartograma: Pobreza crônica de populações (tamanho) e de países (cor) .....	38
Figura 3 - Congo: Exportação de minérios, 1965-1968.....	83
Figura 4 - Ajuda Bilateral Líquida dos Doadores do CAD ao Congo, 1965-1997 (8 principais em 1990, USD correntes) .....	85
Figura 5 - Ajuda Externa a Mobutu, 1965-1997.....	86
Figura 6 - Ajuda Bilateral a Mobutu, 1960-1997.....	86
Figura 7 - PIB do Congo, 1960-1997 (bilhões de US\$ correntes) .....	92
Figura 8 - PIB Per Capita do Congo, 1960-1997 (US\$ correntes).....	92
Figura 9 – Organograma Proxy: As principais forças combatentes na Segunda Guerra do Congo.....	117
Figura 10 - Ruanda: Produção mineral, 1995-2000.....	123
Figura 11 - Uganda: Produção e exportação de ouro, 1994-2000.....	124
Figura 12 - Uganda: Exportação de diamante bruto, 1997-2000 .....	124
Figura 13 - Uganda: Exportação de nióbio, 1995-1999.....	124
Figura 14 - Gasto Militar dos Principais Beligerantes das Guerras do Congo, 1996-2009.....	135
Figura 15 - RDC: Participação das taxas no PIB nacional, 1990-2002.....	138
Figura 16 - RDC e Afr. Subsaar.: Participação das taxas no PIB nacional, 1990-2002 .....	138
Figura 17 - África: Receitas provenientes de taxas, Per Capita, 2008 (USD).....	139
Figura 18 - Ajuda Externa para o Congo, 1965-2007.....	141
Figura 19 - Planta Viária da RDC (2006).....	143
Figura 20 - Planta Energética da RDC .....	146

## Lista de Abreviaturas e Siglas

<b>ABAKO</b>	Associação de Bakongo
<b>ADF</b>	<i>Allied Democratic Forces</i> (Forças Democráticas Aliadas)
<b>AfDB</b>	<i>African Development Bank</i> (Banco Africano de Desenvolvimento)
<b>AFDL</b>	<i>Aliance de Forces Democratiques pour la Libération du Congo-Zaire</i> (Aliança de Forças Democráticas pela Libertação do Congo-Zaire)
<b>AICD</b>	<i>Africa Infrastructure Country Diagnostic</i>
<b>ALiR</b>	<i>Armée de Libération du Rwanda</i> (Exército de Libertação de Ruanda)
<b>AMFI</b>	<i>American Mineral Fields</i>
<b>ANC</b>	<i>Armée Nationale Congolaise</i> (Exército Nacional Congolês)
<b>APR</b>	<i>Armée Patriotique Rwandaise</i> (Exército Patriótico Ruandês)
<b>BCDI</b>	<i>Banque de commerce, du développement et d'industrie</i>
<b>CAD</b>	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE
<b>CCCI</b>	<i>Compagnie du Congo pour le commerce et l'industrie</i>
<b>CIRGL</b>	<i>Conférence internationale sur la Région des Grands Lacs</i>
<b>CNDD</b>	<i>Conseil National pour la Défense de la Démocratie</i> (Conselho Nacional pela Defesa da Democracia)
<b>CNDP</b>	<i>Congrès National pour la Défense du Peuple</i> (Congresso Nacional pela defesa do Povo)
<b>CNL</b>	<i>Conseil National de Libération</i> (Conselho Nacional de Libertação)
<b>CNS</b>	<i>Conseil National de Sécurité</i> (Conselho Nacional de Segurança)
<b>CNS</b>	<i>Conférence Nationale Souveraine</i> (Conferência Nacional Soberana)
<b>CSE</b>	<i>Conseil de Sécurité de l'Etat</i> (Conselho de Segurança do Estado)
<b>COMIEX</b>	<i>Générale de commerce d'import/export du Congo</i>
<b>CONAKAT</b>	<i>Confédération des Associations du Katanga</i>
<b>CPI</b>	Corte Penal Internacional
<b>CSK</b>	<i>Comité spécial du Katanga</i>
<b>CSNU</b>	Conselho de Segurança das Nações Unidas
<b>CVR</b>	<i>Corps des Volontaires de la République</i> (Corpo de Voluntários da República)
<b>DDR</b>	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
<b>DDRRR</b>	Desarmamento, a Desmobilização, o Repatriamento, o Reassentamento e a Reintegração
<b>DfID</b>	<i>United Kingdom Department For International Development</i> (Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido)
<b>DIC</b>	Diálogo Intercongolês
<b>DSP</b>	<i>Division Spéciale Présidentielle</i> (Divisão Especial Presidencial)
<b>ECOMOG</b>	<i>Economic Community Monitoring Group</i> (Grupo de Monitoramento de Cessar-Fogo da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental)
<b>ECOWAS</b>	<i>Economic Community Of West African States</i> (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental - CEDEAO)
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>EUPOL</b>	Missão Europeia de Polícia na República Democrática do Congo
<b>ex-FAR</b>	ex-membros das Forças Armadas de Ruanda
<b>FAA</b>	Forças Armadas Angolanas
<b>FAB</b>	<i>Forces Armées Burundaises</i> (Forças Armadas de Burundi)
<b>FAC</b>	<i>Forces Armees Congolaises</i> (Forças Armadas do Congo)
<b>FANT</b>	<i>Forces Armées Nationales Tchadiennes</i> (Forças Armadas Nacionais do Chade)

<b>FAPC</b>	<i>Forces Armées du Peuple Congolais</i> (Forças Armadas do Povo Congolês)
<b>FARDC</b>	<i>Forces Armées de la République Démocratique du Congo</i> (Forças Armadas da República Democrática do Congo)
<b>FAZ</b>	<i>Forces Armées Zairoises</i> (Forças Armadas do Zaire)
<b>FDD</b>	<i>Forces pour la Défense de la Démocratie</i> (Forças pela Defesa da Democracia)
<b>FDLR</b>	<i>Forces Democratiques de Liberation du Rwanda</i> (Forças Democráticas de Libertação de Ruanda)
<b>FFP</b>	<i>Fund for Peace</i>
<b>FIPI</b>	<i>Front d'Integration pour la Pacification de l'Ituri</i> (Frente de Integração pela Pacificação de Ituri)
<b>FNI</b>	<i>Front des Nationalistes et Intégrationnistes</i> (Frente dos Nacionalistas Integracionistas)
<b>FNLA</b>	Frente Nacional de Libertação de Angola
<b>FNLC</b>	<i>Front National pour la Libération du Congo</i> (Frente Nacional de Libertação do Congo)
<b>FPDC</b>	<i>Force Populaire pour la Démocratie du Congo</i> (Força Popular pela Democracia do Congo)
<b>FPR</b>	<i>Front Patriotique Rwandais</i> (Frente Patriótica Ruandês)
<b>FRD</b>	<i>Forces Rwandaises de Défense</i> (Forças de Defesa de Ruanda)
<b>FRELIMO</b>	Frente de Libertação de Moçambique
<b>GB</b>	Grã-Bretanha
<b>GC</b>	<i>Garde Civile</i> (Guarda Civil)
<b>Gécamines</b>	<i>Générale des Carrières et des Mines</i>
<b>GN</b>	<i>Gendarmerie Nationale</i>
<b>GSSP</b>	<i>Groupe Spécial de Sécurité Présidentielle</i> (Grupo Especial de Segurança Presidencial)
<b>HRW</b>	<i>Human Rights Watch</i>
<b>ICG</b>	<i>International Crisis Group</i>
<b>IFIs</b>	Instituições Financeiras Internacionais
<b>IISS</b>	<i>International Institute for Strategic Studies</i>
<b>ISS</b>	<i>Institute for Security Studies</i>
<b>LRA</b>	<i>Lord's Resistance Army</i> (Exército de Resistência do Senhor)
<b>MIBA</b>	<i>Société minière de Bakwanga</i>
<b>MLC</b>	<i>Movement pour la Libération du Congo</i> (Movimento pela Libertação do Congo)
<b>MNC</b>	<i>Mouvement National Congolais</i> (Movimento Nacional Congolês)
<b>MONUC</b>	Missão da ONU no Congo
<b>MONUSCO</b>	Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo
<b>MPLA</b>	Movimento Popular de Libertação de Angola
<b>MPR</b>	<i>Mouvement Populaire de la Révolution</i> (Movimento Popular da Revolução)
<b>NDF</b>	<i>Namibia Defence Force</i> (Força de Defesa da Namíbia)
<b>OCDE</b>	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico ( <i>Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD</i> )
<b>OKIMO</b>	<i>Office des Mines d'Or de Kilo-Moto</i>
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>ONUC</b>	Operação das Nações Unidas no Congo
<b>OSLEG</b>	<i>Operation Sovereign Legitimacy</i>
<b>OUA</b>	Organização da Unidade Africana
<b>PNC</b>	<i>Police Nationale Congolaise</i> (Polícia Nacional Congolesa)

<b>PUSIC</b>	<i>Parti pour l'Unité et la Sauvegarde de l'Intégrité du Congo</i> (Partido pela União e Salvaguarda da Integridade do Congo)
<b>RCA</b>	República Centro Africana
<b>RCD</b>	<i>Rassemblement Congolais pour la Democratie</i> (Coligação Congoleza para a Democracia)
<b>RCD-G</b>	<i>Rassemblement Congolais pour la Democratie- Goma</i>
<b>RCD-K/ML</b>	<i>Rassemblement Congolais pour la Démocratie – Kisangani/Mouvement de Libération</i>
<b>RCD-N</b>	<i>Rassemblement Congolais pour la Démocratie- National</i>
<b>RDC</b>	<i>République Démocratique du Congo</i> (República Democrática do Congo)
<b>RDR</b>	<i>Rassemblement Démocratique pour le Rwanda</i> (Coligação Democrática para Ruanda)
<b>RENAMO</b>	Resistência Nacional Moçambicana
<b>RSS</b>	Reforma do Setor de Segurança (Security Sector Reform – SSR)
<b>SADC</b>	<i>Southern African Development Community</i> (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)
<b>SARM</b>	<i>Service d'Action et de Renseignements Militaire</i> (Serviço de Ação e Inteligência Militar)
<b>SGB</b>	<i>Société générale de Belgique</i>
<b>SIBEKA</b>	<i>Sibeka Societe d'Entreprise et d'Investissements S.A</i>
<b>SNEL</b>	<i>Société Nationale d'Électricité</i>
<b>SNIP</b>	<i>Service Nationale d'Intelligence e Protection</i> (Serviço Nacional de Inteligência e Proteção)
<b>SOZACOM</b>	<i>Société Zaïroise de Commercialisation des Minerais</i>
<b>SPLA</b>	<i>Sudanese People's Liberation Army</i> (Exército Popular de Libertação do Sudão)
<b>TCL</b>	<i>Tanganyika Concessions Limited</i>
<b>UCOL-Katanga</b>	<i>Union pour la Colonisation du Katanga</i> (União pela Colonização de Katanga)
<b>UMHK</b>	<i>Union Minière du Haut-Katanga</i>
<b>UNAMSIL</b>	<i>United Nations Mission in Sierra Leone</i> (Missão das Nações Unidas em Serra Leoa)
<b>UNHCR</b>	United Nations High Commissioner for Refugees (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR)
<b>UNITA</b>	União Nacional para a Independência Total de Angola
<b>UNOSOM</b>	<i>United Nations Operation in Somalia</i> (Operação das Nações Unidas na Somália)
<b>UPC</b>	<i>Union des Patriotes Congolais</i> (União de Patriotas Congolezes)
<b>UPDF</b>	<i>Ugandan People's Defence Force</i> (Força de Defesa Popular de Uganda)
<b>URSS</b>	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
<b>WB</b>	<i>World Bank</i> (Banco Mundial)
<b>WNBF</b>	<i>West Nile Bank Front</i>
<b>ZANU</b>	<i>Zimbabwe African National Union</i> (União Nacional Africana do Zimbábue)
<b>ZANU-PF</b>	<i>Zimbabwe African National Union - Patriotic Front</i> (União Nacional Africana do Zimbábue - Frente Patriótica)
<b>ZAPU</b>	<i>Zimbabwe African People's Union</i> (União do Povo Africano do Zimbábue)
<b>ZNA</b>	<i>Zimbabwe National Army</i> (Exército Nacional do Zimbábue)
<b>ZNDF</b>	<i>Zimbabwe National Defence Forces</i> (Forças Nacionais de Defesa do Zimbábue)



## INTRODUÇÃO

Esta introdução se divide em cinco partes. A primeira oferece uma breve apresentação da República Democrática do Congo (RDC), no que diz respeito a dados sobre população, território e recursos. A segunda apresenta o problema da pesquisa e a hipótese de trabalho. Em seguida (terceira parte) trata-se sumariamente das duas guerras do Congo e do atual Estado de Violência, relacionando-os com o problema da pesquisa e as suas principais categorias teóricas e analíticas. Elas são: (i) a burocracia em Hegel e Weber; (ii) o papel do exército permanente na construção do Estado (Nisbet, Giddens e Tilly); (iii) a distinção entre o *power sharing* “hard” e “soft” e os impasses do processo de paz; e (iv) a agenda da Reforma do Setor de Segurança, âmbito da situação atual congoleza. Na quarta parte desta introdução faz-se uma breve exposição das opções metodológicas que conduziram à formação da análise diádica que conforma os capítulos 2 a 4. Por fim, a quinta parte antecipa a conclusão do trabalho, referindo às mudanças no âmbito do sistema internacional (SI) contemporâneo que potencialmente alteram a margem de liberdade que a RDC tem tido até então. Isto ocorre mediante transformações na polaridade (multipolaridade) e à ascensão da Cooperação Técnica Internacional entre os países emergentes.

### A República Democrática do Congo (RDC)

O Congo<sup>1</sup> se situa no coração do continente africano (África Central), é o segundo maior país da África Subsaariana (atrás apenas do Sudão), possui 66 milhões de habitantes, faz fronteira com nove países, detém acesso ao Oceano Atlântico a oeste e é rico em recursos naturais, como ilustra o quadro abaixo (vide também anexos 1 e 2):

Quadro 1 - Principais Recursos Naturais da RDC					
Tipo de Recurso	Recurso	Principais Aplicações	Reservas (comp. com Mundo)	Localização Principal	Auge da Participação na Economia
Recursos históricos	Ouro	Jóias, reserva de valor, motores aviação, cobertura satélites	Quase inexploradas	Maniema, Haut-Uele e Ituri	-
	Diamante	Jóias, polimento de aço	80%	Kasai, Lulua, Tshopo e Bas-Uele	1990-...
Recursos atuais	Cobalto	Superligas metálicas, catálise do petróleo, eletrodos de baterias elétricas, fonte de radiação	49%	Haut-Katanga	1950-....
	Urânio	Energia nuclear	Maior depósito mundial de uranita	Kinshasa e Congo Central	1940-1950
	Cobre	Fios elétricos, circuitos impressos (equip. eletrônicos), ligas metálicas	10%	Haut-Katanga	1920-1990
	Petróleo	Geração de energia, polímeros	Pouco expressivas	Litoral e Ituri	-
	Água	Geração de energia	2º maior rio: 400 terawatts hora/ano de energia	Bas-Congo e Katanga	-

<sup>1</sup> Trata-se do Congo-Belga, depois Congo-Leopoldville, Zaire, e, finalmente, República Democrática do Congo.

<b>Recursos era digital</b>	<b>Coltão</b>	Aparelhos eletrônicos, chips de computadores, ind. espacial	80%	Nord-Kivu, Sud-Kivu, Maniema e Tshopo	1990-...
	<b>Cassiterita</b>	Extração de estanho	Não contabilizadas	Nord-Kivu, Sud-Kivu, Maniema e Tshopo	1990-...

**Fontes:** YAGER, 2008; MINES, 2006; HAYES & BURGE, 2003; GÜELL, 2008; COAKLEY, 1999 e 2005; ECA, 2010.  
**Autor:** CASTELLANO, 2010.

O quadro serve para demonstrar a relevância da RDC para a economia mundial. Contudo a despeito da abundância de recursos e de sua situação geográfica favorável no continente africano, a RDC encontra-se em estado de colapso. O paradoxo de “a riqueza alimentar a miséria” é uma mazela comum a muitos países do Terceiro Mundo. Entretanto, a escala em que isso se dá na RDC é provavelmente única. Ali a riqueza alimenta não apenas a economia de enclave<sup>2</sup>, mas também a manutenção de um ciclo de guerras que vêm assolando toda a região dos Grandes Lagos (África Central). Como resultado há exacerbação da pobreza, o acúmulo de refugiados, altas taxas de mortalidade e um nível sem precedentes de violência sexual e proliferação do HIV.

O quadro abaixo procura sintetizar a situação atual da RDC onde a capacidade estatal – ou mesmo o próprio Estado em termos weberianos<sup>3</sup> – é quase inexistente.

<b>Quadro 2 - RDC: Índices problemáticos</b>		
<b>Área</b>	<b>Dados</b>	<b>2009</b>
<b>Economia</b>	População Vivendo com USD 1,00/dia	75%*
	PIB (Corrente US\$ bilhões)	11,1
		<i>Posição África Subsaariana (44 países) 15ª</i>
		<i>Posição Mundo (183 países) 116ª</i>
	PIB per capita (PPC)	332,0
		<i>Posição Mundo (182 países) 182ª</i>
	Dívida Externa (US\$ em bilhões)	13,8
<b>Política</b>	Dívida Externa/PIB (%)	116,6
	Tx Inflação Atual (% ano - fim do período)	24,3
	Grau de Democracia Freedom House (de 7 a 1)	6
	Grau de Democracia Polity IV (de -10 a +10)	5***
	<b>Desenvolvimento Humano</b>	Índice de Desenvolvimento Humano (0-1)
		<i>Posição África Subsaariana (44 países) 39ª</i>
		<i>Posição Mundo (182 países) 176ª</i>
Índice GINI (0-100)		44.4**
	<i>Posição Mundo (141 países) 99ª</i>	

<sup>2</sup> Como será visto no capítulo 1, enclaves econômicos são “núcleos de atividades primárias controladas de forma direta pelo exterior” que operam como “uma espécie de prolongamento tecnológico e financeiro das economias centrais” (CARDOSO e FALETTTO, 1979:46 e 48).

<sup>3</sup> O conceito de Estado aqui adotado é o weberiano. Assume-se o Estado como uma organização política compulsória que controla uma área territorial onde a burocracia detém de maneira bem-sucedida a reivindicação ao monopólio do uso legítimo da força física na imposição de sua ordem (WEBER, 1999:525). Quanto ao conceito de capacidade estatal, além do exercício da coerção, da defesa e da segurança, pode-se relacioná-la à capacidade do Estado em prover bem-estar. (TILLY, 2007:78). Cumpre salientar que Tilly (2007) utiliza a RDC como exemplo de baixa capacidade estatal e ausência de democracia.

<b>Segurança Humana</b>	Número de Refugiados (por país de asilo)	185.809
		<i>Posição Mundo (173 países) 12ª</i>
	Número de Deslocados Internos	2.052.677
		<i>Posição Mundo (173 países) 2ª</i>
	População Total Preocupante UNHCR (refugiados)	2.362.295
		<i>Posição Mundo (173 países) 4ª</i>
	Taxa Bruta de Mortalidade (por 1.000 hab de id. média)	16,96***
		<i>Posição África Subsaariana (48 países) 4ª</i>
		<i>Posição Mundo (228 países) 5ª</i>
	Homicídios Intencionais (por 100.000 habitantes)	35****
	<i>Posição África Subsaariana (47 países) 6ª</i>	
	<i>Posição Mundo (189 países) 9ª</i>	
Número de Infectados por HIV/AIDS	100.000	
	<i>Posição Mundo (156 países) 6ª</i>	
Número Abusos Sexuais	27.000*****	

**Fontes:** IMF, 2010; AFDB, 2010; UNHCR, 2010; WB, 2010; UNODC, 2010; CIA, 2010; FH, 2009; PTIV, 2008; PNUD, 2010, FAO, 2011.  
\* Dados de 2011, \*\* Dados de 2004-2007, \*\*\* Dados de 2008, \*\*\*\* Dados de 2004, \*\*\*\*\* Dados de 2006 apenas para a província de Sud Kivu.  
**Autor:** CASTELLANO, 2010

## O Problema da Pesquisa

O tema deste trabalho é Guerra e Construção do Estado na África. A pergunta que a pesquisa procura responder “*por que, mesmo após a paz formal, o estado de violência permanece na República Democrática do Congo (RDC)?*”

A literatura traz diversas respostas para a questão. Procurou-se agrupá-las e sistematizá-las nos pontos que seguem: (1) as respostas que focam nos interesses econômicos internos e externos responsáveis pela continuidade da conflagração<sup>4</sup>, (2) as que salientam a própria natureza da guerra na África<sup>5</sup>, (3) as que percebem a existência de problemas históricos no país<sup>6</sup>, (4) que se detêm ao problema da instabilidade regional<sup>7</sup>, (5) as que apontam as falhas políticas

<sup>4</sup> Denise Galvão (2005) argumenta que o fim do conflito armado não foi suprimido, pois não foi atacado o principal motor que o movia: a exploração de recursos naturais do território congolês. Michael Nest (2006) possui argumentos semelhantes, apesar de salientar que a Segunda Guerra do Congo não foi, propriamente, uma guerra por recursos naturais – mas que os interesses econômicos no Congo foram função da guerra (surgiram na medida em que o conflito armado foi se complexificando e necessitando de maiores financiamentos para novas campanhas militares). Há também análises que salientam a estreita relação entre mineradoras e a guerra (BAROUSKI, 2007), a partir da percepção de que a guerra facilita a obtenção de concessões para a extração de minérios – seja no ramo de diamantes (WAR ON WANT, 2007); de ouro (HRW, 2005a); de cassiterita (MILLER, 2005; GW, 2005); de coltan (HAYES & BURGE, 2003; HARBULOT, 2008; GÜELL, 2008; MONTAGUE, 2001); ou de carvão (IRIN, 2009). Outra linha de argumentação está nos estudos que enfatizam o papel das altas finanças ocidentais que patrocinam indiretamente a manutenção de uma guerra incentivada pelo controle de recursos (ABADIE et alli, 2008; BAROUSKI, 2007).

<sup>5</sup> Gettleman (2010) acredita que o conflito no Congo continua, como em outros países africanos onde o terror virou um fim em si mesmo, devido à criminalidade e ao banditismo generalizados.

<sup>6</sup> Entre elas, está a percepção de Thomas Turner (2007) de que interesses materiais locais, regionais e internacionais – favorecidos por ideologias e padrões culturais dos grupos beligerantes, que remetem à instrumentalização étnica promovida pela administração colonial – mantêm a lógica do conflito.

<sup>7</sup> Prunier (2009) parece sinalizar que a continuidade do conflito no Congo faz parte do cenário africano pós-Guerra Fria, quando o continente passou a tomar suas próprias decisões políticas. Já o estudo de Bizawu (2008), salienta a ainda existente instabilidade na região dos Grandes Lagos, onde as fronteiras nacionais são porosas e permeáveis.

internas a RDC<sup>8</sup>, e (6) as que apresentam uma vasta gama de elementos – o que acaba reduzindo o peso de seus argumentos<sup>9</sup>.

O argumento aqui sugerido é que a guerra continua na RDC, pois não houve a definição militar do conflito<sup>10</sup>, primeiro passo no processo de construção do Estado. Há a permanência de grupos armados atuando contra as populações civis e o governo central, e em locais onde o aparelho coercitivo do Estado é ineficiente ou mesmo inexistente.

## As Guerras do Congo e o Atual Estado de Violência

O período pós-Guerra Fria foi o mais problemático para a RDC. O transbordamento dos conflitos armados entre Tutsi e Hutu em Ruanda e Burundi levou ao estabelecimento de uma frente formada por Uganda, Ruanda, Burundi e Angola para derrubar Mobutu Sese Seko, presidente do Zaire que então financiava grupos rebeldes nos países vizinhos. A forma encontrada de legitimar a articulação foi o amparo à *Aliance de Forces Democratiques pour la Libération du Congo-Zaire* (AFDL) do antigo-guerrilheiro congolês Laurent Kabila. O resultado foi a Primeira Guerra do Congo que causou 200 mil mortos e levou à queda de Mobutu e à ascensão de L. Kabila à presidência do país.

Todavia, a expectativa de que o novo presidente se mantivesse como um fantoche dos interesses externos foi logo rompida pela inflexão nacionalista do líder. O rompimento provocou uma nova invasão das forças vizinhas. Além disto, Ruanda, Uganda e Burundi sustentaram a formação de grupos rebeldes *proxy*<sup>11</sup> que, apesar do bloqueio regional de Zimbábue, Angola e Namíbia, possibilitaram a divisão do país em três partes (sob influência de Uganda, Ruanda e Congo) onde a exploração ilegal de recursos naturais foi intensificada.

A Segunda Guerra do Congo causou 3,8 milhões de mortos o que deu à conflagração a particularidade de ser o conflito armado que mais matou desde a Segunda Guerra Mundial

---

<sup>8</sup> O *International Rescue Committee* (2007) afirma que conflitos armados demoram a ser solucionados em casos onde o Estado está fragilizado, especialmente quando houve décadas de estagnação econômica. Pham (2008) argumenta que a instabilidade congoleza atual se deve as falhas do modelo de reconstrução pós-conflito – para ele, excessivamente centralizado.

<sup>9</sup> Entre outras organizações internacionais – como o *International Crisis Group*, o *Human Rights Watch*, a Anistia Internacional – as agências da ONU são um grande exemplo na adoção deste enfoque amplo. É o caso do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que critica a falta de comprometimento governamental em ceder informações, em fomentar a força do Estado e da sociedade civil e em proteger deslocados e refugiados – além da impunidade generalizada no país; da existência de leis discriminatórias contra mulheres; da falta de reformas nos setores de justiça e segurança; e da falta de controle no setor mineirador (A/HRC/13/63, 2010).

<sup>10</sup> Entende-se como definição militar do conflito a coerção e a ameaça de coerção. Trata-se da situação em que uma das forças em conflito armado é derrotada ou que a capacidade militar de uma das partes é suficiente para fazer com que a outra parte desista das confrontações. Essa capacidade também gera efeitos de dissuasão em grupos que ainda não optaram pela insurgência armada.

<sup>11</sup> **Grupos proxy** – Grupos armados que atuam sob procuração. Estes são os agentes da guerra *proxy*, como será apresentado no primeiro capítulo desta dissertação.

(TURNER, 2007), razão pela qual, é chamada, também, de “Guerra Mundial Africana” (PRUNIER, 2009).<sup>12</sup>

Entretanto, mesmo após o fim formal das conflagrações em 2003, mais de um 1,6 milhão de pessoas morreram. Trata-se de uma cifra oito vezes superior à da Primeira Guerra do Congo e corresponde a 12,15% de todas as mortes causadas ou derivadas de guerras na África Subsaariana desde 1945. Além disso, com o acúmulo de mais de 200.000 casos de estupro desde 1998, há uma realidade muito particular em que a violência sexual tornou-se uma arma de guerra.<sup>13</sup> No âmbito deste trabalho esta realidade é descrita como “estado de violência”. Trata-se de uma categoria desenvolvida por Frédéric Gros para descrever uma realidade que não se enquadra nas definições básicas dos conceitos de guerra ou paz.

O Estado de Violência é definido por três grandes princípios: a unilateralidade, o asseguramento de fluxos apoiado por intervenções e a mediação. A unilateralidade se refere à realidade predominante dos novos conflitos, nos quais violências são cometidas de forma unilateral e em que cada vez mais frequentemente alvos desarmados são o foco dos meios de destruição. O asseguramento dos fluxos diz respeito à atual quase indistinção entre o interior e o exterior, entre o inimigo e o criminoso; e ao protagonismo de novos atores, como mercenários, organizações não-governamentais, exércitos internacionais, máfias, senhores da guerra, etc. A mediação remete à importância da imagem nos conflitos contemporâneos, decidindo o sentido e o significado das novas violências (GROS, 2006, 2007 e 2008).

No Congo, esta situação parece decorrer de dois fenômenos. O primeiro, diz respeito ao fato de que a maioria dos grupos beligerantes da Segunda Guerra do Congo foi inserida automaticamente nas forças armadas e nas instituições nacionais devido ao mecanismo de *power-sharing* (distribuição de poder) na sua versão “hard”. O caso congolês diferencia-se, nesse particular, de Angola e Moçambique, onde a correlação de forças no campo militar permitiu a aplicação do que Stephen Brown e Marie-Joëlle Zahar (2008) denominam de *power-sharing* “soft”. Nestes últimos dois casos, a garantia fornecida aos grupos armados em troca da pacificação limita-se a poderem escrever juntos as regras em torno das quais se dará o preenchimento dos cargos dos funcionários públicos ou mandatos, e não, como no caso do Congo, a passar ao controle dos insurgentes parcelas inteiras do Estado.

---

<sup>12</sup> Esta mortalidade é comparada à população total da vizinha República do Congo (Congo-Brazzaville – 3,68 milhões de habitantes) ou mesmo à do Uruguai (3,36 milhões de habitantes) – além de superar o número de mortes das importantes Guerra da Coreia (2,8 milhões); Segunda Guerra da Indochina (3,5 milhões) – cenário da Guerra do Vietnã -; e Guerra Irã-Iraque (1 milhão) (TCA, 2010).

<sup>13</sup> No curso do ano de 2004, estima-se que pelo menos mil pessoas morreram ao dia de doenças e desnutrição, o que coloca o Congo nos umbrais de uma das maiores tragédias humanitárias que se tem notícia no continente africano (CBC News, 2008). Ademais, ONGs internacionais contabilizam mais de 1.000 mortes ao dia (45.000 ao mês) na RDC entre 2006 e 2007 (IRC, 2007; BAVIER, 2008) e o acúmulo de 200.000 casos de estupro desde 1998 (HRW, 2009).

O segundo fenômeno concerne ao fato de que os grupos não inseridos nos sistemas estatal e político, não foram derrotados (entre eles o *Lord's Resistance Army* - LRA e as *Forces Democratiques de Liberation du Rwanda* - FDLR). A incompetência para derrotá-los está relacionada à própria incapacidade militar congoleza e aos interesses externos na manutenção destes grupos. Influencia neste problema o alto custo-benefício da manutenção da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO)<sup>14</sup>, a maior operação de paz da ONU nos dias atuais, e de seu programa de auxílio ao desarmamento de grupos externos atuantes na RDC (DDRRR)<sup>15</sup>.

Somente no ano passado os custos totais de manutenção da MONUSCO foram de US\$ 1,35 bilhões (IISS, 2010:286-287). Esse valor seria suficiente para que se completasse mais da metade de toda a Reforma do Setor de Segurança do Congo – avaliada em US\$ 2 bilhões (HANSON, 2010). Cumpre lembrar que, dependendo de como for feita essa reforma, a RDC poderia tornar-se apta a realizar a pacificação do país de forma muito mais autônoma, podendo dispensar grande parte das tropas da MONUSCO.

O conceito de Reforma do Setor de Segurança (RSS) – centralmente importante para a compreensão da situação atual da RDC – bebe na fonte da noção de segurança humana. Surgiu em fins dos anos de 1990 mediante o papel proeminente do Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DfID, sigla em inglês) (BENDIX e STANLEY, 2008). Nos últimos 15 anos o conceito tem evoluído por meio de diferentes formulações, como a do Conselho de Segurança da ONU, a da Grã-Bretanha e a da OCDE. Importa que os vários conceitos acordam na percepção normativa de que a RSS deve se dar de maneira holística e equilibrada (sem prioridades), estabelecendo a necessidade do controle democrático e do enxugamento dos gastos das estruturas militares (FONTOURA, 2008).

A definição mais popular para “setor de segurança” é a fornecida pela OCDE, que assume como

agentes centrais de segurança (i.e. forças armadas, polícia, guarda civil, guardas de fronteiras, alfândegas e imigração, e serviços de inteligência e segurança), gestão de segurança e órgãos de fiscalização (i.e. ministérios da defesa e dos assuntos internos, órgãos de gestão financeira pública e ouvidorias), a justiça e as instituições de aplicação da lei (i.e. o Judiciário, prisões, serviços de prosciuição, sistemas de justiça tradicional)

---

<sup>14</sup> A Missão da Organização das Nações Unidas no Congo (MONUC) foi estabelecida em 30 de novembro de 1999 (S/RES/1279, 1999) pelo do Conselho de Segurança da ONU e que permanece até hoje no país. Recentemente a missão foi renomeada Missão da ONU para a Estabilização do Congo (MONUSCO) e seu mandato renovado até junho de 2011 (S/RES/1925, 2010). Atualmente, a MONUSCO é a maior missão de paz da ONU, contando com a participação de mais de 57 países, somando 19.815 militares combatentes, 760 militares observadores, 391 policiais e 1.050 funcionários nas unidades policiais (ONU, 2011).

<sup>15</sup> **DDRRR** – Processo de desarmamento, desmobilização, repatriamento, reassentamento e reintegração de combatentes estrangeiros.

e as forças de segurança não-oficiais (i.e. empresas de segurança privada, os exércitos guerrilheiros e milícias privadas). (OECD, 2007:5. Tradução minha)<sup>16</sup>

Outras organizações são consideradas importantes para a RSS, como a sociedade civil, as organizações sociais, os doadores internacionais e a mídia (BENDIX E STANLEY, 2008). No que concerne às reformas, suas esferas abarcadas adquirem uma amplitude considerável. Incluem não somente a construção de instituições de segurança tradicionais (forças armadas e polícias, e serviços de inteligência), mas também a reforma do aparato de justiça (*rule of law*), a implantação de políticas de gênero e assessoria na administração financeira do setor de segurança – além da promoção do controle democrático (GFN, 2007; FONTOURA, 2008:50-54).

Apesar de sedutor, o conceito de RSS apresenta alguns problemas intrínsecos relativos à intensidade e à amplitude das reformas. O principal deles relaciona-se com as ideias de Ha Joo-Chang (2004), que salientou os resultados negativos da implantação prematura de instituições baseadas em um padrão ocidental de desenvolvimento em países de desenvolvimento tardio. O autor ressalta que o padrão institucional atual não foi adotado pelos países industrializados na época inicial de seu crescimento econômico e desenvolvimento. Pelo contrário, a adoção prematura dessas instituições, as quais deveriam ser construídas a partir de um processo natural, pode trazer instabilidade aos sistemas político e econômico dos países em desenvolvimento. Há ainda outros problemas: acaba-se com a aprendizagem de cada processo particular e perde-se as prioridades específicas no desenvolvimento de políticas.

Por isso, em seu primeiro capítulo, este trabalho anuncia o problema das esferas prioritárias na construção do Estado, retoma o conceito de burocracia em Hegel e Weber e procura-se estabelecer um critério sociológico e histórico para análise da agenda do *power-sharing* e da Reforma do Setor de Segurança. É a mesma preocupação que informa o recurso à Nisbet (1973), Giddens (2001) e Tilly (1996): trata-se de estabelecer o vínculo histórico entre a criação do exército permanente e a construção das próprias instituições políticas. Espera-se que, com este enfoque, possa-se vislumbrar uma perspectiva mais abrangente diante dos impasses do processo de paz e as prioridades da RDC no que tange à Reforma do Setor de Segurança.

## Metodologia e Escolha das Díades

A metodologia utilizada por este trabalho baseou-se em Waltz, mais especificamente nos níveis analíticos (“imagens”) desenvolvidos em *O Homem, O Estado e A Guerra* (2004).

---

<sup>16</sup> “[...] *core security actors* (e.g. *armed forces, police, gendarmerie, border guards, customs and immigration, and intelligence and security services*); *security management and oversight bodies* (e.g. *ministries of defence and internal affairs, financial management bodies and public complaints commissions*); *justice and law enforcement institutions* (e.g. *the judiciary, prisons, prosecution services, traditional justice systems*); and *non-statutory security forces* (e.g. *private security companies, guerrilla armies and private militia*)” (OECD, 2007:5).

Considera-se a estrutura (terceira imagem) como o nível mais amplo de análise e, ao mesmo tempo, a “causa”, o gerador das determinações (“necessidades”) que constroem o interesse nacional/Estado (segunda imagem) e as próprias decisões dos estadistas (primeira imagem). Neste sentido, os níveis analíticos se sobrepõem e dialogam entre si. O sistema internacional, a estrutura (polaridade), gera um padrão de desafio que encontra sua resposta nas decisões dos governantes e no âmbito das unidades dos sistemas (Estados). Foi esta perspectiva que orientou a construção das díades expressas nos títulos dos capítulos.

O capítulo 1 foca prioritariamente na segunda imagem. Procura explorar o debate teórico sobre a relação entre guerra e Estado na África Subsaariana, adentra em problemas conceituais sobre o Estado falido, apresenta a disputa teórica sobre superioridade de arranjos de *power-sharing* ou da vitória militar para a resolução de conflitos armados, e se insere na discussão sobre o papel da Reforma do Setor de Segurança e do exército nacional como alternativa eventual e intermediária ao *power-sharing* (como é aplicado no Congo) e à definição militar.

Os capítulos subsequentes tratam sobre a relação entre guerra e construção do Estado no Congo pós-independência. Além de focar empiricamente nas estruturas e nos processos da segunda imagem (Estado), procuram inventariar as consequências nesta esfera das interações entre estrutura (SI e guerras) e decisões dos estadistas. No capítulo 2, relaciona-se a Crise do Congo (1960-65) com o Estado durante o regime de Mobutu Sese Seko (1965-1997). O capítulo 3 estabelece conexões entre a Primeira Guerra do Congo (1996-1997) e o Estado durante o governo de Laurent Kabila (1997-2001), principalmente no período pacífico (até 1998). Por fim, o capítulo 4 traça um paralelo entre a Segunda Guerra do Congo (1998-2003) e o atual Estado de Violência (desde 2003), focando a análise nos avanços e retrocessos empreendidos pela Reforma do Setor de Segurança no esforço de superação da incapacidade coercitiva do Estado.

Reconhece-se aqui os constrangimentos da estrutura, mas sabe-se que os indivíduos possuem autonomia relativa face à ela e podem decidir no âmbito de sua esfera de responsabilidade. No caso, estes tem a opção de empreender medidas autofortalecedoras ou autoenfraquecedoras do Estado (HUI, 2005). Dentre elas pode-se citar: (i) a construção de um exército nacional efetivo e permanente (estabelecimento de escolas de treinamento e ensino que instruem noções de cidadania e o sentido de nacionalidade, bem como através do instituto da conscrição), (ii) o incentivo ao desenvolvimento da economia nacional (esforços públicos para empreender planos econômicos de crescimento, o processo de substituição de importações e redes de infraestrutura que distribuam o desenvolvimento para diferentes regiões a as vinculem ao centro de poder), e (iii) a distribuição de direitos e garantias individuais à população em geral.



## **As Alterações no Âmbito da Terceira Imagem**

O sistema interestatal africano foi erigido com forte determinação da terceira imagem. Além da bipolaridade, houve a carta da ONU que estabeleceu, pela primeira vez, a égide do direito internacional sobre o sistema de Estado anárquico constituído após Westfália. Além disto, a Carta da OUA reconheceu as fronteiras herdadas do colonialismo como as únicas válidas. Assim, a função das Forças Armadas na África Negra acabou sendo, prioritariamente, a coerção interna. Foi isto o que dificultou que o exército e os gastos militares cumprissem a função, constatada em outros lugares, de vertebrar o surgimento de uma burocracia nacional e de empresas estatais, de promover uma diferenciação social (surgimento de uma classe média urbana) e de servir como base social para a construção de instituições políticas.

Contudo, há fatores que indicam uma mudança nos constrangimentos da estrutura. Com o fim da Guerra Fria, o engessamento da correlação de forças da bipolaridade cedeu lugar a uma unipolaridade que, não raro, teve no intervencionismo e nas guerras por recursos naturais sua marca principal. A instabilidade inerente ao sistema unipolar, cedeu lugar a uma multipolaridade desequilibrada, mas efetiva, que tende a tornar mais dinâmicos os laços e a competição entre países. Por fim, a crise de 2008, o endividamento dos países centrais e a ascensão dos países emergentes como exportadores de capitais, geram novas possibilidades de parcerias ou de competição entre os países africanos. Isto se verifica na dinâmica que gradualmente adquiriram as fronteiras no continente, observada na criação de novos países (Eritreia e, recentemente, o Sul do Sudão); o que põe em evidência o papel e a necessidade do dispositivo externo de dissuasão. Pode-se constatar atualmente a abertura de um período mais propício a construção de Estado na África.

# CAPÍTULO 1 - Guerra e Estado na África Subsaariana e na RDC

## 1.1 Introdução ao Capítulo 1

Este capítulo pretende apresentar os critérios norteadores da seleção de fatos, descrições e análises contidas nos três capítulos seguintes. Nesta perspectiva, tem o propósito de servir como moldura analítica de toda a dissertação. O ponto de partida só poderia ser um estudo preliminar sobre a guerra na África Subsaariana, que é o objeto desenvolvido na primeira seção. Segue-se uma análise sobre a guerra no Congo cujo foco principal é o conceito de Estado falido e seus distintos enfoques e perspectivas. Este debate desemboca naturalmente no estudo dos modelos do *power-sharing* e da definição militar do conflito – o que é tratado na terceira seção. Por fim, a título de conclusão, sem pretender pôr um ponto final, apresenta-se um debate sobre o papel do exército permanente, que contribui para relacionar o conteúdo do capítulo com o capítulo seguinte (as reformas de Mobutu).

Na primeira seção, importa sobremaneira o quadro 3, contido na página 32, onde se faz um resumo sobre os conflitos na África ocorridos desde 1945 a 2010. Desde logo, chamam a atenção as guerras que causaram mais de meio milhão de mortos – as quais tiveram como palco o mais populoso e os dois maiores países da África Subsaariana: Nigéria, Sudão e Congo. Estas características (quantidade de baixas, extensão territorial e população) acabaram servindo de critério para a análise das guerras africanas pós-1945. Importa entender que todas as generalizações foram feitas com base neste espaço amostral que, espera-se, seja considerado legítimo pelas razões aludidas. Obviamente um estudo de caso sobre a guerra no Congo não tem como conter uma análise ampla e exaustiva sobre todos os conflitos africanos. O propósito principal desta seção foi o de eleger a moldura analítica em que se insere o Congo.

Na segunda seção, o foco principal é o debate acerca do Estado falido. Procurou-se dividi-lo em duas subseções: a reflexão sobre os diferentes enfoques e as soluções normativas ao conceito e, a seguir, uma análise do conceito aplicado ao Congo. Desde logo, sobrevêm fatores condicionantes oriundos da estrutura (terceira imagem) que condicionaram gravemente a capacidade de resposta do Estado (segunda imagem) ou dos líderes políticos (primeira imagem)<sup>17</sup>. De todo modo, a história africana não é um processo sem sujeito: para além das determinações, das gravíssimas limitações impostas de fora, houve equívocos trágicos que decidiram a sorte do Congo e o conduziram à presente situação. A mais grave delas, a decisão de Mobutu em desmobilizar o exército e fechar as escolas militares – a qual rompeu com a

---

<sup>17</sup> O conceito de imagens aqui adotado é o de Kenneth Waltz. Referem-se aos diferentes níveis de análise da política internacional que intitulam a obra *O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica*. Apesar de ressaltar a importância de todas as três imagens para o fenômeno político, Waltz sustenta a preponderância da terceira imagem (a estrutura) como elemento causal sobre as demais (WALTZ, 2004).

possibilidade de o Congo desfrutar, assim como a Nigéria, da definição militar de seu conflito civil (Crise do Congo, 1960-1965).

Na terceira seção, procura-se discutir os impasses que se seguem à falência do Estado: a definição militar do conflito e o modelo *power-sharing*. Nesta seção, como na precedente, revisa-se o debate na literatura internacional acerca destas duas alternativas.

Por fim, a conclusão do capítulo deve permanecer sem um ponto final e se inserir dentro da moldura analítica até aqui adotada (guerra na África, Estado falido e modelos de superação de conflitos). A utilização desses conceitos contribui para a busca de elementos que compõem a solução normativa, a reestruturação do exército nacional.

Com esses quatro elementos, espera-se ter-se justificado as escolhas e os critérios que nortearam o estudo do Congo, feito de forma mais detalhada nos três capítulos seguintes, que procuram sempre antagonizar o desafio da estrutura com a resposta do sujeito.

## **1.2 A Relação entre a Guerra e o Estado na África Subsaariana: um estudo preliminar**

Charles Tilly (1985, 1996) demonstrou que a preparação para a guerra e a própria guerra construíram o Estado na Europa como o conhecemos hoje.<sup>18</sup> De maneira lógica e cronológica, a interação estratégica histórica entre cidades e Estados (e de ambos entre si) fez com que estes últimos fossem impelidos a intensificar (i) seus mecanismos coercitivos, (ii) a extração de recursos para financiar sua proteção e, posteriormente, (iii) a distribuição de direitos como forma de barganha com a sociedade nos casos em que o capital ofereceu um contraponto à sua dominação.

A intensidade e as prioridades na construção dessas esferas do Estado dependeram em grande medida do peso e da distribuição de capital (cidades) e de coerção (Estados) em cada território. Territórios com grande intensidade de capital e quantidade reduzida de coerção traçaram uma trajetória de construção estatal capitalizada. Territórios com intensidade reduzida de capital e grande intensidade de coerção seguiram uma trajetória coercitiva. Por fim, Estados que conseguiram equilibrar mais propriamente coerção e capital esboçaram uma trajetória de coerção-capitalizada. Tilly argumenta, entretanto, que, na Europa, os Estados tenderam a convergir posteriormente a este último formato, o que resultou no padrão generalizado do Estado nacional.

---

<sup>18</sup> Cumpre ponderar que somente a partir da realização prática de guerras é que (i) podiam ser engolidos os Estados inviáveis e (ii) podia se reincentivar o ciclo de preparação para guerra. Este ciclo é, por sua vez, movido pela busca de proteção frente a possíveis novos invasores e pelas ambições de atacar novas regiões detentoras de recursos valiosos.

Importa resgatar o conceito weberiano de Estado: uma organização política compulsória que controla uma área territorial onde a burocracia detém de maneira bem-sucedida a reivindicação ao monopólio do uso legítimo da força física na imposição de sua ordem (WEBER, 1999:525). A partir desse conceito, Weber admite quatro precondições lógicas para a existência do Estado moderno. Segundo Bendix:

Estas precondições são: (1) monopolização dos meios de dominação e administração baseados em: (a) a criação de um sistema de taxação centralmente dirigido e permanente; (b) a criação de uma força militar centralmente dirigida e permanente, nas mãos de uma autoridade do governo central; (2) monopolização de decretos legais e o uso legítimo da força por uma autoridade central; e (3) a organização de uma burocracia racionalmente orientada, cujo exercício de funções administrativas é dependente em relação à autoridade central. (BENDIX, 1962:383. Tradução minha)<sup>19</sup>

Em sua análise sobre o Estado Europeu, Tilly identifica atributos adicionais que foram sendo desenvolvidos ao longo do tempo na estrutura do Estado de maneira não uniforme e não necessariamente planejada. A passagem dos Estados europeus “de vespas a locomotivas” (TILLY, 1996:157) seguiu a seguinte lógica:

O mínimo de atividades essenciais de um estado são três: *criação do estado*: atacando e controlando os competidores e desafiantes dentro do território reclamado pelo estado; *prática da guerra*: atacando os antagonistas fora do território já reclamado pelo estado; *proteção*: atacando e controlando os antagonistas dos principais aliados dos governantes, quer dentro quer fora do território reclamado do estado. Contudo, não dura muito um estado que negligencia uma quarta atividade crucial: *extração*: sacando de sua própria população os meios de criação do estado de prática da guerra e de proteção. Os estados extorquidores de tributos permanecem no mínimo restritos a esse conjunto indispensável de quatro atividades, intervindo nas vidas de seus súditos nominais especialmente para impor o poder da classe dirigente e para extrair rendas. Contudo, além de uma determinada escala, todos os estados acabam aventurando-se em três outros terrenos perigosos: *aplicação de justiça*: solução peremptória de disputas entre os membros da população; *distribuição*: intervenção na divisão dos bens entre os membros da população; *produção*: controle da criação e transformação de bens e serviços pelos membros da população. (TILLY, 1996:158)

Dessa forma, pode-se entender que, no mínimo, um Estado deveria possuir, além de um território, capacidades coercitivas fundamentais contra seus antagonistas externos (coerção externa) e internos (coerção interna). Como visto, além da (e, em geral, após a) esfera coercitiva, os Estados tenderiam a construir de maneira não-regular esferas extrativas, jurídicas, distributivas e produtivas. O grau de especialização do Estado nessas esferas se relaciona com a interação entre capital e coerção dentro e fora de um Estado – sendo que a sua adoção equilibrada é própria de um tipo ideal, do qual se aproxima o Estado europeu.

Portanto, o fenômeno da guerra incentivou em menor ou maior grau um processo virtuoso de construção do Estado no caso da Europa. Todavia, a guerra por si só não garante a

<sup>19</sup> “These preconditions are: (1) monopolization of the means of domination and administration based on: (a) the creation of a centrally directed and permanent system of taxation; (b) the creation of a centrally directed and permanent military force in the hands of a central government authority; (2) monopolization of legal enactments and the legitimate use of force by central authority; and (3) the organization of a rationally oriented officialdom, whose exercise of administrative functions is dependent upon central authority” (BENDIX, 1962:383).

construção do Estado. Isto porque ela possui uma dupla função: impõe constrangimentos para a reprodução de continuidades, mas também produz oportunidades que facilitam mudanças (GILPIN, 1981:6; HUI, 2005:22).

Como destaca Waltz (2004:ix e xi), mais do que a guerra em si, importa a estrutura do sistema internacional (terceira imagem), suas interações com as próprias opções dos agentes (primeira imagem) e o processo de construção do Estado (segunda imagem). Neste trabalho, sujeito e estrutura estão, por sua vez, representados em fatores particulares relacionados à guerra e à forma pela qual os homens preferem travá-la. Pode-se citar aqui cinco deles: (i) a natureza das ameaças; (ii) as forças combatentes principais; (iii) a forma de financiamento da guerra, (iv) quem obtém a vitória na guerra e (v) como a guerra é concluída. Estes cinco elementos relacionados à guerra e a como ela é travada implicam direta ou indiretamente o processo de construção do Estado. A seguir pretende-se apresentá-los, à luz do caso africano.<sup>20</sup>

### *A Natureza das Ameaças*

A natureza das ameaças de uma guerra é diretamente influenciada pela estrutura do sistema internacional. Na África, a situação não foi diferente. Neste caso, o ambiente internacional relativamente amistoso resultou, historicamente, na estabilidade das fronteiras e da territorialidade do Estado *vis a vis* um ambiente interno relativamente mais instável e ameaçador, devido à reduzida ocupação de um território geralmente inóspito.<sup>21</sup>

O estabelecimento das fronteiras africanas foi resultado – ao contrário da Europa – mais da cooperação do que da competição interestatal (HERBST, 1989 e 2000a; ATZILI, 2006).<sup>22</sup> A especificidade da situação internacional africana esteve presente em dois momentos definidores.

O primeiro momento foi o da partilha da África – em que a cooperação entre países colonizadores na divisão de seus domínios no continente foi fundamental para evitar custos indesejáveis da guerra ou da ocupação efetiva do território africano. As disputas eram realizadas

<sup>20</sup> Quando África, leia-se África Subsaariana.

<sup>21</sup> De acordo com Jeffery Herbst (2000a), os problemas centrais para a construção do Estado no continente são a vasta extensão do território e a relativa escassez demográfica. Isto ocorre principalmente nos casos em que o Estado colonial e pós-colonial foi e é marcado pela grande amplitude territorial, pela concentração populacional em regiões próximas à cidade capital e, mais importante, pela existência de outros focos de concentração populacional distantes do centro de poder. Essas regiões se comportam como forças centrífugas ao Estado. Herbst os chama de países com geografias políticas difíceis, incluindo: Angola, RDC, Etiópia, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Senegal, Somália, Sudão e Tanzânia.

<sup>22</sup> Victoria Tin-bor Hui (2005) reitera um elemento explicativo chave para o fenômeno da construção estatal: a estrutura do sistema internacional. Em seu estudo comparativo entre a construção do Estado na China antiga e na Europa moderna inicial, Hui constata que a causa dos resultados diferentes nos dois sistemas aparentemente semelhantes (China – império; e Europa – equilíbrio interestatal) se deveu à estrutura do sistema interestatal de cada região. Segundo a autora, o fato de o sistema internacional da China antiga ser mais anárquico, em sentido hobbesiano, do que o da Europa moderna inicial fez com que o Leviatã triunfasse no primeiro e não no segundo caso. De acordo com Hui, as origens das diferenças dos dois sistemas interestatais estavam no fato de que a Europa possuía um ambiente inicial relativamente rico como resultado da expansão do comércio internacional e do influxo de metais preciosos, e um alto nível de monetarização. Por outro lado, a China detinha um nível reduzido de comércio que só se expandiu após o início do sistema, e um baixo nível de monetarização.

no campo diplomático, sem o concurso dos meios militares, ao menos no âmbito do território africano.<sup>23</sup> Nesse sentido, devido à ausência da necessidade de se fortalecerem as estruturas estatais para uma eventual defesa do território, os Estados coloniais africanos foram caracterizados em geral por: um território comandado por uma cidade capital relativamente forte, assegurada por fronteiras distantes e internacionalmente legítimas, mas que possuíam um vácuo de poder nas regiões interioranas (HERBST, 2000a:73).<sup>24</sup>

O segundo momento foi o imediato pós-colonial – em que a articulação garantista da OUA buscava manter as fronteiras coloniais frente a propostas irredentistas e pan-africanistas com o intuito de evitar desmembramentos, a multiplicação de separatismo e a perda de poder por parte de uma elite africana que assumia o posto dos ex-colonizadores (HERBST, 1989:676, 677, 686). O sistema baseado nos pressupostos da Carta da ONU e da OUA (Organização da União Africana) congelava a possível modificação das estruturas herdadas do colonialismo, principalmente (i) pela condenação às guerras de conquista e (ii) pelo mecanismo de patronagem (proteção externa e tutela) característico da Guerra Fria.

Assim, no período pós-colonial, as fronteiras representavam o único elemento a partir do qual era possível chamar de Estado as unidades políticas presentes no continente. De acordo com Herbst:

Os limites foram, portanto, fundamentais para a consolidação dos Estados Africanos desde 1885. Esses limites são, como muitos já apontaram, arbitrários, porosos, e às vezes não possuem uma presença física imediata nos territórios que deveriam demarcar. No entanto, estas observações perdem amplamente o ponto central. As fronteiras foram singularmente bem sucedidas em sua função primária: a preservação da integridade territorial do Estado, impedindo a concorrência territorial significativo e deslegitimando a norma da autodeterminação [separatismo]. Como resultado, os Estados fracos têm sido capazes de reivindicar soberania sobre porções interioranas do território, por vezes distantes, pois nenhum outro Estado seria capaz de desafiar o seu domínio. Ao mesmo tempo, a moeda e as práticas de cidadania têm diferenciado ainda mais os Estados africanos entre si, embora não tenham, necessariamente, promovido a consolidação do poder dentro das fronteiras. Portanto, um enorme investimento foi feito em fronteiras si de forma a torná-las fortes o suficiente para que os Estados africanos não sintam uma necessidade imediata para controlar as regiões interioranas distantes. [...] Os Estados, em certa medida, são os seus limites. (HERBST, 2000a:253. Tradução minha)<sup>25</sup>

<sup>23</sup> Em geral admite-se que a rivalidade das potências europeias por suas possessões na Ásia e, principalmente, colônias na África estão entre as causas que deram origem à Primeira Guerra Mundial. Também não são raros autores que considerem a Segunda Guerra Mundial uma continuação da “Grande Guerra”. Neste caso, a África teria influenciado decisivamente a história mundial por este viés indireto, ainda assim, apenas mediante a projeção do conflito e não sua conflagração no próprio território africano.

<sup>24</sup> Herbst (2000a) salienta que, assim como na África pré-colonial, quando os Estados se estendiam em círculos concêntricos até onde o domínio do rei alcançava uma população específica, o Estado colonial continuou sendo baseado em um centro de onde irradiava o poder. Entretanto, de modo diferencial, esse poder passou a ser demarcado por fronteiras que iam além do poder efetivo central. Estas fronteiras, por outro lado, se tornaram a base da territorialidade do Estado africano.

<sup>25</sup> “Boundaries have therefore been critical to the consolidation of African states since 1885. These boundaries are, as many have pointed out, arbitrary, porous, and sometimes do not have an immediate physical presence in the territories they are supposed to demarcate. However, these observations largely miss the point. The boundaries have been singularly successful in their primary function: preserving the territorial integrity of the state by

Do mesmo modo, as particularidades do sistema internacional no período pós-colonial contribuíram para a conservação de Estados com pouca capacidade de estender o poder de sua capital às regiões periféricas território nacional e para a consequente existência de núcleos diferenciados de controle sobre o território. Dentro desta lógica, “OUA afirmou, por conseguinte, que se um governo Africano controla a cidade capital, então ele tem o direito legítimo do controle do Estado-nação e não pode ser contestado por outros grupos nacionais ou estrangeiros” (HERBST, 1989:687. Tradução minha).<sup>26</sup>

Uma das consequências dessa realidade é que os Estados africanos enfrentaram, historicamente, mais ameaças internas do que externas – devido, principalmente, aos incentivos reduzidos de ocupação e domínio do território nacional. Ameaças externas existiram, mas (1) eram relativamente menos importantes, pois, em geral, não representavam ameaças a territorialidade (MBEMBE, 2000; DÖPCKE, 1999); e (2) transformavam-se em ameaças internas na medida em que adentravam o território nacional, ou estavam conectadas com conflitos intra-estatais. O resultado dessa lógica foi evidente: houve na África o predomínio de guerras intra-estatais ou mistas (internas com participação externa).

O quadro 3 tenta demonstrar, a partir do indicador “tipos de guerra”, o quão amistoso o sistema interestatal foi para o continente no período pós-colonial. A classificação segue o padrão de taxonomias consagradas, como a do projeto *Correlates of War* (COW), a do *Uppsala Conflict Data Program* (UCDP) e a do *Peace Research Institute* de Oslo (PRIO).

Além do quadro, a figura que segue (figura 1) relaciona o número de mortos nas guerras africanas às do Congo. Os números importam para dar uma noção da escala. As guerras no Congo produziram um total de 5,8 milhões de mortos, o que corresponde a 44,08% de todas as mortes, na África Subsaariana, causadas ou derivadas da guerra ou de suas circunstâncias desde 1945. Ou seja, de um período de 65 anos. Destas fatalidades no Congo, 5,6 milhões (42,56%) dizem respeito apenas aos últimos quinze anos. Todo o resto da região, em 65 anos, contribuiu com 7,75 milhões (58,95%) de um total de 13,16 milhões de mortes (100%).

---

*preventing significant territorial competition and delegitimizing the norm of self-determination [separatism]. As a result, weak states have been able to claim sovereignty over sometimes distant hinterlands because no other state could challenge their rule. At the same time, the currency and citizenship practices have further differentiated African states from one another, although they have not necessarily furthered the consolidation of power within the boundaries. Therefore, an enormous investment has been made in frontiers themselves in order to make them strong enough so that African states do not feel an immediate need to control the distant hinterlands. [...] The states, to a certain extent, are their boundaries” (HERBST, 2000a:253).*

<sup>26</sup> “[...] the OAU has said, in effect, that if an African government is in control of the capital city, then it has the legitimate right to control the nation-state and cannot be challenged by other domestic groups or by outsiders” (HERBST, 1989:687).

**Quadro 3 - Principais Guerras na África Subsaariana no pós-II Guerra Mundial (acima de mil mortos)**

Data	Guerra	Teatro de Operações	Tipo	Mortes (aprox.)
1952-1960	Revolta Mau Mau	Quênia	Extra-estatal	13 mil
1956-1972	Primeira Guerra Civil Sudanesa	Sudão	Intra-estatal	500 mil
1960-1965	Crise do Congo	RDC	Mista	200 mil
1961-1975	Guerra de Independência de Angola	Angola	Extra-estatal	80 mil
1961-1991	Guerra de Libertação da Eritréia	Eritréia	Intra-estatal	220 mil
1963-1974	Guerra de Independência de Guiné-Bissau	Guiné-Bissau	Extra-estatal	15 mil
1964-1975	Guerra de Independência de Moçambique	Moçambique	Extra-estatal	60 mil
1964	Revolução Zanzibariana	Zanzibar	Intra-estatal	20 mil
1964-1979	Guerra Civil da Rodésia (Zimbábue)	Zimbábue	Intra-estatal	30 mil
1966-1990	Guerra Civil do Chade	Chade	Mista	60 mil
1966-1988	Guerra de Independência da Namíbia	Namíbia	Extra-estatal	20 mil
1967-1970	Guerra Civil da Nigéria (Biafra)	Nigéria	Intra-estatal	1 milhão
1975-1992	Guerra Civil Moçambicana	Moçambique	Mista	100 mil
1975-2002	Guerra Civil Angolana	Angola	Mista	500 mil
1977-1978	Guerra Etiópia-Somália (Ogaden)	Etiópia	Interestatal	30 mil
1978-1979	Guerra Uganda-Tanzânia	Uganda	Mista	100 mil
1981-1986	Guerra Civil Ugandesa	Uganda	Intra-estatal	500 mil
1983-2005	Segunda Guerra Civil Sudanesa	Sudão (Sul)	Intra-estatal	1,9 milhão
1987-....	Insurgência do Lord's Resistance Army	Uganda, RDC, Sudão, RCA	Intra-estatal	12 mil
1987-....	Guerra Civil da Somália	Somália	Mista	400 mil
1989-1997	Primeira Guerra Civil da Libéria	Libéria	Mista	150 mil
1989-1991	Guerra Mauritânia-Senegal	Fronteira Mauritânia-Senegal	Interestatal	n/a
1990-1994	Guerra Civil Ruandesa	Ruanda	Intra-estatal	500 mil
1990-1995	Terceira Rebelião Tuareg	Mali (Norte), Níger	Intra-estatal	n/a
1990-....	Conflito Casamancês	Senegal (Sul)	Intra-estatal	3,5 mil
1991-2002	Guerra Civil de Serra Leoa	Serra Leoa	Mista	75 mil
1993-2005	Guerra Civil do Burundi	Burundi	Intra-estatal	300 mil
1996-1997	Primeira Guerra do Congo	RDC	Mista	200 mil
1998-2003	Segunda Guerra do Congo	RDC	Mista	3,8 milhões
1997	Guerra Civil Congoleza (Brazzaville)	Congo-Brazzaville	Intra-estatal	10 mil
1998-2000	Guerra Etiópia-Eritréia	Fronteira Etiópia-Eritréia	Interestatal	100-300 mil
1999-2003	Segunda Guerra Civil da Libéria	Libéria	Mista	150 mil
2002-2007	Guerra Civil da Costa do Marfim	Costa do Marfim	Intra-estatal	3 mil
2003-....	Guerra de Darfur	Sudão (Darfur)	Intra-estatal	300 mil
2003-....	Estado de Violência do Congo	RDC (Leste)	Intra-estatal	1,6 milhão
2004-2008	Segunda Guerra Civil da RCA	RCA	Mista	+ 1 mil
2005-....	Segunda Guerra Civil do Chade	Chade	Mista	+ 1 mil
2007-2009	Quarta Rebelião Tuareg	Mali (Norte), Níger	Intra-estatal	1 mil
2007-2008	Guerra de Ogaden II	Etópia (Leste)	Intra-estatal	1 mil

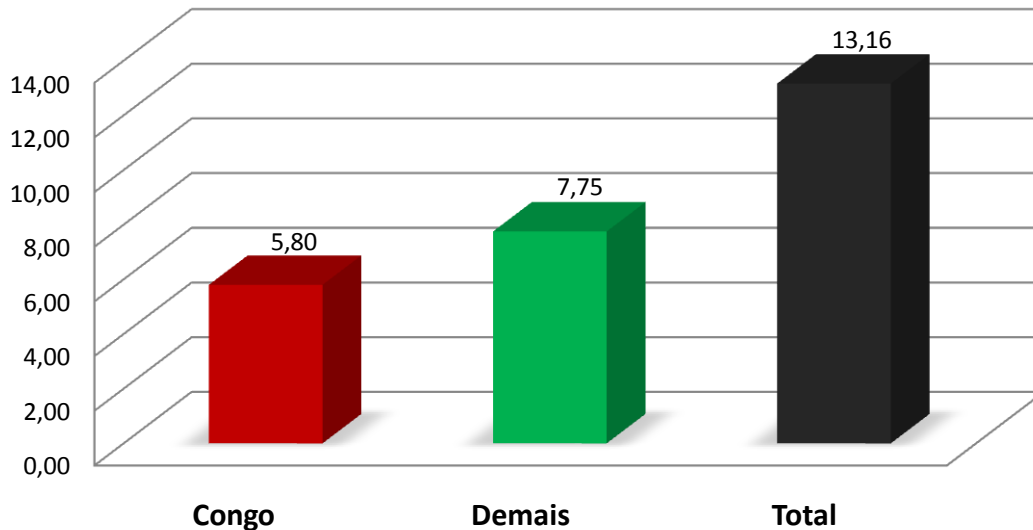
**Notas:** No caso desta pesquisa, “guerra extra-estatal” significa “guerra anti-colonial” (de libertação nacional); “guerra intra-estatal” diz respeito a “guerras civis”; e “guerra interestatal” se refere a guerras entre Estados. A utilização do conceito de “guerra mista” serve como forma de suprir inicialmente a lacuna na literatura no que diz respeito à classificação de guerras civis nas quais há participação de forças armadas estrangeiras tanto no suporte das forças armadas nacionais, quanto de grupos insurgentes subestatais. O conceito alinha-se ao de “*internationalized internal armed conflict*” (UCDP/PRIO), que o define como uma guerra entre o governo de um Estado e um ou mais grupos opositores internos com a intervenção de partes secundárias em um ou ambos os lados (GLEDITSCH et alii, 2002). Da mesma forma aproxima-se a este estudo e o de Chojnacki e Reisch (2008), quando descarta casos de envio de armamentos e assessores como intervenção externa. Aqui se inclui na categoria “guerra mista” as missões de paz, devido às consequências que a dependência dessas tropas geram no processo de construção estatal.

**Fontes:** ARNOLD, 2008; TCA, 2010; VISENTINI, 2007; MCLURE, 2008; BBC, 2008; SIMMONS, 2004; CHAMBERS, 2005; TURNER, 2007.

**Autor:** CASTELLANO, 2010



**Figura 1 - Mortalidade das Guerras Africanas  
(milhões de mortos, 1945-2010)**



**Fontes:** ARNOLD, 2008; TCA, 2010; VISENTINI, 2007a; MCLURE, 2008; BBC, 2008; SIMMONS, 2004; CHAMBERS, 2005; TURNER, 2007.  
**Autor:** CASTELLANO, 2011.

O quadro 3 também sugere que a África não esteve livre de algum nível de conflituosidade entre seus Estados, representada na recorrente presença de guerras mistas ou interestatais. Esta conflituosidade esteve associada aos mecanismos da Guerra Fria que, por um lado contribuíram para a tutela do continente e para o congelamento da correlação de forças entre Estados centrais. Por outro lado, o colonialismo, a Carta da ONU e a própria OUA se encarregavam de afirmar a intangibilidade das fronteiras africanas. Contudo, coube ao Terceiro Mundo servir como palco para a realização “quente” da Guerra Fria (DAVIS, 1985:68 e 77). Dessa contradição aparente entre fronteiras estáveis e a violência característica da guerra quente surgiu a *guerra proxy* – que parece ter sido a característica da Guerra Fria na África e, ainda nos dias de hoje, a forma de guerra dominante no continente. Isso se deveu tanto às determinações da estrutura (terceira imagem), à fragilidade dos Estados africanos (segunda imagem), quanto às decisões dos estadistas (primeira imagem).

A *guerra proxy* é um conflito armado travado por procuração. Sua característica essencial é a intersubjetividade, o grau de autonomia entre as forças que travam o combate e seus fomentadores, ou financiadores. Daí o termo “proxy” para indicar o conteúdo categorial a algo que não se resume a uma relação de mandatário e executor (LOVEMAN, 2002:50). Seria ingênuo pretender um conceito fixo e imutável de *guerra proxy*. Analiticamente, importam duas assertivas que, associadas à intersubjetividade referida, parecem caracterizar o fenômeno. (1) A *guerra proxy* não é uma mera insurgência, o apoio do exterior permite que faça frente com relativa facilidade às gendarmerias ou guardas nacionais – exige a presença do exército nacional e das armas combinadas para fazer-lhe frente. (2) É possível caracterizar a *guerra proxy* através

da presença conjugada de dois ou mais dos indicadores que seguem: (a) alinhamento político-ideológico (válido sobretudo para a época da Guerra Fria); (b) financiamento mediante contrapartida ou usufruto de enclave – diamante, cobre, ouro, etc.; (c) presença de assessores; (d) fornecimento de material bélico e munições.

A escalada da guerra *proxy* pode conduzir à guerra mista: um tipo mais intensificado dentro do conjunto “guerra *proxy*”. São duas as diferenças qualitativas entre a *guerra proxy* genérica e a guerra *proxy* intensificada (guerra mista). A primeira é que nesta última há a presença direta de tropas estrangeiras lutando ao lado de seus protegidos. A segunda, decorrente da primeira, é que, na guerra mista, o recurso da negabilidade é quase inexistente. Se a preocupação maior da guerra *proxy* genérica é manter a plausibilidade da negação (*plausible deniability*) acerca do envolvimento, isto se torna aparentemente desnecessário diante da falência do Estado e da inexistência dos recursos dissuasórios vinculados à existência de um exército nacional efetivo. Permite-se, pois, a intervenção militar direta. Como consequência, na guerra mista a negabilidade não é crível. Nos capítulos seguintes serão examinados exemplos empíricos dessa escalada da guerra *proxy*: a Crise do Congo, a Primeira Guerra do Congo e a Segunda Guerra do Congo.

No caso congolês e de grande parte dos países africanos, a maior estabilidade externa *vis a vis* um ambiente interno hostil, resultado dos mecanismos de exclusão social e de opressão política características do neocolonialismo, afiançou a especialização na repressão interna. Como se verá no próximo capítulo, houve a destruição deliberada do exército nacional promovida pelo próprio Mobutu desde 1975. As “reformas” de Mobutu (o “mobutismo” aplicado às FAs) ao fim reduziram o outrora poderoso exército congolês ao efetivo de quatro brigadas (20.000 homens). O Congo prefigurou uma tendência à realização da agenda dos países capitalistas centrais à periferia (“Doutrina McNamara”) e as próprias reformas dos *neocons* que pretenderam reduzir o US Army à estrutura de brigadas (*Strike Brigades*)<sup>27</sup>. Entre as causas da reforma de Mobutu está a preocupação em evitar o surgimento de elites concorrentes que pudessem obscurecer o poder

---

<sup>27</sup> Donald Rumsfeld disseminou no Pentágono o valor da “multifunção”. Trata-se de um insight genial. Rumsfeld percebeu que a era digital, paradoxalmente dada à capacidade do computador cumprir a função especializada, exigia do material humano, do homem, um perfil generalista. Foi assim que surgiu a idéia da *Strike Brigade* – uma unidade de multifunção que carrega consigo seus blindados e sua artilharia, seus elementos de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento/ISR (UAV’s). De acordo com a doutrina de Rumsfeld, as *Strike Brigades* seriam multifuncionais por que uma única bastaria como efetivo estabelecimento de paz em 90% das situações de conflito mundial. E, em caso de uma operação convencional, bastaria agrupar várias delas e se teria um efetivo capaz de empreender uma operação (travar uma campanha ou grande batalha). Em parte a ilusão de Rumsfeld deveu-se ao laboratório onde foram gestadas as *Strike Brigades*: a Coreia do Sul. Nesta guerra, após o exército sul coreano e as milícias suportarem todo o peso da ofensiva norte-coreana, as *Strike Brigades* seriam empregadas em manobras de envolvimento, sob denso suporte de artilharia e apoio de fogo aéreo aproximado. Entretanto, na guerra real não se está sempre na ofensiva. Alguém, em algum momento, tem de cumprir a função de defesa, o que implica em massa e forças combinadas. Ocorre, que a despeito de genial, o insight de Rumsfeld não poderia ter se convertido em um dogma e, muito menos, ter assumido uma tradução administrativa e orgânica única (CASTELLANO, 2008:93-94).

do “caudilho”. Mais do que a redução do efetivo, Mobutu investiu pesadamente contra os centros de formação militar que chegaram a ser tidos como modelo para o continente, para os quais afluíam oficiais de toda a África. Esta especialização na contrainsurgência, contudo, cobrou um preço elevado: uma das consequências mais graves desta lógica foi a incapacidade coercitiva externa do Estado. A organização militar podia ser suficiente para enfrentar insurgentes locais, mas revelou-se incapaz de fazer frente à guerra *proxy* ou de dissuadir seus apoiadores do exterior.

Houve a utilização em larga escala das forças armadas e de paramilitares nacionais nas tarefas coercitivas e de repressão interna, o que ocorria principalmente devido à insuficiência das forças policiais:

Desde os tempos coloniais, as forças de defesa do Congo sempre estiveram envolvidas em tarefas de policiamento interno, mesmo quando não possuíam treinamento para este tipo de trabalho. [...] A crença de que o exército estava autorizado a usar a força contra qualquer população civil nasceu durante o período colonial e permaneceu com o povo congolês após a independência. (EBENGA e N’LANDU, 2005:72-73. Tradução minha)<sup>28</sup>

Com a especialização das forças de defesa em serviços de polícia e repressão interna, a incapacidade militar contra invasões externas e ameaças transfronteiriças acabou se tornando um resultado natural.<sup>29</sup> Assim, se de acordo com Tilly, os países descolonizados após a II Guerra Mundial adotaram em geral uma trajetória coercitiva direcionada prioritariamente para dentro do Estado (coerção interna). Mais que capacidade de combate, requeria-se não apenas lealdade ao poder político instituído, mas também a disposição para restringir direitos políticos ou sociais. Como destaca Charles Tilly:

Em média, os novos participantes [do sistema de Estados] seguiam as trajetórias de intensa aplicação de coerção. As potências coloniais que abandonaram suas possessões deixaram atrás de si pouco capital acumulado, mas legaram como herança aos estados sucessores forças militares que haviam sido recrutadas entre as forças repressivas e moldadas a partir dessas mesmas forças que eles criaram para manter as suas administrações locais. Essas forças armadas, relativamente bem-equipadas e bem-treinadas, se especializaram, então, muito mais no controle das populações civis e no combate aos insurgentes do que nas guerras entre Estados. (TILLY, 1996: 283)

As exceções (Forças Armadas com relativa competência na coerção externa) ocorreram, sobretudo, nos casos em que a rivalidade interestatal era mais evidente e acirrada. Trata-se, por exemplo, dos casos de Angola e África do Sul, que se viram diante da contingência de construir verdadeiras Forças Armadas nacionais, com armas combinadas e um sistema correlato de ensino militar de níveis médio e superior. Em Angola, a burocracia militar parece ter

<sup>28</sup> “From colonial times, the Congolese defense forces have always been involved in domestic policing activities, even when they had no training for this type of work. [...] The belief that the army was empowered to use force against any civilian was born during the colonial period and stayed with the Congolese people long after independence” (EBENGA e N’LANDU, 2005:72-73).

<sup>29</sup> Há outro problema desagregador nessa situação: as Forças Armadas, um dos símbolos máximos do Estado-nação, passaram a serem vistas com desconfiança pela população – o que se mantém até os dias atuais.

servido como suporte da própria construção da instituição política estatal (burocracia nacional). No caso da África do Sul, a demanda das armas combinadas associada ao boicote imposto ao regime do *apartheid* deu origem a um incipiente, porém representativo, complexo militar-industrial.

### ***As Forças Combatentes Principais***

Como visto na seção anterior, a maioria dos países africanos surgiu em um ambiente de tutela. Alinhado a esta percepção, Tilly considera os Estados nascidos no século XX triplamente externos. Isto porque foram construídos (i) sob a forma de possessões coloniais de outros Estados; (ii) sob influência de uma outra potência bem maior e (iii) por um concerto de nações (como o das Nações Unidas) – o que estabeleceu sua existência como membros separados do sistema internacional de Estados (TILLY, 1996:291).

Se no período colonial a tutela era a base da existência do Estado, no período da Guerra Fria e do pós-Guerra Fria novas formas de tutela foram construídas. Durante a Guerra Fria, EUA e URSS estabeleceram tardiamente suas políticas de influência na África. Entretanto, com o marco de Suez, “a África tornou-se repentinamente muito importante para ser deixada para tais trapalhões [França e Grã-Bretanha]” (WILSON, 1994:167. Tradução minha)<sup>30</sup>. Por um lado, os EUA se viam como protetores do *status quo*, identificavam a ameaça do comunismo em todo o globo e desde o início da Guerra Fria partiram para combatê-la, utilizando meios variados – “desde a ajuda econômica e a propaganda ideológica até a guerra maior, passando pela subversão militar oficial e não oficial [...]” (HOBSBAWM, 1994:422). Segundo Paul Kennedy, “[...] do ponto de vista de Washington [...] havia um plano de dominação comunista mundial em desenvolvimento, passo a passo, e era preciso ‘contê-lo’” (KENNEDY, 1989:371). Em suma, a verdadeira “defesa externa” resumia-se ao exercício da coerção interna.

Por outro lado, a URSS manteve posição mais tímida com relação às guerras e revoluções africanas até a década de 1970, quando a Doutrina Nixon norte-americana e a aliança estratégica Washington-Pequim levaram à colaboração mais intensa com movimentos revolucionários terceiro-mundistas – valendo-se, mormente, da liderança cubana (VIZENTINI, 2004:114).

Enquanto a redescoberta soviética do Terceiro Mundo nos anos 1950 e início dos 1960 havia sido baseada em alianças limitadas, mas estrategicamente importantes com as forças nacionalistas, algumas das novas relações que estavam se desenvolvendo entre Moscou e o Terceiro Mundo a partir de 1970 foram baseadas em uma teoria política comum, e, portanto, pretendiam ser mais abrangentes e penetrantes. (WESTAD, 2006:108-109. Tradução minha)<sup>31</sup>

<sup>30</sup> “Africa was suddenly too serious to be left to such bunglers” (WILSON, 1994:167).

<sup>31</sup> “While the Soviet rediscovery of the Third World in the late 1950s and early 1960s had been based on limited but strategically important alliances with nationalist forces, some of the new relations that were developing between

Em contraposição a esta timidez soviética dos anos 1960, Cuba iniciou desde esta época um envolvimento pró-ativo e ascendente em direção ao continente africano (LEOGRANDE, 1980:9; GONZÁLEZ, s/d). Neste período, a presença Cubana na África na promoção de movimentos de libertação nacional teve de ser sustentada em diversos momentos unilateralmente (LEOGRANDE, 1980:21). O que importa aqui é que o ambiente da Guerra Fria trouxe à África a interferência de forças externas que atuaram em papel central em conflitos armados.

Os resultados dessa política foram danosos. O Terceiro Mundo manteve-se como a porção quente da Guerra Fria (DAVIS, 1985) e, mesmo no período de equilíbrio entre as superpotências, estima-se que quase 20 milhões de pessoas foram mortas em mais de cem guerras e conflitos militares entre 1945 e 1983. Hobsbawm ressalta que “algumas das guerras anticomunistas travadas indiretamente foram de barbaridade comparável [àsquelas travadas diretamente, como na Coreia e Vietnã], sobretudo na África, onde se diz que cerca da 1,5 milhões de pessoas morreram entre 1980 e 1988 nas guerras contra os governos de Moçambique e Angola” (HOBSBAWM, 1994: 422).

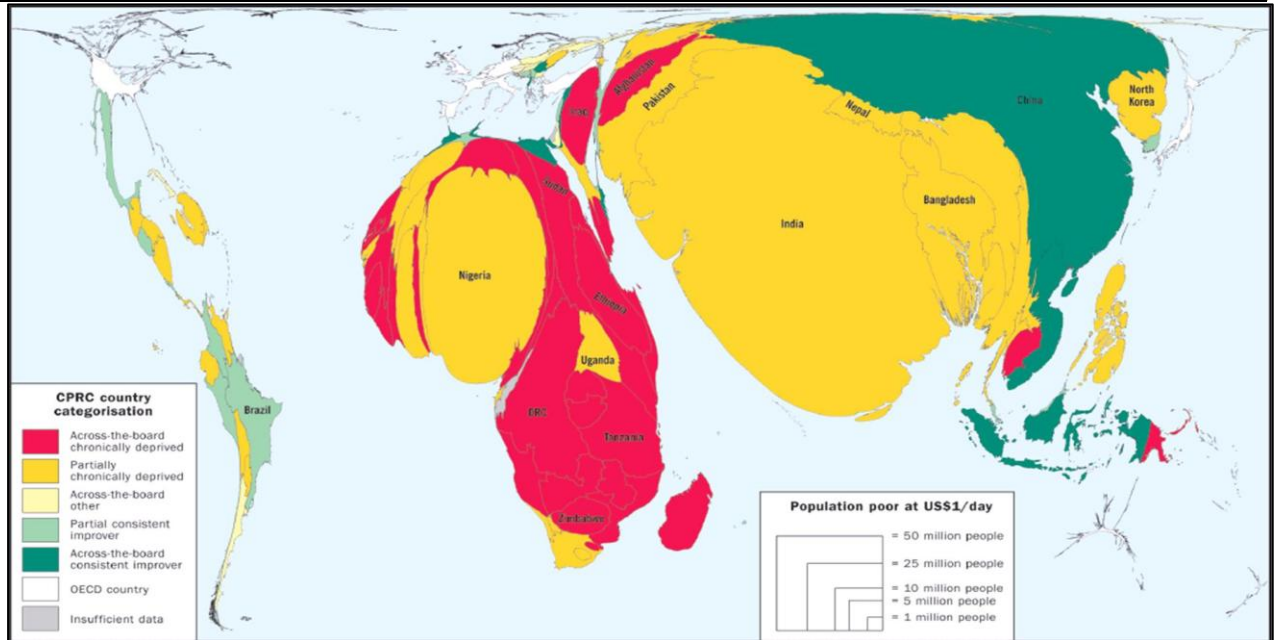
No período pós-Guerra Fria somaram-se outros condicionantes adversos à formação do exército nacional em relação aos já existentes. A globalização teve um impacto significativo sobre a produção de alimentos na África devido em parte à abertura comercial generalizada. De fato, inicialmente as recomendações do Consenso de Washington foram tomadas como o conteúdo “normativo” da globalização: resumiu-se a liberalização econômica e a privatização de empresas para dar suporte a um receituário monetarista – onde a estabilidade da moeda e a redução de gastos eram colocadas acima do bem-estar humano.<sup>32</sup> Em contrapartida os países centrais mantiveram uma política de protecionismo ou subsídios em relação à agricultura.

Produtos industriais e alimentos tornavam-se baratos, serviços de telecomunicação e extração de petróleo foram privatizados – o que atingiu de forma desigual, porém efetiva, todos os Estados africanos. Como três quartos das populações pobres do mundo vivem em zonas rurais, os agricultores locais perderam seus meios de subsistência ao mesmo tempo em que não foram criadas novas oportunidades de emprego nas cidades. As privatizações impactaram consideravelmente as já frágeis burocracias nacionais e a abertura ao exterior constituiu-se em um obstáculo adicional às incipientes economias nacionais.

---

*Moscow and the Third World from 1970 on were based on a common political theory, and were therefore intended to be more comprehensive and pervasive” (WESTAD, 2006:108-109).*

<sup>32</sup> Só mais recentemente, através do G-20 financeiro e das instituições multilaterais é que se procura exercer uma liderança política sobre o processo de globalização que envolve o desenvolvimento, a preocupação com a infraestrutura e a distribuição de renda (Agenda do Milênio).

**Figura 2 – Cartograma: Pobreza crônica de populações (tamanho) e de países (cor)**

**Notas:** “Um cartograma é um mapa que mostra uma variável específica por tamanho relativo. Neste caso, a variável é o número de pessoas pobres, de acordo com a linha internacional de pobreza absoluta (renda de US\$ 1/dia), em cada país. Assim, cada Estado – independentemente do tamanho real de seu território – é mostrado em tamanho proporcional ao número de pessoas absolutamente pobres que o habitam. [...] As cores do país referem-se à classificação CPRC de cada país, conforme descrito na legenda do cartograma. A classificação é baseada em uma análise agregada de acordo com o nível de, e mudança no, bem-estar/privação da média da população, utilizando dados de pelo menos 20 anos entre 1970 e 2003. A análise utiliza quatro indicadores de bem-estar /privação: PIB per capita, mortalidade infantil, fertilidade e desnutrição. [...] Assim, enquanto que a maioria das pessoas cronicamente pobres continua vivendo na Ásia, a maioria dos países cronicamente privados está na África Subsaariana África, com cinco exceções” (CPRC, 2009:20)

**Fonte:** CPRC, 2009:11

Como decorrência lógica, houve o aumento na escala das emergências humanitárias e dos conflitos armados nas regiões mais pobres do mundo. Reproduziu e intensificou-se a armadilha da pobreza: uma lógica de dupla causalidade em que a pobreza gera conflitos e os conflitos geram pobreza. Quase todos os países que fazem parte do cinturão de pobreza que corta ao meio o continente africano (vide figura 2) permanecem presos em uma mistura de criminalidade, instituições políticas instáveis, discriminação étnica, e fraqueza do Estado – fatores que por si só ampliam o risco de conflitos armados (THOMAS, 2008:254-256). Os conflitos armados acabam por reproduzir este círculo vicioso, agravando a deterioração da força de trabalho (resultado do recrutamento de jovens e crianças-soldado, dos deslocamentos, da fome e da proliferação de doenças); a destruição da infraestrutura; e o colapso da base agrícola e, conseqüentemente, da base de subsistência da população e de uma possível economia nacional.

No caso do Congo, assistiu-se à própria falência do Estado, materializada na perda do monopólio da força. Doravante, o suporte principal nos conflitos armados passou a ser fornecido por vizinhos mais fortes, organizações regionais ou mesmo pelas Nações Unidas.

A participação de forças militares externas nas guerras na África – sejam elas intra-estatais, interestais ou mistas - multiplicou-se.<sup>33</sup> O número de protagonistas africanos também aumentou: a assistência militar, que já se dava através de armamentos, assessores e suprimentos, passou a supor também a intervenção frequente de tropas estrangeiras africanas no auxílio a governos nacionais ou a grupos insurgentes. O que estava antes ao alcance de atores extracontinentais ou de uns poucos países africanos, como África do Sul e Zaire, ficou ao alcance também de países como Ruanda, Burundi, Libéria, Serra Leoa e outros. É isto que faz da guerra mista parte integrante do padrão atual de competição interestatal africano (ver quadro 3).

Tanto na Guerra Fria quanto no pós-Guerra Fria as forças externas tiveram o papel de protagonista principal em algumas guerra africanas. Tem-se como exemplo os casos da Guerra Civil de Angola<sup>34</sup>, da Guerra Civil Moçambicana<sup>35</sup>, da Guerra de Ogaden<sup>36</sup>, da Guerra Civil da Somália<sup>37</sup>, da Primeira Guerra Civil da Libéria<sup>38</sup>, da Guerra Civil de Serra Leoa<sup>39</sup> e da Segunda

<sup>33</sup> Conforme o quadro 3, em quarenta e cinco anos de Guerra Fria houve cinco guerras mistas na África. Por seu turno, no curto período de 20 anos do pós-Guerra Fria houve 8 guerras mistas: um crescimento de 60%. Ou seja, durante a Guerra Fria há uma média de, a cada dez anos, aproximadamente uma guerra mista. Já no pós-Guerra Fria a cada dez anos houve quatro guerras mistas.

<sup>34</sup> A Guerra Civil de Angola (1975-2002) é um exemplo claro dessa lógica. Nas vésperas da independência angolana, agendada para 11 de novembro de 1975, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) solicitou apoio da URSS e de Cuba para ajudar a defender Luanda. O suporte veio imediatamente, principalmente por parte de Cuba. "Entre novembro de 1975 e março de 1976, entre 18.000 e 36.000 cubanos chegaram a Angola" - com equipamentos e transporte soviéticos (LEOGRANDE, 1980:19). Com o avanço do suporte do Zaire a FNLA e da África do Sul a UNITA, os soviéticos enviaram, em novembro de 1975, vinte e sete navios cheios de armas e entre 30 e 40 aviões de transporte contendo tanques T54 e T34 e 12 MiG-21 (ARNOLD, 2008:34). As tropas cubanas e o apoio soviético foram fundamentais na luta contra a UNITA, com o equilíbrio sendo quebrado principalmente na batalha de Cuito Cuinavale - o momento decisivo para a definição da guerra. Na ocasião 40.000 cubanos lutaram lado a lado com angolanos, enquanto que o sistema de defesa aérea soviético alterou o equilíbrio anterior, que estava a favor das forças sul-africanas (ARNOLD, 2008:37).

<sup>35</sup> Na Guerra Civil Moçambicana (1975-92), o governo da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) obteve apoio quase incondicional do Zimbábue após a ascensão de Mugabe. Outros auxílios regionais foram os da Tanzânia e, em um segundo momento, de Malawi. Já em 1988, "o governo parecia crescentemente dependente de tropas do Zimbábue (10.000) e da Tanzânia (3.000) para enfrentar a RENAMO [20.000 homens]" (ARNOLD, 2008:250. Tradução minha). Esta dependência parece ter se intensificado com o avançar do conflito, devido à deterioração econômica do país e a intensificação dos ataques por parte do grupo rebelde. Em âmbito extra-regional, nesta fase pós-libertação nacional o apoio da URSS, Alemanha Oriental e outros países comunistas foi sendo gradualmente cambiado pelo suporte ocidental. EUA e Grã-Bretanha ofereceram ajuda econômica na guerra, enquanto que Grã-Bretanha contribuiu com o treinamento de tropas da FRELIMO.

<sup>36</sup> Na Guerra de Ogaden (1977-1978), entre a Etiópia e a Somália, também houve suporte externo em grande escala. As forças somalianas obtiveram sucessos iniciais devido à demora para a adaptação das forças etíopes aos novos equipamentos soviéticos (que enviaram ajuda poucos meses após a invasão somaliana); à superioridade técnica e tática aérea e terrestre da Somália e às complicações pelas quais passava a Etiópia devido aos grupos rebeldes Afar, Oromo e Tigres (LEOGRANDE, 1980:39; TAREKE, 2000:638). Entretanto, devido ao rompimento de relações da Somália com URSS e Cuba em novembro de 1977 - com a esperança de um maior apoio norte-americano - a escalada de apoio dos dois países à Etiópia se intensificou. Em abril de 1978, "a presença cubana aumentou para centenas de assessores e 17.000 tropas regulares" (LEOGRANDE, 1980:40. Tradução minha). Além do envio de equipamentos em larga escala, a URSS se comprometeu com o trabalho de milhares de assessores militares. Os soviéticos, ao contrário do que ocorreu na Guerra Civil de Angola, tiveram grande coordenação com as forças cubanas e desempenharam um papel central no planejamento e no comando da campanha. O Iêmen do Sul ainda colaborou com o envio de uma unidade de tanques (MARKAKIS, 1986:33), enquanto que a Coreia do Norte e a Alemanha Oriental ajudavam com treinamento de tropas e suprimentos.

<sup>37</sup> Na Guerra Civil da Somália (1989-....), o Estado esteve dependente de tropas externas para restabelecer segurança, ameaçada pelos grupos rebeldes que se insurgiam contra o governo de Siad Barre em 1989. Houve uma grande intervenção dos EUA e da ONU, mas que falhou em estabilizar o país. Com a falta de coordenação

Guerra Civil da República Centro Africana (RCA)<sup>40</sup>. Em todos esses casos as forças combatentes externas foram decisivas para a definição dos conflitos (ARNOLD, 2008; LEOGRANDE, 1980; TAREKE, 2000; MARKAKIS, 1986). Esta lógica parece gerar consequências nocivas para o Estado – haja vista que os incentivos para a construção de um exército nacional ficam relegados a um segundo plano ao mesmo tempo em que permanece reduzida a capacidade estatal após a retirada dessas tropas.

A guerra civil na África foi marcada pelo suporte de países vizinhos e também de potências extrarregionais a grupos rebeldes. Nesse caso, a pressão do SI fez com que os governos dos Estados africanos tivessem de lutar não mais contra as forças originais das guerrilhas internas – mas contra grupos caracterizadas por um novo perfil decorrente da ajuda externa. Este foi o caso da Guerra Civil Moçambicana, da Guerra Civil Congoleza (Brazzaville) e da Guerra

entre os países voluntários e a reduzida clareza do mandato, em 1994 a então UNOSOM (Operação das Nações Unidas na Somália) foi reduzida de 29.000 para 19.000 tropas e em 1995 as forças do UNOSOM II deixavam a Somália, ainda em estado de colapso. Após anos de conflitos entre as diversas facções rebeldes, em 2006, a Somália viu-se dependente da ajuda militar da Etiópia (8.000 homens) para a proteção do governo de transição do Colonel Abdullahi Yusuf – o que gerou a revolta da União das Cortes Islâmicas contra o então presidente – acusado de ser um fantoche da Etiópia e dos EUA (ARNOLD, 2008).

<sup>38</sup> Na Primeira Guerra Civil da Libéria (1989-97), a intervenção da CEDEAO/ECOWAS em finais 1990, foi decidida diante o impasse do conflito provocado pela cisão dos rebeldes em dois grupos principais, pela chegada do grupo de Charles Taylor em Monrovia, pelo encurralamento das tropas do governo de Samuel Doe e pela generalização de massacres de populações civis. Foi estabelecido o ECOMOG (*Economic Community Monitoring Group*) que passou a executar as operações militares da ECOWAS contra os grupos rebeldes – que incluíam AFL, NPFL e INPF entre outros. Com o fracasso das tratativas de paz em 1991, o NPFL adquiriu quase 95% do território do país em meados de 1992 e um novo grupo se materializava (ULIMO) – o que provocou mais uma intervenção externa: o embargo de armas para o país, imputado pelo CSNU. O resultado foi a recuperação de três bastiões principais da NPFL em 1993. A partir daí o imbróglio da guerra foi constante, com a assinatura de diversos acordos de paz não-respeitados e a retomada recorrente das atividades militares. Cumpre salientar a presença das forças da ONU a partir de 1993. Somente em 1996, com a doação de US\$ 30 milhões pelos Estados Unidos; a força tarefa de desarmamento dos grupos rebeldes, e a chegada de mais tropas para o ECOMOG, com assistência de EUA e Grã-Bretanha – é que o cessar-fogo de 1996 (Abuja Accord) pôde ser minimamente cumprido.

<sup>39</sup> Na Guerra Civil de Serra Leoa (1991-2002), o presidente democraticamente eleito em 1996, Ahmad Tejan Kabbah, viu-se dependente de uma intervenção externa das forças do ECOMOG para ser restabelecido no poder após um golpe do Conselho das Forças Armadas Revolucionárias (25 de maio de 1997) - o qual havia se aliado ao RUF (Revolutionary United Front). Ademais, as forças do ECOMOG preveniram um novo golpe do CFAR em 1999. A dependência para com o ECOMOG era tamanha que, com a saída das tropas em abril de 2000, mesmo após o estabelecimento da força de paz da ONU (UNAMSIL), o RUF passou a violar os Acordos de Paz de Lomé (julho de 1999). A guerra só pode ser vencida com o estabelecimento de tropas britânicas (Operação Palliser) que, com 200 homens, evacuou seus nacionais em poucos dias, estabeleceu a ordem no governo e organizou uma ofensiva que obteve a captura do líder rebelde e o processo de paz. Após a operação, tropas britânicas ainda treinaram as forças armadas de Serra Leoa.

<sup>40</sup> No caso da Segunda Guerra Civil da República Centro Africana (RCA) (2004-2008) a lógica também esteve presente. Se a sua Primeira Guerra Civil (1996-2003) foi marcada pela dependência de tropas externas de França, Senegal, Chade, Gabão, Togo, Burkina Faso, Costa do Marfim e Líbia por parte do governo de Ange-Felix Pattassé para se manter no poder frente aos grupos rebeldes – após a ascensão François Bozizé o quadro continuou o mesmo. A França e o Chade foram os grandes responsáveis pela desmobilização dos grupos rebeldes, principalmente da *Union of Democratic Forces for Unity* (UFDR). Em 14 de novembro de 2006 a França anunciava a intensificação da assistência militar, que já contava com 200 soldados (com força comparada a dos 5.000 da RCA). As operações aéreas francesas foram fundamentais para a captura de cidades controladas por rebeldes. Em 17 de novembro foi a vez do Chade aprovar o envio de tropas – que foram centrais para a captura de chefes rebeldes.



Civil de Serra Leoa.<sup>41</sup> Em alguns momentos as tropas externas passaram a lutar lado a lado com as guerrilhas – dando um aspecto interestatal à guerra civil. Foi o caso da Segunda Guerra Civil da Libéria, na Segunda Guerra Civil do Chade e na Guerra Civil de Angola.<sup>42</sup> Tanto nesse caso, como nos de participação decisiva de forças armadas estrangeiras, a guerra adquiriu uma feição mista (civil e interestatal); entretanto, sua face interestatal esteve muito mais presente – na medida em que em alguns casos o perfil civil se estabeleceu apenas como uma justificativa para a guerra. Assim foi na Primeira e na Segunda Guerra do Congo. Importa também o suporte militar de grupos insurgentes, pois, nos casos em que estes assumem o poder, o suporte externo continua sendo necessário – o que gera instabilidades e incertezas na construção Estatal.

### ***A Forma de Financiar a Guerra***

Outro elemento importante relacionado ao fenômeno da guerra e que interfere diretamente no processo de construção do Estado é a forma de financiamento do conflito armado. Pode-se afirmar que pelo menos três fatores influenciam nesse processo. O primeiro diz respeito a questões históricas, geográficas e econômicas internas e à própria disponibilidade de recursos e riquezas disponíveis em território nacional. Em segundo lugar está a disponibilidade de recursos financeiros externos e a disposição de centros econômicos internacionais para

---

<sup>41</sup> A Guerra Civil Moçambicana é um exemplo deste caso, com a articulação do regime racista rodesiano para a criação da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) em resposta ao suporte do governo da FRELIMO ao ZANU. O Zimbábue, após a ascensão de Mugabe no vizinho Zimbábue, a RENAMO foi apoiada em todos os sentidos pela África do Sul e Portugal e, em menor escala, por Malawi (primeira fase dos conflitos). A Guerra Civil Congoleza (Brazzaville), também serve de amostra. Nesse caso, Angola e, de certo modo, a França, apoiaram o grupo rebelde de Sassou-Nguesso contra seu rival, o então presidente Lissouba, aliado da UNITA. A Guerra Civil de Serra Leoa também é citada, onde forças nacionais de Serra Leoa tiveram de enfrentar o RUF apoiado por Charles Taylor da Libéria. Com isso o presidente lucrava com o comércio de diamantes e aproveitava para se vingar das forças de Serra Leoa e Guiné – as quais compuseram as forças de intervenção do ECOMOG na Primeira Guerra Civil da Libéria.

<sup>42</sup> Na Segunda Guerra Civil da Libéria, a Guiné começou auxiliando o LURD (*Liberians United for Reconciliation and Democracy*) e já em 2003 era possível identificar suas tropas lutando ao lado dos rebeldes (ARNOLD, 2008:216). Na atual Segunda Guerra Civil do Chade, o presidente Idriss Déby, apoiado por forças da União Européia, acusou o suporte do Sudão aos grupos rebeldes Tama e Janjaweed (de Darfur). Dois dias após um acordo de reconciliação entre os dois países em Doha (3 de maio de 2009), o governo do Chade alegou ataques militares por parte do Sudão em 5 de maio. Como resposta, três ataques aéreos do Chade foram realizados no território do Sudão em 16 e 17 de maio de 2009. Na Guerra Civil de Angola, como intermediador de recursos da CIA, o Zaire continuou a fornecer apoio a FNLA – cujo líder, Holden Roberto, era cunhado de Mobutu – até seu declínio em 1977. Após (1981) passou a promover a UNITA, agora principal oponente de Luanda. Inicialmente a UNITA foi apoiada pela França. Entretanto na maior parte do tempo seu suporte veio dos Estados Unidos, canalizado através do Zaire pela CIA, e África do Sul. Outros países que apoiavam a UNITA eram Arábia Saudita, Qatar, Marrocos, Senegal e Costa do Marfim. Em 1986, o Congresso norte-americano aprovou uma ajuda de US\$ 15 milhões para a UNITA (ARNOLD, 2008:36). Nas vésperas da batalha de Cuito Cuanavale, tropas da África do Sul adentraram fortemente no território austral de Angola. Em novembro de 1987 eram 3000 homens, em janeiro de 1988 eram 6.000 homens e em fevereiro do mesmo ano as tropas subiram para 7.000 homens. Após a derrota da UNITA e da África do Sul em Cuito, foi acertada a política de *linkage* - o que não impediu que os EUA continuassem financiando a UNITA. Em 1990 a ajuda norte-americana à UNITA chegava à quantia de US\$ 80 milhões, enquanto que a África do Sul ao longo dos anos 80 investiu US\$ 160 milhões. Mesmo após o Acordo de Lusaka (1994), mais de 1/4 das tropas da UNITA não haviam sido integradas nas Forças Armadas Angolanas, mantendo bases no Zaire de Mobutu e no Congo de Lissouba. Mesmo com as derrubada desses dois regimes, somente com a morte de Joseph Savimbi em 22 de fevereiro de 2002 é que a guerra pode ser encerrada.

emprestar recursos. O terceiro fator está relacionado à iniciativa de líderes nacionais para construir estruturas extrativas de longo prazo ou optar por formas mais rápidas de financiamento. Todos esses três fatores estão relacionados à possibilidade de existência de economia de enclave e de “senhores da guerra” locais.

Miguel Centeno (2002), a partir de seu estudo sobre a construção do Estado na América do Sul, salienta que o financiamento da guerra mediante empréstimos externos – ao invés da taxaço sobre a população local – produz efeitos deletérios para a construção do Estado. A percepção do autor parece estar de acordo com a de Tilly, que demonstra a importância dos impostos sobre a população como forma de expandir o aparelho central do Estado. A taxaço geraria incentivos à construção da infraestrutura e da capilaridade estatal, e criaria vínculos entre o Estado e populações longínquas – bem como incentivos à barganha entre sociedade e Estado. De acordo com Herbst,

não há melhor medida do alcance de um Estado do que a sua capacidade de arrecadar impostos. Se um Estado não controlar efetivamente um território, certamente não será capaz de cobrar impostos de uma forma sustentada e eficiente. Ao mesmo tempo, uma base fiscal amplamente distribuído ajuda a garantir a consolidação do Estado gerando um fluxo robusto. (HERBST, 2000a:113. Tradução minha)<sup>43</sup>

Na África, pode-se afirmar que em grande parte dos casos a guerra foi financiada (i) por recursos externos vindos com assistência militar ou por empréstimos internacionais; e (ii) pela extração e concessão de exploração de recursos naturais. Isto sugere que a forma de financiamento da guerra na África deu-se predominantemente através de uma economia de enclave, baseada na exploração de recursos naturais. Alguns exemplos são característicos, como a Guerra Civil de Moçambique, a Guerra Civil de Angola<sup>44</sup> e a Segunda Guerra Civil da Libéria<sup>45</sup>. A RDC também é um exemplo desse fenômeno.

O tipo de financiamento predominante nas guerras africanas (recursos naturais e empréstimos externos) não incentivou a ampliação da extração de taxas às populações e, por conseguinte, o estabelecimento de uma maior capilaridade do Estado e da ligação deste com núcleos distantes da sociedade, como se deu no caso europeu. A situação da África assemelha-se mais à descrita por Enzo Falleto e Fernando Henrique Cardoso como característica da América

---

<sup>43</sup> “*there is no better measure of a state’s reach than its ability to collect taxes. If a state does not effectively control a territory, it certainly will not be able to collect taxes in a sustained and efficient manner. At the same time, a widely distributed tax base helps to guarantee consolidation of the state generating a robust stream*” (HERBST, 2000a:113).

<sup>44</sup> Na Guerra Civil de Angola, em fins da década de 1980 a produção de petróleo fornecia ao governo da MPLA uma renda de US\$ 2 bilhões anuais (ARNOLD, 2008:39). Já a UNITA tinha US\$ 600 milhões anuais em diamantes (ARNOLD, 2008:43).

<sup>45</sup> Na Segunda Guerra Civil da Libéria, o financiamento da guerra por parte do governo de Taylor foi realizado pelo maior controle da extração e do comércio de diamantes em 2000. Um indicador da importância dos recursos naturais no financiamento desta guerra é que as principais batalhas entre o governo central e o grupo rebelde LURD, auxiliados por Guiné, foram centradas nas cidades produtoras de diamantes de Wesua e Wiegui (ARNOLD, 2008).

Central: a da existência de uma economia de enclave. Trata-se de “núcleos de atividades primárias controladas de forma direta pelo exterior” que operam como “uma espécie de prolongamento tecnológico e financeiro das economias centrais” (CARDOSO e FALETTTO, 1979:46 e 48). Além disso,

[...] os enclaves produtores chegaram a ordenar o sistema econômico nacional e a imprimir-lhes características comuns. Com efeito, a partir do momento em que o sistema produtor local já não pode crescer independentemente da incorporação de técnicas e capitais externos, ou de sua subordinação a sistemas internacionais de comercialização, o dinamismo dos produtores locais começa a perder significação no desenvolvimento da economia nacional. Nessas condições, os produtores locais perdem em grande parte a possibilidade de organizar dentro de suas fronteiras um sistema autônomo de autoridade e de distribuição de recursos. (CARDOSO e FALETTTO, 1979:47)

Em suma, a existência do enclave é um obstáculo para a existência de uma economia nacional. No caso específico do Congo, a existência do enclave revelou-se capaz de conter até mesmo o desenvolvimento de uma administração pública civil e a existência do exército nacional. Este último é a base para a criação do próprio sistema tributário nacional que, segundo Tilly, serve como suporte (através do sistema de contrapartidas) das instituições políticas.

Mais grave, contudo, é que a expressão política do enclave em alguns países africanos, como é o caso do Congo, assemelha-se a dos caudilhos da América Latina e, talvez com mais propriedade, aos “senhores da guerra” da China. O mesmo mecanismo que em tempos de paz alienava a riqueza natural do território, em tempos de guerra converte-se no foco de financiamento das operações militares. Como em geral não há exército nacional, ou este é apenas nominal (há muito menos um sistema de empresas estatais para uma logística nacional), a economia da guerra é baseada na pulverização da riqueza natural na aquisição de meios militares. Neste caso, há pouca diferença se o esforço de guerra é conduzido por tropas governamentais ou por senhores da guerra associados ao exterior. Não há em nenhum dos casos um benefício mesmo indireto à economia (inexistente) com os gastos militares de capital e custeio. Se o material bélico é adquirido através de recursos naturais, o custeio das tropas (até mesmo as da ONU) é feito à “forragem”, isto é, à custa do saque e da pilhagem dos meios de vida da população local.

### ***Quem Obtém a Vitória na Guerra***

Duas questões são derivadas dessa ampla pergunta. A primeira, mais diretamente relacionada à guerra em si, questiona “o país/Estado analisado venceu ou perdeu?”. Como a derrota na guerra envolve a possibilidade de perda de território e a dissolução da antiga burocracia estatal e do exército nacional, a questão é centralmente importante para o processo de construção do Estado. A vitória militar na guerra influencia na estrutura de acumulação, na infraestrutura e na própria viabilidade do Estado. O caso da Bolívia é um dos mais significativos

sobre esta lógica de guerra não-virtuosa na América do Sul (SEBBEN, 2010); no contexto africano, o caso da Guerra de Libertação da Eritreia convalida as decorrências negativas da guerra para o Estado quando este perde, por exemplo, o seu acesso ao mar (Etiópia).

Uma segunda questão derivada da pergunta deste intertítulo questiona “que liderança ganhou?”. Isto porque a postura assumida por elites vencedoras da guerra, e mesmo pelas elites que travam a guerra, interfere centralmente no processo de construção estatal. Victoria Hui (2005) demonstra que importa a opção dos sujeitos – no sentido de que os próprios agentes podem adotar reformas autofortalecedoras ou autoenfraquecedoras do Estado. As reformas autofortalecedoras são aquelas relativas ao aumento da capacidade econômica estatal, à ampliação da força militar e ao desenvolvimento de estratégias inteligentes por parte de líderes políticos.<sup>46</sup> Têm a ver com a habilidade do governo em extrair meios de guerra e comandar o apoio da sociedade – ou seja, estruturar sistemas fiscal/tributário, burocrático/administrativo e da economia nacional que, segundo Nisbet, são tributários da construção do exército nacional permanente (NISBET, 1973:103 e 108).

Segundo Victoria Hui (2005) as reformas autoenfraquecedoras são exatamente o oposto do caminho da construção do Estado.<sup>47</sup> Evidenciam que não há garantia de que a guerra gere mudanças em direção a reformas autofortificadoras. Isto se deve ao fato de que líderes políticos podem adotar instituições não eficientes que envolvem menores custos de transação a curto prazo. Todavia, estas instituições geralmente persistem, pois criam interesses em sua manutenção – gerando um círculo vicioso nocivo ao Estado.

No continente africano, grande parte de líderes nacionais vitoriosos não se comprometeu com um ciclo de reformas autofortalecedoras do Estado, predominando em alguns casos os receios de Kwame Nkrumah: as políticas de traços neocoloniais (NKRUMAH, 1967). As ligações da antiga colônia com elites locais, principalmente no caso francês (e, em menor escala, o inglês) e de novos atores que chegavam à África (EUA e organizações internacionais), permitiram

[...] a subserviência de muitos líderes africanos aos estados capitalistas e especialmente à antiga potência colonial, e a dependência de suas economias em fluxos comerciais e corporações que os conectavam às antigas metrópoles, e muito frequentemente em um nível de ajuda que deixavam os Estados africanos comprometidos com uma poderosa

<sup>46</sup> Como exemplo do aumento da força militar, têm-se o estabelecimento de um exército permanente pela conscrição nacional; do aumento de capacidade econômica, têm-se a imposição de taxaço direta e indireta, e promoção da produtividade econômica; e do desenvolvimento de estratégias inteligentes, há a substituição da aristocracia pela meritocracia (HUI, 2005:34).

<sup>47</sup> Há o decréscimo da força militar, pelo estabelecimento de um exército permanente de empresas militares e de tropas mercenárias; o decréscimo das capacidades econômicas, impostos agrícolas para taxas comuns e empréstimos e créditos para receitas extraordinárias; e o desenvolvimento de estratégias não-inteligentes, como a venda de cargos públicos para detentores de capital privados (Ibidem). Poder-se-ia incluir, no âmbito militar, o travamento de guerras por exércitos parceiros e, no âmbito econômico, a dependência da renda proveniente de recursos naturais (exploração e concessão).

inclinação a não ofender os países que a forneciam. (CLAPHAM, 2005:182. Tradução minha)<sup>48</sup>

Nestes casos, houve em menor ou maior medida “o enfeudamento da classe dirigente nativa à classe dirigente do país dominador, o qual limita e inibe o pleno desenvolvimento das forças produtivas nacionais”, em suma, da própria “burguesia nacional” (CABRAL, 1980:33). Esta postura também pode ser comparada a dos caudilhos e senhores da guerra. Assim a postura das elites nacionais importou para a construção do Estado e de suas esferas – adiando a geração de estruturas coercitivas efetivas, extrativas, distributivas, produtivas e de justiça – o que dirá a distribuição de direitos civis e políticos.

No caso do Congo, o patrimonialismo das elites e a associação dos senhores da guerra com a economia de enclave foram centralmente nocivos para a construção de uma burocracia nacional. O legado histórico de controle privado e carismático das instituições políticas e a pilhagem de recursos naturais por elites internas e externas assim o atestam.<sup>49</sup> Todavia, o seu mecanismo mais pernicioso de manifestação foi a histórica política de sucateamento das forças de segurança e de controle firme por parte do presidente para que estas não rivalizassem com seu poder central. Exércitos treinados e burocracias eficientes se tornaram mais uma ameaça do que uma vantagem (YOUNG e TURNER, 1985:274) – o que resultou em gastos reduzidos na construção de um exército nacional. Exceto por um interregno inicial no governo de Mobutu, os esforços para o fortalecimento militar foram escassos na história pós-colonial do país.

Outro indicador africano da articulação presidencial para o controle das forças de segurança regulares é que historicamente estas forças mantiveram um vínculo maior com o presidente do que com o Estado ou a nação (ILLIFE, 2007:270). Estas forças se conservaram formadas ou comandadas por pessoas de extrema confiança (ou pertencentes ao seu grupo étnico) com vínculo e responsividade direta e pessoal.

No caso congolês, essas forças especiais variaram de presidência para presidência, mas mantiveram-se em geral a guarda presidencial de elite e nos serviços de inteligência militar e civil. Em alguns casos estas forças de elite presidenciais chegaram a substituir o próprio exército nacional. Importa perceber que, ao fechar as escolas militares e impedir o surgimento de um pensamento estratégico nativo, reduzir as armas combinadas a uma guarda pretoriana, o presidente institui-se como um mero caudilho, um gestor dos enclaves. Não raro, as reservas do país confundiam-se com sua fortuna pessoal.

---

<sup>48</sup> “[...] *the subservience of many African rulers to the capitalist states and especiallu the former colonial power, and the dependence of their economies on trade flows and corporations which linked them to the former metropolises, and very often on a level of aid which provided the African states concerned with a powerful indulcement not to offend the countries which supplied it*” (CLAPHAM, 2005:182).

<sup>49</sup> “As enormes riquezas do país não serviram para suprir as necessidades básicas de sua população, mas para enriquecer os governantes do país e seus aliados políticos externos e parceiros de negócios” (NZONGOLANTALAJA, 2003:2. Tradução minha).

Desse modo, as definições acerca de quem obtém a vitória na guerra (opções da elite vencedora) tornaram-se menos importantes face à persistência de um quadro adverso no âmbito da construção estatal (segunda imagem) ou da estrutura (terceira imagem) que impediu a criação de uma burocracia (civil e militar) que fosse capaz de engendrar elites concorrentes ao modelo caudilhista (no caso da África, mimetizado enquanto tribalismo). As exceções que de forma indireta convalidam a regra ficam por conta de países onde forças políticas revolucionárias e o exército nacional enfrentaram um sistema internacional adverso apostando na construção estatal (Angola, Moçambique, Etiópia, etc.).

### ***Como a Guerra é Finalizada***

Por fim, a resolução do conflito importa, sobretudo, nos casos de guerra civil. Está em jogo a decisão pela definição militar do conflito ou pela paz negociada. No caso de guerras civis que são encerradas sem uma definição militar (superioridade militar de um dos lados) são geralmente implantados mecanismos frágeis de distribuição de poder (*power-sharing*) e de pacificação das forças em conflito. O fenômeno pode ser observado na Primeira Guerra Civil da Libéria, na Terceira Rebelião Tuareg, no Conflito Casamancês, na Guerra Civil do Burundi e na Quarta Rebelião Tuareg. Apesar de a Segunda Guerra do Congo ter possuído um formato híbrido que mistura guerra interestatal e guerra civil, o quadro parece ser semelhante, como se verá a seguir.

Estas soluções político-institucionais exclusivamente negociadas produzem grandes instabilidades a nível estatal, provocadas pela indefinição militar de guerras civis. Isto se deve ao fato de que, quando este fenômeno ocorre, o princípio primário do conceito weberiano de Estado (o monopólio dos meios de coerção) passa a não ser cumprido e o exército nacional é em geral pulverizado por milícias e bandos armados. A entidade Estatal passa a ser sustentada por um acordo político destituído de *enforcement* efetivos e que – como todo o acordo formal deste tipo – acaba sendo muito frágil, como se verá durante este trabalho.

## **1.3 Guerra e Estado na RDC e o Conceito de Estado Falido**

No caso da RDC, elementos relacionados tanto à guerra quanto à forma de enfrentá-la foram igualmente relevantes para a estruturação do Estado. O país experimentou uma realidade conflituosa desde a sua independência (30 de junho de 1960). Foram três guerras principais (Crise do Congo, 1960-1965; Primeira Guerra do Congo, 1996-1997; e Segunda Guerra do Congo, 1998-2003); duas secundárias (Shaba I, 1977; e Shaba II, 1978); e uma situação atual em que a violência se tornou endêmica (Estado de Violência, desde 2003) (vide quadro abaixo). Ao todo, foram quatro períodos políticos principais: o imediato pós-independência, também

chamado de Primeira República (1960-1965); o regime de Mobutu Sese Seko, conhecido como Segunda República (1965-1997); o governo de Laurent Kabila (1997-2001); e o governo de Joseph Kabila (2001-....) – os dois últimos tentaram cumprir a promessa de uma Terceira República.

<b>Quadro 4 – As Principais Conflagrações no Congo pós-Independência e o Estado de Violência</b>			
<b>Conflagração</b>	<b>Principais Beligerantes</b>	<b>Número de Mortes</b>	<b>Causas Principais</b>
<b>Crise do Congo (1960-1965)</b>	Mercenários BEL, FAs BEL, FAs EUA, ONUC, Che Guevara (Cuba)	200 mil	Descolonização africana abrupta; Dependência da extração de recursos de regiões específicas (Katanga/Kasai); Instabilidade institucional (baixo nível de treinamento).
<b>Primeira Guerra do Congo (1996-1997)</b>	<u>Ataque:</u> AFDL e FAs de Ruanda, Uganda, Burundi e Angola <u>Defesa:</u> FAZ	200 mil	Colapso Econômico/Regime Cleptocrático (Mobutu); Conflitos nos Grandes Lagos da África Central; Projeto norte-americano para a região.
<b>Segunda Guerra do Congo (1998-2003)</b>	<u>Ataque:</u> Ruanda, Uganda, Burundi, MLC, RCD-Goma, RCD-K/ML. <u>Defesa:</u> Angola, Zimbábue, Namíbia, Chade, Sudão, Interahamwe, ex-FAR, Mai Mai.	3,8 milhões	Instabilidade dos Grandes Lagos; Expulsão de Ruanda e Uganda do governo de L. Kabila; Rompimento de Kabila com a África do Sul.
<b>Estado de Violência (2003-....)</b>	FARDC, FAs Ruanda e Uganda, MONUC, UPC, FNI, FDLR, CNDP, Mai Mai, LRA	1,6 milhões	Acumulo do declínio econômico desde a década de 1970; Falta de definição militar da segunda guerra; Autonomia de milícias <i>proxy</i> ; Atuação de companhias mineradoras.

**Notas:** Trata-se de guerras cuja amplitude geográfica do conflito foi de mais de uma província; o resultado conferido à estrutura política do país foi a mudança de regime político, de governante ou de arranjo político; o número de mortes registrado foi maior do que 100 mil pessoas; e houve a participação de beligerantes externos. Apesar de se enquadrarem no último critério (participação de beligerantes externos), as duas guerras de Shaba (Shaba I e Shaba II) não cumprem todos os pré-requisitos mencionados. Isto não exclui a relevância de futuros estudos sobre as duas conflagrações. Elas influenciaram diretamente na postura externa do país – que, após um período de autonomia relativa no governo Mobutu, passou diretamente ao eixo de influência franco-belga (VIZENTINI, 2007a e 2007b) – e dizem muito a respeito das relações Zaire-Angola (MPLA).

**Fontes:** TURNER, 2007; CLARK, 2002; NEST, 2006a, 2006b; PRUNIER, 2009; NDIKUMANA & EMIZET, 2003; HRW, 2009a; GALVÃO, 2002; KABEMBA, 2001, 2006, 2005.

**Autor:** CASTELLANO DA SILVA, Igor, 2010

As três principais guerras ocorridas no país após 1960 influenciaram sobremaneira no processo de construção do Estado e na conformação do atual Estado de Violência, na medida em que refletiam estruturas mais amplas do sistema internacional e em que as formas de enfrentá-las, de encerrá-las e a postura das elites vencedoras contribuíam ou não para o aumento da capacidade estatal. Estas guerras envolveram elementos semelhantes (vide quadro 5), tais como (i) a presença central de conflagrações civis que ameaçavam o governo central, (ii) a interferência externa no campo de batalha na forma de força combatentes principais, (iii) o financiamento dos esforços de guerra por ajuda externa ou pela concessão/exploração de recursos naturais, e (iv) a ascensão de líderes com propensão a realizar tanto reformas autoenfraquecedoras quanto autofortalecedoras (apesar de terem sido postas em prática em momentos pontuais da história do país, estas últimas não obtiveram sucesso).

**Quadro 5 – Características Principais das Guerras da RDC pós-Independência**

Guerra	Tipo de Guerra	Força Vencedora	Combatentes Principais das Forças Vencedoras	Forma de Financiamento Principal	Reformas da Elite Vencedora	País Vencedor?	Definição Militar do Conflito
<b>Crise do Congo</b> (1960-1965)	Mista	ANC (Congo)	Mercenários, FAs de BEL e EUA, ONUC, ANC	Ajuda externa	Ambas	sim	sim
<b>Primeira Guerra do Congo</b> (1996-1997)	Mista	AFDL (Rebeldes)	FAs de Ruanda, Uganda, Burundi e Angola, AFDL	Recursos Naturais	Ambas	sim	sim
<b>Segunda Guerra do Congo</b> (1998-2003)	Mista	FARDC (Congo)	FAs de Angola, Zimbábue, Namíbia, Chad e Sudão, FARDC, Interahamwe, ex-FAR, Mai Mai.	Recursos Naturais	Autofortalecedoras	sim	<b>não</b>

**Autor:** CASTELLANO, 2011.

As guerras no Congo influenciaram os formatos assumidos pelo Estado, os quais também foram deveras parecidos (quadro 6). Manteve-se a estrutura territorial do Estado, houve pouca ou quase nenhuma capacidade da praticar a guerra (coerção externa), desenvolveu-se pifiamente uma esfera extrativa baseada em taxaço de populaçoes – ficando-se a mercê de empréstimos externos e da extraço de recursos naturais – e investiu-se quase nada no desempenho de outras atividades estatais.

**Quadro 6 – Esferas do Estado na RDC: Períodos pós-conflitos**

Esferas do Estado	Governo Mobutu (1965-1997)	Governo L. Kabila (1997-1998)	Governo J. Kabila (2001-...)
Criaço do estado (Território)	V	V	V
Prática da guerra (Coerço Externa)	X	X	X
Proteço (Coerço Interna)	V	V	<b>X</b>
Extraço (Taxaço)	X	X	X
Outras esferas	Produtiva	-	Direitos Políticos

**Notas:** V = esfera relativamente existente. X = esfera não existente.  
**Autor:** CASTELLANO, 2011.

Como será percebido, o Estado congolês no governo de Joseph Kabila possui um diferencial importante: rompeu com a trajetória coercitiva interna do Estado. Isto não porque construiu elementos indicativos de uma esfera coercitiva externa bem desenvolvida, mas porque não conseguiu manter a própria capacidade coercitiva interna.

A busca por um possível elemento divergente nas características das guerras ocorridas no país sugere que a ausência de uma definição militar do conflito é a condição principal que influencia este resultado. A ausência de uma definição real para esta guerra, que também possui características civis (intraestatais) provoca um grande viés à estrutura principal do Estado (o



monopólio dos meios coercitivos) e a dissolução quase que completa do exército nacional – o qual foi historicamente responsável pela tarefa coercitiva interna.

Este diferencial das estruturas estatais presentes no regime Joseph Kabila (a incapacidade coercitiva interna) qualifica o Congo como um Estado falido. Isto mesmo quando utilizadas definições mais restritas sobre quais são as funções estatais básicas que inexistem neste tipo de unidade política. O assunto merece uma qualificação.

### ***Estado falido: Em busca de um conceito***

Os princípios básicos que deram origem ao conceito de Estado falido surgiram na década de 1980, sobretudo com os trabalhos seminais do realista Robert Jackson (JACKSON e ROSBERG, 1982; JACKSON, 1990).<sup>50</sup> Por outro lado, somente em 1992 o termo passou a ser utilizado - em substituição a Estados fracos ou “quase-estados” - dando um novo marco aos debates (HELMAN e RATNER, 1992).<sup>51</sup> O aumento das discussões teve efeitos multiplicadores nas variações do conceito, seja no que diz respeito às suas causas e soluções possíveis, seja no âmbito dos indicadores que poderiam representar a falência estatal. Monteiro (2006) ressalta, contudo, que uma unidade básica foi mantida entre as teorias. Por exemplo, no que concerne ao significado básico da falência do Estado prevalece a percepção comum de que alguns Estados reconhecidos internacionalmente (estabilidade jurídica<sup>52</sup> ou soberania negativa) não detêm condições empíricas que os caracterizariam como um Estado de fato (estabilidade empírica ou

<sup>50</sup> Nas obras supracitadas, Jackson apresenta os conceitos básicos de soberania positiva e soberania negativa. O primeiro se trata em uma condição de existência empírica do Estado, enquanto que o segundo indica uma condição de existência simplesmente jurídica. Jackson argumenta a prevalência do segundo tipo sobre o primeiro nos casos dos diversos países surgidos após a Segunda Guerra Mundial, como consequência da segunda onda de democratização na Europa e das pressões soviéticas e norte-americanas para a descolonização do Terceiro Mundo.

<sup>51</sup> Como consequência lógica, já no mesmo ano os Estados Unidos passaram a justificar a intervenção na Somália a partir deste conceito (KRAUTHAMMER, 1999) e em 1994 a CIA estabelecia a “Força-tarefa do Fracasso Estatal” (*State Failure Task Force*). Renomeada, em 2003, para “Força-tarefa de Instabilidade Política” (*Political Instability Task Force*). Com o fracasso da intervenção na Somália o tema assumiu um papel marginal, enquanto que temas econômicos e de segurança tradicionais passaram a dominar os debates de política externa nos EUA. Pode-se inferir que esta inflexão foi igualmente relevante para a inação dos EUA e da comunidade internacional como um todo diante a falência do Estado de Mobutu. O apoio dos EUA aos governos de Ruanda e Uganda sugere que a invasão dos países vizinhos foi considerada uma política mais apropriada, aliada aos novos contratos no setor de mineração que receberiam as empresas norte-americanas. Era a intervenção sem maiores comprometimentos. Somente com os atentados de 11 de setembro e a identificação da ligação, questionável, do Afeganistão com estes é que o tema adquiriu nova preponderância no que se costumou chamar de Doutrina Bush. Todavia, ao contrário da adoção anterior do conceito, esta nova o estabelecia não mais como um problema regional, mas sim global.

<sup>52</sup> De acordo com Jackson e Rosberg (1982) a diferença entre estatidade (*statehood*) empírica e jurídica está ligada ao dilema exposto por Weber entre as percepções que salientam os meios do Estado e aquelas que focam nos fins. Um conceito que enfoca os meios do Estado deve necessariamente pensar no problema de sua estatidade empírica (de fato), em que dois ou mais monopólios coercitivos concorrentes não podem existir sobre o mesmo território e população. Já o conceito que ressalta os fins do Estado vale-se de uma noção legalista-formalista, na qual a estatidade vem, sobretudo, do reconhecimento internacional de sua existência. Considera-se necessário, desde a Convenção de Montevideo, a existência de um território, uma população permanente, a independência para se relacionar com outros Estados e um governo efetivo. Este último, ponto parece ser, contudo, mera formalidade - pois nunca houve verificação empírica desta existência: nenhum Estado deixou de sê-lo pela infetividade ou ausência de monopólio coercitivo de seu governo (JACKSON e ROSBERG, 1982:2-4).

soberania positiva). Ou seja, há razoável consenso de que "Estado fracassado é aquele a cuja existência normativa não corresponde uma existência empírica (ao menos não plena) [...]. Alguns Estados não são Estados" (MONTEIRO, 2006:32).

Apesar da noção comum acerca do significado mais amplo de Estado falido, é possível identificar diversas percepções sobre quais são as funções do Estado cuja ausência ou ineficiência indicam a falência estatal. Estas percepções variam de autor para autor; de noções mais restritas, voltadas a questões de segurança estatal<sup>53</sup>, até conceitos mais amplos, preocupados também com outras questões como democracia e legitimidade do governo, desenvolvimento econômico, provisão de serviços públicos básicos e segurança humana<sup>54</sup>.

Pode-se citar aqui três exemplos principais de percepções opostas sobre quais são as funções básicas do Estado. A posição de Robert Jackson (1998) assume que Estados fracassados são aqueles que não conseguem prover domesticamente “condições civis mínimas, como paz, ordem e segurança” (JACKSON, 1998:2).<sup>55</sup> A posição de Robert Rotberg (2003) é mais ampla. Assume que um Estado falido é aquele que não consegue manter a ordem política interna e a ordem pública; oferecer segurança às suas populações; controlar fronteiras e todo o território; manter o funcionamento de sistemas legislativos e judiciários independentes; e prover educação, serviços de saúde, oportunidades econômicas, infraestrutura e vigilância ambiental (ROTBURG, 2003:5-9). Por seu turno, o *Fund for Peace* (FFP) possui uma percepção ainda mais abrangente. A partir de um conceito de segurança humana, produz o Índice de Estados Falidos, baseado em doze indicadores amplos.<sup>56</sup>

A despeito de sua multiplicidade, cumpre fazer um parêntese para ressaltar que este conceito tem sido politicamente instrumentalizado pelos países centrais em seu próprio benefício. Em primeiro lugar, é necessário recordar a parcela de responsabilidade dos países centrais para a falência dos Estados periféricos. Segundo Licório, “uma das razões do fracasso dos Estados é a ação das grandes potências que ao intervir colocam esses Estados numa situação maior de dependência” (LICÓRIO, 2009:15). Além disso, existem fatores de responsabilidade mediata, como é o caso do protecionismo à agricultura, políticas de subsídios e do próprio mecanismo de trocas desiguais. Ademais, Reginaldo Nasser (2009) se refere às ações das grandes potências que cumprem o papel de incentivador à falência de Estados fracos, a partir da:

<sup>53</sup> Ver, como exemplo, as obras de Jackson (1998) e Fukuyama (2005).

<sup>54</sup> Ver, como exemplo, os textos Krasner (2000), Rotberg (2003) e FFP (2005).

<sup>55</sup> Percebe-se uma semelhança da percepção deste autor com a noção de Charles Tilly (1996) sobre as atividades prioritárias do Estado desenvolvidas no modelo europeu, a saber: a manutenção da integridade territorial, a coerção externa e a coerção interna.

<sup>56</sup> São eles: pressões demográficas, movimentos massivos de refugiados e deslocados internos, perseguições de grupos internos, êxodo de recursos humanos, desenvolvimento econômico desigual, declínio econômico acentuado, criminalização do Estado, deterioração dos serviços públicos, violação dos direitos humanos, autonomia do aparato de segurança, ascensão de elites divididas, intervenção de atores externos.

“disponibilização de lugares convenientes para ocultação de dinheiro pilhado; segurança proporcionada pelas grandes potências de maus governantes de países que fornecem recursos naturais valiosos; facilidade com que os combatentes podem conseguir armamentos que alimentam as guerras civis; enorme fortuna que pode ser gerada mediante a venda de commodities, como petróleo, diamante, drogas ilegais em mercados de países ricos; e, por fim, disposição das grandes empresas para subornar autoridades nos países pobres.” (NASSER, 2009:122).

Com a desestruturação de Estados africanos, as companhias transnacionais lucram devido à reprodução e à ampliação das economias de enclave. Contudo, o que é bom para os interesses das companhias, sempre focadas no curto prazo devido à natureza anual da contabilidade, nem sempre corresponde aos interesses de seus Estados. Como destaca Hanna Arendt o conflito característico do capitalismo desenvolvido (imperialismo) reside justamente no choque de interesses entre a burguesia e o Estado:

Só quando ficou patente que o Estado-nação não se prestava como estrutura para maior crescimento da economia capitalista, a luta latente entre o Estado e a burguesia se transformou em luta aberta pelo poder. Durante o período imperialista, nem o Estado nem a burguesia conquistaram uma vitória definitiva. As instituições nacional-estatais resistiram à brutalidade e à megalomania das aspirações imperialistas dos burgueses, e as tentativas burguesas de usar o Estado e os seus instrumentos de violência para seus próprios fins econômicos tiveram apenas sucesso parcial. (ARENDR, 1989:154)

O efeito prático do Consenso de Washington sobre o centro foi o de desequilibrar a relação contraditória entre Estado e burguesia em favor da última. Na periferia, contudo, seus efeitos foram consideravelmente mais devastadores. O surgimento dos Estados falidos pode beneficiar (através do enclave) os interesses de curto prazo das transnacionais. Entretanto, prejudicam a segurança dos próprios países centrais. Isto pode ser observado a partir de quatro vetores principais: (i) o enclave mantém frequentemente mantém relações comensais com o narcotráfico, isto quando a própria economia da droga não se encarrega de impor-se frente aos Estados falidos criando seu próprio enclave; (ii) o enclave é baseado em forças militares privadas, o que gera uma relação simbiótica e necessária com o tráfico de armas leves e munições que possuem um efeito transbordante sobre a criminalidade em geral e o aumento da violência em centros urbanos, em particular; (iii) a desestruturação das forças produtivas e a violência na periferia geram massas de refugiados que se dirigem aos países centrais e tal pressão do fluxo de imigrantes, do aumento da violência urbana, do crime organizado, tenciona o próprio Estado democrático de direito nos países capitalistas centrais (racismo e xenofobia); (iv) indubitavelmente esses três circuitos (Estados falidos, tráfico de armas e drogas), todos potencialmente associados à economia de enclave, servem de retaguarda para grupos extremistas ou organizações terroristas transnacionais. Isto parece particularmente verdadeiro no que tange a

redes como Al-Qaeda que, talvez não por mero acaso, deram início efetivo às suas operações justamente no continente africano (Tanzânia e Quênia, em 7 de agosto de 1998)<sup>57</sup>. Ainda hoje é perturbador constatar que o que teve início na África na década de 1990 abateu-se sobre o próprio EUA na tragédia do onze de setembro.

A constatação acerca do problema de segurança representado pelos Estados falidos, ao menos até a crise de 2008, tinha alimentado a tendência ao intervencionismo. Tratava-se da resposta mais fácil aos custos da globalização: apostar na escalada da violência e das operações de paz da ordem internacional. Contudo, a crise de 2008 evidenciou que os EUA não são capazes de arcar com os custos da condição de polícia mundial. Segundo Joseph Stiglitz, ex-presidente do Banco Mundial, o custo das intervenções no Iraque e no Afeganistão chegará à casa de 3 trilhões de dólares (STIGLITZ e BILMES, 2008). Atualmente, os números oficiais já excedem a cifra de um trilhão de dólares (BELASCO, 2010:CRS-3). A consertação buscada pelos EUA procurando envolver europeus, russos e chineses tampouco tem um alcance capaz de permitir que as grandes potências façam frente aos custos da globalização através de meios puramente militares. Pelo contrário, para além das diferenças de interesses entre os quatro grandes pólos internacionais (EUA, Europa, China e Rússia), o espectro da crise econômica e da dívida pública ronda a Europa e o mundo todo.<sup>58</sup> Mesmo a China, que apresenta uma situação comparativamente mais favorável em relação à dívida pública que seus parceiros, recusou a idéia de interagir com os EUA como gendarme internacional (LIU, 2009; JUNBO, 2009). Abriu-se, contudo, uma nova agenda que, tendo como centro a cooperação sino-estadunidense na construção da nova rota da seda (infraestrutura na Ásia Central), oferece a perspectiva de novos enfoques aos recorrentes problemas de segurança associados à globalização (STARR e KUCHINS, 2010).

Diante da impossibilidade de uma polícia mundial, parece restar apenas a alternativa da construção nacional. A formação do exército nacional tem sido historicamente a origem da burocracia nacional e da própria economia nacional (GIDDENS, 2001:249). Dentro dessa perspectiva, mais que projetar intervenções da ordem internacional, importa uma agenda da reforma do setor de segurança que habilite os estados falidos a empreenderem a própria reconstrução nacional. Aqui importam mais as parcerias técnicas internacionais e a cooperação internacional do que propriamente a mera projeção de força ou o deslocamento de tropas em

---

<sup>57</sup> Os atentados terroristas contra as embaixadas dos EUA em Nairóbi (Quênia) e Dar es Salaam (Tanzânia), ocorreram em 7 de agosto de 1998, mataram ao menos 220 pessoas (12 norte-americanos) e feriram aproximadamente 5.000 pessoas. A autoria foi atribuída aos grupos Jihad Islâmica e Al-Qaeda.

<sup>58</sup> Os Estados Unidos já possuem uma dívida de 95,6% em relação ao PIB e a Europa, de 86,2%; a Rússia, de 32,5%; e a China de apenas 7,1% (CIA, 2011a e 2011b).

nome da ordem internacional.<sup>59</sup> Aos poucos a ordem internacional assimila a ideia de que os problemas de segurança, à semelhança do que ocorre com a ordem interna, não podem ter uma resposta apenas militar ou policial.

### ***O Estado falido no Congo***

Ainda que haja diferenças significativas entre as percepções sobre os indicadores da falência estatal e a própria instrumentalização do conceito, sob a luz de qualquer uma destas definições supracitadas a RDC pode ser considerada um Estado falido. Pela percepção de Jackson, a RDC pode ser vista como falida porque, apesar de deter algum nível de integridade territorial, não é efetiva na realização tanto da coerção interna quanto da externa. Na definição de Rotberg, a RDC é o primeiro país tratado como Estado falido em seu livro de 2003 (LEMARCHAND, 2003). Isto porque, apesar de apresentar alguma evolução em indicadores sociais, a população do país ainda sofre com a pior renda per capita da África Subsaariana e Mundial; enquanto que detém o sétimo pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do planeta (IMF, 2010; UNDP, 2010). Ademais, as instituições políticas congolenses são deveras instáveis. Finalmente, pelo Índice de Estado Falidos, a RDC ocupa, desde 2005, a segunda pior posição, atrás somente do Sudão. O fato se deve, sobretudo, à dependência frente a intervenções externas e a falta de controle público das forças de segurança (FFP, 2006).

Importa compreender que se a percepção sobre as finalidades do Estado for ampla, então é muito provável que se entenda que o Estado congolês nasceu falido, pois desde sua independência foi incapaz de prover todas as atividades apresentadas como necessárias pelo modelo de Rotberg ou o do *Fund for Peace*. Por outro lado, se a percepção sobre as atividades necessárias para um Estado possuir soberania efetiva for mais restrita, tornam-se mais claras as origens recentes da falência do Estado congolês e as possibilidades práticas de sua superação.

Destarte, adotando-se um conceito mais restrito e realista sobre as atividades fundamentais do Estado, percebe-se que o Estado congolês foi, de fato, capaz de manter a sua integridade territorial em toda sua história pós-colonial e presenciou períodos em que a produção de coerção interna foi relativamente eficiente (primeira parte do regime de Mobutu e no governo de Laurent Kabila). Todavia, esta capacidade relativa de coerção interna foi (i) desestabilizada com políticas de desestruturação militar no regime de Mobutu e (ii) completamente perdida com a Segunda Guerra do Congo e não recuperada com o fim desta conflagração.

---

<sup>59</sup> Pode-se citar o exemplo da maior missão de paz da ONU na atualidade: o contingente de tropas da MONUSCO, de aproximadamente 20 mil homens envolve um custo anual de 1,3 bilhões de dólares. Recentemente, permaneceu inerte diante de um a uma localidade a apenas 32 km de sua base de atuação. Alegadamente lhe faltaram meios de mobilidade. Em resumo, as tropas da ONU estacionadas no Congo custam caro, não possuem mobilidade tática nem estratégica e sua capacidade de *enforcement* legal ou proteção à população é consideravelmente reduzida. A julgar pela experiência mundial e a congolense em particular, as forças da ordem internacional não são um sucedâneo aos tradicionais exércitos nacionais.

Em decorrência, o fim formal da Segunda Guerra do Congo não resultou no encerramento efetivo dos conflitos armados internos ao país; não veio, enfim, acompanhado do restabelecimento da esfera coercitiva interna. Dessa maneira, com a utilização do conceito mais restrito de Robert Jackson, pode-se perceber que a falência atual do Estado congolês é diferente daquela presente nos outros regimes pós-coloniais do país – exceto talvez pelo período da Crise do Congo (1960-1965), em que a guerra civil era generalizada. Entretanto, ao contrário destes períodos, a presente situação de falência estatal está diretamente relacionada ao conflito armado que a precedeu. Está associada, principalmente, à fraqueza dos mecanismos que trouxeram a resolução da Segunda Guerra do Congo.

#### **1.4 Power-Sharing e Definição Militar do Conflito**

Como argumentado na seção anterior, um dos problemas mais graves na resolução da Segunda Guerra do Congo foi a inclusão automática dos grupos rebeldes nacionais, nas instituições estatais (Forças Armadas e burocracia) e no sistema político do país, a partir de mecanismos de *power-sharing* em sua versão “hard”, devido ao contexto de indefinição militar do conflito.

O caso da RDC parece corroborar com análises mais amplas sobre instituições de *power-sharing* “hard” e resoluções de conflitos civis. O princípio do *power-sharing* está diretamente relacionado aos princípios da teoria neoinstitucionalista da escolha racional da Ciência Política, mais especificamente aos da teoria consociativa. Para a teoria neoinstitucionalista em geral, as instituições importam na explicação do surgimento da democracia e da estabilidade democrática.<sup>60</sup> Mais especificamente na abordagem neoinstitucionalista da escolha racional de George Tsebelis (2002), instituições são formadas por atores com poder de veto sobre o sistema – o que influencia no processo decisório. *Veto players* são “atores cujo acordo é necessário para uma mudança no *status quo*” (:17. Tradução minha). O argumento é que quanto maior o número de *veto players* em um sistema, menor a possibilidade de mudança do *status quo* e menor o *win-set* – “conjunto de alternativas que conseguem substituir o *status quo*” (2002:21. Tradução minha). Ou seja, quanto maior for a inclusão de atores relevantes (com poderes reais de veto) no sistema, maior será a sua estabilidade.

---

<sup>60</sup> O neoinstitucionalismo surgiu na década de 1980, como oposição às abordagens com foco no comportamento individual (culturalismo e escolha racional). Para esta escola há a necessidade de desvendar a caixa-preta do sistema político (EASTON, 1953), a qual altera os resultados esperados das ações dos indivíduos. Aqui o mais relevante não são as regras escritas, como previa o institucionalismo clássico, mas o funcionamento real e prático das instituições e como se organiza o poder (HALL e TAYLOR, 2003; PETERS, 1999). Entretanto, o neoinstitucionalismo não é uma escola homogênea. Peter A. Hall e Rosemary C. R. Taylor (2003) identificam três correntes internas à escola, a saber: Institucionalismo Histórico, Institucionalismo da Escolha Racional e Institucionalismo Sociológico. Já Guy Peters (1999) as divide em sete: Institucionalismo normativo, Institucionalismo da Escolha Racional, Institucionalismo Histórico, Institucionalismo Empírico, Institucionalismo Internacional, Institucionalismo Sociológico e Institucionalismo da Representação de Interesses.

Chega-se aqui ao ponto principal: o modelo consociativo segue uma lógica semelhante à proposta por Tsebelis.<sup>61</sup> Como expoente mais notório desta teoria, Arend Lijphart opõe-se abertamente à concepção schumpeteriana de democracia (função do voto é escolher a maioria) ou à do pluralismo moderado de Sartori.<sup>62</sup> Com influência de Duverger, para ele sistemas eleitorais majoritários levam ao bipartidarismo e gabinetes de maioria unipartidária. Enquanto isso, sistemas eleitorais com regras proporcionais engendram sistemas multipartidários e gabinetes de coalizão – que se caracterizam pela inclusão do maior número de atores relevantes (*veto players*). A partir de cinco variáveis na esfera executivo-partidos e cinco na esfera federal-unitária, Lijphart (2008) sugere que arranjos de *power-sharing* – característicos de democracias consensuais – são mais estáveis, principalmente em sociedades divididas (étnica, linguística, religiosa ou ideologicamente).

Pippa Norris (2008) expande a teoria consociativa a outros países; e mais importante, a Estados africanos. É o caso de Benin e Togo. De acordo com a autora, apesar de possuírem trajetórias similares – um passado de independência abrupta, um período autoritário e resquílios de dependência econômica – hoje Togo é *not-free* e Benin é *free* (apesar deste possuir piores condições sócio-econômicas). O argumento sustentado é que arranjos de *power-sharing* explicam a democracia em Benin.<sup>63</sup>

Todavia, o caso do Congo vai na direção contrária: nenhuma das soluções de *power-sharing* adotadas em sua história pós-colonial foram suficientes para trazer a estabilidade político-institucional e democrática ao país (CASTELLANO, 2009). Além disso, estes arranjos foram incapazes de evitar ou apaziguar conflitos políticos que resultaram nas principais conflagrações ali ocorridas: a Crise do Congo, a Primeira Guerra do Congo e a Segunda Guerra do Congo, além do atual Estado de Violência. Todas essas conflagrações estiveram ligadas a algum tipo de vulnerabilidade externa do Estado.

Donald Horowitz (1993) argumenta que regimes de *power-sharing* institucionalizam clivagens étnicas, reforçando tensões ao invés de acomodar e administrar diferenças. Para Jack

---

<sup>61</sup> A teoria consociativa, foca no modelo de democracia consensual – também chamado de regime *power-sharing*, proporcionalista ou consensualista. Trata-se de uma abordagem que mede os efeitos de diferentes tipos institucionais na democracia. Mais especificamente, os contrastes entre regimes *power-sharing* e *power-concentrating*. Os primeiros se caracterizam por conter regras institucionais formais que abrem espaço a um grande número de elites políticas no processo decisório, enquanto que os segundos permitem a inclusão de uma amplitude pequena de atores. Cumpre salientar que democracias consociativas (*power-sharing*) ou majoritárias (*power-concentrating*) são modelos ideais. No mundo real, a maioria das poliarquias é híbrida e se situa em um *continuum* entre os dois pólos. Pode-se medir a intensidade de um arranjo *power-sharing* pelo número adotado de dimensões que se aproximam do modelo ideal.

<sup>62</sup> Além de Lijphart (1968), outros autores foram pioneiros ao tratar do conceito de consociativismo, ver Lehbruch (1967), Steiner (1974), Daalder (1974), McRae (1974).

<sup>63</sup> Entre outros diferenciais, Benin possui representação proporcional (RP) para o Legislativo, sistema multipartidário, estruturas administrativas descentralizadas e Judiciário mais independente do que o de Togo (NORRIS, 2008). Nota-se que no modelo ideal de Norris há sistema proporcional, parlamentarismo (ao contrário do de Lijphart), federalismo e descentralização.

Snyder (2000), soluções para conflitos étnicos que tratam identidades pré-democráticas como fixas podem cristalizar identidades nacionais exclusivas e inimigas, bem como divisões já existentes no país. No que concerne às críticas a arranjos de *power-sharing* em sociedades vindas de conflitos civis, afirma-se que arranjos de *power-sharing* impostos por poderes externos são menos prováveis de durar e gerar acordos de paz sustentáveis (COLLIER e SAMBANIS, 2005). Na África, ademais, esforços ocidentais para construir acordos de paz de *power-sharing* podem encorajar outros líderes rebeldes à insurgência em busca de inclusão em acordos semelhantes (TULL & MEHLER, 2005:393).<sup>64</sup>

Sobre a resolução de conflitos civis, é possível dizer que há um grande debate na literatura entre aqueles que acreditam que a paz negociada (neste trabalho, englobada na categoria de *power-sharing*)<sup>65</sup> seja a melhor solução para guerras civis e aqueles que afirmam que a definição militar<sup>66</sup> contribua mais diretamente para a sustentabilidade da paz. No primeiro caso, onde se situa a maior parte dos analistas, dos *policymakers* e da opinião pública internacional, pode-se citar o trabalho de Matthew Hoddie e Caroline Hartzell (2003). Os autores partem do pressuposto que se é dado poder de voz aos antigos combatentes nos rumos políticos, econômicos e sociais do país a renovação da violência pode ser evitada. Os autores concluem que dentre 16 acordos de paz firmados em entre 1980 e 1996, aqueles que adotaram um *military power-sharing*<sup>67</sup> entre os grupos combatentes tinham maiores chances de manter a paz.

---

<sup>64</sup> Não objetiva-se aqui refutar a aplicabilidade de arranjos de *power-sharing*. O argumento proposto é que, apesar da sedução normativa operada pela teoria da democracia consociativa, esses arranjos não são por si só condições suficientes (o que não quer dizer não-necessários) para a geração de democracia ou a sua estabilidade. O Congo visivelmente se enquadra no caso problemático exposto por Carles Boix (2003 e 2006), pois possui uma base produtiva dominada pela propriedade fixa (recursos naturais minerais) e pelos altos índices de desigualdade social. O país também se encaixa no rótulo de Estado fraco ou falido; ou seja, sem instituições consolidadas que possam constranger grupos internos beligerantes (MANSFIELD e SNYDER, 2007). Em suma, não há níveis satisfatórios de capacidade estatal (TILLY, 2007). Não se trata somente de um problema de não haver meios materiais para a poliarquia (a democracia “possível”), que por si só pressupõe instituições de controle (DAHL, 1997). Trata-se ainda de um problema da própria construção do Estado como uma entidade com monopólio dos meios coercitivos; onde deve operar uma simbiose ativa entre o dinheiro e as armas (ARRIGHI, 1996), entre o capital e a coerção (TILLY, 1996). Neste caso, onde as poliarquias não se consolidam por se tratar de Estados fracos ou falidos, verifica-se problemas crônicos de vulnerabilidade externa.

<sup>65</sup> A paz negociada diferencia-se do cessar-fogo pelo fato da primeira envolver a construção de novos arranjos político-militares que incluam as diferentes partes beligerantes.

<sup>66</sup> **Definição Militar** – Situação em que uma facção é claramente vencedora e as demais abandonam o campo de batalha ou vêem-se forçadas a admitir a derrota. O caso mais célebre é o da Guerra da Seção dos EUA concluída com a rendição do General Lee, comandante das tropas da confederação, para o General Ulisses Grant, comandante das forças da união. Caso fosse aplicada à guerra civil americana o *power-sharing*, os Estados Unidos da América jamais teriam existido – o que acarretaria implicações para a história mundial. Basta referir que sem o “século americano” dificilmente teria havido a difusão planetária dos ideais democracia de massas e federação. A Guerra da Secessão ceifou 650 mil vidas, envolveu batalhas cruentas e sangrentas de sete dias, arrastou-se por quatro anos, cobriu um território das dimensões da Europa, ainda assim sua cifra de mortos é de menos da metade do Estado de Violência do Congo (1,6 milhão).

<sup>67</sup> O termo *military power-sharing* se refere à solução de guerras civis por “distribuição do poder coercitivo estatal entre as partes combatentes” (HARTZELL & HODDIE, 2003:320). Em termos práticos, trata-se de “provisões que permitem grupos antagonistas permanecerem armados ou reterem suas próprias armas” (JARSTAD, 2006:7).



Em oposição a esta visão, diversos autores argumentam que a vitória militar produz maior estabilidade pós-conflito. Edward Luttwak (1999) e Robert Wagner (1993) sustentam que permitir que guerras alcancem sua definição natural aumenta a probabilidade de uma paz duradoura e de uma efetiva reconstrução pós-guerra. Wagner defende a maior estabilidade de guerras civis terminadas por vitórias, em detrimento da paz negociada, devido à reduzida capacidade do lado perdedor em recomeçar o conflito armado (WAGNER, 1993). Pode-se dizer que estes autores possuem a história ao seu lado. Roy Licklider (1995) encontra suporte empírico para as hipóteses de Wagner.<sup>68</sup> Paul Collier e Nicholas Sambanis (2005) demonstram que em 40% dos casos em que não há definição militar do conflito a guerra torna a ocorrer em uma década. Por outro lado, guerras civis que terminam por uma vitória militar são entre 2 e 3 vezes menos prováveis de ocorrer novamente, pois uma das partes está suficientemente dissuadida de não retomar os confrontos armados (TOFT, 2010; WAGNER, 1993; REGAN, 2002).

Das quatro guerras com mais de meio milhão de mortos ocorridas na África (Primeira Guerra Civil Sudanesa, Guerra Civil da Nigéria, Segunda Guerra Civil da Sudanesa e Segunda Guerra do Congo) apenas a guerra da Nigéria e Biafra (1967-1970) teve definição militar do conflito. Talvez não seja mera coincidência o fato de que este foi o único caso em que houve estabilidade pós-conflito. A paz negociada da Primeira Guerra do Sudão (1956-1972) levou à segunda guerra (1963-2005) e ao atual colapso e implosão do Estado; e no caso da Segunda Guerra do Congo (1998-2003) a ausência de uma vitória militar gerou a recorrência quase que imediata da guerra (Estado de Violência). O contraste da Nigéria com o Congo e o Sudão contribui para colocar em questão o papel do *power-sharing*.

Monica Toft (2010) propõe resolver o impasse teórico acerca de qual das duas opções é mais efetiva e desejável. Demonstra que argumentos para a o fim de guerras civis mediante paz negociada tomam como pressuposto que esta reduz o número de mortes comparado com vitórias militares. Há, todavia, dois problemas nessa lógica. O primeiro é que a paz negociada pode servir como uma oportunidade para grupos se recuperarem e rearmarem – aumentando a probabilidade de mortes no longo prazo.<sup>69</sup> O Estado de Violência no Congo, quando 1,6 milhões foram mortos após o encerramento oficial da Segunda Guerra do Congo, parece ser um exemplo claro dessa lógica. O segundo problema, diz respeito à noção de que as vidas supostamente salvas pela paz negociada gozarão de maiores liberdades políticas e econômicas. Segundo a autora, pazes

---

<sup>68</sup> Licklider demonstra que dos 46 casos de guerra civil que haviam acabado a mais de cinco anos a guerra tornou a ocorrer em 15% dos casos em que houve vitória militar e em 50% dos casos em que houve paz negociada. Ou seja, metade das guerras civis analisadas que foram terminadas pelo que aqui chamamos de *power-sharing*, voltaram a ocorrer (LICKLIDER, 1995:685).

<sup>69</sup> A partir de dados empíricos a autora demonstra que guerras civis encerradas por paz negociada resultam em mais mortes no total de anos. Ou seja, a possibilidade de reincidência da guerra gera mais custos que os esforços para a vitória militar.

negociadas estão relacionadas com maiores níveis de autoritarismo a longo prazo – apesar de uma tendência à democratização no imediato pós-guerra. Isto ocorre na medida em que, por um lado, grupos políticos opositores surgem e se expandem e, por outro, o governo endurece suas políticas, a partir de lembranças traumáticas e tentando evitar novas conflagrações. Ademais, crescimento econômico não parece estar mais fortemente relacionado com algum tipo específico de resolução de conflitos.

Embora seja verdade que de 1940 a 2002, os acordos de paz negociada suspenderam as mortes em curto prazo, e muitas vezes levaram a uma maior democratização, tanto a paz [poupança de vidas] quanto a democratização tenderam a ser de curta duração, terminando após o primeiro ou segundo ciclo eleitoral. A análise de mais longo prazo revela que os acordos de paz negociada tendem a conduzir a uma maior probabilidade de guerra e repressão [mortes no médio e longo prazo]. (TOFT, 2010:35-36. Tradução minha)<sup>70</sup>

Por outro lado, TOFT (2010) evidencia que a vitória militar ainda possui custos muito altos, apesar de relativamente mais baixos do que aqueles gerados pela paz negociada no longo prazo. Tanto pazes negociadas quanto a busca pela definição militar destroem vidas, propriedades, tesouros culturais; são mais ou menos instáveis; não geram liberdades políticas a longo prazo e não produzem necessariamente condições econômicas para a reconstrução do país.

A solução sugerida ao impasse seria expandir as qualidades de menores custos de curto prazo da paz negociada para o longo prazo. A forma adotada seria a implementação de acordos que não apenas garantissem direitos aos ex-combatentes, mas unissem *carrots* e *sticks*. Uma das formas práticas para isto é a provisão, no próprio acordo de paz de meios e métodos práticos para a reformatar e reinstitucionalizar as forças de segurança estatais por meio da Reforma do Setor de Segurança (RSS). De fato, uma das causas das falhas na paz negociada está no fato de este tema possuir em geral uma posição marginal nas negociações de paz.

Falta de atenção para a RSS pode ter consequências devastadoras. Na sequência de acordos de paz negociada, por exemplo, as forças beligerantes mantêm sua autonomia de defesa [poder coercitivo]. O que muitas vezes se segue é o ressurgimento de vários conjuntos de militares/milícias/organizações rebeldes prontos para apoiar qualquer líder político que possa fornecer (ou tenha fornecido) recursos para sustentar sua visão de como vencer. (TOFT, 2010:33. Tradução minha)<sup>71</sup>

Portanto, a partir da percepção de que “quanto mais unificada for a administração política pós-guerra, menor a probabilidade de a guerra tornar a ocorrer” (TOFT, 2010:33. Tradução

<sup>70</sup> “Although it is true that from 1940 to 2002, most negotiated settlements halted the killing in the short term, and often led to greater democratization, both peace and democratization have tended to be short lived, ending after the first or second election cycle. The longer-term analysis reveals that negotiated settlements have tended to lead to a greater likelihood of war and repression [...]” (TOFT, 2010:35-36).

<sup>71</sup> “Lack of attention to SSR can have devastating consequences. Following negotiated settlements, for example, a military is left to fend for itself. What often follows is the reemergence of multiple sets of militaries/militias/rebel organizations ready to do the bidding of any political leader who can provide (or has provided) resources to sustain their vision of how to win” (TOFT, 2010:33).

minha)<sup>72</sup>, Toft sugere que “[...] seja dada maior atenção a RSS durante negociações, para que se aumente a possibilidade de alcançar tanto ganhos de curto quanto de longo prazo em negociações melhor projetadas, implementadas e sustentadas” (TOFT, 2010:36. Tradução minha).<sup>73</sup>

De fato, a RSS pode trazer os benefícios da definição militar do conflito<sup>74</sup> para dentro das estruturas da paz negociada. Isto porque, por um lado, garante a dissolução a longo prazo das forças insurgentes integradas em um modelo de *power-sharing*. Por outro lado, institui o monopólio do poder coercitivo do Estado e, assim, procura bloquear as intenções de retomar a luta armada por parte de antigos insurgentes e de instituí-la a partir de novos grupos.

### **1.5 Como Conclusão: Exército Nacional como intermediário entre o Power-Sharing a Definição Militar**

Este capítulo pretendeu dar suporte inicial a discussão principal desta dissertação (guerra e construção do Estado na RDC). Isto foi feito mediante um breve ensaio que procurou estabelecer, em âmbito mais amplo (o da África Subsaariana) as conexões lógicas entre esses dois fatores.

Buscou-se elucidar que esta relação ocorre mediante condicionantes estruturais e individuais, os quais interferem no resultado esperado. Isto vai ao encontro da percepção – já antevista por Tilly, mas aprofundada por Hui e Centeno – de que a guerra não gera necessariamente efeitos virtuosos ao processo de construção do Estado. Entre outros fatores, importa qual é natureza das ameaças (interna ou externa); (ii) quais são as forças combatentes principais (nacionais, mercenárias ou externas); (iii) qual a forma de financiamento da guerra (empréstimos, extração de recursos naturais, etc.), (iv) quem obtém a vitória na guerra (elites comprometidas ou não com medidas autofortalecedoras do Estado) e (v) como a guerra é concluída (paz negociada ou definição militar).

Pode-se dizer que, em geral, os países africanos enfrentaram ameaças internas ou *proxy* relativamente maiores do que as externas tradicionais, valeram-se de tropas externas para lutarem suas guerras e as financiaram mediante empréstimos externos e recursos naturais que beneficiavam enclaves econômicos. Além disso, uma parcela muito pequena das elites

<sup>72</sup> “[...] *the more unified a post war political administration is, the less likely war will recur*” (TOFT, 2010:33).

<sup>73</sup> “*I have argued that third parties pay greater attention to security-sector reform during negotiations, there by increasing the possibility of achieving both short- and long-term gains in better-designed, implemented, and supported settlements*” (TOFT, 2010:36).

<sup>74</sup> Repito intencionalmente aqui uma nota apresentada na introdução desta dissertação. Entende-se como definição militar do conflito a coerção e a ameaça de coerção. Trata-se da situação em que uma das forças em conflito armado é derrotada ou que a capacidade militar de uma das partes é suficiente para fazer com que a outra parte desista da luta armada. Essa capacidade também gera efeitos de dissuasão em grupos que ainda não optaram pela insurgência armada.

vencedoras dos conflitos armados esteve comprometida com reformas autofortalecedoras; e, na maioria dos casos em que o conflito armado foi encerrado pelo mecanismo de *power-sharing* (paz negociada), a instabilidade permaneceu.

Não objetiva-se aqui propor um modelo determinista. Mesmo com todos os condicionantes estruturais e individuais nocivos ao processo de construção do Estado, em alguns casos ele pôde sim ser construído. Mas trata-se de exceções que comprovam a regra. Comumente, o Estado africano construiu um forte aparato coercitivo e repressivo interno (*vis a vis* as incapacidades coercitivas externas), estabeleceu uma esfera extrativa incipiente e distribuiu poucos direitos e garantias individuais a seus cidadãos.

No caso do Congo, três fatores condicionaram a falência de suas atividades fundamentais (coerção interna e externa). Primeiramente, as estruturas do sistema internacional, as quais (i) não incentivaram a construção de um Estado (que seria necessário para fazer frente a ameaças tradicionais de segurança) e (ii) reproduziram o mecanismo de dependência, pauperização e desmembramento social. Em segundo lugar, os indivíduos, que mantiveram um ciclo incessante de políticas mais comprometidas com o patrimônio e a pilhagem do que com o desenvolvimento nacional e a superação da miséria. Em terceiro lugar, e não menos importante, a indefinição militar do conflito armado – o que levou ao Estado congolês a perder quase que totalmente a sua capacidade de exercer a prática coercitiva interna (dissolução do exército nacional).

Com relação a este último ponto, recorda-se das guerras africanas com mais de meio milhão de mortos, as quais tiveram como palco o Sudão, o Congo e a Nigéria. Trata-se, respectivamente, dos dois maiores países da África Subsaariana (Sudão e Congo) e daquele com a maior população. A amostra é, portanto, duplamente representativa, seja como ilustração empírica do fenômeno da guerra ou dos países e sociedades africanas. Entre os três países, estabelece-se uma nítida clivagem: a Nigéria assoma como exemplo de Estado africano bem sucedido, Sudão e Congo como unidades em desagregação ou Estados falidos. A primeira ilustra o único caso relevante de definição militar do conflito, os dois outros exemplos, o resultado da aplicação do *power-sharing*. Caso a análise de política internacional se resumisse à escolha de modelos e à busca de soluções normativas, as constatações acima deveriam ser suficientes para “provar” a superioridade da definição militar em relação ao modelo *power-sharing*. Contudo, este não é o caso. A realidade é por demais complexa para permitir soluções fáceis envolvendo modelos previamente padronizados.

A definição militar na Nigéria só foi possível devido à rara conjugação de forças entre a antiga metrópole (Inglaterra), a União Soviética, países árabes e africanos que prestaram seu apoio à União. Embora o separatismo em Biafra fosse rico em recursos, apoio internacional (França, Israel, África do Sul, Portugal, etc.) e contasse com tropas de melhor qualidade

incluindo-se mercenários (até mesmo com a presença de uma modesta força aérea que foi sumamente relevante para a logística da guerra), tratou-se de uma excepcionalidade. A despeito da circunstância da Guerra Fria, houve uma clara cisão no bloco ocidental. Ainda assim foram três anos de uma guerra cruenta, com estimativas que variam de 1 até 2 milhões de mortos. Não obstante o caso da Nigéria dever ser objeto de estudos posteriores, as circunstâncias aludidas autorizam a pensar na excepcionalidade. Em resumo, idealmente falando, a definição militar mesmo que a um alto custo humano, apresenta melhores resultados do ponto de vista da construção da sociedade e do Estado. Contudo, o exemplo nigeriano, como sugere a experiência posterior, atualmente é claramente impraticável. Entre os diversos motivos, conta o que parece ser um claro passo atrás em relação à disposição da OUA em manter as fronteiras herdadas do colonialismo – o que é claramente ilustrado pelo recente exemplo do separatismo bem sucedido do Sul do Sudão e da Eritreia.

Por outro lado, a aplicação do *power-sharing* como vem sendo feito no curso das duas últimas décadas parece ser a receita para a eternização do ciclo vicioso de fome e conflitos que assolam o continente africano.

O principal problema do *power-sharing* "hard" como praticado no Congo, à diferença do *power-sharing* "soft" adotado em Angola e Moçambique é o de dissociar a busca da democracia de seu fundamento sociológico: a burocracia. A expressão prática dos princípios de racionalidade e impessoalidade da lógica burocrática é a separação entre a titularidade ou o mandato e o cargo, ou a função. Seja como funcionário ou representante popular, o indivíduo não é dono e nem pode apropriar-se da parcela do Estado que a responsabilidade do cargo lhe confere (BENDIX, 1986:328-329). No caso do *power-sharing* "hard" há a inclusão direta dos insurgentes que passam a controlar como parte das garantias e salvaguardas para a sua pacificação parcelas inteiras do Estado a seu critério – o que, não raro, constitui-se em enclaves de exploração de recursos naturais, tráfico de drogas ou armas. Já o *power-sharing* soft, alicerçado em algum tipo de definição militar, se permite a fornecer garantias menores, basicamente inserindo os grupos armados em uma lógica burocrática preexistente que adota um sistema impessoal de seleção. Desse modo, os bandos armados são convertidos em partidos políticos e lhes são asseguradas "chances" reais de vitória em um sistema de competição impessoal. Sua participação efetiva diz mais em determinar as regras da competição do que propriamente em assenhorar-se de parcelas do Estado (BROWN e ZAHAR, 2008).

A diferença nítida entre os dois casos de *power-sharing* é que, no primeiro caso, para cessarem os combates se elimina a própria burocracia (sistema impessoal de regras) como fundamento do modelo consociativo. O resultado, até agora ilustrado pela tragédia congoleza tem sido a perpetração do Estado de Violência (responsável por 1,6 milhões de mortos,

comparadas às 200 mil da Primeira Guerra do Congo e às 3,4 milhões da Segunda Guerra do Congo). No segundo caso, a oposição armada se ajusta à lógica da impessoalidade burocrática tendo, contudo, a prerrogativa de escrever conjuntamente as regras sobre as quais se dará a disputa, seja do exercício da função pública, ou da elegibilidade dos mandatos. Para que possa passar a haver uma competição real em torno das instituições políticas que são preexistentes (Legislativo e Executivo).

Embora nenhum dos dois modelos (definição militar e *power-sharing* “hard”) pareça factível como solução para a guerra na África, ambos contêm elementos importantes que sugerem uma equação normativa. Na Nigéria, o papel cumprido pelo exército nacional na construção da burocracia estatal e o investimento em todo o país dos ganhos obtidos com a exploração do petróleo resultaram na construção de uma logística nacional e mesmo de uma economia nacional. O *power-sharing*, por sua vez, acena com a Reforma do Setor de Segurança, com a possibilidade de construção de um exército nacional. Este parece ser o ponto onde os dois modelos aparentemente tão díspares coincidem: a formação de um exército nacional. Importa, pois, para a análise dos capítulos seguintes, consignar que a construção de um exército nacional transcende a noção de aparato coercitivo (interno ou externo).

Desde os tempos de Roma, o exército tem sido a prefiguração do aparato técnico-produtivo. Não por acaso, César aceitou de bom grado a função de Edil (prefeito) de Roma. Mesmo o primeiro exército da história (o de Roma) já tinha claras funções não militares como a construção de obras públicas, a construção e a manutenção de estradas, a estruturação da infraestrutura e do sistema de comunicações. Os exércitos do absolutismo, embora claramente divorciados da sociedade trouxeram um novo e importante elemento acerca do exército permanente: a assimilação de novas tecnologias de produção (notadamente, a partir do canhão de bronze e da pólvora granulada).

Contudo, exércitos nacionais, dignos do termo, foram resultado da era das revoluções e da figura do soldado cidadão. Neste caso, como demonstram Giddens (2001) e Tilly (1996), a instituição da conscrição (o serviço militar obrigatório) constituiu-se em uma importante interface através da qual o Estado estabelecia mediante direitos políticos e sociais a retribuição e a sociedade controlava o Estado através do cidadão soldado. Os exércitos nacionais trouxeram um ingrediente novo àqueles já presentes no exército romano ou nos exércitos do absolutismo: o papel da educação militar. De início as escolas militares estavam associadas à aplicação da doutrina, isto é, à utilização de sistemas de armas face à ordem de batalha das armas combinadas. Este patamar já não é desprezível, pois supõe a alfabetização (no dia-a-dia dos quartéis todas as ordens são escritas), capacidade de gestão e controle de estoques (logística), domínio das comunicações (domínio dos sinais e sistemas de comunicação) além de desenvolver capacidade

de cálculos complexos, como demandam a artilharia ou mesmo os morteiros. A mecanização trazida pelo motor à explosão deu, entretanto, uma dimensão ainda mais ampla à educação militar: mais que formar oficiais e suboficiais para lidar com sistemas de armas, o comando e controle de armas combinadas passou a exigir um vasto corpo técnico de nível não superior (cabos e sargentos) especializados em conhecimentos de mecânica, eletricidade e hidráulica. Enfim, se o exército romano já era uma unidade fabril, o exército moderno preserva e amplia esta função através da educação militar em todos os níveis. Isto porque os meios exigidos para travar a guerra envolvem, em maior ou menor grau, um conhecimento acerca de tudo que a sociedade produz ou contém.

Desse modo, o exército nacional, pelo elemento do conhecimento, se relaciona diretamente com a formação de quadros para a burocracia nacional. A associação entre burocracia e conhecimento não é de modo algum nova. Hegel já associava a burocracia à condição de "classe universal" justamente por ser a depositária dos conhecimentos técnico-científicos e das práticas administrativas de seu tempo (HEGEL, 1997:parág. 205). Em um caminho não muito diferente, Weber associa burocracia à racionalidade contábil, à ascese profana, característica do próprio capitalismo. A burocracia em Weber é herdeira da classe universal de Hegel, pois não só é a depositária do conhecimento, mas da própria fonte da racionalidade, característica da forma de administração correspondente, a única que no ver de Weber é capaz de desenvolver o capitalismo e praticar o governo parlamentar (democrático). Se em Hegel, a burocracia surge como portadora do conhecimento, em Weber ela se torna sua fonte de produção e reprodução enquanto prática social (BENDIX, 1986: 327-332).

A burocracia, por sua vez, fundamenta as bases do domínio da lei e da racionalidade. A ideia de carreira e privilégios e imunidades, que se atém a prerrogativas e imunidades do cargo estabelecidas em base legal (norma escrita), é essencial para distinguir o funcionário sob o domínio do império da lei, que obtém seus proventos da dedicação ao cargo em tempo integral, daquele sob o domínio do patrimônio, onde a base legal é contingenciada em benefício do arbítrio discricionário, característico do carisma e da tradição (BENDIX, 1986: 327-332). É somente com o domínio da lei (dominação racional/burocrática) que “o sucesso na luta pelo poder se manifesta sobre a promulgação de regras obrigatórias” (BENDIX, 1986:338).<sup>75</sup>

Dessa forma, parece existir um fio condutor entre o exército nacional, a burocracia e as instituições políticas (democracia). Se “o avanço da democracia é a história da desprivatização

---

<sup>75</sup> **Dominação Tradicional** – Baseada em uma autoridade que sempre existiu, que se baseia no status herdado e no costume. **Dominação Carismática** – A autoridade é exercida por um líder que comprove seu carisma mediante poderes mágicos, revelações, heroísmo e outros dons extraordinários. **Dominação Legal** – Existe quando “um sistema de regras, aplicado judicial e administrativamente de acordo com princípios verificáveis, é válido para todos os membros do grupo associado” (BENDIX, 1986:234-235).

do Estado” (BRESSER-PEREIRA, 1995:87), pode-se perceber o papel da racionalização da política (formação da burocracia nacional) como sustentáculo e elemento garantidor das liberdades políticas. Esta noção está diretamente relacionada com a percepção de Tilly (2007) de que a capacidade estatal é pré-condição para a democracia. De acordo com o autor, a democratização nunca ocorre efetivamente (1) sem a integração de redes interpessoais de confiança dentro da política pública, (2) sem o insulamento da política pública frente a desigualdades categoriais (gênero, raça, etnicidade, religião, etc), e (3) sem a eliminação ou a neutralização de centros coercitivos autônomos. Todos esses processos parecem implicar no estabelecimento mínimo de um exército e de uma burocracia nacionais (TILLY, 2007:78).

Esta breve digressão acerca das relações entre conhecimento, burocracia e racionalidade importa para justificar a ênfase que o trabalho dá ao papel da dominação racional (burocrática) e por extensão ao exército permanente em sua constituição em termos históricos.

No caso do Congo, a função primeira do exército nacional é de servir como abrigo e escola para as crianças-soldado, criar um ambiente que permita sua recuperação, ressocialização e um eventual retorno à vida civil ou prosseguir na carreira das armas como soldado profissional. A missão educacional é difundir o conhecimento da língua, promovendo, através das transferências, a mistura dos grupos étnicos e a destribalização. Estes primeiros passos, embora incipientes, terão um papel considerável em negar o principal insumo aos senhores da guerra: combatentes. Adiante, para cumprir sua função primária, incrementando a capacidade de combate, o exército nacional, terá de ter armas combinadas cuja oficialidade terá de ser apoiada por um corpo técnico (cabos e sargentos) com conhecimentos que poderão ser utilizados também em profissões na vida civil.

Desta perspectiva parece mais frutífera à ordem internacional investir seus recursos na construção de um exército nacional congolês que, de forma certamente lenta, porém mais efetiva que as tropas de paz das Nações Unidas será capaz, a seu tempo, de pacificar o país. Mais importante que as funções coercitivas, o exército poderá servir como um embrião de uma autêntica burocracia civil apta a comunicar-se na linguagem burocrática (dos papéis), e seu corpo de oficiais temporários fornecerem quadros para a formação de empresas estatais. Esta burocracia civil e militar, através de parcerias técnicas internacionais, poderá dar início às obras de infraestrutura e comunicações que permitem solapar do enclave seu principal fator de força: o isolamento existente entre as regiões do país. Desta perspectiva, mais do que lutar, construir quartéis e estradas é a principal forma pela qual um dia se poderá vencer os senhores da guerra.



## CAPÍTULO 2 – A Crise do Congo e o Estado em Mobutu

### 2.1 Introdução ao Capítulo 2

Este capítulo apresenta o primeiro estudo empírico proposto por este trabalho na relação entre guerra e Estado. Trata-se de analisar as conexões lógicas (diretas e indiretas) da Crise do Congo (1960-1965) com as estruturas do Estado durante o regime do General Mobutu Sese Seko (1965-1997).

A Crise do Congo foi caracterizada por envolver ameaças prioritariamente internas ao Estado congolês recém independente (separatismo e movimentos revolucionários). Apesar da interferência externa direta no fortalecimento das ameaças internas (guerra *proxy*) e da própria participação de forças externas combatendo lado a lado com grupos internos (forças belgas apoiando separatistas de Katanga), estas ameaças operavam dentro das próprias fronteiras nacionais. Também houve durante a guerra civil a participação de forças externas (tropas da ONU, páraquedistas belgas, assessores norte-americanos, mercenários sul-africanos e europeus, etc.) atuando como protagonistas na supressão dos grupos armados, enquanto que o próprio exército nacional era praticamente inexistente e teve papel secundário nos movimentos de contra-insurgência. Com o separatismo das duas províncias que representavam o motor da economia congoleza (Katanga e Kasai), o financiamento da guerra foi arcado, em grande parte, pelos dispêndios próprios das forças externas que atuavam no país, bem como pelo envio de armamentos e equipamentos, além do pagamento de mercenários por parte de EUA e Bélgica.

As particularidades da guerra e da forma de travá-las parecem ter influenciado negativamente o processo de construção do Estado o que foi agravado pelas políticas desagregadoras da liderança que saiu vitoriosa do conflito, o General Mobutu Sese Seko. Apesar dos esforços iniciais para a construção de um Estado forte que suprimisse e dissuadisse ameaças separatistas e revolucionárias, Mobutu rompeu com o comprometimento autofortalecedor, deixando o Estado do Congo em uma situação ainda mais precária do que a existente quando o militar assumiu o poder em 1965. O Estado de Mobutu teve sua esfera coercitiva voltada para dentro (coerção e repressão interna), com o intuito de elidir as ameaças presentes na Crise do Congo. A esfera extrativa foi baseada na exploração de recursos naturais (minérios de cobre e diamante) e dependeu de grandes remessas externas de divisas. A situação resultou em poucos incentivos para a construção de uma rede infraestrutural (geralmente construída para viabilizar a taxaço de populações distantes) e no grande endividamento externo. Mobutu ainda tentou arriscar a atuação do Estado como motor da economia nacional (esfera produtiva), mas o ciclo de corrupção dominou as empresas estatais em detrimento do desenvolvimento da economia nacional. Por fim, as sinalizaçoes de que novos direitos sociais seriam garantidos à população em

geral esgotaram com a crise econômica e a pauperização generalizada das décadas de 1980 e 1990. A recusa em estabelecer direitos fundamentais à população também esteve presente no bloqueio recorrente à abertura política – o que garantiu o domínio praticamente vitalício de Mobutu.

## 2.2 A Crise do Congo (1960-1965)

### *A Natureza das Ameaças*

A Crise do Congo foi uma crise de descolonização belga que resultou no colapso de sua principal colônia, o Congo-Leopoldville. O fenômeno se caracterizou pela convulsão política, econômica e principalmente de segurança (guerra civil). Estendeu-se de 1960 a 1965 e causou a morte de aproximadamente 200 mil pessoas (DUNNIGAN & BAY, 2001; FORBATH, 1991).

A emancipação política do país resultou do colapso da administração colonial, a qual havia se tornado inviável e insustentável a longo prazo (ZARTMAN, 1995:2). No contexto da segunda onda de democratização na Europa (HUNTINGTON, 1994), o governo belga anunciou, no início de 1960, que concederia a independência do país em seis meses.<sup>76</sup> A declaração foi feita após conturbadas negociações com lideranças políticas locais que então se formavam<sup>77</sup>. Todavia, além da incapacidade administrativa gerada pela insuficiência do sistema educacional colonial para os nativos, as divisões étnico-regionais fomentadas pelos belgas resultaram em graves conflitos políticos internos. Assim, a independência do Congo trouxe consigo uma crise que abalou a história sucessora do país.

Na esfera estrutural, pode-se dizer que as disfunções herdadas do sistema colonial geraram problemas comuns aos africanos<sup>78</sup>, agravadas pela conjuntura da Guerra Fria – a qual

---

<sup>76</sup> Levantes na colônia ocorridos após a divulgação de um panfleto de um professor belga que advogava o atraso da descolonização para mais 30 anos levaram a metrópole a agir rapidamente. Isto, contudo, ocorreu em excesso. A Bélgica anunciou em 1960 que concederia em seis meses a independência para o Congo. A despeito da euforia da população congoleza, não havia condições para o surgimento de um governo estável e efetivo. A colônia contava apenas 30 graduados para cumprir o papel de 10.000 burocratas belgas (GONDOLA, 2002:117; KABEMBA, 2006); os militares congolezes não detinham posições acima de sargento; e os africanos que possuíam alguma experiência administrativa haviam atuado somente em cargos inferiores da burocracia estatal (NZONGOLA-NTALAJA, 2003:98).

<sup>77</sup> Após a prisão de dois líderes políticos locais de notória expressão (Joseph Kasavubu em 12 de janeiro de 1959 e de Patrice Lumumba em outubro do mesmo ano) foi realizada, no início de 1960, a "*Roundtable Conference*" em Bruxelas. Previa-se um acordo entre os diversos líderes partidários congolezes. Cumpre salientar que os partidos políticos do Congo tiveram suas bases fundadoras em (1) associações de enaltecimento étnico; (2) em redes de contato entre elites estudantis; (3) em associações urbanas entre uma elite ocidentalizada; ou (4) em movimentos nacionalistas/progressistas. O primeiro caso era o de Kasavubu (futuro presidente), vindo da Associação de Bakongo (ABAKO). O último, de Patrice Lumumba (futuro primeiro-ministro), fundador do Movimento Nacional Congolês (MNC).

<sup>78</sup> Dentre os problemas mais relevantes, pode-se citar dois: (1) as rivalidades entre grupos distintos (tribalismo) que haviam sido incentivadas como forma de dominação interna e externa; e (2) a assimilação cultural das elites locais, baseada na dependência neocolonial, que possibilitou o surgimento de uma elite neocolonial que possuía estreitas ligações com as ex-metrópoles e que se baseava na exacerbação da corrupção (VISENTINI, 2007a:115). Essas características estruturais levaram a um contexto africano pós-independência caracterizado, segundo Crawford Young (2002:16-22), por quatro grandes instabilidades (todas, em certa medida, presentes no Congo):

começava a chegar ao continente.<sup>79</sup> Entretanto, no caso do Congo-Leopoldville recém independente a situação era ainda mais grave.<sup>80</sup>

Dentre os eventos principais estão: (i) um motim inicial de soldados do exército, que lutavam por maiores direitos frente aos seus superiores ainda belgas; (ii) a violação da soberania do país por militares belgas logo nos primeiros dias de sua independência (declarada em 30 de junho de 1960); (iii) a secessão de duas províncias de central importância para a viabilidade do novo Estado Congolês, Katanga (1960-1963) e Kasai Sul (1960-1962); (iv) os dois golpes militares (1960 e 1965) realizados pelo Coronel, depois General, Joseph-Desiré Mobutu (posteriormente, Mobutu Sese Seko), ambos apoiados política ou economicamente pela CIA e o grupo Binza congolês<sup>81</sup>; (v) o estabelecimento em Stanleyville de um governo rival ao de Kinshasa, pelo lumumbista Antoine Gizenga, após o primeiro golpe de Mobutu e a queda de Lumumba; (vi) o assassinato, em 17 de janeiro de 1961, do líder nacionalista-progressista do país Patrice Lumumba (então primeiro-ministro) com conhecimento da CIA, e cooperação belga, de militares congolezes e de forças de Katanga; e (vii) as duas tentativas revolucionárias implantadas a partir do final de 1963 em Kwilu (centro do país), por Pierre Mulele, e em toda a região leste e nordeste, pelo grupo CNL (Conselho Nacional de Libertação), frente ao assassinato de Lumumba e ao estabelecimento do ex-separatista katanguês Moise Tshombe como primeiro-ministro do país.

---

(i) descolonização mal administrada; (ii) movimentos separatistas; (iii) falência prematura do Estado; e (iv) opressão racial.

<sup>79</sup> Pode-se adicionar ainda o peso da diplomacia argelina e egípcia (nasserista) a favor dos movimentos de libertação nacional e as disputas pós-1961 entre dois blocos opostos de países independizados, o Grupo de Brazzaville e o Grupo de Casablanca (VIZENTINI, 2007b:170). De acordo com Paulo Vizentini, o Grupo de Brazzaville (criado em dezembro de 1960) era liderado por Senegal e Tunísia e seguia uma posição moderada alinhada ao neocolonialismo. Já o Grupo de Casablanca (criado em janeiro de 1961), encabeçado por Egito e Argélia (governo provisório) era reativo ao primeiro e propunha uma postura neutralista e de ruptura com as metrópoles (2007:169-170).

<sup>80</sup> No âmbito econômico, havia (i) a herança da economia colonial extrativa belga que resultou, no pós-independência, na manutenção da dependência dos recursos minerais de duas províncias principais, a saber Katanga e Kasai e (ii) a fuga de capitais, a privatização em larga escala e o êxodo de profissionais europeus com a abrupta declaração de independência pela Bélgica (RODRIGUES, 1990; ISS, 2005a). Na esfera política, percebia-se (i) a disputa do partido federalista-separatista Conakat da província de Katanga e do cartel federalista-separatista dos partidos Balubakat, Fedeka e Atcar (base étnica Baluba) das províncias de Katanga e Kasai contra o governo central; e (ii) a instabilidade institucional gerada pelo baixo nível de treinamento dos funcionários congolezes. No que concerne à segurança, foi clara a incapacidade militar nacional congoleza em conter pretensões separatistas de Katanga e Kasai e ameaças rebeldes do leste.

<sup>81</sup> O Grupo Binza foi uma organização informal que teve papel protagonista durante a Crise do Congo. Seu nome se refere ao próspero subúrbio de Leopoldville onde a maioria de seus membros viva. Operou de maneiras variadas, seja como grupo de pressão, seja por influência pessoal de seus membros junto ao alto escalão da política congoleza. Dentre seus principais integrantes estavam Mobutu Sese Seko, Justin Bomboko (fundador do partido de diplomados universitários, UNIMO, e posteriormente presidente do Colégio de Comissários Gerais de Mobutu e ministro das relações exteriores entre 1961 e 1963), Victor Nendaka (vice-presidente da ala lumumbista do partido MNC e depois diretor do Serviço de Segurança Nacional - *Sûreté Nationale*) e Cyrille Adoula (líder trabalhista, senador e em seguida primeiro-ministro). Principalmente durante o período do governo de Joseph Kasavubu de 1961 a 1965, o grupo Binza foi "o poder atrás da presidência" (DEVLIN, 2007:99).

### *As Forças Combatentes Principais*

A superação da crise congoleza foi realizada com esforços mínimos para construção de uma esfera coercitiva do Estado. Com o amotinamento do exército, as forças combatentes disponíveis para estabilizar a instituição e reprimir os separatismos, principalmente o de Katanga, eram insuficientes.<sup>82</sup>

As forças de segurança do período eram herdeiras diretas da estrutura de segurança do Congo-belga, principalmente, da *Force Publique*. Esta organização foi constituída em 1888 para manter a ordem pública doméstica e realizar a proteção contra ameaças externas. Tal junção de funções era consequência do fato de que o Estado de Leopoldo II<sup>83</sup> e a Colônia Belga<sup>84</sup> não diferenciavam forças militares das policiais. Este quadro criava tensões dentro da organização, as quais só foram minimamente resolvidas após a I Guerra Mundial. A partir deste momento a *Force Publique* dividiu-se em Tropas de Guarnição e Tropas de Serviço Territorial. Aquelas serviram como uma força militar orientada contra ameaças externas, enquanto que estas assumiram a função de *gendarmérie* (ou força policial) e seus elementos foram espalhados pelo território colonial sob o controle operacional dos administradores territoriais.<sup>85</sup> Em 1959, as Tropas de Serviço Territorial foram designadas oficialmente como *gendarmes*.

<sup>82</sup> Ressalta-se, entretanto, que grande parte dos esforços para suprimir a secessão da província de Kasai, foi realizada pelas próprias tropas congolezas. De acordo com, Ndikumana e Emizet “a guerra de secessão foi finalmente derrubada em fevereiro 1962 por forças do governo, após a morte de cerca de três a sete mil pessoas, incluindo mortes em combate, bem como os massacres étnicos” (2003:10. Tradução minha).

<sup>83</sup> O Rei Leopoldo II da Bélgica garantiu em 1885 a tutela do então Estado Independente do Congo a partir de uma articulação que envolveu (i) alianças a importantes personalidades e figuras políticas, (ii) a criação de organizações de fachada (como a Associação Internacional do Congo) (iii) e a justificação de suas pretensões mediante a defesa de causas nobres, como os direitos humanos (que, na época, já se traduziam em anti-escravismo), o progresso científico e o livre-comércio. Todavia, a despeito da retórica, o rei estabeleceu um sistema de exploração extensiva dos recursos da região (mormente, marfim e borracha) mediante o trabalho escravo, a brutalidade, a tortura e o massacre de africanos. O suor e o sangue dos congolezes geraram riquezas que serviram para sustentar obras faraônicas e financiar as suas práticas de pedofilia do rei e os desejos de sua amante. Tal sistema fora adotado durante 23 anos por Leopoldo, o qual nunca colocou seus pés na colônia (HOCHSCHILD, 1999).

<sup>84</sup> Os boatos sobre o “terror da borracha” de Leopoldo II e a recusa do rei em permitir o livre-comércio no rio do Congo geraram pressões internacionais que levaram o monarca a leiloar o país – o que obrigou o parlamento belga a se mobilizar para não perder os investimentos então realizados na empreitada de Leopoldo. Durante a administração belga (1908-1960), o sistema de dominação da população congoleza não teve grandes mudanças em sua linha de abordagem, mas sim um refinamento, como a adoção de uma Constituição colonial. O documento garantia os interesses de grandes companhias belgas, mediante uma aliança formal entre Estado, Igreja Católica e grandes companhias. Esta trindade colonial permitia a continuidade da tripla missão colonizadora: exploração econômica, repressão política e opressão cultural. Portanto, os refinamentos não esconderam os princípios básicos da exploração do país: (1) apropriação de riquezas; (2) a promoção de rivalidades entre diferentes grupos étnicos (o governo belga estabeleceu poderes descentralizados, instrumentalizando diferenças étnicas, além de criar elites locais beligerantes); (3) na exploração da força de trabalho mediante o uso de brutalidade e violência inusitadas; e (4) em pouco, ou nenhum, investimento estatal na educação superior da população local – o que facilitava a manutenção de um regime exploratório e mantinha as elites locais em postos inferiores da administração.

<sup>85</sup> Ressalta-se que, durante todo o período colonial, comandantes utilizavam sua autonomia administrativa para perseguir suas próprias agendas políticas. O treinamento das forças de segurança era mínimo e sua função primordial era a de auxiliar as autoridades civis a ocupar e pilhar o território (ICG, 2006:4-5).

Com a independência, o amotinamento de militares negros da *Force Publique* e as pressões sobre o primeiro-ministro Lumumba fizeram com que este removesse mais de 1.000 oficiais europeus das estruturas de comando do exército (alguns permaneceram como assessores) e substituí-los por suboficiais congolezes. A *Force Publique* foi renomeada Exército Nacional Congolês (*Armée Nationale Congolaise* – ANC) e sua estrutura de comando foi modificada.<sup>86</sup> A reforma também permitiu a incorporação à ANC dos 6.000 homens pertencentes às antigas Tropas de Serviço Territorial, formando uma divisão de *Gendarmerie* e totalizando uma força de 25.000 homens. Apesar das rápidas modificações, a desintegração das forças armadas continuou: o exército se degenerou, em diversos casos, em gangues armadas leais a chefes locais ou regionais, ao invés do governo nacional. Como resultado, a ANC tornou-se uma força armada apenas nominalmente, tendo “performances precárias, e sendo inapta a manter a ordem estatal sem auxílio externo” (GLICKSON e SINAI, 1993: *on-line*).<sup>87</sup>

Dessa forma, para suprir o déficit coercitivo do Estado, o primeiro-ministro Lumumba teve de solicitar o auxílio de tropas das Nações Unidas. A missão, autorizada em 14 de julho de 1960 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) foi a maior até então implantada pela Organização (DOBBINGS, 2005:11; GORDON, 1965). No dia 17 chegavam à capital Leopoldville as primeiras tropas internacionais da ONUC (Operação das Nações Unidas no Congo).<sup>88</sup>

Enquanto que a ONUC se recusava interferir na repressão do separatismo de Katanga a região ficou praticamente independente. A postura ambígua da organização (então secretariada

---

<sup>86</sup> Com a generalização dos motins do exército, Lumumba operou uma rápida e limitada reforma nas forças de segurança. O processo de africanização foi representado principalmente por: (1) a promoção de Victor Lundula para o posto General e sua indicação para o cargo de Comandante em Chefe das Forças Armadas, agora renomeadas como *Armée nationale congolaise* (ANC); e (2) a promoção de Mobutu para o posto de Coronel e sua indicação para Chefe do Estado-Maior do Exército. Contudo, essas duas indicações se mostraram equivocadas, devido à falta de qualificação de ambos, aos apegos a relações tribais por parte de Mobutu e às estreitas conexões com os serviços de inteligência norte-americano e belga, também no caso de Mobutu.

<sup>87</sup> Por sua vez, as forças policiais do período (*Gendarmerie*, a Polícia Territorial e a Polícia de Chefes Locais) eram caracterizadas pelo comando descentralizado e por se reportarem a chefes locais com pouco comprometimento com a causa nacional (GLICKSON e SINAI, 1993). Aliada à incapacidade das forças de segurança, a relação estreita entre a CIA e agência nacional de inteligência, *Sûreté Nationale* (SN), intermediada pelo grupo Binza, possibilitou a influência direta dos EUA na política congoleza no período. Além das relações diplomáticas abertas e das pressões sobre o posicionamento da ONU e da Europa em relação ao Congo (DEVLIN, 2007; GLEIJESES, 2003), outra forma de interferência dos EUA foi concretizada nas diversas operações encobertas (OEs) empreendidas no período. A ordem de assassinato de Lumumba foi o maior exemplo desse mecanismo e tinha como base a percepção de que a eliminação definitiva seria a solução final para a ameaça comunista no Congo. Paradoxalmente, as OEs tiveram de ser intensificadas com a ebulição da oposição nacional que se seguiu a este assassinato – pelo qual a CIA era amplamente acusada.

<sup>88</sup> A ONUC foi mandatoriamente uma tarefa de manutenção de paz (*peacekeeping*). Todavia, passou a ser considerada uma ação de imposição de paz devido às suas resoluções posteriores e ao grande número de mortos resultantes de suas operações (DOBBINGS, 2005:xxiii). Esta força tarefa de aproximadamente 30 países incluiu quase 20.000 militares entre oficiais e soldados; inclusive do Brasil, que estava no auge da Política Externa Independente. Destaca-se o papel da Força Aérea Indiana e a utilização das aeronaves de interdição Canberra, ideais para ataques à distante província de Katanga em um contexto de precária conexão viária no país (RAKSHAK, S/d).

pelo sueco Dag Hammarskjöld) levou Lumumba a se aproximar da URSS, recebendo amparo militar contra as secessões. Esta articulação marcou o destino do primeiro-ministro e contribuiu para a sua derrubada (13 de setembro de 1960) e assassinato (17 de janeiro de 1961). Somente após a eliminação de Lumumba, a ascensão de Kennedy nos EUA – trazendo uma posição de que haveria de se estabelecer uma união nacional no Congo, em oposição aos interesses comerciais britânicos –, e o estabelecimento de resoluções mais duras do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) é que a secessão de Katanga pôde ser sobrepujada. Para isso contribuíram fundamentalmente as operações Rumpunch, Morthor, Unokat (resolução 169 do Conselho de Segurança) e Grand Slam, as quais possibilitaram a recuperação de Katanga em janeiro de 1963.

Já a repressão dos grupos rebeldes Mulele e CNL foi realizada após a saída das tropas da ONU (junho de 1963) e, por isso, teve de contar com suporte direto dos EUA, da Bélgica e de mercenários sul-africanos e europeus.<sup>89</sup> Os Estados Unidos forneceram (1) uma Força Aérea para o Congo, operada por exilados cubanos; (2) aviões de transporte com tripulação norte-americana para a condução de paraquedistas Belgas na ocasião da recuperação da cidade Stanleyville; e (3) uma patrulha naval operada pela CIA, para romper a linha de suprimentos da Tanzânia através do Lago Tanganyika. A Bélgica operou com o envio de quase 450 oficiais para o treinamento e comando de tropas e de 500 paraquedistas no resgate de reféns em Stanleyville (BLUM, 2004:162). Os mercenários sul-africanos e europeus cumpriram o papel principal. Tratava-se de mais de 1.000 homens, que foram à linha de frente em grande parte das operações contra os rebeldes do leste (GLEIJESES, 2003:71).

Cumprir salientar que, não obstante as Forças Armadas congoleesas terem desempenhado um papel de menor peso relativo na Crise do Congo, parte das forças rebeldes enfrentadas foram também auxiliadas pelo exterior. É o caso da província separatista de Katanga, que recebeu apoio de aproximadamente 6.000 homens belgas em armas, além de centenas de mercenários vindos principalmente da África do Sul, Bélgica e Rodésia. No caso do grupo revolucionário CNL, houve o envio de armas e suprimentos por parte da URSS e da China; o apoio político e logístico de diversos países africanos, em especial Tanzânia, Egito e Congo-Brazzaville; e o estabelecimento, já no período de declínio da guerrilha, de uma força de 128 assessores cubanos com armas, comandados por Che Guevara. Este procurava instituir centros de treinamento de guerrilheiros congoleeses, procurando incentivar o desenvolvimento de novas práticas militares e de uma ética de conduta que serviria de base para uma ampla revolução nacional. Seu projeto

---

<sup>89</sup> Para facilitar a satisfação desse conjunto de forças contra-revolucionárias, foi articulada a subida do ex-separatista katanguês, Moise Tshombe, ao posto de primeiro-ministro em julho de 1961, implementando um governo de salvação nacional.

fracassou, em parte, pela falta de disposição das lideranças do movimento CNL em apostar nesta estratégia de longo prazo (GUEVARA, 2000:275).

### ***O Financiamento da Guerra***

Com a economia em declínio, o financiamento da guerra foi precário, devido a fuga de capitais belgas e, principalmente, ao separatismo das economias mais dinâmicas do país (Kasai e Katanga).<sup>90</sup> Cumpre salientar que os próprios movimentos separatistas tiveram, além de origens étnico-sociais<sup>91</sup>, elementos econômicos que contribuíram para a ebulição política na região.

No caso de Kasai a busca pela intensificação e a acumulação dos ganhos advindos da exploração econômica do sul da província (atualmente Kasai Ocidental) foi um importante fator para a radicalização da plataforma política da elite regional Baluba. Mais do que interesses externos, o separatismo de Kasai, buscava o enriquecimento de grupos pouco inclinados a aceitar a unidade nacional.

Conhecido como o "estado diamante", o sul de Kasai possui grandes reservas de diamantes tipo gema e industriais. Até meados da década de 1970, o Congo foi o maior produtor individual de diamantes industriais, com média de cerca de um terço do total mundial [...]. No entanto, ao contrário de Katanga, a região de Kasai não possuía uma comunidade de colonos belgas de longa data que a apoiava. Portanto, não recebeu suporte do Ocidente. (NDIKUMANA e EMIZET, 2003:8. Tradução minha)<sup>92</sup>

No âmbito político, a liberalização dos partidos políticos por parte do colonizador no final dos anos 1950 levou a um recrudescimento dos antagonismos entre Luba e Baluba – passando à esfera política as rivalidades sociais manipuladas externamente. Os partidos tenderam a seguir as clivagens étnicas e logo começaram a surgir posições mais radicais. Em 1959, um funcionário colonial Luba descobriu uma proposta de um oficial belga de expulsar esta etnia do dinâmico centro econômico dos Lulua e reenviá-los para o empobrecido sudeste de Kasai. A situação se agravou em 1960 com cisões partidárias em nível nacional, a radicalização das

<sup>90</sup> De acordo com McCalpin, “com a saída de muitos belgas do Congo, seguiu-se um rápido êxodo de capitais. Os belgas tinham uma forte presença na agricultura e no comércio, e a economia sentiu imediatamente o efeito da retirada de seu capital humano e financeiro. Segundo estimativas, a população belga no país, que totalizava 110.000 em 1959, caiu para cerca de 80.000 na independência e, em seguida recuou ainda mais dramaticamente a 20.000 em 1961, momento em que a maioria dos expatriados restantes permaneciam na província próspera e mineralmente rica de Katanga. Também teve consequências a ausência de uma classe nativa econômica para substituir os belgas que deixavam o país” (MCCALPIN, 2002:39. Tradução minha).

<sup>91</sup> A rivalidade entre as etnias Lulua e Luba, e Luba e Lunda é uma realidade da região do sudeste do Congo. Neste caso, diferenças étnicas preexistentes foram transformadas em motivo de conflito social pela estrutura colonial Belga, que buscava a exploração e o controle das riquezas minerais de Katanga e Kasai. Favoreceram os chefes locais Lunda de Katanga e Lulua de Luluabourg no sul de Kasai (hoje cidade de Kananga) em detrimento dos Baluba, considerados “bons para o trabalho” no caso de Katanga (assim como os Hutu de Ruanda-Urundi) e insubmissos no caso de Kasai. O separatismo foi o resultado prático dessas políticas: em Katanga propunha-se poderes aos “autênticos Katangueses” (Lunda) e em Kasai à elite saudosista Baluba (contra os Lulua).

<sup>92</sup> “Known as the “diamond state,” southern Kasai has large reserves of both gem quality and industrial diamonds. Until the mid-1970s, the Congo was the single largest producer of industrial diamonds, averaging about one-third of world total output [...]. However, unlike Katanga, the Kasai region did not have longstanding backing from a Belgian settler community. Therefore, it received no support from the West (NDIKUMANA e EMIZET, 2003:8).”

posições em Kasai (opção pelo separatismo) e a pesada repressão aos secessionistas por parte do exército nacional (ANC).

No caso de Katanga a situação era sensivelmente mais grave devido (i) a fatores políticos, (ii) à presença significativa de colonos brancos, (iii) à centralidade da região para a economia nacional e (iv) à participação externa no separatismo.

Os elementos políticos estão remotamente conectados ao rebaixamento do status político da província em 1933, que causou ressentimento aos habitantes da região, principalmente àqueles colonos brancos que pregavam a superioridade europeia.<sup>93</sup> De fato, os interesses dos colonos tiveram papel central no desequilíbrio a favor das forças secessionistas de Katanga, onde habitavam em 1956 aproximadamente 34.000 brancos, 31% de toda a população europeia da colônia (LEMARCHAND, 1962:406).<sup>94</sup> Entretanto, com as eleições locais de 1957 e a percepção de que o voto africano era fundamental para se costurar a ascensão ao poder, uma nova estratégia foi adotada: a colaboração com africanos que compartilhavam ideais separatistas e desconfianças frente ao governo central.<sup>95</sup>

No que tange aos fatores relacionados à exploração econômica, durante os anos 50, a produção mineral da região avançou quase 60% - gerando enormes lucros à companhia belga *Union Minière du Haut-Katanga* (UMHK)<sup>96</sup> (controlada pela *Société générale de Belgique* (SGB) - que controlava 70% da economia congoleza). No início dos anos 60 a própria região de Katanga era responsável por 70% da renda nacional (NDIKUMANA e EMIZET, 2003:3). Todavia, as riquezas de Katanga não eram exploradas somente pelo governo congolês. Pelo

---

<sup>93</sup> Desde 1910 a região havia garantido privilégios na estrutura administrativa belga, sendo comandada diretamente pelo vice-governador geral. Entretanto, com a reorganização administrativa de 1933, Katanga adquiriu a mesma posição que as demais províncias, passando a ser comandada pelo emissário local (LEMARCHAND, 1993).

<sup>94</sup> Importa lembrar que durante o período colonial, Katanga passou a abrigar um grande comunidade de colonos Europeus e cultivou mais afinidades com a África Austral do que com o próprio Congo (inclusive com as comunidades segregacionistas da Rodésia do Sul e África do Sul). Além disso, esta população estava organizada politicamente no partido União pela Colonização de Katanga (*Union pour la Colonisation du Katanga* – UCOL-Katanga) que visava a salvaguardar à população branca de Katanga as liberdades garantidas pelos belgas e promover o crescimento da colonização europeia (LEMARCHAND, 1993:online).

<sup>95</sup> Estes africanos separatistas estavam organizados na Confederação das Associações de Katanga (CONAKAT - *Confédération des Associations du Katanga*), comandada por aqueles que se diziam autênticos katangueses (na maioria, grupos Lunda e Bayeke). Como fator agravante, os katangueses “estrangeiros” (imigrantes vindos de Kasai) passaram a compor quase 38% da população da região em 1956 e garantiram vitória nas eleições locais de 1957, o que intensificou aliança entre os autênticos katangueses e os colonos europeus (LEMARCHAND, 1993:online). A quebra da autoridade central como os motins militares ofereceu a Tshombe (líder do partido separatista CONAKAT) um pretexto para proclamar a independência da região em 11 de julho de 1960.

<sup>96</sup> Especializada na exploração de cobre e de outros recursos minerais da rica província de Katanga, a UMHK era a companhia mais importante para a economia congoleza desde o período colonial. Estabelecida em 18 de outubro de 1906 pelo *Comité spécial du Katanga* (CSK), foi firmada como um compromisso comum entre Leopoldo e o empresário britânico Robert Williams, dono da *Tanganyika Concessions Limited* (TCL), empresa que até então operava na Zâmbia e tentava negociar com a *Compagnie du Katanga* (empresa responsável pela administração e mineração da região). A UMHK tornou-se um grupo de *trusts* belgas (sob a liderança da SGB e de capitais estrangeiros) que possuía fortes vínculos com a família real.



contrário, forças externas ocidentais eram as que mais lucravam com a exploração da região.<sup>97</sup> Este quadro foi centralmente importante para o auxílio externo na tentativa de conservar a região como um enclave econômico ocidental<sup>98</sup>, o qual era facilitado pelo fato de que as ferrovias que exportavam prioritariamente os produtos de Katanga passavam por fora do território nacional.<sup>99</sup>

Ao contrário do caso de Kasai, o apoio belga foi fundamental, fornecendo assistência militar, econômica e técnica aos secessionistas. Alguns dos principais auxílios foram a conversão da *gendamerie* katanguesa em uma força de segurança efetiva e o apoio armado direto. Outro suporte relevante foi o estabelecimento e a manutenção de funcionários belgas nos órgãos administrativos da província.<sup>100</sup> De fato, além dos colonos brancos, uma burguesia imperialista que ocupava posições de comando na UMHK e na SGB de Katanga serviu de interface para o estabelecimento de um enclave minerador sustentado e explorado por Bélgica, Grã-Bretanha e África do Sul.

Devido a esta realidade de desconexão dos principais centros econômicos do país, a guerra teve de ser sustentada quase que integralmente pelo crescimento anterior da economia congoleza e pela assistência externa. Apesar dos dados econômicos sobre o período serem escassos, é possível inferir que grande parte da economia de guerra do período inicial (1960-

<sup>97</sup> A lucratividade da região era um forte argumento para os que defendiam a continuidade do colonialismo. Para a Bélgica, um rompimento das atividades no Congo e na região custaria à SGB aproximadamente 77 milhões de dólares de receitas, enquanto que o país teria de arcar com uma redução no orçamento anual, fora os custos de reintegrar 10.000 burocratas que atuavam na colônia (GONDOLA, 2002:120). Outros países, como França, Itália e Alemanha Ocidental temiam o bloqueio de seus investimentos na região. Os EUA, por seu turno, queriam manter controle sobre os recursos congolezes - considerando Katanga como parte do cinturão de cobre da África Austral (área responsável por um quarto da produção mundial do produto). Em 1960, os EUA importavam três-quartos do cobalto e metade do tântalo de Katanga - dois minerais utilizados na indústria aeroespacial norte-americana (Ibidem).

<sup>98</sup> Importa que, apesar dos esforços do Rei Leopoldo II e do governo belga para garantir lucros sobre as riquezas congolezas, eles acabaram por permitir a participação da burguesia de outros países capitalistas na pilhagem das riquezas do país. Britânicos e sul-africanos estavam envolvidos com o trabalho da UMHK, mediante a TCL e o fornecimento de trabalhadores brancos e negros através da Robert Williams Company. A TCL era a controladora da ferrovia de Benguela - o que auxiliava nas pretensões de integrar toda a região do cobre no complexo econômico sul-africano. A importância da região para os interesses internacionais foi verificada no posterior apoio tácito de Grã-Bretanha e África do Sul ao separatismo de Katanga. No que tange aos EUA, os grupos Ryan e Guggenheim estavam envolvidos desde 1906 com minérios de diamante e a companhia Rockefeller tinha negócios com a *Compagnie du Congo pour le commerce et l'industrie* (CCCI). Após 1940 o envolvimento do país se intensificou com a necessidade de obtenção de urânio e tântalo. Essa realidade dava a região o ineditismo de ser um proto-enclave econômico ainda no período colonial (NTALAJA-NZONGOLA, 2003:32)

<sup>99</sup> As relações comerciais diretas com o mercado externo influenciaram diretamente o destino da região e a sua posterior busca por autonomia. Na década de 1920, a primeira via de saída dos recursos de Katanga para o mercado mundial ficou pronta. Era a via nacional (*voie nationale*), que ia de Katanga até Port-Franqui (Ilebo) no rio Kasai e, a partir daí, chegava à ferrovia Kinshasa-Matadi. Entretanto, em 1931 ficou pronta uma nova ferrovia muito mais rápida e custo-efetiva. Esta, contudo, realizava a maior parte do caminho entre Katanga e o oceano atlântico por fora do Congo, utilizando o território angolano (partindo de Dilolo e chegando a Benguela e Lobito). Havia ainda uma terceira alternativa, também centrífuga ao poder do Estado, que saía de Sakania, utilizando os sistemas de transporte rodesianos e portugueses e chegando ao porto de Beira em Moçambique.

<sup>100</sup> Bruxelas estava determinada a apoiar o separatismo de Katanga a todo o custo - mesmo com o fato de que este envolvia ideologias genocidas contra os Luba de Kasai. Na realidade, tratava-se de um projeto que servia aos interesses de grandes companhias mineradoras e de colonos brancos - que envolvia a integração de Katanga ao complexo econômico da África austral (NZONGOLA-NTALAJA, 2003:100-101). Esta realidade justificava o apoio tácito de Grã-Bretanha e África do Sul ao separatismo da região.

1963) foi baseada nas reservas decorrentes do bom desempenho econômico da colônia belga, que desde 1920 crescia 6% ao ano (NZONGOLA-NTALAJA, 2003:72). Por outro lado, uma análise sobre o crescimento econômico da economia congoleza demonstra que a variação da renda nacional entre 1960 e 1967 foi de -0,3% (Ibidem).<sup>101</sup> Também por isto havia a dependência das tropas da ONU para a realização de operações militares contra os separatistas de Katanga, devido à incapacidade das forças congolezas de exercê-las, decorrente provavelmente da falta de recursos para fortalecê-las.

Com a retomada de Katanga e Kasai a economia congoleza pareceu se recuperar, devido ao aumento imediato das exportações e do PIB. Entretanto, para enfrentar os rebeldes do leste, os maiores esforços econômicos não parecem ter vindo do bolso dos congolezes, mas sim dos contribuintes norte-americanos. Se as operações aéreas representaram o grande diferencial na vitória militar do Congo, é bom lembrar que todo o equipamento da nova Força Aérea foi enviado pelos EUA; da mesma forma os pilotos (exilados cubanos), a tripulação e os armamentos. Na guerra terrestre, o diferencial foram as forças mercenárias, haja vista que as tropas congolezas começaram a fugir dos rebeldes do leste na medida em que se espalhavam boatos de que estes utilizavam instrumentos mágicos para incrementar sua moral na guerra (era o caso da imunização com a água mágica – *dawa* ou Mai Mulele). Entretanto, o governo do Congo não teve de desembolsar um Franco Congolês sequer para o pagamento destas tropas. Segundo Gleijeses (2003:132), os pagamentos mensais de US\$ 300.000 aos mercenários eram feitos integralmente por EUA e Bélgica, que firmaram um acordo em 1964, após a recusa belga de enviar soldados nacionais ao Congo. Portanto, é possível afirmar que os reduzidos esforços militares nacionais congolezes para enfrentar a crise de seu país contribuíram para o estímulo reduzido à construção da esfera extrativa do Estado – não ocorrendo, provavelmente, qualquer acréscimo considerável na taxaçoão à população e na estrutura estatal para coletá-las.

Por fim, cumpre ressaltar que o apoio externo possibilitou que o Congo se saísse vitorioso da guerra civil. Para completar o quadro, uma disputa entre o então presidente Joseph Kasavubu e o primeiro-ministro Moise Tshombe gerou justificativas para o novo golpe de Mobutu em novembro de 1965. O agora Lugar-tenente General e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas proclamou-se presidente por cinco anos, mas, na prática, permaneceu no poder durante trinta e dois.

---

<sup>101</sup> Houve uma crise econômica durante a Crise do Congo: o PIB que havia crescido 6% em cada um dos últimos 40 anos, caiu de maneira drástica, só retomando os níveis de antes da independência em 1967. Na agricultura, a produção comercializada caiu 40% e as exportações 50%. Além disso, o débito externo disparou. (NZONGOLA-NTALAJA, 2003:146).

### 2.3 O Estado em Mobutu (1965-1997)

O Estado no período do regime de Mobutu (1965-97) foi caracterizado por tentativas iniciais de *state-building* como resposta ao colapso do Estado na crise do Congo. Todavia, as ambições pessoais do presidente foram nocivas a este projeto mais amplo e acabaram por intensificar o patrimonialismo<sup>102</sup> e o carisma. Como resultado ampliou-se a prevalência da esfera coercitiva interna – enquanto que a capacidade do exército nacional foi gradualmente reduzida. A esfera extrativa foi implantada, porém de forma insuficiente – visto que a economia do Estado se sustentou primordialmente pela exploração de recursos naturais (mormente o cobre) e pelo auxílio externo. A esfera distributiva de bem-estar social foi deixada para o último plano, sendo prejudicada pela crise econômica gradual do Estado. A esfera produtiva foi brevemente construída, entretanto devido à presença da lógica patrimonialista de distribuição de cargos, sua efetividade não foi alcançada – tornado-se uma das bases para o espólio do Estado.

Assim, o regime de Mobutu foi marcado (i) pelo domínio quase absoluto do Estado, (ii) pela repressão interna, e (iii) pela cooptação econômica de uma burguesia nascente mediante a concessão de posições administrativo-burocráticas. Tratava-se de “um Estado absolutista Africano, um misto de Estado patrimonial e burocrático que gira em torno de uma monarquia presidencial com uma fachada ‘democrática’” (CALLAGHY, 1984:166. Tradução minha)<sup>103</sup>. Os princípios da divisão de poderes defendidos por Montesquieu eram completamente esquecidos e substituídos por uma noção orgânica e estatista de unidade de poder (baseada no tradicionalismo e no autenticismo), personificada em Mobutu.<sup>104</sup> Vínculos patrimoniais e de clientela compunham a base da relação entre o “rei” e seus “súditos” no partido e na administração do Estado. Estes dependiam completamente daquele para a sua seleção, o apontamento e a manutenção no poder.

Nas origens políticas desse regime estava o interesse de Mobutu em construir um Estado que solucionasse a descentralização excessiva e a evaporação da autoridade presentes na Primeira República (Crise do Congo).<sup>105</sup> Todavia, à medida que o poder se cristalizava nas mãos

---

<sup>102</sup> **Patrimonialismo** – Trata-se, para Weber, do sistema em que os “governantes exercem a autoridade como um aspecto de sua propriedade pessoal, similar, em todos os sentidos ao controle patriarcal sobre o seu grupo familiar” (BENDIX, 1986:262). Um dirigente patrimonial (e seus funcionários) conduz arbitrariamente os assuntos administrativos; resiste à delimitação de sua autoridade pela estipulação de regras; delega e supervisiona arbitrariamente a autoridade; e trata os cargos públicos e funcionários como propriedade privada, como parte do grupo familiar (BENDIX, 1986:328).

<sup>103</sup> “[...] *an African absolutist state, a mixed patrimonial-bureaucratic state revolving around a presidential monarchy with a ‘democratic’ facade*” (CALLAGHY, 1984:166).

<sup>104</sup> “*Je suis le Chef*”, frase atribuída ao autocrata (corruptela de “*L’etat c’est moi*” de Louis XIV), significa que na prática não havia qualquer diferenciação entre o homem o seu papel político, entre suas finanças pessoais e as do Estado.

<sup>105</sup> Na tentativa de frear os conflitos étnico-regionais que devastaram a Primeira República, Mobutu acabou com os partidos étnicos; eliminou as legislaturas provinciais, a autonomia parcial de províncias e qualquer força de segurança sob sua égide; converteu os governantes provincianos em meros representantes do MPR; e reduziu o

do presidente e gerava reações internas ao seu domínio, a estratégia prioritária tornou-se a personalização do poder. Também as políticas econômicas eram desenhadas de forma a aumentar o poder econômico e político do governante e de sua aristocracia política.

Um dos instrumentos mais importantes para a construção deste regime foi o modelo de partido único.<sup>106</sup> Inicialmente foi criada uma organização de jovens, o *Corps des Volontaires de la République* (CVR). O resultado positivo de seu apelo às massas e ao lumpemproletariado, visando o apoio ao regime, incentivou Mobutu a criar um partido do próprio governo. O *Mouvement Populaire de la Révolution* (MPR) foi criado em 20 de maio de 1967 e seu quadros (inicialmente, membros e militantes do CVR ) foram progressivamente integrados nas estruturas administrativas do aparato estatal. Criou-se assim um regime de partido único (Estado-partido), declarado abertamente em 1970, com o estabelecimento do MPR como a instituição máxima do Estado. Na prática, todos os cidadãos eram membros do MPR, pois o partido e o Estado formavam a mesma entidade. Mobutu, presidente do partido, tornou-se chefe maior das instituições políticas nacionais e passou a deter o direito de se reeleger indefinidamente para a liderança da organização – o que deixava implícito o direito de presidência nacional vitalícia. Este princípio de unidade de comando e de uma complexa hierarquia de subordinados (inclusive líderes tradicionais das *chefferies*) tem relações diretas com as estruturas políticas do domínio de Leopoldo II e as do Estado colonial.

A dominação de Mobutu também teve seu lado simbólico. Em 1974, foi aprofundado o regime de partido único e criada uma escola do partido. A escola seria a base de propagação do Mobutismo. Tratava-se do estudo dos ensinamentos, pensamentos e ações do presidente; era não apenas uma ideologia, mas uma mentalidade.<sup>107</sup> A imagem de Leopoldo refletia a figura de um soberano tradicional (pré-colonial), em particular o do reino do Kongo. Este era percebido como um chefe forte (poder), justo (arbitrário) e carismático (sagrado). Mobutu manteve a justificação de seu poder por essas mesmas características próprias do imaginário social; pelos instrumentos da dádiva e do tributo (RIBEIRO, 2010). Mais do que ninguém, Mobutu seguia a sombra de Leopoldo II.<sup>108</sup>

---

número de províncias de 21 para 12 e depois para 8, além de transformá-las em unidades administrativas (GONDOLA, 2002:138).

<sup>106</sup> Cumpre salientar que, com a independência, elites africanas procuraram criar suas próprias instituições que possibilitassem a dominação social. Como toda a estrutura Estatal e paraestatal havia sido criada pelo colonizador – a alternativa foi a criação de partidos políticos próprios como a representação de uma instituição política autóctone. Estes partidos acabaram se tornando o maior instrumento de poder na África pós-colonial (ZOLBERG, 1966).

<sup>107</sup> O Mobutismo por ser considerado uma religião política com traços neotradicionais, construída para ser a base de legitimação do absolutismo de Mobutu. O MPR poderia ser considerado uma igreja e seu fundador, Mobutu, um messias.

<sup>108</sup> O culto a Mobutu de fato funcionou. O presidente ganhou credibilidade entre um amplo segmento da população. A confiança do povo permitia que qualquer culpa dentro na administração recaísse nos membros do Gabinete, o que fazia com seus cargos fossem deveras instáveis - assim como os do partido, do Exército, da administração

### *A Esfera Coercitiva*

No que tange à esfera coercitiva, é possível afirmar a preponderância da esfera coercitiva interna. As forças de segurança foram “o determinante mais importante do poder Mobutu e seu instrumento mais decisivo de governo” (NZONGOLA-NTALAJA, 2003:153. Tradução minha)<sup>109</sup>. O regime de Mobutu utilizava as suas forças paramilitares como um instrumento de repressão social. Metade dos 60.000 a 70.000 homens armados do Estado (dados de 1983) pertenciam às forças paramilitares e somente 30.000 ao exército, 1.000 à marinha ou guarda costeira e 1.000 à força aérea (Ibidem). Ademais, forças de segurança como a Divisão Especial Presidencial (*Division Spéciale Présidentielle* - DSP), o Serviço de Inteligência Militar (*Service d'Action et de Renseignements Militaire* - SARM), a Gendamerie Nacional (*Gendarmerie Nationale* – GN), a Guarda Civil (*Garde Civile* – GC) e o Serviço Nacional de Inteligência e Proteção (*Service Nationale d'Intelligence e Protection* - SNIP) tinham notória atuação na repressão interna e na pilhagem de populações civis.

Um dos indicadores da especialização na coerção interna foi o aumento da repressão à sociedade no final da década de 1970 e início dos anos 80 (CALLLAGHY, 1984:213). Nesse caso, o fato mais marcante foi, em 1978, o massacre secreto de brancos que procuravam refúgio da região de Kolwezi (na província de Shaba, novo nome dado para Katanga), recém atacada por rebeldes *Tigres* (como se verá adiante).<sup>110</sup> Na década de 1990, com a crise acentuada do regime e as pressões para a liberalização política, as repressões foram intensificadas. Pode-se citar o massacre de estudantes no campus da Universidade de Lubumbashi (na capital de Shaba, em maio de 1990), o massacre e seqüestro de membros do então *Haut Conseil de la République* (parlamento provisório) (fevereiro de 1992), o ciclo de saques cometidos por militares que protestavam pela falta de pagamentos (1991-1993); e a limpeza de grupos étnicos rivais em Katanga e Nord Kivu (1992-94). Mobutu atuava politicamente como um caudilho (CALLLAGHY, 1984:163) ou como um senhor da guerra (RENO, 1998) – mantendo a dominação pelo braço armado e o controle dos recursos naturais.

Todavia, apesar de a capacidade coercitiva, de controle e estabilização interna ter sido o foco principal desde a ascensão de Mobutu, pode-se dizer que o presidente foi inicialmente além das respostas naturais dadas frente ao conflito civil anterior. De 1965 a 1975 Mobutu estabeleceu reformas autofortalecedoras do Estado, dentre as quais está a criação de um exército nacional permanente e bem treinado – o qual serviria de base para a criação de um sentido de ética

---

provincial e das companhias Estatais. A rotatividade política ainda auxiliava na imagem de não-favorecimento étnico e união nacional do governo - o que era desmentido na prática pela dominação do grupo étnico Ngbandi nos altos cargos públicos (GONDOLA, 2002:141).

<sup>109</sup> “[...] *the single most important determinant of Mobutu’s power and his most decisive instrument of rule*” (NZONGOLA-NTALAJA, 2003:153).

<sup>110</sup> O ato serviu de pretexto para a intervenção de França, Bélgica e EUA na guerra de Shaba II.

pública na sociedade e para a formação de uma burocracia minimamente racionalizada e imparcial.

Em 1969, Mobutu criou um Conselho de Segurança Nacional para coordenar esforços e responsabilidades de segurança interna e externa. Na mesma época, instituiu – mediante a cooperação técnica militar norte-americana, belga, italiana, israelense e, posteriormente, francesa<sup>111</sup> - diversas escolas militares de alto padrão e espalhadas pelo território nacional.<sup>112</sup> Estas escolas eram notórias receptoras de alunos de diversos países Africanos.

Na década de 1970 estes centros foram tão bem sucedidos que recrutas vinham de outros países africanos, tais como o Togo, Chade, Burundi, Ruanda, Nigéria e República Centro-Africana. As mulheres também ingressavam no exército e tinham um bom desempenho mesmo em forças especiais, como a de paraquedistas. Nessa época, as FAZ contabilizavam cerca de 70.000 homens, entre oficiais e praças. (EBENGA e N'LANDU, 2005:67. Tradução minha)<sup>113</sup>

Além disso, em 1974 Mobutu direcionava 5,7% do PIB para a defesa (RUPYIA, 2005:67) – recursos que serviam de base para operações regionais.<sup>114</sup>

Todavia, no ano de 1975 houve um grande divisor de águas do Estado de Mobutu. Justificado pela acusação de tentativa de golpe militar, o presidente prendeu diversos generais, coronéis e oficiais de baixo-escalão do exército – dentre os quais sete militares foram executados (GLICKSON e SINAI, 1993). Em sentido amplo, Mobutu abandonou qualquer pretensão de *state-building* a partir de 1975 (ATZILI, 2006:158). Seus receios de um poder concorrente e incontrolável fizeram com que “progressivamente destruísse o exército que ele tenazmente construiu” (EBENGA e N'LANDU, 2005:66. Tradução minha)<sup>115</sup>. Os instrumentos utilizados foram políticas de politização, tribalização, desprofissionalização e criação de unidades privilegiadas.

<sup>111</sup> No âmbito político-militar, a França superou a Bélgica no auxílio ao regime de Mobutu. Já em 1973, o país se tornou um importante parceiro militar do presidente, quando este encomendou caças Mirage e helicópteros Puma (entre outros equipamentos franceses). Um ano depois os dois países assinaram um acordo de cooperação técnica militar. Ademais, a França treinou e assessorou duas brigadas aéreas zairianas. O apoio político-militar dos EUA ao Zaire foi fundamental para a sustentação do regime. Entretanto, o perfil do suporte foi mais voltado para a parceria na repressão do comunismo na África Austral (mormente Angola).

<sup>112</sup> Havia o Curso de Treinamento Básico de Oficiais em Kananga, o Curso Básico de Oficiais da Marinha em Banana, Escola de Treinamento de Blindados em Mbanza-Ngungu, e uma variedade de outras escolas básicas e especiais, como o Grupo de Militar de Altos Estudos em Kinshasa, o Centro de Treinamento de Comando em Kotakoli, em Kasai Ocidental (GLICKSON e SINAI, 1993: on-line).

<sup>113</sup> “*In the 1970s these centres were so successful that recruits came from other African countries, such as Togo, Chad, Burundi, Rwanda, Niger and the Central African Republic. Women also joined the army and performed well even in such special corps as the Paratroops. At this time, the FAZ numbered some 70,000 officers and other ranks*” (EBENGA e N'LANDU, 2005:67).

<sup>114</sup> A ambição militar de Mobutu contribuiu para que este que era cunhado de Holden Roberto (líder da FNLA angolana) interferisse no movimento de libertação e na guerra civil do país vizinho, enviando diversos batalhões na tentativa de capturar Luanda em outubro de 1975. O bloqueio do MPLA foi conseguido graças ao auxílio de unidades Cubanas e exilados katangueses. A derrota desestabilizou a moral das tropas zairianas, as quais retornaram ao país pilhando regiões rurais.

<sup>115</sup> “[...] *President Mobutu was progressively destroying the army that he had so strenuously built up*” (EBENGA e N'LANDU, 2005:66)

Assim, a partir de 1975 manteve-se uma constante de expurgos militares que acabavam por excluir os oficiais mais habilidosos e mais bem treinados. Ademais, “a transformação do alto comando das forças armadas em uma fraternidade colaborou para o colapso das forças armadas como uma força de combate” (NZONGOLA-NTALAJA, 2003:153. Tradução minha).<sup>116</sup>

Importa também ressaltar que o desmanche do exército nacional está relacionado à intensificação do patrimonialismo e à criação de uma religião civil, o Mobutismo. Seguindo a mesma lógica, o controle de Mobutu firmava-se no favorecimento étnico, presente, sobretudo, nas forças de segurança do Estado. Os expurgos de 1975 e 1978 foram importantes para excluir do exército nacional etnias de regiões distantes da capital (Kasai-Oriental e Kivu). Ao mesmo tempo houve distribuição de cargos de comando para parentes e amigos próximos ao grupo étnico de Mobutu (Ngbandi), originário da província de Equateur. Estes e outros indicadores sugerem que as forças de segurança do regime de Mobutu eram basicamente uma guarda pretoriana: não possuíam o objetivo máximo de defender o Estado, sua soberania e população – mas sim o regime e seu chefe (NZONGOLA-NTALAJA, 2003:153).

Os exemplos mais notórios deste perfil presente nas forças de segurança são os da DSP, do SARM, da GC, do SNIP e de redes particulares que realizavam atividades de inteligência diretamente para Mobutu na tentativa de manter o controle sobre as demais forças. O caso principal era o da DSP. Enquanto que outros corpos eram completamente marginalizados, forças especiais como a Divisão Especial Presidencial (*Division Spéciale Présidentielle* - DSP) eram bem treinadas e equipadas, devido ao auxílio externo. Criadas em 1977, estas forças eram responsáveis por proteger a Presidência e outras hierarquias do poder<sup>117</sup>; e realizar operações de luta contra o terrorismo e a guerrilha urbana e de repressão<sup>118</sup> – o que os levou a serem particularmente temidos pela população civil.

Em oposição ao foco na coerção interna, a capacidade coercitiva externa das Forças Armadas de Mobutu, que chegou a adquirir uma estrutura incipiente, tornou-se quase inexistente, seguindo um padrão pós-colonial de inefetividade:

Durante o período pós-colonial, elas geralmente colapsaram quando confrontadas com grupos armados: nas insurreições populares de 1964, em sua aventura angolana de 1974-75, nas guerras de Shaba de 1977 e 1978, e frente à aliança Kabila de 1996-97. (NZONGOLA-NTALAJA, 2003:157. Tradução minha)<sup>119</sup>

<sup>116</sup> “[...] *this transformation of the military high command into a fraternity eventually led to the collapse of the armed forces as a fighting force*” (NZONGOLA-NTALAJA, 2003:153).

<sup>117</sup> Destaca-se aqui a subunidade de guardas pessoais de Mobutu – conhecidos como Les Hiboux (Os Corujas) por suas ações de terror noturno.

<sup>118</sup> É o caso, por exemplo, do massacre de estudantes na Universidade de Lubumbashi em 1990.

<sup>119</sup> “*Throughout the postcolonial era, they generally collapsed when confronted with armed groups: during the popular insurrections of 1964; their Angolan adventure of 1974-75; the Shaba wars of 1977 and 1978; and the Kabila alliance of 1996-97*” (NZONGOLA-NTALAJA, 2003:157).

As guerras de Shaba I e Shaba II foram indicativas desta incapacidade militar. Trata-se de dois conflitos armados ocorridos em 1977 e 78, respectivamente, e que tiveram como pano de fundo o atrito entre Zaire e Angola, mais especificamente o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Em março de 1975, 1.200 tropas regulares do Zaire haviam adentrado Angola para lutar ao lado da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) contra o movimento de Agostinho Neto. A revanche veio em março de 1977, com o apoio tácito de Angola à invasão do Zaire por milhares de katangueses à província de Katanga (agora Shaba).<sup>120</sup> Os chamados *Tigres* do Frente Nacional de Libertação do Congo (FNLC) pegaram Mobutu desprevenido e despreparado. Entretanto, devido à grande importância de Shaba para a economia do Zaire e aos investimentos mundiais no país (o foco dos ataques, Kolwezi, era uma das cidades com maiores reservas de cobre do Zaire), uma intervenção coordenada pelo ocidente foi lançada. Aproximadamente 1.500 marroquinos com assessores belgas e franceses conseguiram expulsar os rebeldes já em abril.

Entretanto, os *Tigres* percebiam fraquezas no regime de Mobutu e partiram para uma nova incursão ao Zaire; desta vez com maior sucesso. Em 11 de maio de 1978 iniciaram seus ataques e já no dia 13 conseguiram a captura Kolwezi. A intervenção do ocidente, por seu turno, também foi mais representativa. Em auxílio de Mobutu, foram enviados paraquedistas franceses e belgas conduzidos por aviões de transporte militar norte-americanos.<sup>121</sup> As tropas ocidentais logo recuperaram a região enquanto que os *Tigres* fugiam para Luanda. Mais uma vez o Congo havia sido salvo pelas forças ocidentais (LEOGRANDE, 1980:24-27).<sup>122</sup>

Em ambas as guerras, a postura dos militares zairianos foi de falta de disciplina, deserção, desobediência, covardia, rebelião e violação da segurança estatal. Esta atitude colaborou para novos ciclos de expurgos e de tribalização do exército empreendidos por Mobutu, para que este mantivesse o controle direto sobre a corporação.

Ademais, a especialização na área paramilitar foi um agravante para a capacidade coercitiva externa do Estado congolês. A própria Gendarmierie Nacional (*Gendarmerie Nationale*

---

<sup>120</sup> Os katangueses eram ex-gendarmes que haviam lutado junto com mercenários para a independência de Katanga entre 1960 e 63. Após terem sido derrotados pelas forças da ONU, partiram para Angola e incorporaram-se às forças portuguesas contra os nacionalistas. Entretanto, com o início da guerra civil passaram para o lado do MPLA – recebendo armas e treinamento dos cubanos.

<sup>121</sup> O papel francês foi proeminente nas duas guerras. Em 1977 (Guerra de Shaba I), quando belgas e norte-americanos hesitaram em assistir Mobutu, o governo francês respondeu aos pedidos de Mobutu pressionando o Rei Hassan II do Marrocos para enviar tropas ao conflito. Havia o intuito de que a conflagração fosse vista como uma “guerra africana”. Ademais, a França auxiliou no transporte das tropas do Marrocos. Posteriormente, na invasão de Shaba II (1978), os paraquedistas da Legião Estrangeira foram mais ousados que seus parceiros Belgas – chegando ao foco do conflito, na cidade de Kolwezi (TURNER, 1993).

<sup>122</sup> Apesar de demonstrar o grau de tensão que viviam Angola e Zaire naquela época, as guerras de Shaba possibilitaram um acordo entre os dois países em meados de 1978. Zaire se comprometeu a não fornecer ajuda para UNITA, FLEC e FNLA – enquanto que Angola prometia desarmar os *Tigres* e acentuar esforços para reabrir a ferrovia de Benguela (LEOGRANDE, 1980:27).



– GN), criada em agosto de 1972, possuía entre 21 e 30 mil homens, quase metade do efetivo total das Forças Armadas. Suas armas leves e caminhões de transporte eram muitas vezes superiores ao equipamento básico do exército (FR, 2006).<sup>123</sup> Em 1993, as Forças Aérea e Naval do Zaire eram minimamente operacionais, devido à falta de treinamento, equipamento e logística adequados. No que tange às forças terrestres, a desestruturação era completa. Em meados dos anos 1990, os 70.000 militares do final da década de 1970 e início dos anos 1980 haviam sido reduzidos para 20.000 (MCCALPIN, 2002:45). O corte de gastos e a crise econômica também foram centralmente importantes: em fins da década de 1980, militares reclamavam de baixos salários e da falta de pagamentos – o que contribuía para a sua incapacidade de combate. Todos estes elementos colaboraram para a completa deserção das Forças Armadas do Zaire (FAZ) no contexto da Primeira Guerra do Congo (TURNER, 2007).

### *A Esfera Extrativa*

A construção da esfera extrativa estatal durante o regime de Mobutu foi minimamente incentivada, devido principalmente à dependência da exploração de recursos naturais e de recursos financeiros externos. Outro fator que comprometeu à construção de uma economia nacional foi o estabelecimento de um complexo sistema de corrupção e roubo por parte de Mobutu e de sua aristocracia política. Como resultado direto das frágeis estruturas econômicas e do amplo desvio de recursos – houve poucos incentivos para a construção de uma rede de infraestrutura que minimizasse as pressões centrífugas ao Estado. Além disso, verificou-se a queda abismal da renda da população congoleza e o avanço da pauperização e miséria.

### *A dependência de recursos naturais*

A esfera extrativa do Estado do Zaire foi fundamentalmente dependente dos rendimentos provenientes da extração de recursos naturais, apesar de grande parte das riquezas extraídas ter sido direcionada para bolsos privados. Apesar de um período inicial de políticas autofortalecedoras da economia, representadas na tentativa de fazer do Congo o “Brasil Africano”<sup>124</sup>, o que resultou em crescimento econômico considerável<sup>125</sup> – Mobutu logo rompeu com o ciclo de fortalecimento, direcionando o regime gradualmente para uma *cleptocracia*<sup>126</sup>.

<sup>123</sup> Entretanto, isto não impedia que a Gendarmerie contribuísse pouco para a manutenção da lei e da ordem no Zaire, e estivesse afundada em bandidagens, em assassinatos, e em extorsões. Este quadro era causado principalmente pelos baixos salários e mesmo pela falta de pagamentos.

<sup>124</sup> Em fins dos anos 1960, Mobutu lançou o "*Plan Décennal*", que objetivava fazer do Congo o "Brasil Africano". Tratava-se de converter uma economia largamente baseada em atividades agrícolas e extrativas em uma economia moderna, através de investimentos em infraestrutura e na indústria de transformação (MATON e LECOMTE, 2001:11).

<sup>125</sup> O governo de Mobutu obteve uma considerável popularidade inicial devido à promessa de paz e estabilidade e ao relativo sucesso econômico frente aos anos de crise. O período compreendido entre 1965 e 1974, foi de estabilidade e crescimento econômico rápido, encorajados por políticas liberalizantes e de atração de investimentos. As primeiras políticas de cunho nacionalizante do período tinham o intuito de romper com a

Em 1973 e 1974 houve um giro econômico radical nas políticas de Mobutu, revertendo os sucessos iniciais.<sup>127</sup> Houve a exclusão da oposição política e nacionalização de plantações e empresas dos setores mais modernos da economia (zairianização), além de sua transferência para indivíduos próximos de Mobutu e jovens diplomados sem experiência nos negócios, o que levou ao desequilíbrio econômico.

O grande indicador dessa realidade econômica foi a redução da produção e exportação de minérios. Apesar disso, as exportações de minérios se constituíram como a maior parte das exportações totais do país, à medida que as exportações agrícolas adquiriram posições marginais e as rendas das exportações de petróleo eram limitadas em comparação às minerais. A produção de cobre/cobalto e de diamantes correspondia à maior parte destas exportações. Com a queda de preços do cobre em 1974<sup>128</sup> e a própria queda da produção do minério em 1988 e seu virtual colapso no início da década de 1990 (resultado da falta de investimentos na estatal de minérios Gécamines - *Générale des carrières et des mines*<sup>129</sup>), a situação se agravou. A produção de diamantes tornou-se a salvação da economia do Zaire. Apesar da existência de grandes redes de contrabando, as atividades ilegais foram reduzidas em 1983 (até então contavam por 70% de toda a produção) com a legalização da mineração artesanal e o estabelecimento de licenças para compradores (*comptoirs*) oficiais para esse tipo de produção. Esta política resultou em um grande aumento na produção oficial (em 1991 a exportação da *Société minière de Bakwanga* - MIBA era de 9,6 milhões de quilates e a produção artesanal era de 7,2 milhões – resultando em 16,8 milhões de quilates). Assim, a queda nas exportações de cobre/cobalto foi parcialmente

---

dependência dos capitais belgas e de diversificar mercados, ao mesmo tempo em que os antigos colonizadores eram completamente indenizados pelas manobras de Mobutu.

<sup>126</sup> A partir dos anos 80 o governo Mobutu foi amplamente reconhecido como *cleptocrático* (governo de ladrões). Isto significa que “fundos públicos e recursos eram utilizados para ganhos privados em detrimento dos investimentos nacionais” (MCCALPIN, 2002:43. Tradução minha). Na prática “quase 40% da receita pública era acumulada por Mobutu e seus comparsas, enquanto que a renda anual de um cidadão médio era de US\$190” (KABEMBA, 2006:103. Tradução minha). Não é à toa que Mobutu se tornou “um dos homens mais ricos do planeta” (VISENTINI, 2007a:115) e, como seu colega de Uganda Idi Amin, sua fortuna pessoal rivalizava com a renda nacional (BLUM, 2004:162).

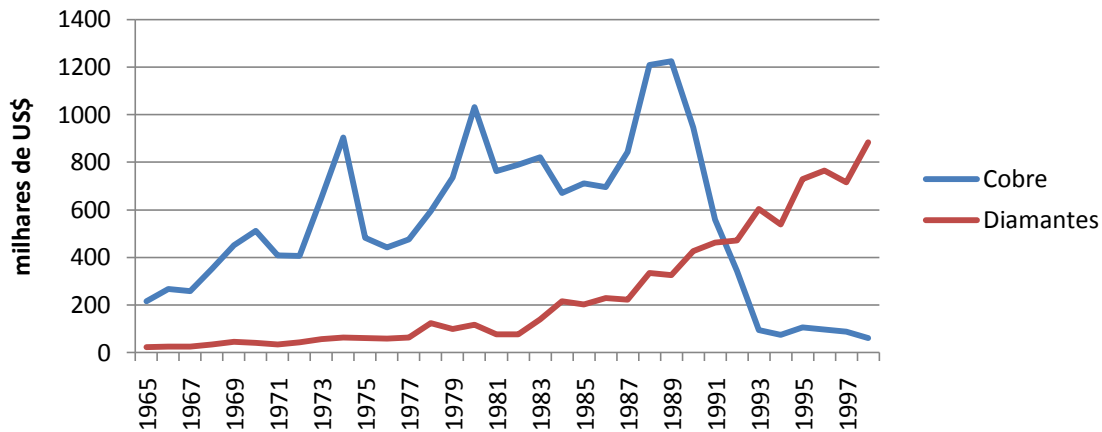
<sup>127</sup> Cumpre dizer que as políticas nacionalizantes de Mobutu geraram resultados positivos apenas entre 1968 e 1974 – devido a estabilidade política, a adoção de uma nova moeda (o Zaire) em 1967 e os altos preços do cobre devido à guerra do Vietnã. O alto nível de atividade econômica proporcionou o crescimento anual de 10% entre 1967 e 70 e de 5% entre 1970 e 1973. Investimentos na mineração, manufatura e serviços foram incentivados com uma lei liberal de investimento em 1969. Entretanto, setores como agricultura, transportes e saúde receberam limitadas alocações; e projetos faraônicos e improdutivos minaram a recuperação econômica a longo prazo. Outros fatores importantes foram o gasto público descontrolado e a corrupção/favorecimento da elite ligada a Mobutu. Como resultado, o Zaire teve de apelar sucessivamente ao endividamento externo – o que entrava em contradição com a abundância de riquezas naturais disponíveis em território nacional. De 1975 a 1997 o regime entrou em uma crise estrutural que ainda assola a economia congolosa.

<sup>128</sup> No início de 1974 o preço do cobre era de US\$ 3380,00/ton. Em meados deste mesmo ano, o preço caiu para menos da metade: US\$ 1350,00/ton (MCCALPIN, 2002:43).

<sup>129</sup> Além disso, com pilhagens de militares à companhia em 1991 e 1992, trabalhadores estrangeiros capacitados que trabalhavam para a empresa deixaram o país. O colapso da produção de cobre/cobalto se deveu à falta de investimentos nacionais na manutenção e melhoria dos meios de produção e na infraestrutura necessária para a exportação.

compensada com a ascensão na produção de diamantes (vide figura 3). O crescimento da produção média do minério continuou mesmo após a queda de Mobutu, passando de 55% das exportações do país em 1997 para 65% em 1998 (MATON e LECOMTE, 2001:19).

**Figura 3 - Congo: Exportação de minérios, 1965-1998**



Fonte: MATON e LECOMTE, 2001:47  
Autor: CASTELLANO, 2011

#### *A dependência de recursos externos*

Outro meio de financiamento do regime de Mobutu foi a ajuda externa. De acordo com Dunn, “estima-se que o Banco Mundial, o FMI e doadores bilaterais forneceram mais de US\$8,5 bilhões em empréstimos e doações ao Zaire entre 1970 e 1994” (2002:60. Tradução minha)<sup>130</sup>.

No que tange às relações econômicas bilaterais, o principal sustentador do regime de Mobutu foi antiga metrópole (Bélgica), apesar dos constantes rompimentos e reaproximações, com disputas envolvendo propriedades comerciais e industriais belgas no país. Os primeiros anos do governo foram marcados pela renovação do *contentieux belgo-congolais* (disputas sobre os ativos e débitos da antiga colônia) devido a políticas desfavoráveis aos capitais belgas.<sup>131</sup> Todavia, com a sinalização de que haveria a indenização completa dos proprietários belgas, as relações entre os dois países reverteram para uma aproximação. Em 1968, foi firmada uma convenção para cooperação técnico-científica e liberalizou-se alguns fundos anteriormente bloqueados.<sup>132</sup> Entretanto, em 1988 com as pressões do parlamento belga frente à autocracia e à ingerência econômica de Mobutu (que recusava a renegociação de dívidas), o *contentieux belgo-congolais* foi reaberto. Houve a captura de propriedades de zairianos na Bélgica e a deportação

<sup>130</sup> “It is estimated that the World Bank, the IMF, and bilateral donors gave over US\$8.5 billion in loans and grants to Zaire between 1970 and 1994” (DUNN, 2002:60).

<sup>131</sup> Em 1966 os diálogos foram rompidos, devido ao congelamento dos ativos de certas organizações belgas, à captura de propriedades belgas em Kinshasa e ao cancelamento de concessões garantidas antes da independência (Lei Bakajika). Além disso, em 1967 houve a nacionalização da UMHK.

<sup>132</sup> Além disso, mesmo após a segunda fase de nacionalização (zairianização), o governo de Mobutu permitiu que estrangeiros recuperassem 60% de seus ativos.

de estudantes. Logo, contudo, este foi parcialmente rompido (devido ao temor do avanço francês à região): em 1989, a Bélgica ainda garantia planos de alívio e rescalonamento da dívida externa.<sup>133</sup>

As relações com a França tiveram um desenvolvimento notável, na medida em que o país europeu priorizava as relações com a África e Mobutu buscava barganhar com seus principais apoiadores externos. O namoro inicial, baseado em relações de amizade e ostentação de que o Zaire era o segundo maior país de língua francesa (atrás somente da França), se consolidou com a concessão de direitos de prospecção de cobre para a França em troca do alívio da dívida e do auxílio francês para o estabelecimento do sistema de telecomunicações congolês. Ainda, em 1989, o anúncio na Cúpula Francófona de que o Zaire estava incluído no perdão de US\$2,6 bilhões em dívida de países africanos estreitou a parceria. Além disso, o corte da maior parte da ajuda por parte da França nos anos 1990 foi mais tardio que o da Bélgica e o dos EUA (vide figura 4), apesar de Paris ter cautelosamente condenado a repressão a cidadãos congolezes e apoiado a transição política (TURNER, 1993).

O apoio econômico dos EUA foi igualmente importante para a sustentação do regime. Primeiramente, foi viabilizado pelo código de investimentos de 1969, cujo cunho liberal possibilitou o forte ingresso de capitais estadunidenses (NZONGOLA-NATALAJA, 2003). Deste ano em diante o suporte econômico dos EUA continuou relativamente constante até os cortes de ajuda de novembro de 1990. Como resposta ao massacre de estudantes em Lubumbashi, o Congresso norte-americano negou a requisição do presidente George Bush de envio de ajuda militar da ordem de US\$ 4 milhões ao Congo. O incidente havia levado ao enrijecimento da postura norte-americana frente a Mobutu.

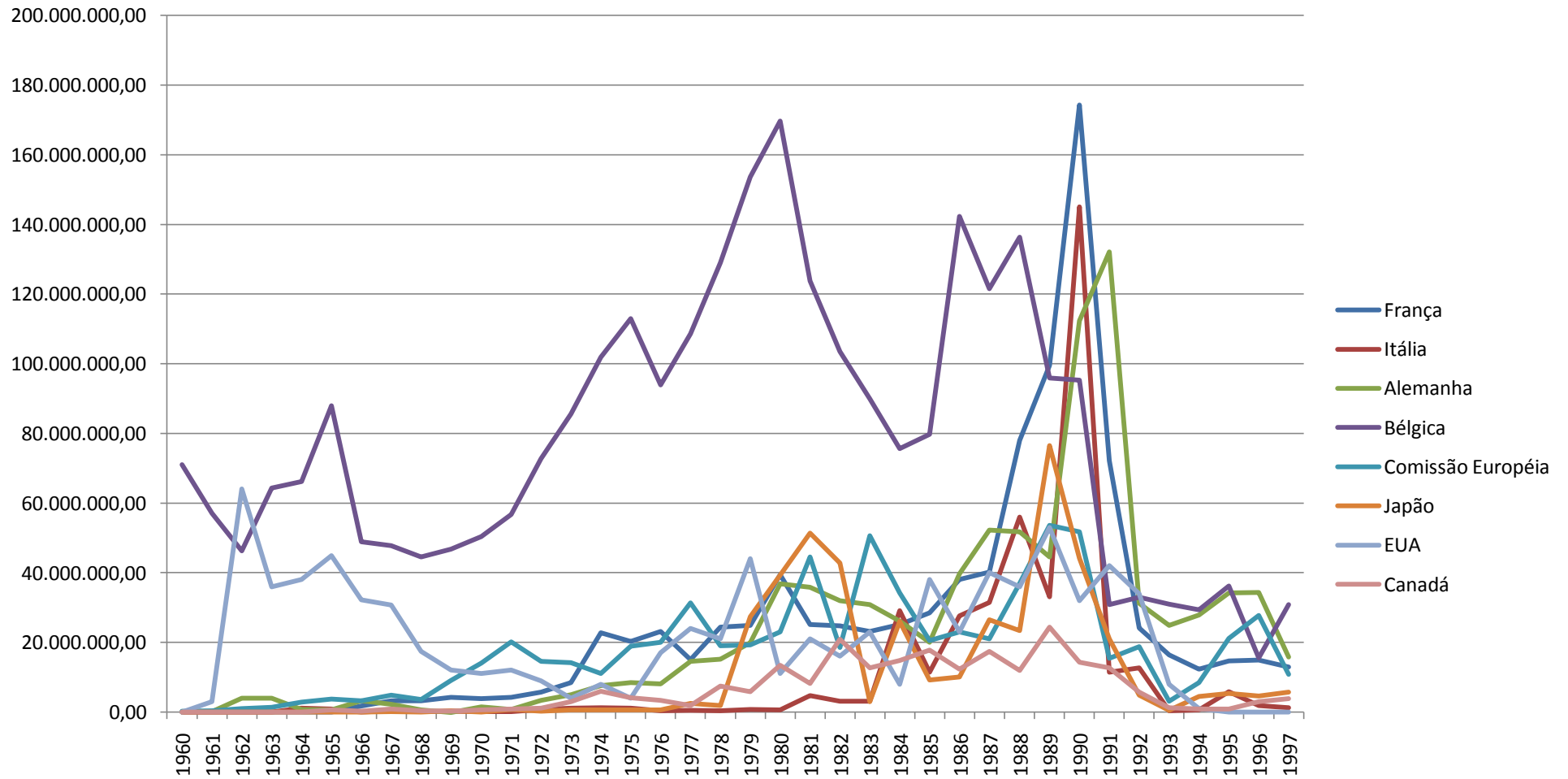
Ademais, em âmbito multilateral, o apoio técnico e financeiro de instituições financeiras internacionais foi fundamental para a continuidade do regime e a sinalização de alguma recuperação econômica em 1983, 1987 e 1989, devido a um conjunto de reformas coordenadas pelo Banco Mundial.<sup>134</sup> A conivência destas instituições frente à inadimplência de Mobutu também foi notória. O regime só entrou em grave crise na década de 1990, quando a ajuda externa foi radicalmente rompida, principalmente levada pelo decréscimo de ajuda multilateral (vide figuras 5 e 6).

---

<sup>133</sup> Entretanto, as relações colapsaram no início dos anos 1990 com o massacre de estudantes da Universidade de Lubumbashi em maio de 1990, o corte de ajuda humanitária, a expulsão de 700 técnicos belgas e de serviços consulares - o que resultou no apoio aberto a transição liderada por Etienne Tshisekedi em 1992 (TURNER, 1993: on-line).

<sup>134</sup> Nenhuma das medidas de apoio (novos créditos e reescalamento de débitos com o Clube de Paris) e interferência externa (medidas de estabilização e ajuste por parte das instituições de Bretton Woods) conseguiram reverter o declínio econômico.

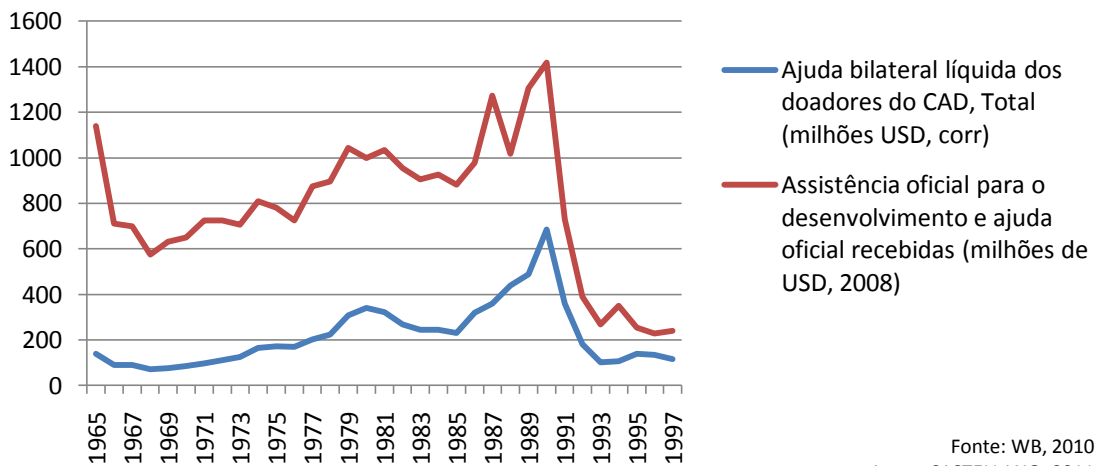
**Figura 4 - Ajuda Bilateral Líquida dos Doadores do CAD ao Congo, 1965-1997  
(8 principais em 1990, USD correntes)**



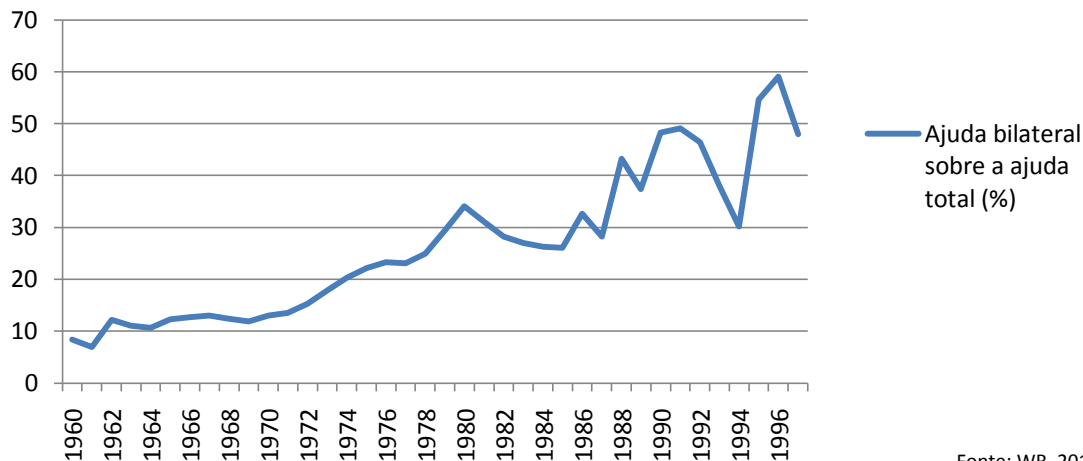
**Notas:** CAD se refere ao Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

**Fonte:** WB, 2010

**Autor:** CASTELLANO, 2011

**Figura 5 - Ajuda Externa a Mobutu, 1965-1997**

Fonte: WB, 2010  
 Autor: CASTELLANO, 2011

**Figura 6 - Ajuda Bilateral a Mobutu, 1960-1997**

Fonte: WB, 2010  
 Autor: CASTELLANO, 2011

Outras parcerias foram fundamentais como forma de barganha em momentos de maior pressão para a liberalização econômica e a abertura política do regime.<sup>135</sup> Países do bloco comunista foram parceiros preferenciais nestes momentos.<sup>136</sup>

Entretanto essa ajuda foi gradualmente cortada à medida que a economia congoleza se aprofundava em uma crise estrutural e as sinalizações alinhamento aos preceitos econômicos

<sup>135</sup> Pode-se dizer que, paradoxalmente, a plataforma nacionalista do presidente (que afirmava buscar minimizar a dependência externa do país e restaurar a sua unidade) possibilitou, por um lado, a quebra do monopólio colonial belga, mas, por outro, acabou na prática permitindo a entrada de capitais externos como da Grã-Bretanha, África do Sul, Itália, Japão, e Alemanha Ocidental (além de EUA e França).

<sup>136</sup> Mobutu logo esqueceu a ajuda chinesa aos movimentos insurgentes do leste do Congo entre 1963 e 1968 e firmou uma parceria com o país como forma de alavancar-se como um símbolo do não-alinhamento. Em 1972, percebeu o papel da China como contrabalança a URSS e reconheceu o país junto com a Coreia do Norte e Alemanha Oriental. Em 1973, uma viagem a China garantiu promessas de ajuda econômica de US\$100 milhões. O fato de os dois países terem apoiado a FNLA na guerra civil de Angola favoreceu a aproximação. A aliança foi ainda aprofundada na invasão de Shaba (quando ambos os países acusaram a participação de URSS e Cuba); com projetos de investimento conjunto; com uma parceria militar na década de 1980; e com a cooperação agrícola e florestal no início dos anos 1990. Ademais, programas de cooperação técnica militar com a República Popular da Coreia foram firmados no período.

liberais foram se esvanecendo. Em 1997, a dívida externa chegava a US\$ 14 bilhões (DUNN, 2002:54) – mais do que o dobro do PIB de US\$ 6 bilhões. Este dado sugere, em certo sentido, o grau de dependência do país em relação a recursos externos.

### *A pilhagem das riquezas*

Os recursos acumulados pela economia congolosa serviam de base para o enriquecimento pessoal de Mobutu e de sua classe política. Importa lembrar que a privatização da política também ocorreu na criação de uma aristocracia política e no favorecimento do grupo étnico do presidente e de grupos aliados<sup>137</sup>. A aristocracia política criada por Mobutu (diferente da burguesia estatal, pois estava ligada a um estágio pré-capitalista) era dividida em três grupos. O primeiro, “a irmandade presidencial” (YOUNG, 1982)<sup>138</sup>; o segundo, formado por administradores e oficiais de médio-escalão instalados em Kinshasa<sup>139</sup>; e o terceiro grupo, composto por todos os outros administradores e oficiais militares nas outras regiões do país que visavam ingressar na aristocracia política. Lealdade a Mobutu (ao invés da competência profissional ou do propósito público) era o último requerimento para entrar ou continuar na cadeia de patronagem.

Em texto escrito em 1977 para o *Le Monde Diplomatique*, Jean Rymenam denunciava o regime de Mobutu. Segundo o autor, o autocrata, mediante o controle da aristocracia política,

faz uso do país como o seu patrimônio privado. Ele controla e distribui todos os cargos, todos os postos, todas as vantagens associadas ao poder. Todas as receitas, todas as nomeações, todas as promoções, em última instância, dependem da boa vontade presidencial. Nenhuma fortuna, nenhuma empresa, nenhuma posição está protegida da interferência de Mobutu. (RYMENAN, 1977 *apud* CALLAGHY, 1984:178-179. Traudção minha)<sup>140</sup>

A pilhagem das riquezas congolosas durante o regime de Mobutu foi realizada mediante duas formas principais: (i) o controle e a corrupção de empresas estatais, e (ii) a manipulação das

<sup>137</sup> Mobutu instrumentalizou a rivalidade étnica entre grupos Banywaranda (imigrantes de Ruanda) e congoloses de Nord Kivu; entre *Banyamulenge* (Tutsi de Ruanda) e congoloses de Sud Kivu; e entre grupos Hema e grupos Lendu de Ituri. Tais rivalidades já haviam sido prejudicadas pelas políticas coloniais de favorecimento a etnias específicas e de não inclusão de imigrantes. O presidente manipulou direitos de propriedade e cidadania para aliar-se a *Banyarwanda* e *Banyamulenge* e depois, percebendo o seu fortalecimento, os destituiu destes mesmos direitos (TURNER, 2007). O objetivo de Mobutu era claro: criar um bode expiatório para os problemas do Zaire e distrair a população para longe da verdadeira causa de sua miséria (MCCALPIN, 2002:46). No caso de Ituri, Mobutu manteve a política colonial de favorecimento (educação, administração e propriedade) dos grupos Hema em detrimento dos Lendu/Ngiti – o que gerou enormes ressentimentos sociais na medida em que Hema começaram a expandir ainda mais seus domínios mediante a expropriação de terras dos Lendu (HRW, 2003:14).

<sup>138</sup> **Irmandade Presidencial** – Consistia em administradores e políticos do alto-escalão, bem como oficiais militares e assessores estrangeiros. Também incluía parentes de Mobutu, que mantinham posições administrativas e licença quase ilimitada para a corrupção. Dentre os membros deste grupo, quase todos tinham sua própria rede de clientela.

<sup>139</sup> Estes eram vinculados em redes de clientela secundárias e almejavam entrar no primeiro grupo.

<sup>140</sup> “[...] *makes use of the country as his own private patrimony. He controls and distributes all the offices, all the posts, all the advantages linked to power. All revenue, all nominations, all promotions ultimately depend on presidential good will. No fortune, no enterprise, no position is sheltered from a decision by Mobutu*” (RYMENAN, 1977 *apud* CALLAGHY, 1984:178-179).

finanças públicas. O mando particular das empresas estatais teve sua origem nas políticas de nacionalização econômica, mormente no instituto da zairianização<sup>141</sup>. Desde as políticas de zairianização (e mesmo antes, no caso da Gecamines, criada em 1967 com a nacionalização da UMHK) o governo zairiano controlava a economia mediante o mando de empresas paraestatais, principalmente no setor minerador. Pelo menos até as reformas econômicas de 1983<sup>142</sup>, as empresas paraestatais eram ineficientes e amplamente utilizadas pela elite política como fonte de recursos para auto-enriquecimento.<sup>143</sup> Os escritórios paraestatais de comercialização de produtos agrícolas, como café e algodão, criados a partir de 1972 também eram marcados pela corrupção, além de serem tipicamente ineficientes e não repassarem seus rendimentos para os agricultores. A corrupção, enraizada na economia congoleza, sobreviveu a diversas reformas econômicas da década de 1980 e permaneceu constante no início da década de 1990. Isto ocorria na medida em que o governo ainda detinha ou mantinha controle sobre várias companhias nacionais, tais como linhas férreas e aéreas, e empresas mineradoras e de petróleo.<sup>144</sup>

O levantamento de recursos financeiros para projetos grandiosos também garantiu uma parte das receitas para a corrupção. Isto se dava mediante o controle das receitas públicas e o controle do Estado como patrimônio próprio da elite política. De acordo com Smith *et alli* (1993), o sistema de coleta de receitas era pouco mais do que um convite para o enriquecimento pessoal por administradores favorecidos. A prática era realizada de modo intensivo e parasitário.<sup>145</sup> Assim, o pobre controle orçamentário vinha acompanhado da ineficiência

---

<sup>141</sup> Pelo decreto presidencial de 30 de novembro de 1973, pequenas e médias empresas pertencentes a estrangeiros (belgas, gregos, portugueses, italianos, paquistaneses e africanos ocidentais) foram confiscadas e passadas ao controle de congolezes políticos, servidores públicos seniores e comerciantes. A política teve o intuito de reforçar a barganha com o capital estrangeiro e dar a novas classes dominantes (líderes da pequena burguesia, novos graduados, oficiais militares e mercadores ricos) uma base econômica de poder. Isto porque criava uma gama de bens e recursos para a distribuição pessoal a membros familiares leais e a classe política composta por oficiais do governo e do exército. Tornou-se claro que a aquisição de poder político seria a base para a obtenção de riquezas.

<sup>142</sup> Entre 1975 e 1982, a nacionalização mais radical retirou a confiança de investidores e provocou a fuga de capitais privados, o que se agravou com a queda dos preços do cobre em 1974 para menos metade do preço. A situação levou a necessidade de cooperação com instituições financeiras internacionais e parceiros bilaterais, resultando em 1983 em um plano de estabilização econômica sustentado pelo Banco Mundial.

<sup>143</sup> Como exemplo, a *Société Zaïroise de Commercialisation des Minerais* (Sozacom), responsável pela comercialização dos minérios do país até 1984, estava sob constantes pressões do governo para entregar suas receitas para o Tesouro, ao invés de retorná-los para a Gecamines para reinvestimentos. Além disso a Sozacom era conhecida por enviar parte de suas receitas diretamente a membros da elite política congoleza. A falta de investimentos na Gecamines resultou na deterioração de seus equipamentos no início da década de 1990, tornando-se um símbolo do caos econômico (SMITH et alli, 1993: on-line).

<sup>144</sup> No que tange a exploração de diamantes, por exemplo, uma grande porção das receitas anuais (US\$46,3 milhões em 1991), acredita-se, iam para os cofres de Mobutu, além das contribuições de 1,5% do total de exportações de comerciantes de diamantes que iam para o Banco Central do Zaire (US\$185 milhões em 1991). Já com o comércio paralelo de diamantes não se sabe o quanto Mobutu lucrou (SMITH et alli: on-line).

<sup>145</sup> “Porque ninguém tinha a certeza de permanecer no cargo por muito tempo, o incentivo era lucrar o mais rapidamente e tanto quanto possível. O acesso a cargos de direção era a única esperança da elite do Zaire ou da elite em formação para atingir ou manter um padrão de vida decente. O sistema garantia que os funcionários de topo serviriam o presidente, sua real fonte de sustento, ao invés da nação” (SMITH et alli, 1993: on-line. Tradução minha).



administrativa e corrupção generalizadas.<sup>146</sup> A maior parte dos gastos de governo eram irrastráveis antes das reformas da década de 1980. Ademais, Mobutu utilizava amplamente o tesouro público como instrumento de poder; parte de um movimento amplo de privatização do Estado e das finanças públicas.<sup>147</sup>

Destarte, a elite político administrativa era a maior beneficiária do roubo de recursos: se servia dos cofres públicos ou ganhava comissões e presentes em dinheiro ou espécie, vindos de operadores econômicos nacionais e estrangeiros. Ademais, diretores de empresas paraestatais como a companhia de água Régidesco e a companhia elétrica Snel remetiam uma porção de suas arrecadações mensais diretamente ao presidente Mobutu (SMITH et alli, 1993: on-line). Esta aristocracia estatal constituía seu próprio capital; coletivamente (mediante a produção das empresas estatais, royalties, taxas) e individualmente (através de salários exorbitantes e da corrupção). Além disso, militares e contrabandistas puderam obter a sua parte no saque de recursos.<sup>148</sup> O que ligava estes diferentes atores dispersos dentro de um sistema cleptocrático era a figura de Mobutu. O presidente mantinha relações com todos estes grupos, por onde circulavam seus assessores de segurança e de inteligência.

As companhias mineradoras estatais e o próprio banco central comandados por clientes de Mobutu sustentavam viagens do presidente, caros entretenimentos, presentes dispendiosos para amigos influentes e outras inúmeras corrupções. Dinheiro, este, que poderia ser destinado ao sistema produtivo ou a serviços públicos. De acordo com Atzili, “uma porção cada vez maior do orçamento do Estado foi colocada sob arbítrio do presidente. Estes fundos, que em 1992 contabilizavam 95 por cento do orçamento do Zaire, foram canalizados tanto para as contas pessoais de Mobutu quanto para as de seus comparsas” (ATZILI, 2006:159. Tradução minha)<sup>149</sup>. Ao todo, estima-se que Mobutu e seus comparsas pilharam entre US\$ 4 e US\$10 bilhões da riqueza congolês (praticamente o PIB atual do país). (MCCALPIN, 2002:54).

---

<sup>146</sup> A máquina da presidência correspondia por 80% do gasto do governo, enquanto que a agricultura, por apenas 11%. (MCCALPIN, 2002:43).

<sup>147</sup> O Estado servia – como em outros casos na África – como fonte de riqueza para a elite nacional, a qual se preocupava em maximizar sua acumulação em detrimento da capacidade administrativa e do bem-estar público. O dinheiro público era utilizado não apenas para que os patrões multiplicassem o número de clientes e os mantivessem submetidos ao sistema, mas também para que os próprios clientes garantissem a manutenção de suas posições e comprassem novos postos. Como era de esperar no caso congolês, o dinheiro utilizado por clientes e patrões provinha em geral dos recursos minerais do país – como ouro e diamantes (NZONGOLA-NTALAJA, 2003:158-9).

<sup>148</sup> Militares se apropriavam do dinheiro público mediante pilhagens, mediante a apropriação de pagamentos destinados a soldados fantasmas e mediante a associação com comerciantes libaneses. Mercadores libaneses usavam dinheiro e experiência para praticar contrabando de ouro, diamantes e outro recursos com a proteção de militares (NZONGOLA-NTALAJA, 2003:158-9).

<sup>149</sup> “[...] *an ever increasing portion of the state's budget was put under the sole discretion of the president. These funds, which in 1992 amounted to 95 percent of Zaire's budget, were funneled either to Mobutu's personal accounts or to his cronies*” (ATZILI, 2006:159).

### *O colapso infraestrutural*

A disponibilidade de recursos internos e externos “fáceis” para a economia congoleza e a existência de um complexo sistema de corrupção ofereceram poucos incentivos à construção de uma rede de infraestrutura nacional que fosse além dos centros mineradores e que viabilizasse a taxaço da população. No que tange às estradas, apesar de alguns esforços iniciais, Mobutu manteve a tendéncia colonial e o interior do país continuou virtualmente desprovido de estradas<sup>150</sup>, situação que prejudicava o transporte de passageiros e mercadorias.<sup>151</sup> Acerca das ferrovias, a partir da independéncia, e também durante o regime de Mobutu, pouca atenço foi dada para este tipo de transporte, apesar da grande necessidade de manutenço frente à lentidáo e os riscos decorrentes da falta de reparo. Após o fechamento da ferrovia de Benguela em 1975 (via para quase metade das exportaçoes congolezas – principalmente minérios de Katanga) a *Voie Nationale* tornou-se ainda mais vital para a economia nacional. Todavia, as precárias condiçoes e a demora de quase dois meses para a chegada de mercadorias de Katanga ao porto de Matadi fizeram com que o escoamento para o sudeste, via ferrovias sul-africanas, assumisse quase 40% das exportaçoes de minérios do país.

No que diz respeito à questáo energéctica, apesar de importantes aprimoramentos na infraestrutura do país no período pós-colonial<sup>152</sup>, estes esforços foram insuficientes, na medida em que permaneceu ausente um setor de planejamento e coordenaço e reproduziu-se uma infraestrutura energéctica deficiente com políticas de preços pouco planejadas e sérias caréncias institucionais. Mesmo a rede que conectava os centros minerados acabou sendo sucateada ao longo do tempo. No regime de Mobutu, foi estabelecida a linha de transmissáo mais longa entáo construída no mundo para levar 1.200 MW de energia do litoral à região de Katanga.<sup>153</sup> Entretanto, problemas de transmissáo e de subutilizaço fizeram com que a transmissáo real fosse de apenas 200 MW. Isto ocorreu principalmente após a chegada da década de 1990. Levantes provocados pela crise econômica e o colapso do Estado geraram destruço e saques ao

---

<sup>150</sup> Se, em termos relativos, a Bélgica demonstrou grande interesse em construir um sistema efetivo de infraestrutura que possibilitasse justamente a exploraço de regiões econômicas prioritárias na colônia, como Katanga (minérios) e Kivu (alimentos) (HERBST, 2000a:86); em termos absolutos, os esforços foram muito aquém dos necessários para que se conseguisse um domínio real sobre povos e regiões do hinterland.

<sup>151</sup> Herbst (2000a:162) mostra que a densidade rodoviária (km de estradas/km<sup>2</sup> de território) do país entre 1983 e 1997 permaneceu estática em 0,7 – permanecendo entre as 6 piores dentre países com dificuldades geográficas. Em 1990 uma jornada de 150 km poderia durar até 24 horas, devido a reduzida proporço de rodovias pavimentadas e o grave estado de falta de reparo (SMITH et alli, 1993:on-line).

<sup>152</sup> Os esforços de Mobutu foram representados principalmente na construço das hidrelétricas Inga I (1972) e Inga II (1982), com capacidades instaladas de 351MW e 1.424MW, respectivamente. Ademais, o governo de Mobutu inaugurou amplos investimentos no setor energéctico assumindo controle acionário nas companhias de energia (principalmente a *Société Nationale d'Électricité* - SNEL), estabelecendo políticas de controle de preços e revisando todos investimentos no setor.

<sup>153</sup> A produço de energia eléctrica sempre foi concentrada na região de Bas-Congo e Katanga, sendo que cerca de 95% de toda a energia produzida do país é vendida para Katanga (SMITH et alli, 1993:on-line).

redor do país, o que prejudicou a rede elétrica instalada e provocou a debandada de técnicos e mecânicos estrangeiros.

### *O colapso econômico e a pauperização*

O ciclo intensivo de corrupção também contribuiu diretamente para o colapso econômico do país. Como comentado anteriormente, desde 1970 a economia congolese veio sofrendo declínio econômico, iniciado com deterioração dos termos de troca em 1974, provocado pela queda dos preços do cobre; com a desvalorização cambial e o princípio do declínio do PIB per capita. Seguiu-se o aumento exponencial da inflação e a intensificação da dívida externa. Nos anos 80 houve inicialmente, um agravamento do quadro com o início dos picos de inflação (taxa de 53,5% entre 1980 e 87), a deterioração econômica e da infraestrutura e o acúmulo de débitos externos, que chegavam a US\$ 10 bilhões. Em meados da década, houve o colapso econômico, representado pela queda acentuada do PIB per capita<sup>154</sup>, a desvalorização abrupta do câmbio<sup>155</sup> e a hiperinflação, que em 1987 chegava a 106,5% ano. Com a chegada da década de 1990, a crise havia se generalizado<sup>156</sup>, o rombo orçamentário era enorme<sup>157</sup> e o setor informal dominava a economia congolese.<sup>158</sup>

O gráfico abaixo apresenta o expressivo declínio econômico a partir do início da década de 1980. Para além do que pode ser apreendido da figura está a comparação com os demais países da África Subsaariana. No início da década de 1960 o Congo possuía o segundo maior produto da região e desde 1964 até 1983 o país se manteve em terceiro lugar (WB, 2010). Todavia, a ingerência econômica de Mobutu provocou uma mudança drástica nessa situação. De 1984 até 1996 o país perdeu espaço considerável na economia africana, passando de terceira para décima terceira economia.

A situação foi ainda mais grave no que concerne ao PIB per capita. Em 1963, quando Mobutu interferia ainda paralelamente na política nacional, os cidadãos congolese possuíam a segunda maior renda per capita dentre os países da África Subsaariana. Apesar de oscilações, o declínio foi crescente desde então. Os efeitos colaterais das crises econômicas da década de 1980 e 1990 foram tão profundos que Mobutu conseguiu o impensável. Deixou o poder quando a

<sup>154</sup> Em 1978, o PIB per capita do Zaire era de US\$ 360,00. Em 1989, caiu para US\$ 150,00 (MCCALPIN, 2002:43).

<sup>155</sup> Se a taxa de 1974 era de Z\$0,50=US\$1,00; em 1990 tornou-se Z\$496,99=US\$1,00.

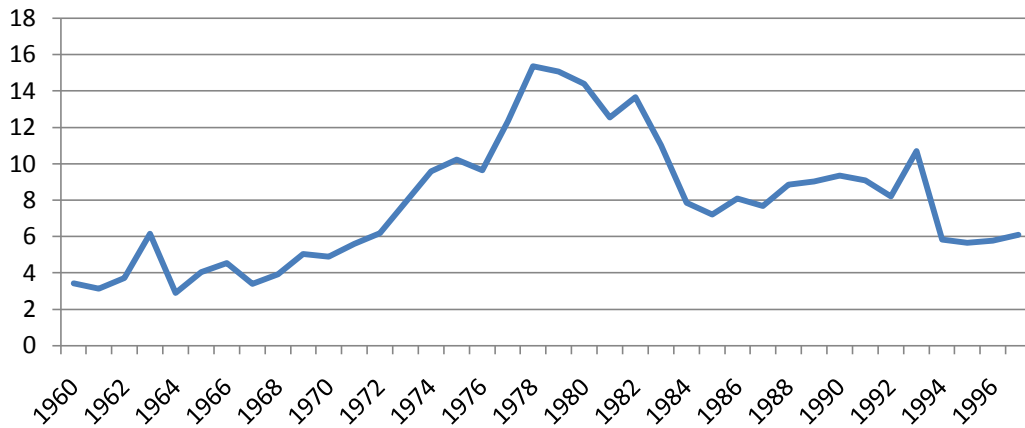
<sup>156</sup> Em 1990, a crise da dívida externa provocava cortes de 1/3 da ajuda econômica francesa cedida em 1988 e 1989 (MCCALPIN, 2002:44). Ao mesmo tempo, o Banco Mundial rompia com o país – após o desvio de US\$ 500 milhões de mineradoras estatais de cobre (Ibidem).

<sup>157</sup> O gasto público do governo de Mobutu era excessivo: em 1992 a receita foi de \$265 milhões e o gasto de \$1,5 bilhões. Em 1993, a receita foi de \$230 milhões e o gasto de \$1 bilhão. Déficits orçamentários eram compensados pela emissão de moeda, o que ocasionava sua desvalorização e inflação.

<sup>158</sup> A economia informal passou a ter gradualmente atividades amplamente institucionalizadas e maior racionalidade e previsibilidade que a economia oficial (SMITH et alli, 1993). Estimava-se em 1990 que a economia informal era três vezes o tamanho do PIB oficial - o que demonstrava a inabilidade e ilegitimidade do sistema oficial em servir a população.

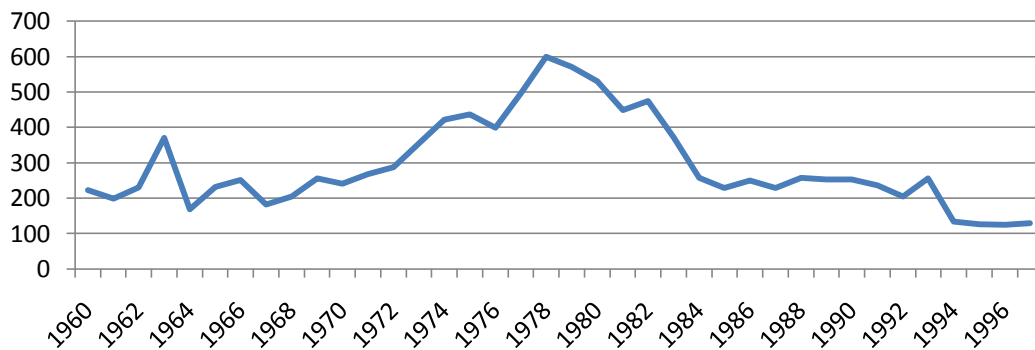
renda per capita dos congoleses era a pior de toda a África Subsaariana (1997). Uma queda de quarenta e sete posições! Mais do que um ranking de números, a realidade significava que grande parte da riqueza do líder nacional havia sido construída à custa da pauperização e da miséria do povo congolês.

**Figura 7 - PIB do Congo, 1960-1997**  
(bilhões de US\$ correntes)



Fonte: WB, 2010  
Autor: CASTELLANO, 2011

**Figura 8 - PIB Per Capita do Congo, 1960-1997**  
(US\$ correntes)



Fonte: WB, 2010  
Autor: CASTELLANO, 2011

### ***A Esfera Produtiva***

Mobutu também realizou tentativas de estruturar a esfera produtiva do Estado, todavia a empreitada acabou resultando na apropriação particular das riquezas nacionais e no estabelecimento de grupos favorecidos pelo regime. Em 1966, foi publicada a *Loi Bakajika*, que estabelecia o direito do Estado de reclamar direitos para todas as terras e minérios no país. Em janeiro de 1967, houve a nacionalização da UMHK, que foi transformada em Gécamines. Entretanto, a nacionalização reforçou na prática a dependência econômica, pois as perdas foram totalmente compensadas à UMHK, enquanto que contratos de administração, processamento e

marketing eram garantidos a uma empresa irmã, a SGB (*Société générale des minerais*) (NZONGOLA-NTALAJA, 2003).<sup>159</sup> Em 1973, houve a “zairianização” da economia: nacionalização de plantações e expropriação de pequenos e médios negócios pertencentes a não-congoleses. Todavia, ao invés de se empreender uma política de nacionalização da produção, a direção dos negócios foi passada a amigos próximos de Mobutu – havendo ainda a demissão de trabalhadores e a contratação de parentes (acesso ao Estado baseado na etnia).

Em suma, as medidas serviram como base de uma política patrimonialista de favorecimento da aristocracia política. A zairianização foi uma das causas do retrocesso do crescimento econômico experimentado entre 1968 e 1974. “Essa privatização do Estado foi um fator importante para o colapso da economia e para a decadência e o colapso final do Estado” (NZONGOLA-NTALAJA, 2003:150. Tradução minha)<sup>160</sup>.

### ***A Esfera Distributiva***

No que tange à esfera distributiva de bem-estar, houve tentativas de superação da deterioração das condições de vida da população congoleza. Estas foram muitas vezes empreendidas mediante a interferência externa na economia. Como exemplo, houve em 1978 a indicação pelo FMI de Erwin Blumenthal (banqueiro Alemão) para administrar o banco central congolês enquanto que franceses e belgas passaram a comandar o ministério das finanças e agências fiscais (CALLLAGHY, 1984:200-201). Entretanto, a tutela para com especialistas econômicos estrangeiros foi baseada em uma grande falácia de que a crise no país era resultado de um problema técnico. O problema era, sim, para onde as competências técnicas eram direcionadas (benefícios pessoais ou coletivos/nacionais) (NZONGOLA-NTALAJA, 2003:152). De acordo com o autor congolês Georges Nzongola-Ntalaja:

Mobutu e seu séquito conseguiram bloquear o crescimento e o desenvolvimento econômico ao destruir ou negligenciar a infraestrutura econômica e social herdada do passado colonial, e ao revogar recursos básicos necessários para atender às necessidades vitais da população e para melhorar as suas condições de vida. (NZONGOLA-NTALAJA, 2003:152. Tradução minha)<sup>161</sup>

---

<sup>159</sup> O desagrado dos interesses belgas levou ao embargo imediato do cobre congolês. Todavia, na medida em que a Bélgica perdia seu espaço na economia congoleza, era substituída pelo dos EUA. Assim, a despeito do fato de o regime de Mobutu ter ascendido com uma agenda nacionalista, como a de minimizar a dependência externa e restaurar a unidade interna – as conexões dos EUA com Mobutu se tornaram um instrumento da burguesia norte-americana de romper com o monopólio belga em relação aos setores da economia congoleza. Junto a entrada norte-americana no mercado, italianos, japoneses, alemães ocidentais e franceses também foram inseridos – enquanto que britânicos e sul-africanos mantinham a posição já conquistada anteriormente (NZONGOLA-NTALAJA, 2003:147).

<sup>160</sup> “*This privatization of the state was a major factor in the collapse of the economy and the eventual decay and collapse of the state*” (NZONGOLA-NTALAJA, 2003:150).

<sup>161</sup> “*Mobutu and his retainers succeeded in blocking economic growth and developing by destroying or neglecting the economic and social infrastructure inherited from the colonial past, and by depriving the state of basic resources needed to meet the vital needs of the people and to improve their living conditions*” (NZONGOLA-NTALAJA, 2003:152).

O governo de Mobutu sinalizou romper com o déficit de direitos sociais da população congoleza. Procurando fazer do Congo o “Brasil Africano” e ofereceu em seu período inicial os primeiros direitos sociais do país. Houve o lançamento de serviços de assistência social, direitos trabalhistas, ampliação da política educacional<sup>162</sup> e de saúde<sup>163</sup> (USA, 2009; WALDMAN, 2006; WB, 2005). Todavia, com a intensificação da *cleptocracia*, a redução da renda, a inflação, a desvalorização monetária e a explosão da economia informal, a maior parte dos trabalhadores passou para fora do sistema de proteção ao trabalho. As garantias sociais dadas pelo Estado foram igualmente esvanecendo. Por outro lado, o governo de Mobutu acabou com os poucos direitos políticos (regime de partido único, eleições de fachada e banimento dos partidos políticos) e civis (perseguições políticas e nacionalização de propriedades) que restavam à população congoleza.

Alinhado a essa lógica, o elemento final que colaborou para a queda do regime de Mobutu foi a recusa em promover a liberalização política. Anteriormente, os recorrentes retrocessos na abertura política estiveram diretamente relacionados à lógica da Guerra Fria. Mobutu era um aliado importante para os EUA (promovia interesses ocidentais na África Central e Austral) e para a França (contribuía para a manutenção da hegemonia francesa na região francófona). Estes países ajudaram a bloquear as tentativas de transição para a democracia, devido a sua preferência pela a manutenção do *status quo*. Entretanto, com o fim da Guerra Fria o regime de Mobutu perdeu quase que completamente o seu apoio externo, a não ser inicialmente pela França. Em última instância, Mobutu ficou isolado contra as pressões internas e externas para a abertura política.

---

<sup>162</sup> A educação congoleza foi historicamente marcada por graves estrangulamentos e pela dependência estatal de iniciativas privadas para o fornecimento de serviços de educação. Durante a colônia, o estrangulamento maior estava na educação superior, nos dias atuais o estrangulamento se situa, paradoxalmente, na educação primária e secundária. O governo de Mobutu arcou com a tentativa de romper o desequilíbrio entre a excelência no ensino primário do país e a quase inexistência da educação secundária e universitária. Todavia, o desequilíbrio acabou cedendo para o lado oposto – graças, sobretudo, à falência estatal. (WB, 2005)

<sup>163</sup> Em 1981, iniciou-se a adoção progressiva de uma nova política de saúde com a provisão da assistência de saúde primária, resultando na descentralização do setor em 1986, com a criação de mais de 300 zonas de saúde. O sistema de saúde zairiano se tornou um dos mais admirados na África Subsaariana, apesar de que 50% da população não possuíam acesso aos serviços (ALMQUIST, 1993). Havia, na década de 1990, aproximadamente um médico para cada 14.000 cidadãos (frente a proporção de 1 para 35.000 em Ruanda e 1 para 45.000 em Burundi) e 1 enfermeira (o) para cada 1.900 pessoas (muito mais alto que a média de 1 para 45.000 da África Subsaariana). Ademais, o número de camas de hospital era de uma para cada 700 pessoas frente a taxa de uma para cada 850 em Burundi (ALMQUIST, 1993). As zonas de saúde cobriam uma população de 100 a 150 mil e continham um hospital principal, entre um e três centros de referência, e 15 a 25 centros de saúde. Apesar da opulência, o sistema pagava baixos salários aos funcionários e muitos dos centros de saúde eram disfuncionais e apresentavam falta de medicamento, equipamento e pessoal – principalmente nos anos finais do regime de Mobutu. Isto porque a manutenção do sistema de saúde em Mobutu se baseou no suporte de doadores externos, os quais pararam de contribuir com o governo a partir do início da década de 1990. Assim, o fornecimento mais estável de serviços de saúde, principalmente em áreas rurais, continuou sendo, assim como no período colonial, aquele oferecido por organizações religiosas, tais como as igrejas Católica, Protestante e Kimbanguista (USA, 2009).

A solução encontrada foi o anúncio de uma Terceira República em 24 de abril 1990, o que envolveria o fim do regime de partido único, a introdução de um sistema tripartidário, a despolitização do exército e a restauração da liberdade de imprensa e expressão. As pressões da oposição possibilitaram a criação da Conferência Nacional Soberana (CNS) em 7 de agosto de 1991. Todavia, apesar de a CNS ter adotado em agosto de 1992 uma Constituição provisória, elegendo o Arcebispo Laurent Monsengwo como seu presidente e o líder do partido da oposição (UDPS), Étienne Tshisekedi, como primeiro-ministro do Zaire, a complexa engenharia institucional de *power-sharing* não evitaram as recorrentes articulações de Mobutu para o bloqueio da liberalização política (KABEMBA, 2005:7; ISS, 2005a, LODGE et alli, 2002).<sup>164</sup>

Dessa maneira, mesmo com a sinalização de abertura política em 1990 e a criação de um parlamento de transição, a demora de Mobutu para ceder à alternância de poder e a sua oposição aberta aos regimes clientes dos Estados Unidos na África Central levou ao fim forçado de seu domínio. O colapso materializou-se em uma invasão conjugada de Uganda e Ruanda, para colocar no poder o guerrilheiro Laurent Kabila.

## 2.4 Conclusão do Capítulo 2

Este capítulo buscou elucidar as conexões lógicas entre as características da guerra civil do Congo recém-independente e as estruturas do Estado durante o regime de Mobutu Sese Seko. A estrutura e o indivíduo interferiram nesta relação.

Durante a Crise do Congo, a estrutura influenciou diretamente na natureza das ameaças ao Estado. A Guerra Fria dava sinais de que havia chegado a África, todavia com mecanismos ainda precários. A ambiguidade e a indefinição dos países ocidentais frente aos separatismos, principalmente de Katanga, mostraram que estes países não possuíam necessariamente uma política comum dentro do confronto bipolar, nem mesmo tinham controle direto sobre elites econômicas que possuíam interesses em estabelecer e conservar enclaves econômicos em regiões periféricas. Ademais, a interferência soviética no apoio de regimes aliados e na promoção de movimentos revolucionários na África, a qual se faria sentir mais fortemente na década de 1970, era ainda incipiente e restrita. Isto, *vis a vis* o rápido avanço dos EUA em algumas regiões do continente – o que garantia, no caso Congo, o estabelecimento de tropas da ONU para a supressão de turbulências (inclusive o próprio separatismo), o envio de assessores e de uma vasta gama de equipamentos militares e munições, e o pagamento de mercenários para cumprir os esforços de contra-insurgência.

---

<sup>164</sup> Como exemplo, em dezembro de 1992, Mobutu se recusou a aceitar as decisões da CNS e nomeou um governo rival estabelecido na maior parte de 1993, retomando a velha Constituição e o antigo parlamento.

A estrutura também imperou com o fim das conflagrações. Mobutu se manteve como um gendarme do ocidente na África Subsaariana, o que garantia o suporte financeiro e militar constante contra as ameaças comunistas internas e dos países vizinhos. A tutela internacional contribuiu, portanto, para que houvesse poucas necessidades reais de construção de um Estado forte que se sustentasse autonomamente frente a desafios existenciais.

No que diz respeito ao indivíduo, este teve papel centralmente importante. Durante a guerra civil, as tentativas de reforma militar de Lumumba foram tolhidas duplamente. Primeiro, porque o primeiro-ministro estabeleceu na ANC comandantes inexperientes e pouco comprometidos com a causa nacional (caso de Mobutu). Segundo, pois logo foi destituído do poder e assassinado. Paradoxalmente, o projeto de construção do Estado foi retomado por Mobutu após a guerra civil. O presidente iniciou a construção de um exército que se tornou um modelo para os países africanos e de escolas e centros de treinamento que recebiam diversos militares de países vizinhos. Além disso, estabeleceu esforços iniciais de planejamento econômico para o Congo se tornar o Brasil Africano. Investiu em infraestrutura e na esfera produtiva (empresas estatais) – além de construir os primeiros direitos sociais e praticar políticas incisivas no campo da saúde e da educação. Todavia, as ambições pessoais do presidente foram mais fortes. Com boatos de que se formava um movimento que o iria destituir de seu cargo, Mobutu ingressou em um ciclo pernicioso de desestruturação de poderes concorrentes (exército e burocracia) confiando a maioria dos postos a amigos e parentes confiáveis (isto não significava, contudo, que estes estavam aptos para a função). Esta manobra acabou por reduzir a capacidade administrativa do Estado e dar espaço a um complexo sistema de corrupção – o que foi agravado pelo acúmulo da dívida externa e contribuiu para o colapso das contas públicas, a desvalorização monetária, a hiperinflação, a pauperização generalizada e o crescimento geométrico da economia informal. Estas opções de Mobutu, juntamente com suas recusas constantes em liberalizar o regime, foram cruciais não somente para a explosão da Primeira Guerra do Congo (como se verá a seguir), mas também para a quase extinção da possibilidade, antes concreta, de transformar o Congo em um Estado viável.



## **CAPÍTULO 3 – A Primeira Guerra do Congo e o Estado em Laurent Kabila**

### **3.1 Introdução ao Capítulo 3**

Este capítulo apresenta a segunda relação entre guerra e Estado, na RDC, proposta por este trabalho. Propõe traçar paralelos lógicos entre a Primeira Guerra do Congo (1996-1997) e as estruturas do Estado durante o regime de Laurent Kabila (1997-2001), mormente no período pacífico (até 1998).

A Primeira Guerra do Congo foi caracterizada pela presença de ameaças internas e externas ao Estado congolês. Todavia, como as ações externas buscavam legitimar suas ações mediante uma aliança *proxy* – as ameaças prioritárias a serem enfrentadas eram as internas. No entanto, as forças externas foram as grandes responsáveis pelas operações militares. Treinaram, armaram e lutaram lado a lado com o grupo insurgente de Laurent Kabila contra as forças nacionais. Ademais, o financiamento das operações militares do grupo vencedor (AFDL) foi baseado majoritariamente no estabelecimento de contratos de mineração e na pilhagem de recursos naturais congolezes.

Parece não ser mera coincidência que as estruturas do Estado congolês no período de Laurent Kabila foram precariamente construídas. A esfera coercitiva era precária, caracterizada pelo foco na coerção e repressão interna (Kabila parecia temer ter o mesmo futuro de Mobutu) e na dependência de forças externas, as quais foram incorporadas nas Forças Armadas nacionais. A esfera extrativa continuou precária, haja vista que a economia se baseava nos contratos estabelecidos em tempos de guerra – ao mesmo tempo em que Kabila tentava recompensar seus apoiadores fazendo vistas grossas às pilhagens no leste do país. Ademais, por mais que apregoasse a liberalização política, Kabila manteve a privatização das instituições, distribuindo poderes a amigos, parentes e irmãos de etnia. Era evidente que o novo presidente se transformava na reprodução de seu predecessor – o que contribuía imensamente para continuidade da desestruturação do Estado.

### **3.2 A Primeira Guerra do Congo (1996-1997)**

#### ***A Natureza das Ameaças***

A Primeira Guerra do Congo foi de outubro de 1996 a maio de 1997 e resultou na morte de cerca de 200 mil pessoas. Apesar de seu caráter civil, é aqui interpretada a partir de sua característica principal: a agressão de Ruanda, Uganda, Burundi e Angola ao território zairiano. Trata-se de uma guerra interestatal com formato de guerra civil (*guerra proxy*, neste caso, guerra

mista). As decisões de estabelecer a invasão ocorreram, sobretudo, pelo colapso do regime de Mobutu e pelo apoio do presidente congolês aos grupos rivais dos governos de Ruanda, Burundi e Angola.

No primeiro caso, lembra-se que o fim das ameaças comunistas na África acabava com a justificativa para o suporte ocidental de regimes autocráticos e a demora de Mobutu para liberalizar o regime causava irritação nos EUA. Ademais, a despreocupação de Mobutu com o dinheiro do ocidente já saturava as relações econômicas entre o líder e os seus antigos apoiadores. Mobutu acumulava uma dívida externa de US\$ 14 bilhões em 1997 (DUNN, 2002:54) a qual já havia reescalonado pelo menos 16 vezes (SMITH et alli, 1993: on-line). Isto, aliado ao não comprometimento com alguns preceitos liberais (liberalização comercial e cambial, corte nos gastos e privatizações) levou ao isolamento do líder no início da década de 1990.

No segundo caso, eram evidentes as consequências de Mobutu ter sido historicamente um dos líderes mais reacionários da África negra, atuando como um importante gendarme do ocidente. Pode-se falar da existência de uma grande oposição regional ao regime de Mobutu e a movimentação coordenada para derrubá-lo. A idéia, lançada em 1994 por Yoweri Museveni (presidente de Uganda) no contexto do genocídio de Ruanda, foi retomada em 1995 por Mwalimu Julius Nyerere (presidente da Tanzânia) – estabelecendo contatos para limpar do poder aquele que consideravam a “vergonha da África”<sup>165</sup>. Os apoiadores desse projeto, baseados em trajetórias comuns no socialismo e pan-africanismo, faziam parte de uma nova geração de líderes africanos (Issayas Afeworki da Eritreia; Meles Zenawi da Etiópia; Museveni de Uganda; e Kagame de Ruanda) e uma geração de antigos esquerdistas (Mugabe do Zimbábue, Agostinho Neto e José Eduardo dos Santos de Angola). Essa percepção está alinhada à noção de que Laurent Kabila<sup>166</sup> foi apenas uma peça escolhida para realizar o trabalho sujo da guerra de agressão. “Quando Kagame tomou a decisão de atacar o Zaire, provavelmente em algum momento durante o primeiro semestre de 1996, tanto ele quanto Museveni começaram a procurar por “congolês adequado” para agir como um disfarce local e ambos começaram a promover suas

---

<sup>165</sup> Laurent Kabila foi apresentado a Museveni e Kagame pelo próprio Nyerere.

<sup>166</sup> Laurent Kabila era um guerrilheiro de esquerda cuja atividade data ainda à época de Guevara. Com a retirada deste e dos assessores cubanos do Congo, Kabila tornou-se pró-chinês, recebendo apoio através da Tanzânia. Graças a isso, pode estabelecer uma “zona libertada” na província de Sud Kivu, onde chegou à fazer experimentos de agricultura comunal e coletivismo nos padrões maoístas. Com a aproximação entre China e EUA (1971), Laurent Kabila internou-se na Tanzânia, estudou na França e estabeleceu domicílio tanto em Dar es Salaam (Tanganica) e Kampala (capital de Uganda). Então, havia deslocado seu ramo de atividades para o comércio de ouro e marfim (VIZENTINI, 2007a:145) e se associado a meios empresariais estadunidenses. Foi apresentado aos presidentes de Uganda (Yoweri Museveni) e Ruanda (Paul Kagame) pelo próprio presidente da Tanzânia (Mwalimu Julius Nyerere).

escolhas” (PRUNIER, 2009:115-116. Tradução minha)<sup>167</sup>.<sup>168</sup> Assim, pelo intermédio de Nyerere, Museveni e Kagame conheceram o ex-líder guerrilheiro, que se enquadrava no perfil procurado por ser neutro entre os dois países e por estar sobre completo controle do serviço secreto da Tanzânia.

Ademais, Mobutu simpatizava com o antigo regime genocida Hutu de Ruanda, o que fazia com que o presidente desse grande liberdade de movimento dentro de seu próprio território aos ex-políticos e militares do país vizinho. Já para as lideranças genocidas da milícia Interahamwe e das ex-Forces Armées Ruandaise (os quais haviam coordenado o genocídio de 800.000 Tutsi), Mobutu era um fator fundamental: a proteção do Zaire lhes possibilitou não somente manterem-se escondidos dos militares ruandeses como também rearmarem-se em campos de refugiados parcialmente militarizados. Continuavam, desde 1995, a realizar ataques ao território de Ruanda e a *Banyamulenge* (Tutsi do Congo)<sup>169</sup> em Sud Kivu a partir dos campos de refugiados no Zaire.<sup>170</sup> Destarte, para o novo governo Tutsi do *Front Patriotique Rwandais* (FPR) de Ruanda e seus pares em Burundi, a continuidade do regime de Mobutu era insuportável.

Outrossim, Uganda se preocupava com a atuação de rebeldes no nordeste do Congo e se solidarizava com a causa do FPR – o qual havia auxiliado a chegar ao poder. Angola tinha interesses muito particulares, e, mormente, internos, para entrar na Primeira Guerra do Congo. Tratava-se de capturar Joseph Savimbi, desmobilizar o exército secreto da UNITA (acreditava-se que 15.000 homens estavam em operação no Zaire) que voltou a guerra após as conciliações de 1994 e 1995, e quebrar suas redes comerciais de diamantes. Para legitimar a invasão, foi criada a

---

<sup>167</sup> “When Kagame made the decision to attack Zaire, probably sometime during the first half of 1996, both he and Museveni started to look for “suitable Congolese” to act as local cover and both started to push their choices” (PRUNIER, 2009:115-116).

<sup>168</sup> Importa que Kabila está associado ao desmonte do regime de Idi Amim Dada operado por Yoweri Museveni – que recebeu US\$1 bilhão indenizando as empresas expropriadas por Idi Amim. US\$245 milhões foram repatriados oriundos de fundos privados e US\$825 milhões de dólares através de ajuda internacional. Yoweri Museveni restituiu o patrimônio de quatro mil das sete mil empresas confiscadas por Idi Amim (PRUNIER, 1996, p. 266-267). Em grande medida, o desmonte do governo Mobutu seguiu o caminho de Uganda uma década antes (guerra civil, colapso e internacionalização de recursos).

<sup>169</sup> A comunidade de antigos imigrantes ruandeses ainda sofria com a retirada de seus direitos de cidadania em 1982. Em Nord Kivu, o aumento de perseguições xenófobas e de ataques abertos fez com que a comunidade *Banyarwanda* (de maioria Hutu) procurasse aliados externos (dividindo-se frente ao conflito Hutu-Tutsi) e criasse milícias na região, incentivadas com a chegada de ex-FAR aliados de Mobutu (então sedento por novos clientes políticos). Em Sud Kivu, diversos *Banyamulenge* (Tutsi) frustrados com retirada deste direito fundamental ingressaram nos quadros do FPR. Com o crescimento do fluxo de refugiados dos países vizinhos e o aumento dos boatos de que Ruanda buscava capturar territórios do Zaire para criar um reino Tutsi no Congo os *Banyamulenge* passaram a sofrer com perseguições, prisões, demonstrações violentas e ameaças de expulsão – o que foi um dos motivos para o seu ingresso maciço na AFDL.

<sup>170</sup> Longman (2002) destaca como principais causas da invasão Ruandesa: a solidariedade étnica e humanitária entre Tutsi de Ruanda e do Congo dentro da *Armée Patriotique Rwandaise* - APR (lutaram juntos na guerra civil de Ruanda), as preocupações com sua segurança (ameaças representadas pela presença de Interahamwe e ex-FAR no Zaire); a intenção de estabelecer um regime parceiro no Zaire (ação que exprimia a influência EUA); e o triunfalismo da APR.

AFDL um grupo rebelde praticamente fantoche, sem base ideológica e heterogêneo, liderado por Laurent Kabila (REED, 1998).<sup>171</sup>

A luta rebelde da AFDL, que havia começado entre julho e agosto de 1996, se intensificou em outubro.<sup>172</sup> A guerra foi um conflito “relâmpago”: em seis meses as tropas de Kabila vindas do extremo leste do país chegavam à capital Kishasa (17 de maio de 1997). Isto se deveu principalmente à incapacidade militar congoleza, ao amparo externo das tropas de Ruanda e Angola aos insurgentes e aos contratos de exploração de recursos naturais firmados por Kabila com empresas ocidentais, mesmo antes de vencer a conflagração.

### *As Forças Combatentes Principais*

Nesta guerra ficou visível novamente a incapacidade coercitiva externa do Estado congolês. Entretanto, ao contrário do que ocorrera em Shaba I e Shaba II, agora o exército estava ainda mais desestruturado pelas políticas perniciosas de Mobutu. Segundo Turner, as forças se recusavam a lutar; e os únicos que ofereciam oposição a Kabila eram os Hutu ruandeses e as tropas secretas da UNITA (TURNER, 2002:82). O amparo militar obtido em Shaba também não chegou, nem mesmo da última grande aliada de Mobutu: a França, que havia apoiado o seu governo e o dos Hutu de Ruanda, não ofereceu suporte suficiente ao presidente.

No que se refere ao amparo militar externo obtido pela AFDL, Ruanda, Uganda e Angola, junto ao governo Tutsi de Burundi (PIKE, 2010a), forneceram apoio em forças regulares, unidades blindadas e aéreas (VIZENTINI, 2007:210). O suporte vindo de Uganda foi diminuto, mas importante. Tinha a intenção de evitar que os grupos rebeldes ugandeses *Allied Democratic Forces* (ADF), *Lord's Resistance Army* (LRA) e *West Bank Nile Front* (WBNF) utilizassem o Zaire como base de operações. Angola teve maior protagonismo, cedendo apoio logístico e assistência na captura de Kinshasa.<sup>173</sup> Ruanda, por seu turno, foi a grande força por

<sup>171</sup> “Para legitimar a articulação de uma coalizão de Estados africanos (incluindo Angola, Eritréia, Ruanda, Tanzânia, Uganda e Zimbábue) para se livrar de Mobutu, Museveni e Kagame propuseram a idéia de usar Kabila, um ex-chefe guerrilheiro que se tornou comerciante de marfim e ouro, como o líder de um súbito movimento de libertação congolês” (NZONGOLA-NTALAJA, 2003: 225. Tradução minha).

<sup>172</sup> Cumpre ressaltar que a AFDL era uma aliança formada por quatro grupos distintos e dentro da qual, havia uma aliança instável entre Kabila, porta-voz do movimento, e Kissime Ngandu, comandante militar da AFDL. O impasse só se desfez com o assassinato de Ngandu e a ascensão de Kabila como líder do movimento. Nota-se também que a AFDL era muito impopular. Só ganhou legitimidade quando recebeu eventualmente o apoio do líder de oposição a Mobutu, Étienne Tshisekedi – que se opôs ao xenofobismo anti-AFDL.

<sup>173</sup> Angola decidiu entrar na guerra em dezembro de 1996 e enviou observadores à região de Bukavu (leste do Zaire). Em fevereiro de 1997, chegaram em Goma e Bukavu 2.000 a 3.000 tropas dos Tigres de Katanga, vindos de Angola e passando por Ruanda. Com a população percebendo que se tratava de katangueses, reduziu-se a rejeição que acontecia contra os Tutsi que faziam parte da AFDL. Entretanto, apesar de falar Lingala os katangueses, tinham fluência em português. Ademais, a maioria dos oficiais e comandantes eram angolanos (TURNER, 2002:82). Seus equipamentos (caminhões, carros blindados, etc) eram impressionantes para os padrões locais. Houve ainda, em abril de 1997, um reforço das tropas de Angola. Nesse mês foi travada a última grande batalha da guerra (Batalha de Kenge), onde forças combinadas zairianas (inclusive elementos da DSP de Mobutu) e da UNITA foram derrotadas. A importância da intervenção de Angola foi tamanha que, se em quatro

trás da AFDL; planejou e dirigiu a rebelião, além de fornecer tropas, suporte logístico e material, e treinamento para Tutsi que haviam lutado no FPR. Em entrevista concedida ao *Washington Post* em julho de 1997, Paul Kagame confirmou que, em 1996, Ruanda decidiu eliminar o perigo dos campos de refugiados no Zaire. Assim, procurou grupos de oposição no país para patrociná-los (encontrando o grupo de Kabila) e colocou suas próprias tropas e oficiais na frente da rebelião (DUNN, 2002:56).

### ***O Financiamento da Guerra***

O governo de Mobutu e os rebeldes adotaram formas diversas de financiar a guerra. No lado de Mobutu, havia uma grande escassez de fontes de financiamento – com a recusa do governo em liberalizar o regime. A partir do início da década de 1990 as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) bloquearam qualquer tipo de empréstimo ao presidente, enquanto que a França só manteve suporte político ao autocrata.

Já os grupos rebeldes, foram apoiados no início das conflagrações prioritariamente por seus aliados militares. Entretanto, com a obtenção do controle das províncias de Kasai e Shaba em abril de 1997, Kabila adquiriu sua forma própria de financiamento da campanha: as grandes companhias mineradoras internacionais. Em sua marcha em direção a Kinshasa como comandante da AFDL iniciou uma ampla operação para repartir os recursos naturais congolese entre companhias internacionais.<sup>174</sup>

A situação mais polêmica foi gerada pelo contrato de um bilhão de dólares assinado entre Laurent Kabila e a American Mineral Fields (AMFI)<sup>175</sup> em 16 de abril de 1997. Apesar de a guerra ainda não estava acabada, naquele momento o rebelde Kabila passava a ser visto com outros olhos por grandes companhias estrangeiras, na medida em que havia conquistado o centro econômico do país, a região de Katanga. Em março, mesmo antes da ocupação de Lubumbashi (capital da província), a companhia Tenke Mining garantiu US\$ 50 milhões aos rebeldes. Com a tomada da cidade, em 18 de abril o chefe da De Beers em Kinshasa, alguns oficiais da Union

meses de guerra Kabila só foi capaz de obter 1/20 do Zaire, com Angola o resto do país foi conquistado em 3 meses (TURNER, 2002:83).

<sup>174</sup> “Na medida em que eles avançavam, o então líder da AFDL, o falecido Laurent-Désiré Kabila, assinou contratos com diversas empresas estrangeiras. Vários relatos e documentos sugerem que, em 1997, uma primeira onda de “novos empresários”, falando apenas Inglês, Kiswahili Kinyarwanda e tinham começado a operar no leste da República Democrática do Congo” (S/2001/357, 2001:6-7. Tradução minha).

<sup>175</sup> A AMFI era comandada por Jean-Raymond Boule, um ex-funcionário da De Beers que após demitir-se de um posto do alto comando da empresa lançou inúmeras cartadas especulativas nos mercados de minérios norte-americano e canadense, o que lhe garantiu alguns bilhões de dólares na descoberta do maior depósito de zinco do mundo em Voisey’s Bay, Canadá. Com esse dinheiro abriu a desconhecida AMFI, a qual assinou em maio de 1996 um acordo de *joint venture* com a gigantesca Anglo American para explorar zinco e cobalto em Katanga. O acordo logo foi rompido com o início dos conflitos armados. Entretanto, em uma jogada arriscada, Boule percebeu que poderia manter suas ambições pelos recursos congolese e apoiar o outro lado da guerra (PRUNIER, 2009:140-141).

Minière e um representante do Banco Mundial voavam para a região para acertar parcerias com Kabila.

No início de maio, também chegavam à capital de Katanga representantes de grupos financeiros internacionais – em um amplo movimento de *bandwagon*.<sup>176</sup> O ministro das finanças de Kabila, Mawampanga Mwana, se reuniu com dúzias de empresários em Lubumbashi, incluindo representantes do Goldman Sachs, Bank of Boston e Morgan Grefell. Com a chegada das tropas de Kabila às regiões mineradoras, a “AMF [American Mineral Fields] e a canadense Tenke Mining Corp - que tinha ganhado um contrato para a exploração de cobre e cobalto pelo governo Kengo [primeiro-ministro de Mobutu] – começaram a fornecer declaradamente milhões de dólares para a AFDL, juntamente com o transporte para as tropas de Kabila”<sup>177</sup> (DUNN, 2002:59)<sup>178</sup>. Assim como a participação de Angola, esses contratos tiveram papel fundamental para a velocidade com que se sucedeu guerra em seus momentos finais.

Essa política de financiamento foi chamada de mercado de *booty futures* (futuros de pilhagem), no qual “grupos rebeldes aspirando chegar ao poder vendem direitos futuros de exploração de recursos que eles esperam controlar, tanto para uma empresa estrangeira quanto para um governo vizinho” (ROSS, 2002:7; NEST, 2006a:24).

Além das articulações de Laurent Kabila para a apropriação das riquezas congoleesas, a participação de forças externas na Primeira Guerra do Congo possibilitou que tropas de países vizinhos já iniciassem uma prática que seria muito comum na segunda guerra do país: a expropriação de recursos naturais congoleeses por tropas estrangeiras, visando o enriquecimento pessoal e nacional e o financiamento e compensações para os esforços de guerra.

Esta exploração ilegal de recursos naturais ainda na Primeira Guerra do Congo faz parte de uma primeira fase de explorações: a das pilhagens em média escala (S/2001/357, 2001).<sup>179</sup> Assim, como posteriormente seria com seus aliados na Segunda Guerra do Congo, a exploração de recursos neste período inicial era encorajada direta ou indiretamente por Kabila e a AFDL.

---

<sup>176</sup> Outrossim, após a captura de Mbuji-Mayi (a capital dos diamantes, em Kasai) a AFDL pressionou comerciantes libaneses a pagarem US\$960.000 em taxas, além de bloquear uma remessa de US\$3 milhões da De Beers e condicionar o pagamento de mais US\$ 5 milhões para a liberalização de mais compras.

<sup>177</sup> A companhia concedeu US\$40 milhões adiantados para a AFDL e um jato Learjet para locomoção de Kabila e seu “ministro de minas”, Mawampanga Mwana Nanga. Posteriormente a Anglo American cobrou este acordo como parte do anterior assinado antes da queda de Mobutu. A justiça lhe garantiu o contrato e Boule foi indenizado com US\$400 milhões de dólares. No fim, todos saíram ganhando.

<sup>178</sup> “AMF [American Mineral Fields] and Canadian-owned Tenke Mining Corp. – which had been awarded a contract for cobalt and copper exploitation by the Kengo government [primeiro-ministro de Mobutu] – reportedly began supplying millions of dollar to the AFDL, along with transport for Kabila’s troops” (DUNN, 2002:59).

<sup>179</sup> Durante toda a primeira guerra e o governo inicial de Kabila serviu como um teste para que as forças apoiadoras da AFDL percebessem a importância dos rendimentos advindos dos recursos naturais congoleeses e estabelecessem cadeias e rotinas primárias do sistema de exploração ilegal.

Tropas estrangeiras estabeleceram negócios nas "zonas liberadas" – iniciando uma economia de roubo.<sup>180</sup>

No lado de Uganda, a exploração inicial foi principalmente de ouro de diamantes. No que concerne ao ouro, dados dados oficiais entre 1994 e 1998 mostram uma grande discrepância entre a produção nacional de ouro e a exportação do produto (ver figura 11, p.124). Já no que diz respeito aos diamantes, a situação era ainda mais grave, pois Uganda, que não possuía produção de diamantes, experimentou um aumento na exportação do produto justamente nos anos correspondentes a ocupação no leste do Congo (a partir do início de 1997), tornando-se um exportador do artigo (ver figura 12, p. 124).<sup>181</sup> No lado de Ruanda a situação foi análoga. Apesar de não produzir diamantes, as exportações deste produto saltaram já em 1997 (ver figura 10, p. 123). No que tange ao ouro e ao coltan, dados apresentam um considerável aumento na produção destes recursos exatamente no período em que tropas ruandesas apoiavam a AFDL (S/2001/357, 2001).<sup>182</sup>

Ademais, o coração das operações financeiras da AFDL estava em Kigali, no *Banque de commerce, du développement et d'industrie* (BCDI). Pela intermediação deste banco a própria empresa semiestatal de diamantes de Mobutu, *Société minière de Bakwanga* (MIBA), contribuiu com US\$3,5 milhões de dólares para a *Générale de commerce d'import/export du Congo* (COMIEX) de Laurent Kabila, quantia direcionada ao suporte dos esforços de guerra da AFDL (S/2001/357, 2001:7). A recompensa ficava na participação de 10% que a empresa pertencente ao FPR, Tristar Investments SARL, possuía na *joint venture* entre COMIEX-AFDL (S/2001/1072, 2001:19-20).

Por seu turno, é possível afirmar que EUA mantinham as mesmas motivações da época em que o colocaram no poder (assegurar o controle dos recursos naturais estratégicos do Zaire<sup>183</sup>). Além de controlar recursos naturais<sup>184</sup>, os EUA queriam estender sua influência para a África Central, que presenciava um declínio do poderio francês. O país já havia apoiado Museveni (experiência neoliberal) e a ascensão de Kagame e presenciava um grande e vocálico lobby judeu que se sentia terrivelmente envergonhado pelo genocídio de Tutsi. Isto se alinhava

<sup>180</sup> Pode-se dizer que no momento da explosão da segunda guerra, altos oficiais Ruandeses e Ugandeses e seus associados conheciam muito bem o potencial dos recursos naturais congolezes, bem como a sua localização.

<sup>181</sup> No que diz respeito ao Nióbio, Uganda não possuía produção alguma de nióbio antes de 1997 - a partir daí houve um aumento nas exportações do produto (ver figura 13, p.124).

<sup>182</sup> Em 1997 Ruanda também comercializava em Bruxelas 32 toneladas de papaína – uma substância utilizada na indústria de alimentos (amaciante de carnes) produzida exclusivamente no Congo.

<sup>183</sup> Conforme, posteriormente, deixa claro o plano feito pelo professor Steven Metz (*U.S. Army War College*), de intervenção americana no Zaire no final da década de 1990. O documento foi prefaciado pelo Coronel do Exército norte-americano Richard H. Witherspoon, diretor do *Strategic Studies Institute* (METZ, 1996).

<sup>184</sup> Apesar de que os principais interesses no mercado de minérios do Zaire eram de África do Sul, Bélgica e mercadores libaneses, os EUA tinham interesses nas oportunidades decorrentes da decadência das empresas estatais, o que poderia incentivar o ingresso de novos capitais para a abertura e a reforma do mercado de minérios congolês. Outrossim, o comércio nacional de diamantes estava cada vez mais ascendente.

perfeitamente com o sentimento norte-americano de, por ser a maior potência mundial, ter uma grande responsabilidade no ocorrido. Assim, os EUA deram assistência ao treinamento do exército Ruandês, sabiam das intenções deste país em atacar campos de refugiados no Zaire, auxiliaram a encobrir massacres realizados pelas tropas ruandesas no país vizinho e apoiaram militarmente a própria AFDL (DUNN, 2002:58-59)<sup>185</sup>. No entanto, a maior contribuição dos EUA para a derrubada de Mobutu parece ter sido o bloqueio do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) frente à guerra de agressão.

Por outro lado, a França tentava manter sua influência na África Central a partir do governo Mobutu. Nesse sentido, pediu a intervenção humanitária na guerra e resistiu à figura de Kabila. Todavia, seu apoio enfático no campo diplomático (principalmente no âmbito do CSNU e na persuasão para a moderação de Mobutu)<sup>186</sup>, foi insuficiente no campo de batalha (envio de mercenários sérvios e alguns equipamentos)<sup>187</sup>. Entretanto, assim que começou a perceber a inevitabilidade da queda de Mobutu, em abril de 1997, o país passou a apoiar um governo de transição – o que resultou em concessões no próprio governo Kabila.<sup>188</sup>

---

<sup>185</sup> A partir de 1995, o exército norte-americano iniciou um programa de treinamento e cooperação com a APR. O provimento de armamentos e suporte logístico também foi realizado em larga escala. A APR adquiriu uma grande quantidade de equipamentos de comunicação e outros suprimentos não militares (veículos, botas, medicamentos). A Força Aérea, por seu turno, utilizou seus C-130 para fornecer armas e munições a AFDL, enviadas diretamente a Goma (capital de Nord Kivu) ou a pontos estratégicos próximos às linhas de frente do grupo insurgente (PRUNIER, 2009:127). Além disso, com a desculpa de estar desenvolvendo um programa de remoção de minas em Ruanda, a entrega de suprimentos aéreos ao país era justificada com um discurso humanitário. Além do apoio político e militar ao governo de Kagame, aproximadamente 60 mercenários afro-americanos recrutados nos EUA e encaminhados para Uganda lutaram na guerra vindos de Ruanda.

<sup>186</sup> Antes do início da guerra a disputa diplomática estava acirrada, principalmente no âmbito do CSNU. Quando a França pressionava Ruanda era bloqueada pelos EUA, o qual era bloqueado pela França ao pressionar o Zaire. Esta disputa congelava qualquer posicionamento do órgão. Como objetivo final, a França, apoiada pelos Estados pró-Mobutu da África Ocidental, queria a criação de uma força multinacional que, com o objetivo de proteger os refugiados, acabasse protegendo Mobutu. Do outro lado, EUA e Ruanda se opunham a operação e intentavam a derrubada do autocrata. O presidente Chirac ainda tentou persuadir Mobutu em 1995 para romper com as transmissões de rádio da Interahamwe, bloquear as entregas de armas para os ex-FAR, mover os campos de refugiados para longe da região e aceitar mais observadores do UNHCR (*United Nations High Commissioner for Refugees*). Entretanto, a Mobutu provou-se incapaz de executar o pedido, provocando mais desordem na tentativa de mover os refugiados.

<sup>187</sup> No teatro de operações o suporte francês ficou quase que restrito ao envio de mercenários sérvios, os quais – a exemplo da Legião Branca de 276 homens que lutou em Kisangani – não sabiam utilizar seus equipamentos de combate e mapas, não falavam francês nem swahili, e passavam suas horas bebendo e pilhando civis. Houve também o envio de equipamentos, como no caso do suporte ao grupo de Kisangani (o qual já possuía uma pequena ala aérea com 4 caça-bombardeiros leves Aermacchi MB-326 e 4 helicópteros de combate russos Mi-24) que foi presenteado em 12 de janeiro de 1997 com 200 toneladas de armas e diversos caças MiG vindos da China, transportados por dois cargueiros An-124 gigantescos (PRUNIER, 2009:129).

<sup>188</sup> Aqui fica concretizada a rivalidade franco-americana na África, que, pelo retrocesso franco-belga, acabou não se sustentando no conflito armado ou em uma oposição formal no governo de Kabila. O novo governo do Congo foi inicialmente sustentado pelos EUA (a maioria dos contratos de exploração com empresas mineradoras européias passaram para americanas). No entanto, Laurent Kabila, que havia sinalizado retirar o país do clube francófono, manteve suas relações com Paris – beneficiando-se da concorrência Paris-Washington (MARCHAL, 1998:371). No que concerne a Bélgica, esta se manteve na exploração de diamantes e no comércio internacional. A mineradora belga *Sibeka Societe d'Entreprise et d'Investissements S.A* (Sibeka) [então controlada pela companhia *Union Minière* da Bélgica (79%), e possuindo participação da sul-africana De Beers (20%)] conservou a participação de 20% na estatal congoleza MIBA (*Société Minière de Bakwanga*).



A combinação de suporte militar externo e financiamento através da pilhagem de recursos congolese permitiu que as forças armadas nacionais fossem derrotadas e desmanteladas – ampliando-se assim o processo de dissolução da esfera coercitiva do Estado congolês. O líder vitorioso conviveu naturalmente com esta precariedade e se dispôs tardiamente a realizar processos que poderiam sinalizar disposição para a construção estatal.

### **3.3 O Estado em Laurent Kabila (1997-2001)**

Em 28 de maio de 1997, Laurent Kabila assumiu a administração congolese com viés autocrático e a integração de Ruanda, Uganda e Tutsi em seu governo. Mudou o nome do país (agora República Democrática do Congo) e das províncias, além de assinar um decreto anulando o Ato de Transição de Mobutu e tomar o controle do executivo, das forças militares e do poder legislativo – algo que se manteria até a suposta criação de uma assembléia constituinte. Ademais integrou apoiadores externos na guerra (ruandeses e ugandeses) à estrutura administrativa do Estado (Gabinete e forças armadas).

As características da Primeira Guerra do Congo influenciaram na criação das estruturas estatais de Laurent Kabila. Esta guerra diferenciou-se da Crise do Congo por ter tido perfil mais interestatal e regional do que a anterior e pelo fato de que o Estado congolês, ainda representado pela figura de Mobutu Sese Seko, foi derrotado. Além disso, a Primeira Guerra do Congo teve como característica principal a participação de Forças Armadas externas na composição das forças vitoriosas da AFDL. Como consequência, houve a grande dependência das tropas externas na composição de um novo exército e para a segurança nacional. De acordo com Dunn, “uma vez no poder, Kabila continuou a depender amplamente da assistência e proteção de Ruanda” (2002:57. Tradução minha)<sup>189</sup>.

#### ***A Esfera Coercitiva***

Como resultado houve a precária construção da esfera coercitiva externa, a qual esteve dependente das tropas dos países vizinhos. Em meados de 1998, com o rompimento de Kabila com as forças externas o país ficou absolutamente vulnerável a novas agressões externas – o que ficou claro com o início da Segunda Guerra do Congo – e, novamente, com o apoio externo de grupos internos ao país. No que se refere à esfera coercitiva interna, o tempo de atuação das novas FAC (*Forces Armées Congolaises*) não foi suficiente para identificar sua efetividade. Entretanto, o fato de as forças de segurança congolese passarem a reprimir os rebeldes Tutsi no leste do país dá sinais de que uma esfera coercitiva interna era, pelo menos, incipiente.

---

<sup>189</sup> “[...] *once in power, Kabila continued to rely heavily on Rwandan assistance and protection*” (DUNN, 2002:57).

Apesar do rompimento com o regime de Mobutu, as forças de segurança de L. Kabila representaram, em grande medida, uma reprodução da lógica presente no período anterior. Houve a manutenção das estruturas anteriores das forças de segurança, sobretudo, no que se refere ao controle pessoal do presidente sobre elas.

Além de tomar o poder em maio de 1997, o novo presidente manteve, no essencial, tanto a arquitetura geral da organização das forças armadas e de segurança quanto as missões atribuídas pelo seu antecessor aos seus diferentes corpos, tendo o cuidado de assegurar, assim como este, um estrito controle pessoal sobre o funcionamento destes organismos e as nomeações para as suas respectivas chefias, em especial através do antigo [Conselho Nacional de Segurança] (CNS), reformulado como Conselho de Segurança do Estado (CSE) no início de 1998. (FR, 2006:18. Tradução minha)<sup>190</sup>

Outrossim, o núcleo das forças de elite se mantiveram fiéis ao presidente e fora das estruturas de segurança do Estado. Kabila, assim como Mobutu, confiou sua segurança e a de seu Estado na unidade presidencial de elite (agora GSSP). Por outro lado, suas as tentativas de reformas foram desastrosas. Ao ascender ao poder, Kabila estabeleceu o General ruandês James Kaberebe como Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Esta política fazia parte de um tipo próprio de *military power-sharing* que incluía nas forças armadas parte das forças combatentes na Primeira Guerra do Congo; inclusive oficiais estrangeiros. Neste caso, percebe-se que a distribuição de poder envolvia uma afronta à soberania estatal na medida em que os militares eram em geral representantes de interesses estratégicos externos. Ademais, a marginalização dos antigos soldados de Mobutu nas novas FAC – por meio de uma política de fome e falta de tratamento médico – resultou na incapacidade militar para enfrentar as forças de Ruanda, Uganda e Burundi que invadiram novamente o país na Segunda Guerra do Congo (1998-2003).

Com relação às Forças Armadas, importa reter que as novas FAC foram compostas, principalmente por ex-soldados das FAZ precariamente motivados<sup>191</sup> e por *Kadogos* inexperientes<sup>192</sup>. Além disso, predominou um sistema de redes pessoais e patronagem, com o favorecimento de membros da comunidade Lubakat de Kabila (norte da província de Katanga), principalmente nas novas forças de elite, as GSSP (*Groupe spécial de sécurité présidentielle*).

A GSSP manteve as tarefas da antiga DSP: um corpo de elite com funções principais de segurança presidencial. Somente o nome foi alterado, em finais de 1997. Além das políticas de

---

<sup>190</sup> “Par ailleurs, à prise du pouvoir au mois de mai 1997, le nouveau président conserve, pour l’essentiel, tant l’architecture générale de l’organisation des forces armées et de sécurité que les missions assignées à leurs différents corps par son prédécesseur, en veillant à s’assurer, tout comme l’avait fait celui ci, d’un étroit contrôle personnel sur le fonctionnement de ces entités et sur les nominations à leurs têtes respectives, notamment par le biais de l’ancien (CNS) qu’il remanie en Conseil de Sécurité de l’Etat (CSE) au début de 1998” (FR, 2006:18).

<sup>191</sup> No que se refere aos ex-membros das FAZ, cumpre ressaltar que, ao ascender ao poder em maio de 1997, Kabila realizou rapidamente uma campanha de educação ideológica na base militar de Kitona para facilitar a sua integração nas novas FAC. Esta campanha foi repetida em 1998, com uma grande operação de reintegração. É possível admitir com algum cuidado que aproximadamente dois terços do contingente das FAZ foram integrados nas FAC (FR, 2006).

<sup>192</sup> Estes se tratavam de uma coleção de crianças-soldado que fizeram parte das forças de 40.000 homens da AFDL, junto aos Tigres de Katanga – até então exilados em Angola.

favorecimento étnico por parte de L. Kabila, parte dos ex-membros da DSP foram integrados ao novo regime, mesmo aqueles que haviam fugido para o exterior.<sup>193</sup> Por outro lado, uma parte considerável de ex-membros das forças de segurança aderiu aos movimentos rebeldes da Segunda Guerra do Congo.<sup>194</sup> Frente a integração de grupos estrangeiros nas estruturas do Estado, L. Kabila tinha interesse central em manter a GSSP como uma força coesa. Dessa forma, confiou inicialmente o comando do grupo ao seu filho, depois presidente, Joseph Kabila.

A GSSP e o novo serviço de inteligência civil, Agência Nacional de Inteligência (*Agence Nationale de Renseignements* - ANR), tinham como base as estruturas militares da AFDL e possibilitavam o controle direto do presidente sobre a esfera coercitiva do Estado. Além disso, eram responsáveis por atividades de segurança estatal: cometiam prisões e perseguições de jornalistas e opositores políticos.

### ***A Esfera Extrativa***

No que tange à esfera extrativa, Kabila continuou, assim como no período da guerra, baseando seus rendimentos na concessão de contratos para exploração de recursos naturais: “após assumir o governo, Kabila e sua administração de minas procuraram espremer o máximo possível de dinheiro de companhias mineradoras de EUA, Canadá, Austrália, África do Sul” (DUNN, 2002:60. Tradução minha)<sup>195</sup>. Como resultado, continuaram escassos os esforços para a construção de uma rede de infraestrutura no país, apesar das promessas do presidente.<sup>196</sup>

Cumprir salientar que essa exploração continuava mesmo com o fim da primeira guerra na medida em que as tropas estrangeiras ainda permaneciam em regiões do leste do país e tinham acesso a riquezas nacionais. Neste último caso, pode-se citar o exemplo de que, desde 1998, aviões vindos de Kigali transportando militares, equipamentos e mercadorias – retornavam carregando café, ouro, comerciantes de diamantes e representantes comerciais de negócios diversos, muitas vezes juntos a militares. Kabila era conivente com a situação possivelmente para compensar os países vizinhos pelos esforços de guerra. Prunier (2009:411) chega a falar

---

<sup>193</sup> L. Kabila, e depois seu filho Joseph Kabila, empreendeu diversas tentativas de reintegração de ex-membros da DSP nas novas forças para que estes não fossem instrumentalizados para as rebeliões armadas de 1998, reforçando suas capacidades operacionais e de formação e gestão. A política funcionou, por exemplo, para os 390 soldados de elite refugiados na Zâmbia - que foram reintegrados na nova GSSP. Outros oficiais refugiados em Brazzaville e Togo foram reintegrados às FAC. A partir de 1999, foi também garantido o retorno de oficiais superiores e generais das ex-FAZ, refugiados na Europa e África do Sul. Isto só foi obtido com o assecuramento de seus direitos e, por vezes, a restituição de seus bens.

<sup>194</sup> Pode-se citar a sua integração à facção MLC que controlava uma parte de Équateur (província natal de Mobutu e de grande parte do efetivo da DSP) e a tentativa, no início da guerra, de cerco a Kinshasa – bloqueada pelas forças de Angola (TURNER, 2002).

<sup>195</sup> “[...] *after coming into Office, Kabila and his mining administration sought to squeeze as much money as possible from U.S., Canadian, Australian, and South African mining companies*” (DUNN, 2002:60).

<sup>196</sup> Durante sua campanha militar, Laurent Kabila havia estabelecido a construção de estradas como uma de suas prioridades mais importantes. Contudo, após ter chegado ao poder não cumpriu o prometido.

ainda de uma quantia de pelo menos US\$19,7 milhões transferida da MIBA aos tesouros de Ruanda, Uganda e outros após a guerra.

Por outro lado, as IFIs foram mais cautelosas do que haviam sido com o regime de Mobutu: em 5 de setembro de 1997, condicionaram empréstimos a um plano coerente de garantia da democracia, dos direitos humanos e da recuperação da economia. O plano veio em maio de 1998, com uma nova Constituição frágil e outorgada por decreto.

### *A Esfera Distributiva*

Apesar das esperanças de uma maior abertura política em relação ao regime de Mobutu, Kabila demonstrou que as elites que ganham a guerra influenciam de fato na postura do novo Estado – reproduzindo, neste caso, o fenômeno do patrimonialismo.

O novo presidente queria expurgar tudo que representava o regime de Mobutu, mas acabou construindo um governo muito parecido com o do general. L. Kabila: formou sua própria Comissão Constitucional para a elaboração de uma nova Constituição; estabeleceu um parlamento selecionando aleatoriamente seus membros; mudou o local do parlamento (de Kinshasa para Lubumbashi) e o nome do país (KABEMBA, 2005). Além disso, após assumir efetivamente a administração do Estado em 28 de maio de 1997, L. Kabila assinou um decreto que anulou o Ato de Transição de Mobutu e lhe garantiu o controle do Executivo, do Legislativo, e das Forças Armadas (algo que se manteve até a criação de uma Assembléia Constituinte). Por fim, o novo presidente banuiu os partidos políticos e passou a governar por decretos.

A falta de habilidades políticas de Kabila também era evidente – o que ficou representado com a incapacidade do presidente em falar lingala (língua do exército e da capital) para se comunicar com as massas. Acabava discursando em swahili e utilizando um intérprete. Além disso, o governo foi dirigido em uma espécie de anarquia administrativa e militar. Neste caso, houve demora para indicar o ministro da defesa, o chefe do estado-maior, e as linhas de oficiais e soldados.

Além disso, L. Kabila estabeleceu no seu governo membros da diáspora congoleza no exterior, os quais eram praticamente desconhecidos pela população em geral e possuíam um perfil deveras heterogêneo.<sup>197</sup> Ademais, as estratégias iniciais de sobrevivência de Kabila foram marcadamente voltadas para fora, pois o novo presidente dependia fortemente de seus parceiros

---

<sup>197</sup> Mais da metade do Gabinete de Kabila pertencia à políticos da diáspora congoleza que, por terem passado grande parte de suas vidas no exterior, tinham pouco contato com a população e recebiam desconfiança por parte da oposição política doméstica já estabelecida no regime de Mobutu. O amplo leque de experiências profissionais e perfis político-ideológicos fazia com que também fosse quase impossível desempenhar um trabalho em equipe. Ademais, os assessores de Kabila, por mais que não tivessem uma posição formal, geralmente possuíam mais poder do que seus ministros.

externos – garantindo-lhes a partilha do Estado congolês (Gabinete e forças armadas) e de seus recursos naturais.<sup>198</sup>

Consequentemente, se a preocupação inicial de Kabila era preferencialmente com os países vizinhos que o haviam colocado no poder, o novo presidente pouco se importava com o apoio doméstico, o diálogo com a oposição política ou a abertura de espaços políticos (DUNN, 2002).<sup>199</sup> A “desinclinação para dividir o poder” (GONDOLA, 2002:163) com os próprios congolese foi vista já em meados de 1997, quando sinais de autoritarismo começaram a ser dados – com impedimento de liberdades básicas, prisões (inclusive de Tshisekedi) e repressão política de opositores, e assassinatos individuais e coletivos.

Com isso, congolese começaram a pensar que o governo estava se vendendo para os estrangeiros. Percebendo o seu declínio iminente, Kabila realizou uma inflexão na tentativa de reunir suporte da população congolese.

A partir de 1998, Kabila iniciou uma sinalização de abertura política. Sua Comissão Constitucional aprovou, em maio desse ano, um documento amplo muito similar ao produzido anteriormente pelo CNS e projetou eleições para abril de 1999 (LODGE et alli, 2002: on-line). Além disso, o presidente instituiu uma série de reformas que podem ser vistas como autofortalecedoras do Estado – pois, de certa forma, reduziam a presença estrangeira e incrementavam a soberania congolese. Além de romper a aliança com Tutsi congolese aliados a Ruanda<sup>200</sup>, Kabila rescindiu em junho um contrato de exclusividade de compra de diamantes pela companhia sul-africana De Beers Centenary AG e rompeu com um mandato administrativo de operação da ferrovia Sizarail pela empresa sul-africana Comazar (além de confiscar seus títulos públicos) (COAKLEY, 1999:1). Finalmente, em julho de 1998, ordenou a retirada dos oficiais e burocratas ruandeses e ugandenses do país. Nomeou o general congolês Celestin Kifwa, que havia servido no exército angolano, para ocupar o posto do general ruandês James Kabarebe na função de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Ao mesmo tempo, Ruanda

---

<sup>198</sup> Autoridades de Ruanda e Uganda assumiam posições centrais no exército e na burocracia e auxiliavam seus *proxies* congolese a assegurarem posições nos governos central e provinciais de Ituri, Maniema e Kivus. Mais do que isso, Ruandeses e Ugandeses agiam como se fossem o governo legal em seus respectivos espaços de ocupação no leste do Congo, redesenhando fronteiras e emitindo documentos legais - até mesmo para o exterior. Sua capacidade de projeção de força possibilitava que aumentassem suas demandas não somente por fronteiras seguras, mas também pelo direito de penetrar e controlar o território interno congolês entre a fronteira leste e 700 milhas a oeste.

<sup>199</sup> Na escolha de seu Gabinete, Kabila suprimiu a sociedade civil congolese e a arrojada oposição política de Mobutu comandada por Etienne Tshisekedi. Este político havia manifestado apoio a AFDL durante a Primeira Guerra do Congo – o que acabou sendo fundamental para a obtenção de apoio popular por parte do grupo de Kabila.

<sup>200</sup> Aqui cabe no mínimo uma ressalva para a tese de que L. Kabila sinalizou o estabelecimento de reformas autofortalecedoras. O presidente utilizou os *Banyamulenge* em geral com bode expiatório para adquirir conviança da população congolese. Assim, encorajou que seu exército tomasse parte de massacres em Kishasa, Lubumbashi e Kisangani de *Banyamulenge* e de pessoas com traços físicos semelhantes aos dos Tutsi (ATZILI, 2006:163; LEMARCHAND, 2003:45-46; MISSER & RAKE, 1998:15).

e Uganda acusaram o governo de Kabila de não prevenir (possivelmente apoiar) incursões de Hutu em seus territórios. Estava formado o quadro para a Segunda Guerra do Congo.

### 3.4 Conclusão do Capítulo 3

Novamente, a combinação de fatores estruturais e individuais foi centralmente importante para as implicações da relação entre guerra e Estado no Congo.

A estrutura parece ter determinado a natureza das ameaças da Primeira Guerra do Congo. O fim da Guerra Fria gerou instabilidades no continente africano. Houve a quebra do sistema de patronagem e tutela – fundamental para a defesa da integridade estatal (território e governos) – e a intensificação das rivalidades interestatais. O resultado foi o aumento das guerras *proxies* (agora agenciadas pelos próprios países africanos) e, mais especificamente das guerras mistas. No caso do Congo, enquanto que Mobutu se baseava em antigas alianças da Guerra Fria que já se exauriam (França), a aliança agressora mostrava que os países africanos estavam dispostos a empreenderem seus próprios consórcios e articularem diretamente a criação de grupos armados para dar legitimidade à iniciativa.

As forças extrarregionais continuaram a importar no suporte logístico e no treinamento das forças, além do financiamento das operações (este, empreendido, em geral, por companhias transnacionais). Porém parecem ter tido importância secundária *vis a vis* as articulações e os interesses político-econômicos regionais. Durante o breve regime de L. Kabila, a disponibilidade de forças e assessores militares dos países vizinhos que o haviam apoiado contribuiu para o adiamento dos esforços de reconstrução do exército nacional. Além disso, a inserção de novas companhias transnacionais no ciclo de pilhagens dos recursos naturais congolezes e no financiamento fácil do novo governo colaborou para que fossem pouco necessários esforços para a construção de uma economia nacional.

Laurent Kabila também contribuiu para que a relação entre guerra e Estado fosse nociva. Durante a guerra, rivalizou com lideranças da AFDL que seriam necessárias para a futura formação de um exército nacional consistente e, assim como na década de 1960 (quando contribuiu para o fracasso da iniciativa de Guevara), não se preocupou em estabelecer um movimento que pensasse em uma revolução nacional efetiva, baseada no treinamento militar voltado para a ética da cidadania e na primazia do elemento nacional (em detrimento do tribal). Ainda durante a guerra iniciou-se uma perniciosa relação com companhias transnacionais e com seus parceiros externos, que envolvia a pilhagem e divisão dos recursos congolezes como moeda de troca do suporte à sua ascensão à presidência do país. Estas escolhas tiveram papel determinante para a inefetividade do exército no pós-guerra e para a dependência de uma economia baseada na extração de recursos naturais e em contratos com companhias do setor

minerador. No primeiro caso, ainda houve a tentativa de restabelecer prioridades em direção à construção do exército nacional e a exclusão dos elementos estrangeiros da instituição. Todavia, o processo além de tardio, não envolveu um projeto de longo prazo, mas, assim como Mobutu, a exclusão de poderes rivais, a tribalização (exclusão de Tutsi) e a consolidação de um controle mais direto sobre as forças de segurança. A inviabilidade das ações diante dos interesses externos de Uganda, Ruanda e Burundi foi um dos elementos cruciais para a explosão da Segunda Guerra do Congo.

## **CAPÍTULO 4 – A Segunda Guerra do Congo e o Estado em Joseph Kabila**

### **4.1 Introdução ao Capítulo 4**

Este capítulo apresenta a última conexão lógica entre guerra e Estado proposta neste trabalho: a relação entre a Segunda Guerra do Congo (1998-2003) e o Estado de Violência, comandado por Joseph Kabila, que a sucedeu (desde 2003).

A Segunda Guerra do Congo foi caracterizada pela preponderância das rivalidades estatais na África Central – o que não implicou na abolição da estratégia *proxy* como forma de legitimação da guerra, principalmente por parte dos países agressores (Ruanda, Uganda e Burundi). As principais forças combatentes do lado defensor foram, assim como na Crise do Congo, as forças externas que vieram em auxílio das tropas congolêsas (neste caso, houve a preponderância das forças de Zimbábue e Angola). A forma prioritária de financiamento dos esforços de guerra foi, mais uma vez, a pilhagem dos recursos naturais do povo congolês e a sua distribuição entre as forças aliadas (mormente o Zimbábue); financiamento este que também foi amplamente adotado pelas forças agressoras. A conjunção desses fatores, juntamente com o fato de que a guerra não foi encerrada na prática (definição militar), mas apenas mediante uma complexa gama de arranjos institucionais de *power-sharing*, contribui centralmente para as estruturas Estatais pós-conflito.

O Estado do Congo durante o regime de Joseph Kabila se diferenciou do perfil de períodos anteriores. Isto porque foi incapaz de cumprir sua tarefa coercitiva interna – a qual, pode-se dizer, foi a única tarefa que historicamente o Estado do Congo foi relativamente capaz de realizar. Uma das principais causas dessa realidade é a completa inexistência do que se pode chamar de um exército nacional. Fato que, por sua vez, tem suas origens remotas no movimento de enfraquecimento das forças nacionais por parte de Mobutu, e, mais recentemente, no processo de integração automática de ex-combatentes nas forças de segurança estatais. Além disso, a esfera extrativa do Estado manteve e intensificou a sua dependência frente a recursos naturais e capitais externos – mantendo-se reduzidos os incentivos à construção de uma rede de infraestrutura nacional, o que, por sua vez, prejudica a própria pacificação e inclusão de zonas dispersas do leste do país. Por fim, a ausência de uma economia nacional, fundamental para o surgimento de uma classe média (burguesia) que traga a necessidade de barganha entre o Estado e a sociedade, não cria necessidades práticas de o Estado distribuir direitos e garantias (sociais, civis e políticos) reais à população.

Este capítulo ainda analisa os atuais esforços para a superação das graves deficiências do Estado congolês no que diz respeito à esfera prioritária de qualquer Estado, a coercitiva. Trata-se de analisar o perfil dos atuais programas de Reforma do Setor de Segurança do país,



prospectando quais são suas deficiências e porque ainda não conseguiram criar forças armadas e policiais eficazes e eficientes, coesas e responsivas.

## 4.2 A Segunda Guerra do Congo (1998-2003)

### *A Natureza das Ameaças*

A Segunda Guerra do Congo foi o conflito decorrente da quebra da aliança vencedora da Primeira Guerra do Congo. Com as inflexões nacionalistas de L. Kabila, a demora em resolver os problemas de inclusão social dos *Banyamulenge* no leste do país<sup>201</sup>, e a conivência do presidente com a continuidade de incursões Hutu no território ruandês, a aliança Ruanda-Uganda-Burundi se refez – agora para destituir do poder quem ela mesmo havia colocado (VISENTINI, 2010:76-80).

A multiplicidade de países participantes na conflagração – tanto pelo lado dos agressores (Uganda, Ruanda e Burundi) quanto pelo bloqueio (Congo, Zimbábue, Angola, Namíbia, Sudão, Chad e Líbia), além das guerrilhas armadas *proxy* (utilizadas como forma de batalha por agressores e defensores) – trouxe à tona o real peso estratégico do Congo na região.

A Guerra Mundial Africana foi de agosto de 1998 até junho de 2003. Em termos gerais, Ruanda<sup>202</sup>, Uganda<sup>203</sup> e Burundi<sup>204</sup> acusavam o governo de Kabila de não prevenir

<sup>201</sup> Segundo Boaz Atzili, “as políticas étnicas da RDC relativas aos Banyamulenge foram um fator importante para impulsionar a invasão de 1998 por parte de Ruanda. Primeiro, Kabila não cumpriu sua promessa a Ruanda para outorgar a cidadania dos Banyamulenge. Em segundo lugar, no início de 1998 ele tentou aumentar sua popularidade em Kinshasa expulsando os tutsis ministros no seu governo e decretando que todas as tropas estrangeiras (i.e., ruandesas) deixassem o país. Em terceiro lugar, o seu exército encorajou um massacre em Kinshasa de Banyamulenge (e de qualquer pessoa com características físicas de Tutsi)” (ATZILI, 2006:168. Tradução minha).

<sup>202</sup> A invasão das tropas Ruandesas era justificada por massacres a Tutsi que ocorriam na capital, Kinshasa, e em outras cidades, como Lubumbashi e Kisangani. Ademais, Ruanda denunciava o envolvimento de extremistas Hutu com quadros das FAC. A palavra genocídio era mais uma vez utilizada pela diplomacia ruandesa para congelar pressões internacionais frente a abusos cometidos por Kagame – garantido pelo remorso que ainda se sentia pela apatia internacional frente ao genocídio de 1994 (PRUNIER, 2009). Além dos interesses de segurança, pode-se dizer que interesses econômicos incentivaram se não o início da guerra, a própria manutenção do ciclo de conflitos. Desde a Primeira Guerra do Congo, Kigali já tinha noção da importância na exploração dos recursos naturais congolese: “Desde a eclosão da guerra da AFDL, Kigali esperava ganhar controle sobre os recursos de Kivu e, assim, tornar o país independente de doadores internacionais. Os recursos minerais, principalmente o ouro de Nord Kivu, poderiam rapidamente gerar renda” (ICG, 1998a:17. Tradução minha). Ademais, a própria guerra agravou a necessidade de exploração dos recursos naturais congolese. Houve o aumento de quase 50% do gasto em defesa devido à importação de novos equipamentos militares e mantinha-se a remuneração de tropas em zonas de guerra (ICG, 1998b:10).

<sup>203</sup> Os interesses de Uganda para o ingresso na guerra podem ser divididos em securitários e econômicos. Na esfera de segurança, Uganda buscava prioritariamente (i) caçar os grupos rebeldes apoiados pelo Sudão que operavam no Congo e buscavam a queda do regime de Museveni; e (ii), consecutivamente, cessar ataques ao território e a populações ugandesas, principalmente vindos da *Allied Democratic Forces* (ADF) e do *West Nile Bank Front* (WBNF) e do *Lord's Resistance Army* (LRA). No que diz respeito aos interesses econômicos pode-se dizer que Uganda buscava exploração de recursos naturais congolese como ouro, diamantes e madeira – cuja maior parte do comércio ilegal era articulado pelo o meio-irmão de Museveni, General Salim Saleh (oficialmente, um assessor militar). Pode-se dizer que ao contrário de Ruanda, que possuía uma política oficial de exploração de recursos, Uganda atuava a partir da exploração econômica mais privada do que pública.

<sup>204</sup> Os interesses principais que levaram Burundi à guerra eram de segurança (suprimir os rebeldes Hutu do que possuíam bases no Congo; e.g. FDD e FNL), econômicos (prevenir a pirataria rebelde no lago Tanganyika, o que

(possivelmente apoiar) incursões de grupos rebeldes em seus territórios. Assim, estes países passaram a amparar a emergência de um novo grupo, chamado *Rassemblement Congolais pour la Democratie* (RCD), que posteriormente dividiu-se em RCD-Goma (apoiado por Ruanda e Burundi) e RCD-K/ML (apoiado por Uganda). O RCD e seus subgrupos passaram, desde então, a controlar a região leste do país – uma das mais ricas em recursos naturais. Além disso, em fevereiro de 1999, Uganda apoiou a formação do grupo *Mouvement pour la Libération du Congo* (MLC). Juntos, Uganda e MLC assumiram o controle de um terço do Congo, nas regiões norte e nordeste (vide anexo 3) (PIKE, 2008a: *on-line*).

Desta vez, logo no primeiro mês de guerra a SADC<sup>205</sup>, mesmo cindida, interveio em favor da estabilidade regional e da soberania congoleza, por meio das ações militares de Zimbábue<sup>206</sup>, Angola<sup>207</sup> e Namíbia<sup>208</sup>. Outros países que eventualmente atuaram na guerra em favor da RDC foram Chade<sup>209</sup>, Sudão<sup>210</sup> e, em menor escala, Líbia<sup>211</sup> (ICG, 1998a). O governo Congolês também se valeu de grupos *proxies* para a sua defesa, como a milícia Hutu

desestabilizaria a capacidade econômica e de defesa do país) e comunitários (ajudar a proteger comunidades *Banyamulenge*, sob ameaças de grupos Babembe, Bafulero e Mai Mai).

<sup>205</sup> SADC - *Southern African Development Community* (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral). Organização inter-governamental com sede em Gaborone (Botsuana). Visa à integração e cooperação política, econômica e de segurança entre os países da África Austral. Sua atuação é complementar a da União Africana. Os atuais países membros são: África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

<sup>206</sup> Os interesses do Zimbábue na proteção do governo Kabila eram: (1) salvaguardar o acordo de defesa recíproca entre membros da SADC (Mugabe ocupava a presidência do Órgão para Política, Defesa e Segurança da organização); (2) estreitar relações comerciais com o Congo, como caminho à liderança regional (contrapondo África do Sul e Uganda); (3) criar uma diversão às dificuldades internas e desafios enfrentados por Robert Mugabe; (4) garantir contratos de mineração (cobre e cobalto) de companhias pertencentes à família de Mugabe, estimados em mais de US\$200 milhões (ICG, 1998a:20); e (5) honrar os laços criados pelo passado marxista dos dois líderes.

<sup>207</sup> Angola possuía interesses genuinamente securitários. Primeiramente, tinha-se um débito com os katangueses que haviam lutado na Primeira Guerra do Congo em apoio ao MPLA. Em segundo lugar, Angola percebia a necessidade de travar uma nova guerra particular com a UNITA, que se aproximava de Uganda e Ruanda – com viagens do vice-presidente da organização a Kigali e de Savimbi a Uganda. Dessa forma, Angola tinha todos os interesses em evitar que a RDC se tornasse novamente um recanto de linhas de suprimento (diamantes) para a UNITA. Em terceiro lugar, Angola queria proteger seu próprio território (principalmente a região de Cabinda, rica em petróleo e desconectada do território angolano) – haja vista que Uganda e Ruanda enviaram tropas a Bas-Congo, no jardim angolano. Por último, Angola tinha interesses centrais em estabelecer suas credenciais como uma potência regional na África Central (TURNER, 2002; NZONGOLA-NTALAJA, 2003).

<sup>208</sup> A decisão pelo envio de tropas esteve diretamente relacionada com os estreitos laços entre este país e os regimes de Angola e Zimbábue – antigos apoiadores do movimento de libertação da SWAPO frente à contra-insurgência empregada pela África do Sul.

<sup>209</sup> Sua participação representava a reentrada da influência francesa na região dos Grandes Lagos.

<sup>210</sup> O governo sudanês acusava Uganda de apoiar a *Sudanese People's Liberation Army* (SPLA), o qual rejeitava as leis islâmicas de Khartoum. Além do apoio indireto a RDC, em 1 de Setembro de 1998, informantes confirmavam que Kabila havia visitado o Sudão em busca de ajuda. No dia seguinte, 300 mujahedins apareceram no Sudão dizendo-se congolezes e solicitando que fossem enviados ao Congo para lutar ao lado de Kabila.

<sup>211</sup> Seus interesses iam desde a aparente solidariedade “marxista/nacionalista” entre Khaddafí e Kabila até a mais relevante necessidade fugir do isolamento imposto pelos EUA.

Interahamwe<sup>212</sup>, os xenófobos Mai Mai<sup>213</sup> e ex-integrantes das Forças Armadas de Ruanda (ex-FAR), cúmplices do genocídio de Tutsi.

Por seu turno, o papel da África do Sul foi um tanto duvidoso. Por um lado, o país (também membro da SADC) insistiu em uma política herdada da reputação de Nelson Mandela, buscando soluções diplomáticas para o conflito. Por outro, forneceu armamentos para Ruanda e manteve bons relacionamentos com Museveni (ICG, 1998a:23). Ademais, companhias mercenárias sul-africanas trabalharam para ambos os lados da guerra – ao mesmo tempo em que o governo central chamava negociações para o fim do conflito.

A partir do ingresso da coalizão de defesa, a guerra passou a uma situação de equilíbrio, resultando, já em 1999, na divisão do território congolês em três partes que representavam as áreas de influência de Ruanda, Uganda e RDC (e de seus respectivos aliados).<sup>214</sup> Nestas áreas a exploração intensiva de recursos naturais servia de base para o financiamento das operações militares (NEST, 2006b; DUNN, 2002).

Cumpram também informar que a Segunda Guerra do Congo teve uma importante particularidade. Presenciou uma guerra dentro da guerra. Trata-se dos conflitos armados da região de Ituri, nordeste do país. Ali rivalidades étnicas entre grupos Hema/Gegere e Lendu/Ngiti, já haviam sido instrumentalizadas, manipuladas e transformadas em graves conflitos territoriais pelas administrações colonial e de Mobutu, as quais favoreceram o grupo Hema (HRW, 2003:14). Estas rivalidades foram posteriormente estimuladas com a presença de tropas externas (S/2004/573, 2004:7). Tais tropas (principalmente de Uganda) lucravam com as conflagrações étnicas na medida em que se apropriavam de zonas ricas em recursos naturais (principalmente ouro e, recentemente, petróleo e gás). Soldados e oficiais ugandeses auxiliaram na destruição de vilarejos, nas caçadas a civis Lendu, na segurança particular de fazendas tomadas pelos Hema, na nomeação da Hima (grupo étnico Ugandês primo dos Hema) Adele Lotsove Mugisa como governadora da recém criada província de Ituri (coincidindo com a

---

<sup>212</sup> A milícia Hutu Interahamwe foi um dos principais grupos executores do genocídio de Tutsi em Ruanda, juntamente com o Impuzamugambi. Após a ascensão da FPR o Interahamwe partiu em fuga para o Congo, levando consigo a este país o conflito armado da vizinha Ruanda. A milícia passou a ser conhecida como *Rassemblement Démocratique pour le Rwanda* (RDR) e, posteriormente, como *Armée de Libération du Rwanda* (ALiR).

<sup>213</sup> O termo Mai Mai refere-se a um conjunto heterogêneo de grupos atuantes desde a Segunda Guerra do Congo com o objetivo comum de defender seu território local contra outros grupos armados. Sua heterogeneidade é latente no que concerne ao alvo (alguns focam na resistência ante forças estrangeiras e guerrilhas *proxy*, outros exploram a guerra para seu benefício próprio na forma de saques) e à liderança (alguns grupos são liderados por senhores da guerra e líderes tribais, outros por líderes políticos de resistência).

<sup>214</sup> Em grande parte da guerra o país ficou dividido em três porções: uma pertencente ao MLC (noroeste), outra ao RCD (leste) e outra às Forças Armadas da RDC (FARDC) (restante). Após a divisão do RCD em RCD-Goma e RCD-K-ML, o país ficou dividido na prática em quatro territórios (RCD-K-ML também no leste), com Uganda influenciando tanto nos territórios de MLC quanto de RCD-ML.

explosão de violência de 1999)<sup>215</sup> e no treinamento militar de ambos os lados para servir às forças do RCD-K/ML<sup>216</sup> (HRW, 2001a e 2001b; ICG, 2003b:4).

### *As Forças Combatentes Principais*

Novamente as principais forças combatentes do lado Estatal não foram as tropas congolenses – as quais tinham a formação ainda incipiente devido as mudanças provocadas pela vitória da AFDL na Primeira Guerra do Congo.

No que tange às características dos combatentes, o estudo sobre o Congo apresenta que a lógica da guerra *proxy* – presente em larga escala na Guerra Fria – continuou a ser adotada no período do pós-Guerra Fria em guerras locais ou de menor escala, e se reproduziu constantemente para micro-escalas, em que a terceirização do esforço de guerra foi adotada por grupos cada vez menores (ver figura 9).<sup>217</sup>

As principais forças combatentes na Segunda Guerra do Congo foram as Forças Armadas nacionais de RDC (*Forces Armees Congolaises* - FAC), Zimbábue (*Zimbabwe National Defence Forces* - ZNDF), Angola (Forças Armadas Angolanas - FAA), Namíbia (*Namibia Defence Force* - NDF) e Chade (*Forces Armées Nationales Tchadiennes* - FANT), do lado defensor; e Ruanda (*Armée Patriotique Rwandaise* - APR)<sup>218</sup>, Uganda (*Ugandan People's Defence Force* - UPDF) e Burundi (*Forces Armées Burundaises* - FAB), do lado agressor.

Como grupos *proxies* primários do lado defensor pode-se citar: os grupos rebeldes ruandeses ex-FAR e Interahamwe, organizados na ALiR (*Armée pour la libération du Rwanda*) – posteriormente dividida em ALiR I e II – e nas FDLR (*Forces Democratiques de Liberation du*

<sup>215</sup> Foi a partir de 1999 que a violência aumentou a níveis inéditos na região. Em junho alguns membros da elite Hema tentaram burlar e modificar registros de propriedade de terra dos já ressentidos Lendu de Walendu Pitsu (parte do distrito de Djugu) e expulsá-los junto às suas famílias. Aproximadamente 200.000 Lendu tiveram de deixar suas terras e casas. O incidente levou a um ciclo intermitente de pesadas confrontações entre as comunidades e a expansão geográfica (para Irumu e Mahagi) e étnica da violência (grupos étnicos Nande, Gegere, Bira e Alur da região eram forçados a se alinhar com um dos lados contentores) (HRW-2002b). Os embates de 1999 e 2000 geraram 7.000 mortos, 150.000 deslocados e a proliferação de uma cultura de extermínio (VLASSENROOT e RAEYMAEKERS, 2004:392).

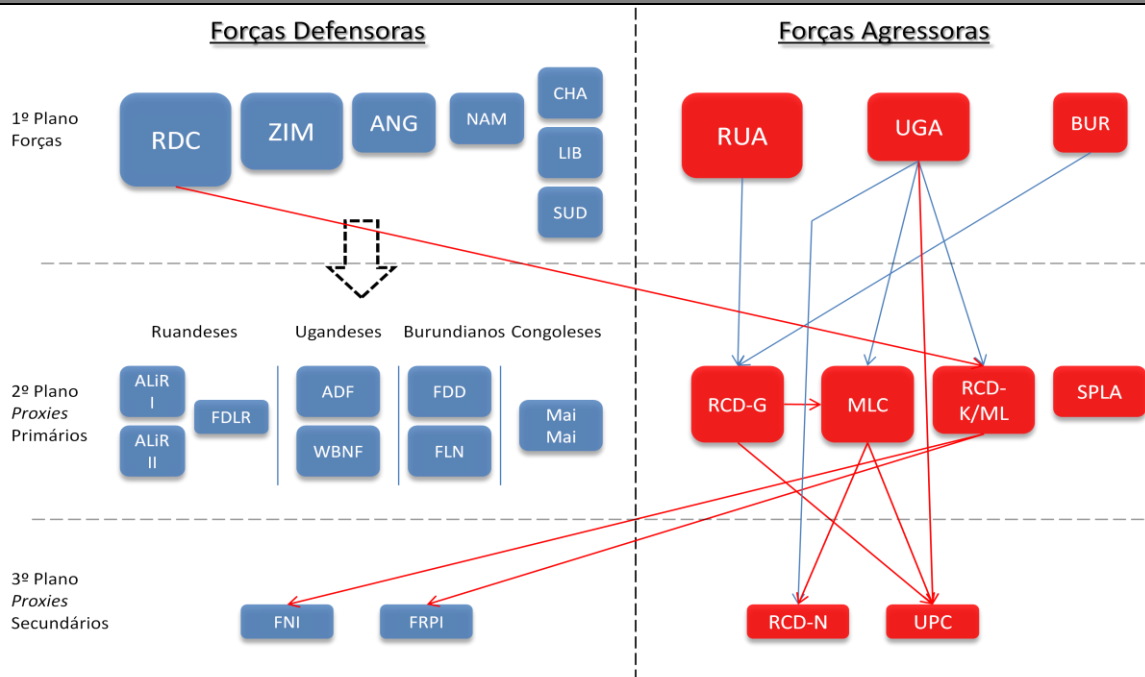
<sup>216</sup> O RCD-K/ML (*Rassemblement Congolais pour la Démocratie –Kisangani/Mouvement de Libération*) foi fundado após a divisão oficial do RCD em maio de 1999 (ICG, 2003, The Kivus:19). Controlou durante boa parte da guerra a porção norte de Nord Kivu (Beni e Lubero), onde impera a comunidade Nande – etnia de seu principal líder após Wamba, Mbusa Nyamwisi (ICG, 2003:19). Desde 1999, o RCD-K/ML esteve diretamente relacionado com os conflitos de Ituri. Em 2002, alianças *proxies* tornaram-se cada vez mais voláteis – sendo que o governo congolês passou a patrocinar o grupo RCD-K/ML no treinamento de milícias Lendu e Ngitu e na defesa de Bunia (capital de Ituri) frente à milícia Hema UPC.

<sup>217</sup> Percebe-se um intuito de se reduzir custos econômicos, políticos e militares, assim como no caso da flexibilização da produção industrial. Poderia se chamar o fenômeno de "Terceirização Militar" que hoje se traduz nas empresas militares privadas (EMP) como maior exemplo de monetização da guerra *proxy*. Entretanto, os mesmos efeitos colaterais que EMP geram para Estados fracos, a guerra *proxy* em geral também produz. Adia o processo de construção de forças armadas e, conseqüentemente, da própria esfera coercitiva do Estado. Nesse sentido, a Segunda Guerra do Congo atentou contra este processo em duas frentes (no que cabe às operações militares): primeiro, o Congo se valeu de tropas externas; e, segundo, adotou uma estratégia de utilização de combatentes *proxies*.

<sup>218</sup> Em junho de 2002 tornou-se *Forces Rwandaises de Défense* (FRD).

Rwanda); os grupos rebeldes ugandeses, reunidos nas ADF (*Allied Democratic Forces*) e no WBNF (*West Nile Bank Front*); as milícias burundianas, sob a forma de FDD (*Forces pour la Défense de la Démocratie*) e FLN (*Front de Libération Nationale*); e as milícias congoleesas Mai Mai. Como grupos proxy primários do lado agressor havia o RDC-Goma, e suas facções dissidentes RCD-K/ML (*Rassemblement Congolais pour la Démocratie –Kisangani/Mouvement de Libération*) e RCD-N (*Rassemblement Congolais pour la Démocratie- National*), e o MLC. Como grupos proxy secundários pode-se citar aqueles presentes nas conflagrações de Ituri, como o Hema UPC (*Union des Patriotes Congolais*), o Lendu FNI (*Front des Nationalistes et Intégrationnistes*), e o Ngiti FRPI (*Force des Resistance Patriotique d’Ituri*). O quadro abaixo tenta representar a complexidade das relações proxies da Segunda Guerra do Congo (setas azuis) e dos conflitos de Ituri (setas vermelhas).

**Figura 9 – Organograma Proxy: As principais forças combatentes na Segunda Guerra do Congo**



**Notas:** Nota 1º Plano - Forças organizadas por ordem e tamanho correspondente a sua participação na guerra. Nota 2º Plano - Forças organizadas na ordem correspondente ao seu peso na guerra. No caso das forças defensoras, em geral o Congo e os seus parceiros defensores majoritários (Zimbábue e Angola) cooperavam com os rebeldes estrangeiros e as milícias congoleesas. No caso dos agressores, os grupos congoleesos eram financiados diferenciadamente pelos países vizinhos (o que é demonstrado pela flechas azuis). Flechas azuis - Representam os financiamentos particulares de grupos agressores. Flechas vermelhas - Correspondem a alianças temporárias relativas especificamente ao conflito de Ituri em finais de 2002 e durante o ano de 2003. O Sudão financiava especificamente os grupos rebeldes ugandeses. O RCD-K/ML, no final da guerra, foi apoiado pelo governo central congolês, após os acordos de paz e passou a financiar os grupos Lendu. O SPLA não atuava contra o governo congolês, mas contra o governo sudanês. Alianças relativas aos grupos Mai Mai sempre foram instáveis e efêmeras e sua posição como proxy das forças defensoras é relativa a maioria e não a totalidade dos conflitos (alguns desses grupos como o Mandura 40 se aliaram aos ruandeses contra os Interahamwe). O mesmo deve ser dito para o RCD-G, o qual entrou por vezes em conflito com ruandeses da APR. Entretanto, sua aliança padrão foi a favor e não contra este exército. Os conflitos de Ituri se distinguem da disposição agressores/defensores própria da Segunda Guerra do Congo. Entretanto, os subgrupos presentes nessa guerra (FNI, FRPI, UPC e outros) foram aqui dispostos dentro dos dois grupos de acordo com sua aliança mais próxima a Kinshasa (defensores) ou Ruanda (agressores). Os demais grupos que atuaram tanto na Segunda Guerra do Congo em geral, quanto nos conflitos armados de Ituri foram dispostos conforme suas alianças iniciais na grande guerra.

**Fontes:** DUNN, 2002; HIIK, 2002, 2003; HRW, 2001a e 2001b; ICG, 1998a; ICG, 2000; ICG, 2003b; IISS, 2001, 2002, 2003; NEST, 2006a; PIKE, 2008a; PRUNIER, 2009; REYNTJENS, 2009; RUPYIA, 2002; TURNER, 2002; TURNER, 2007; VISENTINI, 2010.

**Autor:** CASTELLANO, 2011.

No que tange às características das operações militares, a Segunda Guerra do Congo foi marcada pela multiplicidade. Houve batalhas convencionais e irregulares misturadas pela característica *proxy*, fazendo com que, por mais regular que fosse a batalha, sempre estivessem envolvidos algum grau de irregularidade e a adoção de práticas de anti-insurgência.

Cumprе ressaltar que nenhum exército era muito amplo e as forças combatentes estavam espalhadas pela vastidão do país. A linha de frente de batalha alcançou uma extensão de 2.000 a 2.400 km, na prática dividindo o país pela metade, com dois fronts principais a sul-sudeste e centro-norte. Como resultado, tropas ficavam concentradas em bastiões junto a recursos logísticos como portos, aeródromo e rodovias. Ataques eram possíveis apenas após longas marchas através da floresta ou da savana. Ademais, soldados eram geralmente cortados das linhas de suprimento regulares e acabavam tendo de abordar civis nas proximidades dos teatros de operações. Os quadros abaixo tentam dar uma noção da escala do conflito.

Quadro 7 – Contingente Militar na Segunda Guerra do Congo: Forças nacionais					
Defensores			Agressores		
Força	Números Totais	Contingente na RDC	Força	Números Totais	Contingente na RDC
RDC (FAC)	45.000-81.400	45.000-55.000*	Ruanda (APR)	55.000-75.000	17.000-25.000
Zimbábue (ZNDF)	36.000-40.000	11.000-16.000	Uganda (UPDF)	50.000-60.000	10.000
Angola (FAA)	100.000-130.500	2.000-5.000	Burundi (FAB)	40.000-45.500	1.000-1.200
Namíbia (NDF)	9.000-10.000	1.400-2.000			
	<b>Estimativa Total</b>	59.400-78.000		<b>Estimativa Total</b>	28.000-36.200

Notas: \*Trata-se da estimativa do contingente estabelecido no teatro de operações.

Fontes: IISS, 2001 e 2002; ICG, 2000; PRUNIER, 2009; RUPYIA, 2002; TURNER, 2002.

Autor: CASTELLANO, 2011

Quadro 8 – Contingente Militar na Segunda Guerra do Congo: Principais grupos <i>proxy</i>				
Defensores		Agressores		
Força	Contingente na RDC	Força	Contingente na RDC	
ALiR	14.000-16.000	RCD-Goma	17.000-30.000	
FDLR	3.000-15.000	RCD-K/ML	2.500-5.000	
FDD	16.000	MLC	6.500-18.000	
FNL	1.000-2.000			
	<b>Estimativa Total</b>	34.000-49.000	<b>Estimativa Total</b>	26.000-53.000

Fontes: ICG, 2000 e 2003a; PRUNIER, 2009; RUPYIA, 2002; TURNER, 2002; DUNN, 2002; JANES, 2009; ICG, 2006; IISS, 2003.

Autor: CASTELLANO, 2011

Em relação às principais forças combatentes externas que lutaram ao lado da RDC, o Zimbábue enviou inicialmente um contingente de 600 homens em agosto de 1998, na Operação Restaurar Soberania. Em 2001, estas tropas haviam aumentado em 300%, chegando a aproximadamente 16.000 homens – o maior contingente dentre todos os aliados de Kabila

(RUPYIA, 2002). O país possuía forças bem equipadas e profissionais, porém com pobres performances no campo de batalha. Entretanto, o peso dessa contribuição foi fundamental para o bloqueio do avanço dos rebeldes à capital<sup>219</sup> e para a segurança das províncias de Katanga e de Kasai Oriental, principalmente da capital dos diamantes Mbuji-Mayi (REYNTJENS, 2009:199).

Angola, por seu turno, enviou um contingente mais modesto, o qual foi reduzido ao longo do tempo. Seu comprometimento inicial foi de mais de 5.000 homens, passando, no fim do ano 2000, para uma força de 2.500. Suas forças eram bem experientes (mais experiência de combate do que qualquer país no continente), e equipadas, porém seu exército era pouco disciplinado. Além disso, as tropas enviadas a RDC eram de segundo escalão, devido à prioridade da luta contra a UNITA em Angola. Entretanto, apesar do pobre estado de manutenção, seu poder aéreo foi uma vantagem decisiva na guerra e garantia a defesa de Kinshasa, mesmo frente a um possível ataque vindo de Mbandaka (ICG, 2000:4). Não obstante o pequeno número, as tropas angolanas tiveram importância central para a proteção das cidades costeiras em resposta a *blitzkrieg* ruandesa no início da guerra (TURNER, 2002).<sup>220</sup>

### ***O Financiamento da Guerra***

O financiamento da guerra pelo Estado, ou melhor, o financiamento da intervenção dos exércitos estrangeiros na guerra foi realizado em grande medida por meio de concessões de exploração de recursos naturais congolese. Michael Nest nos oferece uma perspectiva direta do problema. Para o autor “independentemente dos interesses iniciais dos governos estrangeiros, o custo de suas campanhas resultou na sua busca explícita para compensar as despesas militares” (NEST, 2006b:40. Tradução minha)<sup>221</sup>.

O quadro abaixo resume os interesses econômicos dos principais beligerantes na Segunda Guerra do Congo e sugere que o próprio governo de Kabila lucrou com a exploração de recursos naturais para o financiamento de campanhas militares. Segundo o grupo de especialistas da ONU sobre a exploração ilegal de recursos naturais congolese, seu financiamento de guerra se

<sup>219</sup> A operação de proteção da capital ocorreu em 26 de agosto, com as tropas do Zimbábue desembarcando no aeroporto de Ndjili (Kinshasa), tomando posições na periferia e bombardeando as posições dos rebeldes. Entre estes havia um grupo de 7.000 ex-membros da Divisão Especial Presidencial de Mobutu, que preparavam sua vingança a Kabila (TURNER, 2002).

<sup>220</sup> Em 3 de agosto de 1998 três aviões foram sequestrados do aeroporto de Goma pelo exército ruandês e pousaram na base de Kitona com o comandante James Kabarebe a bordo. Em 6 de agosto, Kabarebe e seus homens tomaram Moanda e Banana, gerando preocupações a Kinshasa e movimentações diplomáticas regionais. Não obstante, os rebeldes apoiados por Ruanda continuavam a avançar. Em 13 de agosto, Kabarebe tomou a hidroelétrica Inga e cortou a energia de Kinshasa. Imediatamente, Kabila voou para Lubumbashi por segurança, temendo perder a capital. No dia 16 de agosto, rebeldes ocupavam Mbanza-Ngungu (a 130 km de Kinshasa), enquanto L. Kabila buscava apoio externo, garantido no dia seguinte. No dia 21 de agosto, tropas angolanas ingressavam na RDC vindas de Cabinda, fazendo com que a maioria das tropas rebeldes/ruandesas não somente recuassem das cidades conquistadas na ofensiva em direção a Kinshasa, mas desertassem do próprio oeste congolês.

<sup>221</sup> “Regardless of foreign government’s initial political interests, the cost of their campaigns resulted in their explicitly seeking to offset military expenses” (NEST, 2006b:40).

baseava em três pilares principais: (1) a atribuição de monopólios<sup>222</sup>, (2) a tomada direta e indireta de fundos de paraestatais e outras companhias privadas<sup>223</sup> e (3) a criação de *joint ventures* com companhias de países aliados a RDC<sup>224</sup>.

Quadro 9 – Interesses Externos e Internos na Segunda Guerra do Congo										
Beligerante	Café	Ouro	Coltão	Madeira	Diamantes	Cobre	Cobalto	Petróleo	Comércio	Estado
<b>Forças pró-RDC</b>	Governo RDC				*	*	*	*	*	*
	Governo Zimbábue				*					*
	Governo Angola				*					*
	Mai Mai		*	*		*			*	
<b>Forças anti-RDC</b>	Governo Ruanda	*	*	*	*				*	
	Governo Uganda	*	*	*	*	*			*	
	RCD-Goma	*	*	*	*				*	
	RCD-ML	*	*	*	*	*			*	
	MLC	*	*	*		*			*	

Fonte: NEST, 2007b; S/2001/357, 2001; S/2001/1072, 2001; S/2002/1146, 2002.  
 Autor: CASTELLANO, 2010 (adaptado de NEST, 2007b)

Neste último ponto, é relevante dizer que o Zimbábue era o país pertencente à aliança defensora que possuía maiores interesses econômicos na guerra. Esta realidade foi percebida pelo governo de Laurent Kabila e devidamente explorada.

Além do orçamento de defesa nacional do Zimbábue e de pagamentos diretos de entidades congolêsas ao governo de Mugabe, o financiamento do envolvimento do país na guerra foi baseado em *joint ventures* com empresas congolêsas – o que garantia altos rendimentos advindos da exploração de recursos naturais. O exemplo mais notório do caso foi a criação da empresa Sengamines. Trata-se de uma empresa resultante de uma *joint venture* entre duas companhias, uma associada a Kabila (COMIEX) e outra a Mugabe (OSLEG), formando a COSLEG<sup>225</sup>. Esta manobra tinha o intuito de auxiliar nos custos de guerra e logo se expandiu,

<sup>222</sup> Importa o rompimento do contrato de exclusividade de compra de diamantes por parte da De Beers em junho de 1998 e o subsequente acordo firmado em julho de 2000 entre o governo congolês e companhia israelense International Diamond Industries. O contrato acordava o pagamento de US\$20 milhões para o Congo em troca do monopólio da comercialização de diamantes. Além de recursos rápidos para o investimento em armamentos, a empresa serviria como uma via de acesso aos equipamentos militares e de inteligência do exército de Israel. Todavia, a empresa pagou somente US\$ 3 milhões ao Congo, nunca forneceu equipamento militar algum e contrabandeou US\$60 milhões em diamantes para Brazzaville, de onde os exportou – deixando os cofres congolêsos sem receber taxas de exportação (S/2001/1072, 2001:15)

<sup>223</sup> Os casos mais importantes foram: a aplicação de taxas parafiscais a companhias de petróleo, a apropriação desde agosto de 1998 de dois a três quintos das receitas da MIBA (até US\$4 milhões por venda) e a tomada de um terço dos lucros da Gecamines em 1999 e 2000. A maior parte dos recursos (quase 75%) o governo destinou a salários e bônus para combatentes congolêsos – o que não incluía a compra de armamentos e equipamentos.

<sup>224</sup> Está relacionado com o financiamento dos esforços de guerra de Zimbábue, Angola e Namíbia no Congo e os seus interesses econômicos na guerra.

<sup>225</sup> Em fins 1998, a companhia zimbabuana Operation Sovereign Legitimacy (OSLEG), controlada por altos oficiais e funcionários da área de defesa, fechou uma parceria com a COMIEX (empresa de Kabila e sua família, fundada na década de 1970) – criando a COSLEG. Por meio desta empresa o ZANU-PF passou a ter a possibilidade de



criando uma subsidiária da COSLEG, a Sengamines<sup>226</sup>. Esta empresa recebeu em fevereiro de 2000 grandes concessões de exploração de diamantes no Congo (S/2001/1072, 2001:10-11).

Outras articulações que garantiram os interesses dos parceiros do ZANU-PF foram: os bônus pagos aos soldados da ZNDF, a indicação do CEO zimbabuano Billy Rautenbach para o controle da Gecamines (estatal de cobre e cobalto)<sup>227</sup>, a concessão de cobalto e cobre em Kambove-Kakanda em fevereiro de 2001 para o grupo KMC de Rautenbach, a concessão dada a companhia do General zimbabuano Zvinavashe de serviços transporte para o provimento de alimentos ao exército congolês, e a concessão de direitos de mineração diretamente a Robert Mugabe. Por fim, Kabila doou ao Zimbábue 500.000 hectares de terras katanguesas para agricultura e pecuária (NEST, 2006b:50; DUNN, 2002:65).

Acordos de compensação econômica pelos esforços de guerra de Angola e Namíbia foram comparativamente reduzidos. No que diz respeito a Angola, não obstante seus interesses securitários prioritários – ambições econômicas também estavam em jogo na sua participação na guerra. Acordos entre o governo de Laurent Kabila e o de José Eduardo dos Santos, permitiram o estabelecimento de uma *joint venture* entre Sonangol (60%) e COMIEX (40%) para o fornecimento de gasolina a RDC e a exploração conjunta futura de petróleo na costa dos dois países. Além disso, o governo angolano “demandou compensações, na forma de concessão de diamantes, para despesas militares incorridas ao auxiliar o governo congolês” (NEST, 2006a:51. Tradução minha)<sup>228</sup>. No caso da Namíbia poucos são os indicadores, mas sabe-se que houve uma *joint venture* entre uma companhia namibiana chamada August 26 (com participação majoritária do Ministério da Defesa), a COMIEX e uma empresa norte-americana (S/2001/1072, 2001:19).

É importante também lembrar que os recursos naturais (principalmente minerais) congolezes foram fundamentais para o suporte financeiro das operações militares dos grupos agressores. Uganda e Ruanda intensificaram e expandiram os mecanismos da pilhagem iniciada durante a Primeira Guerra do Congo, dando-lhes mais racionalidade e sistematicidade.

explorar e comercializar minerais, madeira e outros recursos do Congo. Diversas concessões na região do Kasai foram passadas à empresa.

<sup>226</sup> Para viabilizar os negócios da COSLEG ambos os países tiveram de contratar a Oryx Natural Resources (de Thamer Al Shanfari), a qual forneceria expertise financeira e técnica. O resultado foi uma nova *joint venture* entre COSLEG e Oryx, criando a Oryx Zimcon, Ltda. Para esta empresa foram fornecidas minas e regiões de propriedade da MIBA. A exploração de duas das regiões mais ricas em diamantes, os depósitos de Tshibua e o rio Senga Senga, levou a necessidade de criação de uma nova *joint venture*, agora entre Oryx Zimcon e COSLEG, criando a Sengamines. No negócio, Oryx tinha 40% de participação, OSLEG 40% e COSLEG 20%. Mesmo mudanças posteriores na estrutura da Oryx não envolveram o rompimento das concessões e participações do governo do Zimbábue (S/2001/1072, 2001:10).

<sup>227</sup> Posteriormente, a empresa de Rautenbach, Ridgepointe Overseas Ltd. comprou a participação de 80% da Gecamines (DUNN, 2002).

<sup>228</sup> “[...] demanded compensation in the form of diamond concessions for military expenses it incurred assisting the DRC government” (NEST, 2006a:51)

Com o romper da guerra, a fase de pilhagem em massa dos recursos do país, ensaiada no conflito anterior, foi intensificada.<sup>229</sup> Entre setembro de 1998 e agosto de 1999, os estoques de produtos minerais, agropecuários e florestais foram drenados das zonas ocupadas por tropas estrangeiras e grupos rebeldes. Soldados burundianos, ruandeses, ugandeses e dos grupos *proxies* RCD-G e MLC, comandados por altos oficiais dos governos estrangeiros, pilharam fazendas, instalações de armazenamento, fábricas e bancos congolese.<sup>230</sup> O confisco direto de economias e propriedades de cidadãos congolese resultou no aumento do ressentimento frente a soldados estrangeiros e alguns grupos rebeldes.

Todavia, com a exaustão das possibilidades de pilhagem descontrolada, a exploração ilegal de recursos passou para uma fase mais sistemática. Esta fase envolvia a extração direta de recursos<sup>231</sup>, a imposição de monopólios comerciais e fixação de preços<sup>232</sup>, a construção de

---

<sup>229</sup> Cumpre ainda diferenciar o tipo de exploração econômica entre Uganda e Ruanda. Por parte do primeiro país a exploração ilegal de recursos naturais congolese era feita em termos mais privados – com oficiais se beneficiando da exploração mais do que o próprio Estado. No segundo caso, pode-se afirmar que havia uma política estatal de desvio dos recursos congolese. Sustenta a assertiva a criação de uma célula dentro do Ministério da Defesa ruandês, a chamada “Congo Desk”, para lidar com os recursos provenientes do país vizinho. Fontes afirmam que, em 1999, a unidade contribuiu com \$320 milhões, 80% do orçamento de defesa do país (S/2002/1146, 2002: 15; ARMBRUSTER, 2003).

<sup>230</sup> Dentre os casos mais notórios, tropas ruandesas e do RCD-G se apropriaram de 3.000 toneladas de cassiterita e 1.500 toneladas de coltan da SOMINKI (*Société minière et industrielle du Kivu*), estoques que representavam sete anos de produção. O General ugandês James Kazini, por seu turno, comandou em agosto de 1998 o roubo de pilhas de estoque de madeira das companhias *Amex-bois* e *La Forêtierre*; e em janeiro de 1999, com o auxílio de Jean-Pierre Bemba, passou a remover enormes quantidades de café da província Equateur, resultando na bancarrota da *Société congolaise du café*. Ademais, fábricas de açúcar foram pilhadas e seus equipamentos roubados pelo RCD, carros foram capturados e enviados para Uganda; grandes quantidades de dinheiro foram roubadas do Banco de Kisangani (entre 1 e 8 milhões de francos congolese) por soldados ruandeses e do RCD-G e do *Banque commerciale du Congo* (1,5 milhões de francos congolese) por Bemba (S/2001/357, 2001:8-10).

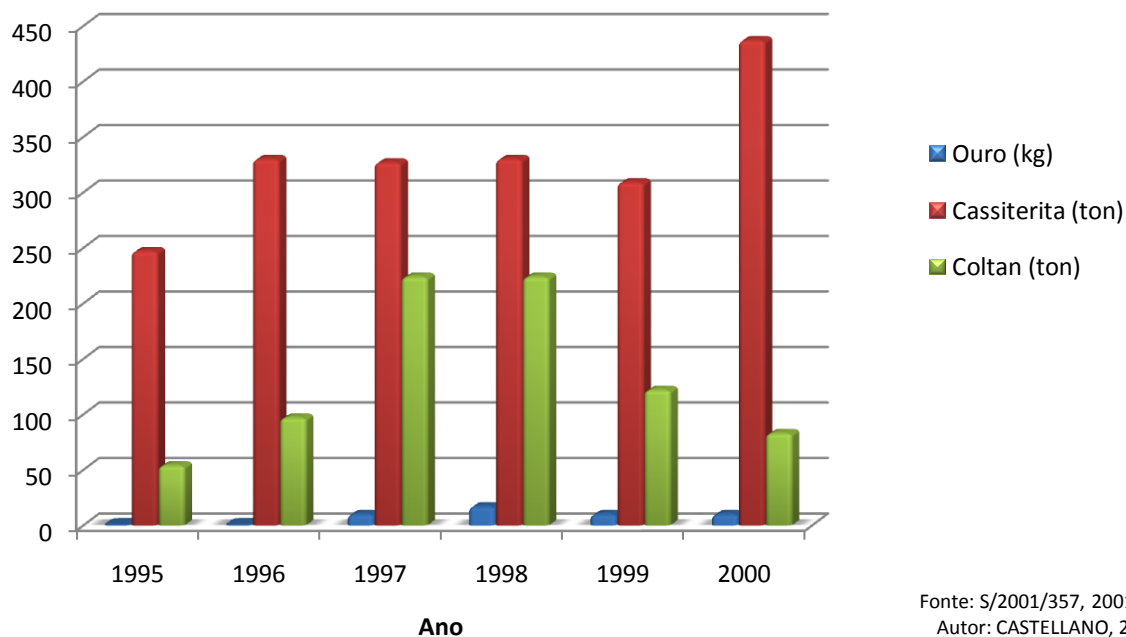
<sup>231</sup> No caso da extração direta de recursos pode-se citar a exploração ilegal de madeira da província de Orientale pela empresa ugandesa DARA-forest desde 1998 com parceria de tropas ugandesas e do RCD-ML, e de outras províncias por ruandeses e burundianos. No primeiro caso, a madeira (principalmente mogno) era exportado para Ásia, Europa e América do Norte desde o Quênia. A convivência de Uganda era tamanha que o Ministro de Águas, Terras e Florestas de Uganda tentou articular a obtenção de um certificado de procedência do produto extraído pela DARA. Em 2000 a DARA matinha uma média de 48.000 m<sup>3</sup> de madeira exportadas por ano (S/2001/357, 2001:11-12).

<sup>232</sup> A imposição de monopólios comerciais e fixação de preços podem ser exemplificadas nas ações de rebeldes e de tropas Ugandesas e Ruandesas no sentido de forçar empresários locais e estrangeiros a fecharem seus negócios, junto a pilhagens e explorações com vistas a ganhar o controle do comércio local. Isto possibilitou a entrada em massa de bens e produtos de toda a ordem vindos de Uganda, Ruanda e Burundi - como cigarros, bebidas e papéis-higiênicos, etc. - para os quais em geral estes países não pagavam impostos. Tropas de Uganda e Ruanda e seus aliados congolese também controlavam as economias locais impondo preços, condições de produção e controle de comércio para produtos agrícolas como café e óleo de palma; além de emitir em larga escala notas falsas do Franco congolês para comprar recursos naturais e implementar um sistema próprio de taxaço à população - burlando os impostos nacionais (S/2001/357, 2001:13).

estruturas administrativas<sup>233</sup> e o estabelecimento de empresas privadas e de uma rede de financiamento<sup>234</sup>.

Como resultado deste sistema, a exploração de recursos naturais congolese foi altamente intensificada em relação a Primeira Guerra do Congo. Isto pode se percebido principalmente no que concerne a exploração de ouro, diamantes e nióbio. As figuras abaixo sustentam o argumento:

**Figura 10 - Ruanda: Produção mineral, 1995-2000**

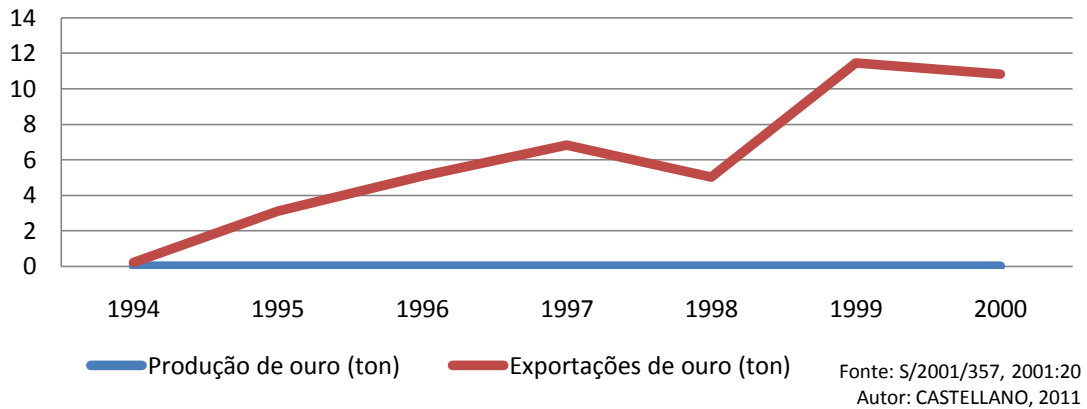


Fonte: S/2001/357, 2001:24  
Autor: CASTELLANO, 2011

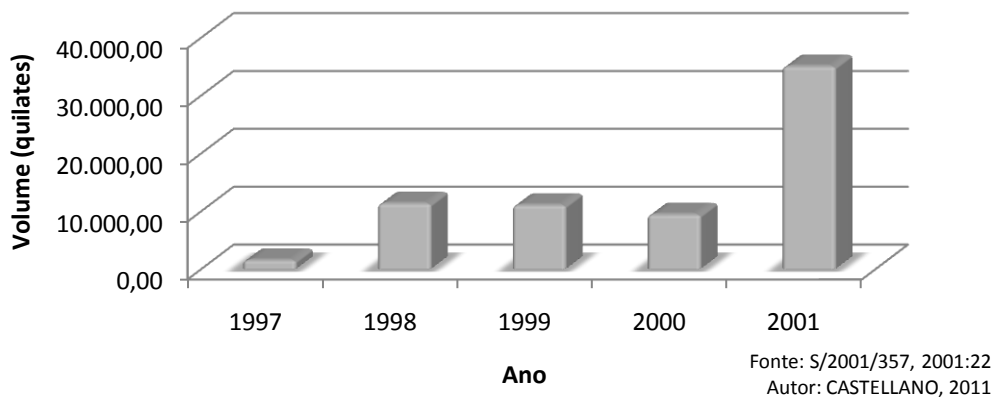
<sup>233</sup> A construção de estruturas administrativas foi feita para facilitar a exploração de recursos. Uganda e Ruanda apontavam autoridades direta e indiretamente em governos locais e regionais - os quais defendiam suas políticas. Como exemplo, Uganda indicou em junho de 1999 a governadora Adele Lotsove para a província de Ituri (a qual seria instrumento de controle e transferência de fundos para autoridades Ugandesas e da relocação de terras para os Hema favorecidos); e Ruanda assegurou o apontamento do aliado Gertrude Kitembo como governador de Maniema (S/2001/357, 2001).

<sup>234</sup> Pode-se citar o aumento de empresas áreas operando no Congo, as quais eram em geral Ugandesas e Ruandesas (seu corpo administrativo possuía links diretos com altas lideranças dos governos destes países) e permitiam o escoamento mais assegurado dos recursos naturais congolese; e a intensificação das operações de companhias privadas e bancos cada vez mais ligados aos países vizinhos. Neste caso, pode-se citar o movimento de transferência para Kigali de diretorias de bancos operantes no Congo, como o *Banque commerciale du Congo*, ou mesmo a intensificação das operações de bancos nacionais e estrangeiros no leste do país (relacionando-se fortemente com interesses externos), como a *Union des banques congolaises*, o *Banque commerciale du Rwanda*, o *Banque à la confiance d'or* (BANCOR) e o *Banque de commerce, du développement et d'industrie* (BCDI) (S/2001/357, 2001).

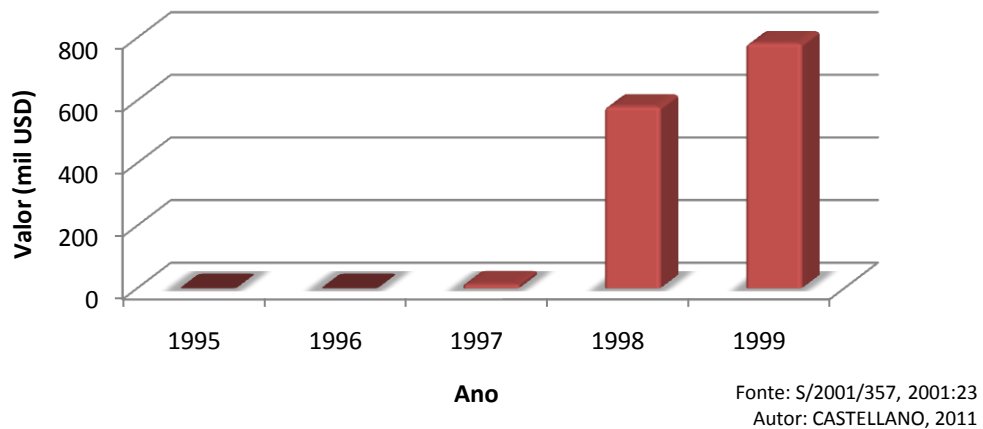
**Figura 11 - Uganda: Produção e exportação de ouro, 1994-2000**



**Figura 12 - Uganda: Exportação de diamante bruto, 1997-2000**



**Figura 13 - Uganda: Exportação de nióbio, 1995-1999**



A pilhagem de recursos naturais do país ocorreu de forma tão intensa e desgovernada que colaborou (1) para a demora das tropas externas se retirarem do país; (2) para a continuidade do conflito mesmo após o Acordo de Paz de Lusaka de 1999; e (3) para a agressão entre as próprias tropas de Uganda e Ruanda na disputa de zonas ricas em minérios.<sup>235</sup>

### *Como a guerra foi finalizada*

Esta guerra apresentou, todavia, uma grande diferença que influenciou na própria estrutura do Estado congolês: foi encerrada sem a definição militar do conflito. Os altos custos do conflito para ambos os lados e as pressões internacionais (notadamente atrasadas e modestas frente à guerra de agressão) para o estabelecimento de cessar-fogo levaram a assinatura do Acordo de Lusaka em 1999. O acordo previa a retirada das tropas estrangeiras, o estabelecimento de uma missão de paz da ONU (MONUC) e a abertura política mediante um Diálogo Intercongolês (DIC). De fato, Lusaka foi fundamental para a criação da Missão da ONU no Congo (MONUC) em 30 de novembro de 1999. Todavia, Laurent Kabila bloqueou todos os três processos buscando uma legítima, mas quixotesca, vitória militar na guerra - haja vista que o líder era completamente dependente das tropas aliadas e não tinha nada do que se poderia identificar como um exército nacional. A situação irritou inimigos e aliados e o impasse resultou em seu assassinato em 16 de janeiro de 2001 – demonstrando que a maldição de Lumumba parece permanecer viva até os dias atuais.<sup>236</sup>

Ao contrário do que se poderia supor, a subida de Joseph Kabila (filho de Laurent) em 24 de janeiro de 2001, articulada por Zimbábue e Angola, foi decisiva para o encerramento do conflito. As negociações em todo o ano de 2002 abriram o caminho para o cessar-fogo.

Apesar de avanços e retrocessos (vide quadro 10), o novo presidente detinha uma postura mais colaborativa, cedendo em pontos fundamentais para o estabelecimento do cessar-fogo. Assim, acordos entre os países e grupos beligerantes (acordos de Sun City, de Pretoria e de Luanda), resultaram no Acordo Global e Todo-Inclusivo de Paz, assinado na África do Sul em 2002. O pacto consolidou a saída das tropas de Uganda e Ruanda, recuperando simbolicamente a integridade do Congo. A Segunda Guerra do Congo se encerrou por completo em 2003, quando

---

<sup>235</sup> A guerra posterior, entre grupos apoiados por Ruanda (RCD-Goma) e os apoiados por Uganda (RCD-K/ML) na região rica em diamantes de Kisangani (2000 e 2002), deixa clara a preocupação dos vizinhos com o controle dos recursos congolezes. Após o conflito a ONU publicou documentos que confirmavam a apropriação indevida de recursos naturais por Ruanda e Uganda (S/2001/357, 2001; S/2001/1072, 2001; S/2002/1146, 2002).

<sup>236</sup> Sobre o assassinato, pouco se pode afirmar com certeza. Fato comprovado é que a execução foi levada a cabo em 16 de janeiro de 2001 em um escritório do Palácio Presidencial de Kinshasa por dos seguranças do presidente, Rashidi Kasereka. O assassino pertencia ao grupo de crianças-soldado (*kadogos*) combatente na Primeira Guerra do Congo e estreitamente ligado a Kabila. Imediatamente após o incidente, o assessor presidencial Coronel Eddy Kapend atirou no assassino a queima roupa. Além desses poucos detalhes há um caleidoscópio de versões sobre o incidente; nenhuma delas comprovadas (REYNTJENS, 2009). Dentre as principais, pode-se citar a que acusa os próprios kadogos de Kivu como seus executores e aquela que dá a Angola o papel de articuladora (PRUNIER, 2009:253-254).

em março, o DIC introduzia uma nova Constituição preliminar; em 2 de abril, todas as partes em conversações assinavam o acordo de paz; em 9 de abril, Kabila era mantido como presidente de transição (RCD-Goma rejeitou inicialmente); e em 30 de junho, o Governo de Transição e o Parlamento provisional eram estabelecidos.

### Quadro 10 – Segunda Guerra do Congo: Cronologia das tratativas de paz (2001-2002)

2001	
20-24 de agosto	Pré-diálogo em Gaboronne
15 de outubro	DIC oficialmente iniciado em Addis Ababa, mas rapidamente suspenso devido a falta de fundos e pouca disposição das partes.
20 de outubro	Decisão conjunta entre os grupos participantes de que o DIC seria reinagurado e restabelecido na África do Sul.
6 de dezembro	ONU media nova rodada de tratativas
2002	
1 de janeiro	Burundi anuncia a saída de tropas.
15 de janeiro	Encontro de Kabila com vários líderes rebeldes na cúpula da SADC em Malawi
25 de fevereiro	O DIC, acordado e previsto em Lusaka, se inicia em Sun City.
15 de março	<b>Kabila deixa as tratativas após RDC-Goma conquistar a cidade de Moliro com suporte de Ruanda em fevereiro.</b>
abril	Novo Diálogo em Sun City com o objetivo de apoiar o processo de paz. Oposição armada (MLC e RCD), oposição não armada, partidos políticos, sociedade civil organizada e governo fizeram parte do diálogo que durou 7 semanas. Mas desacordos quanto á divisão de responsabilidades e posições no governo e pressões de Ruanda fizeram com o RCD rejeitasse o acordo. O governo entrou em acordo com MLC e o RCD aliou-se a grupos da oposição política congolese.
junho	Kigali pressionada internacionalmente, pelos EUA em particular, mudou sua política para o Congo.
30 de julho	<b>Acordo entre Ruanda e Congo assinado em Pretoria</b> , mediado pela África do Sul. Por este, Ruanda tinha de deixar o Congo e Kinshasa tinha de desarmar e dismantelar ex-FAR e Interahamwe em 90 dias, extraditando os rebeldes ruandeses para África do Sul.
16 de agosto	Uganda consente na retirada completa de suas tropas.
agosto	UPC toma Bunia com o apoio de Uganda.
6 de setembro	<b>Acordo entre Congo e Uganda assinado em Luanda.</b>
setembro	Ruanda oficialmente retira tropas da RDC.
14 de outubro	Interahamwe conquista a importante cidade de Uvira, depois retomada pelo RCD-Goma.
novembro	Batalhas entre RCD-K/ML e RCD-N.
06 de dezembro	Kabila, MLC e RCD-Goma concluem acordo sobre a participação dos últimos no governo. Rebeldes RCD-N e RCD-K/ML preenchem parcialmente o vácuo deixado pela UPDF.
17 de dezembro	Assinado o Acordo Todo-Inclusivo de Paz em Pretória. Decisão final sobre o estabelecimento de um governo de transição, para existir durante 2 anos, arregimentando membros de todos os grupos rebeldes.
23 de dezembro	Nova luta entre MLC, RCD-N e RCD-K/ML

**Notas:** Linhas em laranja indicam retrocessos nas tratativas de paz.  
**Fontes:** HIIK, 2002, 2003; IISS, 2001, 2002, 2003; PRUNIER, 2009; REYNTJENS, 2009; ICG, 2002.  
**Autor:** CASTELLANO, 2011.

No que tange às consequências dos acordos de paz, por um lado, tiveram um efeito positivo na economia: crescimento pela primeira vez em 13 anos, além do fortalecimento nas finanças públicas e retorno aos procedimentos normais do orçamento (IISS, 2003:323). Por outro, as inconsistências intrínsecas do Acordo de Pretória anunciavam a instabilidade que estava por vir: (i) instituía arranjos amplos de *power-sharing* entre beligerantes e pouca participação da sociedade civil (ou seja, recompensava os que haviam pego em armas); (ii) estabelecia um governo composto por um bando de saqueadores; e (iii) dividia a administração do país entre rebeldes predadores e servidores corruptos (PRUNIER, 2009:277).<sup>237</sup>

<sup>237</sup> Todavia, pode-se dizer que a postura de J. Kabila tentava superar estas dificuldades. Enfrentava diretamente problemas econômicos a partir de duas prioridades: a regulação da mineração (junção princípios estatistas e

Assim, como a Segunda Guerra do Congo tratou-se também de uma guerra civil, a indefinição militar deste conflito implicou na falta de monopólio dos meios coercitivos por parte do Estado (inefetividade da coerção interna) e em incentivos para a continuidade de conflitos dentro deste.

### 4.3 O Estado em Joseph Kabila (2003-....)

O Estado congolês herdeiro da Segunda Guerra do Congo foi diretamente condicionado pelas características particulares deste conflito. A dependência das forças armadas estrangeiras durante a guerra contribuiu, novamente, para a incapacidade do Estado em prover segurança externa para seus cidadãos. Desde o fim dos conflitos, invasões de Ruanda e Uganda ao território congolês foram freqüentes e só cessaram com a declaração de Angola em agosto de 2006 de que 30.000 tropas estavam preparadas na região de Cabinda para serem utilizadas contra qualquer invasão Ruandesa (STRAFOR, 2006).

#### *A Esfera Coercitiva*

A esfera coercitiva do Estado congolês após a Segunda Guerra do Congo manteve o padrão histórico de insuficiência. Todavia, além da tradicional incapacidade coercitiva externa, a esfera coercitiva interna foi prejudicada pela inclusão de grupos beligerantes nas instituições de transição e a continuidade das operações de grupos insurgentes dentro do país. Além disso, esses grupos armados continuam valendo-se, em geral, de um sistema bem estruturado de exploração de enclaves mineradores como forma de financiar suas operações militares. Como fator agravante as forças de segurança são mal treinadas mesmo com esforços empreendidos para a sua reforma.

#### *A coerção interna e externa*

No que tange à coerção interna, apesar de a Segunda Guerra do Congo ser considerada, em parte, uma guerra civil – a recorrente especialização das forças de segurança com relação à repressão interna não ocorreu.

Com relação aos **grupos internos nacionais**, em um primeiro momento (após o cessar fogo de 2003) houve a emergência do conflito na região de Ituri envolvendo, mormente, etnias Lendu (FNI - *Front des Nationalistes et Integrationnistes*) e Hema (UPC - *Union des Patriotes Congolais*)<sup>238</sup>, enquanto que forças Mai Mai continuavam a lutar contra grupos de origem

---

liberais); e a limpeza de custos parasitas (limpar o ambiente administrativo). Estas políticas garantiram uma nova credibilidade e o reinício do apoio internacional ao país.

<sup>238</sup> O conflito armado entre as milícias de Ituri já fazia parte do teatro de operações da Segunda Guerra do Congo. Todavia, com a retirada das tropas Ugandesas da região em março de 2003, a situação saiu do controle das forças uruguaías da MONUC, as quais perderam a cidade de Bunia (capital da província) para o grupo UPC. A situação

ruandesa (principalmente os *Banyamulenge*) – o que contribuiu para uma grave crise na região de Kivu logo após o fim da guerra. Já em um segundo período (após 2007), o grupo CNDP foi o foco das atenções<sup>239</sup>. Atualmente, há novas ameaças surgidas com os conflitos armados por direitos à agricultura e à pesca entre etnias Enyelle e Munzaya (desde o final de 2009)<sup>240</sup> e a criação da Aliança para Salvaguarda dos Acordos de Paz de Goma (início de 2010)<sup>241</sup>.

No que tange aos **grupos internos estrangeiros**, os principais rebeldes armados, operantes desde a Segunda Guerra, são os Hutu da milícia Interahamwe e ex-FAR organizados sobre a forma das FDLR<sup>242</sup>. O segundo principal grupo de guerrilheiros estrangeiros que atua na RDC é o LRA<sup>243</sup> - que opera no nordeste do país e tem como alvo central o governo de Museveni em Uganda (HRW, 2009c).

Ademais, a incapacidade do Estado em prover segurança interna é demonstrada nos indicadores de mortalidade do país, que, como apresentado na introdução desta dissertação, contabilizam mais de 1.000 mortes ao dia, de causas direta ou indiretamente relacionadas com os conflitos armados (IRC, 2007; BAVIER, 2008).

justificou o retorno das tropas de Uganda para a região. O imbróglio levou ao estabelecimento de uma operação de imposição de paz pela União Européia (Operação Artemis) em 12 de junho – a qual retomou o controle da capital e a repassou para a MONUC. Todavia, mesmo após a estabilização da capital e as políticas de integração das milícias de Ituri nas FARDC, a região se manteve instável e repleta de conflagrações até pelo menos 2008 – ano em que houve a captura de diversos líderes guerrilheiros da região por parte da Corte Penal Internacional. Dentre eles, pode-se citar Thomas Lubanga, líder da UPC.

<sup>239</sup> **CNDP** - *Congresso Congrès National pour la Défense du Peuple*. Laurent Nkunda, ex-oficial da RCD-Goma que, após ter sido incorporado ao exército congolês no governo transnacional de 2003 (como Coronel e, depois, General), rejeitou sua autoridade e formou um novo grupo com antigos aliados Tutsi. As tropas de Nkunda obtiveram, em 2007, o controle dos territórios de Masisi e Rutshuru em Nord Kivu – estabelecendo uma organização política, o CNDP. Em outubro de 2008, Nkunda, que possuía ligações com o governo ruandês, liderou rebeldes Tutsi em direção à cidade de Goma, em oposição as FARDC, a MONUC e as FDLR. As dificuldades de Nkunda em ultrapassar as tropas inimigas levaram o líder rebelde a negociar o cessar-fogo junto ao governo central em novembro de 2008. Em janeiro de 2009, Nkunda foi preso pelo exército de Ruanda e em março o novo líder do CNDP, Bosco Ntaganda, assinou um acordo de paz com o governo que fez com que mais de 12.000 combatentes ingressassem no exército.

<sup>240</sup> Em 2009, nos confrontos entre os dois grupos, houve 270 mortos e mais de 100.000 pessoas foram deslocadas. Os conflitos na região de Mbandaka (capital da província de Equateur) se repetiram em 4 de abril de 2010, quando o grupo Enyele insurgiu-se isolando o aeroporto da cidade. Dois soldados das forças do MONUC morreram ao tentarem auxiliar na liberação do aeroporto. Durante todo o de 2010, nem medicamentos, nem alimentos tinham acesso garantido à cidade (IRIN, 2010; RFI, 2010a).

<sup>241</sup> A Aliança para a Salvaguarda dos Acordos de Paz de Goma reúne 17 grupos armados, dentre eles o CNDP e forças Mai Mai. Estes grupos ameaçam a voltar à guerra se o governo não respeitar de uma vez por todas o cessar-fogo de março 2009, que desmobilizou os grupos armados, inclusive o CNDP. O governo diz que as manifestações são insignificantes e que o acordo funciona bem (RFI, 2010b).

<sup>242</sup> **FDLR** - *Forces Démocratiques de la Libération du Rwanda*. Alguns de seus líderes participaram do genocídio de Ruanda em 1994 e fugiram para o Congo. Estima-se que o grupo tenha 6.000 combatentes que atuam contra *banyamulenge* na fronteira leste. A FDLR era aliada do governo da RDC até o acordo de fins de 2008 entre esta e Ruanda, a qual se comprometeu em prender Laurent Nkunda e cessar seu apoio ao CNDP em troca do apoio congolês contra a FDLR (ICG, 2009; HRW, 2009).

<sup>243</sup> **LRA** - *Lord's Resistance Army*. Grupo rebelde ugandês que chegou no Congo durante a segunda guerra do país, apoiado pelo Sudão, mas que se fixou somente em 2005 com a sua expulsão de Uganda. Estabeleceu bases na fronteira com o Sudão (Parque Nacional Garamba). Estima-se que tenha entre 500 e 3.000 combatentes (HRW, 2009; ISN, 2009), dentre os quais grande parte é composta por crianças-soldado.



Retornando ao foco principal desta seção, como apresentado na introdução deste trabalho, o quadro de incapacidade de prover segurança interna e de proteger as riquezas naturais nacionais parece ocorrer por duas razões principais. A primeira relaciona-se aos grupos armados nacionais e a segunda, aos estrangeiros.

Em relação aos grupos nacionais, cumpre salientar que estes foram inseridos automaticamente (pelos mecanismos do Acordo Todo-Inclusivo de Paz) nas instituições estatais (forças armadas, burocracia e sistema político) e no sistema político a partir de mecanismos de *power-sharing*. Este processo (a) gerou incentivos para o surgimento de novos grupos armados que reivindicavam inclusão e ganhos políticos<sup>244</sup> e para a luta armada de grupos e atores já inseridos no sistema visando novas reivindicações<sup>245</sup>; e (b) contribuiu para a cristalização de diferenças étnicas não primordiais<sup>246</sup>. Neste caso, além de o Estado congolês não possuir o monopólio do poder coercitivo – seus instrumentos de integração atuam de forma a adiar a sua obtenção e a dissolver o poder político-militar escasso que ainda possui.

No que concerne aos grupos estrangeiros, não houve acordo de paz algum para o cessar-fogo dessas guerrilhas. Elas não participaram do Acordo de Lusaka nem do Diálogo Intercongolês, muito menos do resultante Acordo Todo-Inclusivo de Paz. Ao mesmo tempo em que estes grupos continuam em situação de guerra, o Estado congolês não possui mecanismos suficientes para reprimi-los. De fato, desde o Acordo do Lusaka (1999), um pacto tácito ficou firmado entre as forças combatentes da Segunda Guerra do Congo de que a MONUC seria responsável pelas tarefas de desmobilização, desarmamento, repatriamento, reintegração e reassentamento (DDRRR) dos grupos armados estrangeiros em guerra no país (SWARBRICK, 2004). Todavia, a demora do Conselho de Segurança das Nações Unidas em estabelecer um mandato impositivo e que pudesse dar competência à MONUC (hoje MONUSCO) para esta matéria, permitiu o fortalecimento desses grupos operantes no leste e a continuidade do ciclo de mortes que não se encerrou com o fim formal das hostilidades.<sup>247</sup>

---

<sup>244</sup> É o caso dos conflitos já mencionados entre os grupos Enyelle e Munzaya, de fins de 2009 e do início de 2010, que apelavam para as armas para adquirir direitos à agricultura e à pesca.

<sup>245</sup> Este é o exemplo do CNDP, que foi liderado por um General já inserido no novo arranjo do exército congolês, Laurent Nkunda, o qual reivindicava a supressão completa do grupo FDLR e era apoiado e incentivado por Ruanda.

<sup>246</sup> Trata-se do caso dos grupos xenófobos Mai Mai que se dizem autênticos congoleses e se tornam cada vez mais politicamente diferenciados de outros grupos étnicos – o que não ocorria anteriormente.

<sup>247</sup> Inicialmente, mandatos limitados emitidos pelo CSNU davam a possibilidade de a MONUC desarmar os beligerantes externos somente se estes cooperassem de forma voluntária. Entretanto, ao contrário dos casos de Angola, Serra Leoa, Moçambique e Camboja, na RDC as guerrilhas estrangeiras não foram signatárias do cessar-fogo. Ou seja, na prática ainda estavam em guerra e não iriam concordar com o desarmamento voluntário (SWARBRICK, 2004). O resultado foi a permanência no país de grupos armados estrangeiros mesmo após a retirada das forças armadas dos países beligerantes. Somente após a resolução 1493 de 2003 é que a MONUC passou a cooperar com as ações ofensivas do governo congolês para o DDRRR – as quais na prática só foram ocorrer efetivamente a partir de 2009.

Mesmo com o estabelecimento de um mandato impositivo a partir de 2003 (resolução 1493), a MONUSCO depende das tropas congoleesas para realizar qualquer operação de DDRR. Ou seja, as expectativas de que a ONU pudesse realizar por si só o processo de DDRR dos grupos não foram correspondidas.<sup>248</sup> E muito provavelmente não serão. Cabe, enfim, ao Estado congolês liderar o processo a partir de suas próprias forças armadas ou com missões integradas junto a países vizinhos. O sucesso do DDRR a partir das próprias Forças Armadas congoleesas ainda não pôde ser alcançado – principalmente pela incapacidade militar do país resultante da dependência militar externa (principalmente logística) e da falta de um comando efetivo, devido à integração de tropas inimigas às FARDC (*Forces Armées de la République Démocratique du Congo*).

### *O financiamento dos grupos*

Um fator agravante que possibilitou, e continua possibilitando em alguns casos, a continuidade das operações de grupos armados dentro do território congolês é o controle da extração e do comércio ilegais de recursos naturais de enclaves no leste do país.

O primeiro grande problema relacionado à exploração ilegal de recursos congoleeses por guerrilhas no período do governo Joseph Kabila se situou na província de Ituri e no grande potencial de ouro da região. Com as concessões minerais sendo redistribuídas em 2002, a exploração do ouro de Ituri – administrada pela paraestatal OKIMO (*Office des Mines d'Or de Kilo-Moto*) – foi levada a cabo por grupos privados (companhias ou indivíduos) que acabaram entrando em acordo com grupos armados atuantes na região, financiando direta ou indiretamente a compra de armas e abusos aos direitos humanos.<sup>249</sup> Outro tipo de exploração econômica do ouro de Ituri ocorria a partir da extração artesanal do produto em diversas subregiões e minas controladas por grupos rebeldes. Este ouro era em geral transportado por companhias aéreas controladas pelas guerrilhas para centros de distribuição ainda em Ituri (como Butembo e

---

<sup>248</sup> Como exemplo da inação da MONUSCO frente ao grupos rebeldes, tem-se que entre 30 de julho e 2 de agosto de 2010, tropas rebeldes massacraram e estupraram mais de 300 civis, na região de Walikale (Nord Kivu), à apenas 32 km de distância de uma das bases militares das MONUSCO (BBC, 2010; ALL AFRICA, 2010).

<sup>249</sup> O caso mais polêmico é o do grupo AngloGold Ashanti – resultado de uma *joint venture* entre Ashanti Goldfields Ltd. e AngloGold Ltd.. O grupo recebeu em 1996 direitos do governo de Laurent Kabila para a exploração da concessão 40 da OKIMO. A concessão foi renovada em 3 de junho 2000 com o estabelecimento de uma *joint venture* entre a companhia e a OKIMO, criando a Ashanti Goldfields Kilo s.a.r.l.(AGK). Devido à ambição de extrair o mais rápido possível o ouro de Ituri, a companhia percebeu que o Governo de Transição da RDC só possuía o controle formal da região. O controle na prática estava sob o grupo FNI de Floribert Njabu. Assim, com ciência e aprovação do então primeiro-ministro Jean-Pierre Bemba, o grupo passou a contatar Njabu – quem, mediante a troca de diversos favores (propina, pagamentos, assistência com transporte e logística e defesa dos interesses da FNI junto a autoridades locais), permitiu que a AGK extraísse o ouro da rica região de Mongbwalu. Sabe-se que a aliança entre AngloGold Ashanti e o FNI gerou recursos para este grupo – o qual os utilizou para a compra de armas e para financiar operações militares que envolviam abusos e massacres de povos Hema – e deu renovada credibilidade para suas lideranças (HRW, 2005). As práticas se estenderam desde 2000, e somente sinalizaram uma redução após a publicação do relatório do Human Rights Watch em 2005, intitulado *The Curse of Gold* (HRW, 2005a).

Ariwara), onde era negociado e direcionado para o mercado de Uganda sem gerar qualquer renda ou taxa para o governo da RDC.<sup>250</sup>

Outro grupo que continua a explorar extensivamente os recursos naturais congolese após a Segunda Guerra do Congo é as FDLR. Os rebeldes ruandeses controlaram diversas zonas de mineração nas regiões de Nord e Sud Kivu desde 2003<sup>251</sup> e só foram relativamente desmobilizados recentemente, mediante operações militares incisivas das FARDC com auxílio das tropas de Ruanda ou da MONUC.<sup>252</sup> O grupo explorou (e explora) vastas reservas de ouro, cassiterita e coltan da região, mediante uma rede bem montada, que possibilita a chegada dos recursos a compradores extracontinentais.<sup>253</sup> Suas ações interferem em diferentes etapas do ciclo de exploração do produto.<sup>254</sup> Além disso, com a complexificação do negócio, a exploração de recursos naturais passou a ser a atividade primária do grupo, em detrimento de suas pretensões políticas<sup>255</sup>. O caso está diretamente relacionado com a teoria de Jeffrey Herbst que relacionou a prática de priorização da exploração de recursos naturais por grupos armados – ao invés do foco exclusivo na tomada de poder – com casos em que a autoridade estatal é reduzida (HERBST, 2000b). Pode-se dizer ainda que a participação de atores que pertencem ao ciclo de exploração de recursos naturais comandado pelas FDLR tem se tornado cada vez mais regular. Cada vez

<sup>250</sup> No país vizinho, por intermédio de comerciantes locais, o ouro chegava a grandes empresas de exportação, como a Uganda Commercial Impex Ltd e a Machanga Ltd. A partir daí o valioso produto que financiava a guerra e os massacres de Ituri era reexportado para Suíça, África do Sul e Dubai – onde se transformaria em artigos de luxo.

<sup>251</sup> Mais especificamente, em 2007, as FDLR controlavam mais de 50% do comércio de minerais em Kivu (MERCIER, 2009:14)

<sup>252</sup> Se a operação conjunta entre RDC e Ruanda contra as FDLR (Umoja Wetu) manteve intocadas as minas de Sud Kivu controladas pelas forças rebeldes; as operações militares Kimia II e Amani Leo dificultaram o controle de atividades econômicas (principalmente a mineração) por parte de líderes das FDLR (S/2009/623, 2009; S/2009/253, 2009). Todavia, em Sud Kivu (sobretudo, no território de Fizi), o grupo entrou em cooperação com forças Mai Mai descontentes com o processo de integração e estabeleceu divisão de lucros em atividades mineradoras (S/2010/252, 2010).

<sup>253</sup> A grande maioria da exploração de recursos naturais nos Kivus se dá de forma artesanal - o que facilita o acesso a estes recursos. Os minerais possuem um ciclo próprio de exploração, formado por *creusers* (extratores), *négociants* (compradores intermediários) and *comptoirs* (negociantes encarregados da exportação). Posteriormente, o trânsito é feito via Uganda, Ruanda e Burundi, e a saída do produto dá-se via portos de Mombasa (Quênia) ou Dar es Salaam (Tanzânia), da onde os minérios partem para Ásia e Europa (MERCIER, 2009:16).

<sup>254</sup> As FDLR atuam: (i) no comércio, correspondendo a 75% das receitas do grupo (o que equivale a alguns milhões de dólares); (ii) no controle do acesso a minas, taxando a produção de cada extrator local (no caso da cassiterita, o explorador tem de doar um quilo do produto ou o equivalente em dinheiro a cada semana para as FDLR, sob pena de prisão ou tortura); (iii) no controle do comércio de terceiros, taxando compradores intermediários que vem para comprar minerais dos extratores; (iv) no controle do transporte de minerais, mediante barreiras em estradas (principalmente nos eixos Kigulube-Bukavu e Shabunda-Bukavu) - o que leva *comptoirs* a utilizarem cada vez mais o transporte aéreo; a extração própria de minérios; e (v) na cobrança de serviços de segurança, impondo taxa a empresas que se instalam na região controlada pelo grupo em troca de "segurança" (S/2008/773, 2008; GW, 2009).

<sup>255</sup> A ONG belga Groupe de recherche et d'information sur la paix et la sécurité (GRIP) resume com precisão a situação em que os meios excederam os fins: "A exploração de recursos e o enriquecimento pessoal parece terem se tornado mais importantes para as FDLR do que as suas motivações políticas originais. De fato, o controle das minas parece representar um fim em si mesmo e não mais um meio para financiar um combate político e militar" (MERCIER, 2009:15. Tradução minha).

mais os membros do ciclo de exploração dos recursos congolese, juntamente com grandes grupos importadores estrangeiros, participam do enriquecimento das FDLR.<sup>256</sup>

A exploração de recursos congolese também foi realizada pelo grupo rebelde CNDP. Antes de ser desmobilizado, este grupo mantinha uma estrutura de financiamento muito semelhante a das FDLR.<sup>257</sup> Nos dias atuais, mesmo com a integração nas FARDC em 2009, o grupo manteve cadeias paralelas de comando militar e político sobre diversas áreas mineradoras nas províncias de Kivu e Maniema (S/2009/623, 2009:4). A situação sugere os resultados nocivos para a economia nacional advindos do processo de integração automática de beligerantes nas forças armadas e da falta de um projeto efetivo para a construção do exército nacional. A falta de controle e a pulverização das forças fazem com que grupos dentro das próprias FARDC sejam responsáveis pelo tráfico ilegal de recursos e a pilhagem das riquezas nacionais.

Apesar do quadro grave, novas iniciativas de J Kabila vão de encontro à exploração ilegal de recursos naturais no leste do país. Em 9 de setembro de 2010, o presidente anunciou o banimento da mineração, do processamento e do comércio de minerais em Nord Kivu, Sud Kivu e Maniema - em um esforço para acabar com as atividades mineradoras ilegais (S/2010/512, 2010:4).<sup>258</sup> Outra ação neste mesmo sentido é o estabelecimento de contadores (fiscalizadores) do comércio da exportação mineral no leste da RDC (PRENDERGAST, 2010).

Demais iniciativas em curso são as ações de diversas empresas internacionais do setor eletrônico, frente a pressões de ONGs internacionais, em direção a maior transparência em seus canais de fornecimento, dentro das iniciativas do GeSI (*Global e-Sustainability Initiative*) e da EICC (*Electronic Industry Citizenship Coalition*). Cita-se também a importante lei norte-americana *The Congo Conflict Minerals Act* aprovada em 2010, que estabelece que todas as companhias norte-americanas registradas em bolsa de valores devem mencionar a origem de seus fornecedores de minérios e as que mantiverem negócios com fornecedores da RDC (ou de países vizinhos) devem rastrear a origem dos minérios adquiridos (PRENDERGAST, 2010). Há

---

<sup>256</sup> Compras de minérios em zonas controladas pelo grupo são realizadas regularmente por negociantes que são muitas vezes ligados a um único *comptoir* - pelo qual é pré-financiado (estabelecendo-se relações quase empregatícias ou de exclusividade de trabalho) (S/2009/253, 2009:22). Por sua vez, alguns *comptoirs* possuem vínculos regulares com companhias estrangeiras - as quais também pré-financiam suas atividades. Neste caso incluem-se três importadores principais: as companhias Traxys (Bélgica), Afrimex (Grã-Bretanha) e THAISARCO (Tailândia). A última companhia fabrica componentes eletrônicos utilizados em produtos Microsoft, Samsung, Motorola e LG (S/2008/773, 2008).

<sup>257</sup> O CNDP obtinha recursos mediante taxas administrativas em áreas sob o seu controle, sobretudo em Nord Kivu. Dentre as receitas, tem-se: taxas sobre alimentos, taxas sobre carvão, taxas sobre circulação de carros nas principais rotas controladas pelo grupo (Sake-Masisi e Sake-Mweso), taxas sobre proteção de territórios e taxas aduaneiras. Havia ainda os rendimentos relativos aos recursos naturais propriamente ditos. Taxas eram cobradas sobre os concessionários e seus *comptoirs* na exploração de coltan. Outra forma de rendimento era a extração direta de minérios, mormente o coltan. Concessionários eram cooptados a fornecer parte de suas concessões de exploração e os produtos eram vendidos principalmente à *comptoir* MUNSAD em Goma, conhecida por ter fortes laços com o grupo.

<sup>258</sup> Esforço anterior de suspender as atividades minerais no leste já havia ocorrido em junho de 2009.

também a *Conférence internationale sur la Région des Grands Lacs* (CIRGL), uma iniciativa regional contra a exploração ilegal de recursos naturais da região, a qual está em processo de criação de uma certificação regional de minérios à imagem da feita para diamantes no Processo de Kimberley (2003). Por fim, o CSNU tem percebido a necessidade de ações mais efetivas da MONUSCO para “utilizar as suas capacidades de monitoramento e inspeção para bloquear a provisão de suporte derivado de comércio ilícito de recursos naturais para grupos armados ilegais” (S/RES/1856, 2008:5. Tradução minha).<sup>259</sup>

#### *A estrutura das FARDC*

A precária organização das forças militares da RDC contribui para a continuidade da atuação de grupos armados e a exploração ilegal de recursos naturais por parte dos beligerantes e de soldados nacionais (GW, 2009). As FARDC foram reestruturadas a partir do DIC e do Acordo Global e Todo-Inclusivo de Paz de 2002, adotado em 2003, nas vésperas do lançamento do Governo de Transição (2003-2007). O princípio básico foi a organização de Forças Armadas novas e integradas, as *Forces Armées de la République Démocratique du Congo* (FARDC), inauguradas em setembro de 2003. A partir de sua formação, as FARDC foram divididas em três comandos preexistentes<sup>260</sup>, 10 regiões militares<sup>261</sup> e integrada com os cinco grupos insurgentes principais da Segunda Guerra do Congo<sup>262</sup>. Em essência, as tropas do governo e dos antigos grupos rebeldes continuaram controlando o território sob sua ocupação (*mixage*)<sup>263</sup>, mas com o envolvimento de outras facções e gradualmente se integrando às estruturas estatais (JANES, 2009). A base institucional do processo de integração das Forças Armadas foi dada pela Estrutura Militar de Integração (*Structure Militaire d'Intégration* - SMI), estabelecida em 2004, a partir do lançamento do Programa Nacional de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (PNDDR).<sup>264</sup> O comando das forças também foi inicialmente repartido entre os grupos

<sup>259</sup> “use its monitoring and inspection capacities to curtail the provision of support to illegal armed groups derived from illicit trade in natural resources” (S/RES/1856, 2008:5).

<sup>260</sup> Há três comandos para as Forças: Leste (incluindo o nordeste), Sul (sul e oeste) e Central (Kinshasa e arredores).

<sup>261</sup> As 10 regiões militares eram: 1 - Bandundu; 2 - Bas-Congo; 3 - Équateur; 4 - Kasai-Occidental; 5 - Kasai-Oriental; 6 - Katanga; 7 - Maniema; 8 - Nord-Kivu; 9 - Orientale; 10 - Sud-Kivu.

<sup>262</sup> Os cinco grupos eram o RCD-Goma, o MLC, o RCD-K/ML, o RCD-N e as guerrilhas Mai Mai. O contingente dos primeiros três grupos está expresso no quadro 8 deste trabalho (p. 118). No que tange ao RCD-N, a maior parte das fontes identificam um número reduzido de tropas, haja vista que o movimento se valia, sobretudo, do contingente militar do MLC (ICG, 2006:15; S/2004/573, 2004:50; HRW, 2003:15). Já os grupos Mai Mai somavam até 40.000 (ICG, 2006:15). Posteriormente foram incluídos, a partir de um acordo de paz de Dar es Salam em 2003, os grupos beligerantes nos conflitos armados da região de Ituri. Estes compunham entre 15 e 50 mil tropas. Ademais, as antigas FAC também tiveram de ser integradas nas novas FARDC. Possuíam uma força declarada de 100-120.000 homens, apesar de alguns analistas argumentarem que metade dessas forças eram soldados “fantasmas” (ICG, 2006:14).

<sup>263</sup> Na *mixage* ex-rebeldes são colocados com outras tropas, mas suas unidades não são dissolvidas, apenas justapostas. Na *brassage* eles são individualmente misturados e redistribuídos geograficamente.

<sup>264</sup> O coordenador do SMI tem como função a gestão da reconstrução de um exército nacional reestruturado e integrado, atuando com auxílio de delegados da Missão Europeia EUSEC e da MONUSCO (FR, 2006).

beligerantes principais. Posteriormente, após a vitória nas eleições de 2006, J. Kabila estreitou seu controle sobre as FARDC.<sup>265</sup>

As forças terrestres possuem atualmente 151.251 homens, sobretudo de infantaria, tendo experimentado um crescimento de 233,41% desde 2007 – graças à integração de guerrilhas no leste e da antiga GSSP, agora Guarda Republicana (*Garde Républicaine* - GR) (IISS, 2006, 2007, 2008 e 2010). As forças aéreas e navais continuam reduzidas. A Força Aérea possui cerca de 2.500 homens com poucas capacidades e a Força Naval possui cerca de 8.000 homens (IISS, 2010; FR, 2006). Por fim, importa ressaltar que o recrutamento das FARDC é feito em bases voluntárias; não há o instituto da conscrição.<sup>266</sup>

Um dos motivos da incapacidade das forças de segurança é que J. Kabila manteve uma posição de desconfiança frente às forças de segurança do Estado, principalmente devido ao fato de seu pai ter sido assassinado por um complô vindo de dentro destas estruturas. Destarte, assim como L. Kabila e Mobutu, não incentivou o fortalecimento de estruturas concorrentes (exército) e blindou-se frente estas forças, reforçando o poder e o tamanho da guarda presidencial (GSSP)<sup>267</sup> e centralizando o comando da maior parte das forças de segurança no escritório militar presidencial (*Maison militaire*).<sup>268</sup> A ANR também continuou sendo outro meio de blindagem frente a grupos pouco confiáveis dentro das forças de segurança e à oposição política.

Outro motivo para a precariedade das FARDC diz respeito aos recursos para elas direcionados. De acordo com os dados disponíveis, mesmo em período de conflitos armados o gasto em defesa do Congo nunca chegou a mais de 2,4% do PIB (dado relativo a 2006) enquanto que em 1998, ano do início da Segunda Guerra do Congo quando o país foi invadido, a RDC foi o país que apresentou o menor gasto relativo em defesa da África Subsaariana (dados de gasto

---

<sup>265</sup> A partir de mecanismos de *power-sharing*, no Governo de Transição o comando das forças de segurança (Chefes do Estado-Maior do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, de Inteligência, de Administração, de Logística e de Operações) havia sido dividido entre os grupos beligerantes principais (RCD-Goma e MLC). Entretanto, a partir de junho de 2007, Joseph Kabila estreitou o seu controle sobre as forças armadas - substituindo em posições estratégicas os oficiais de facções rivais por seus aliados de confiança. Atualmente, o presidente detém poderes centralizados e não necessita de aval da Assembléia Nacional e do Senado para questões de segurança e defesa. Entretanto, deve consultar o Conselho Supremo de Defesa (CSD) – sucessor do CSE, em assuntos relevantes para a defesa nacional - e o governo, antes de declarar guerra ou estado de emergência. O CSD reúne o presidente, o vice-presidente, os ministros da defesa, do interior e das relações exteriores, os chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica (JANES, 2009).

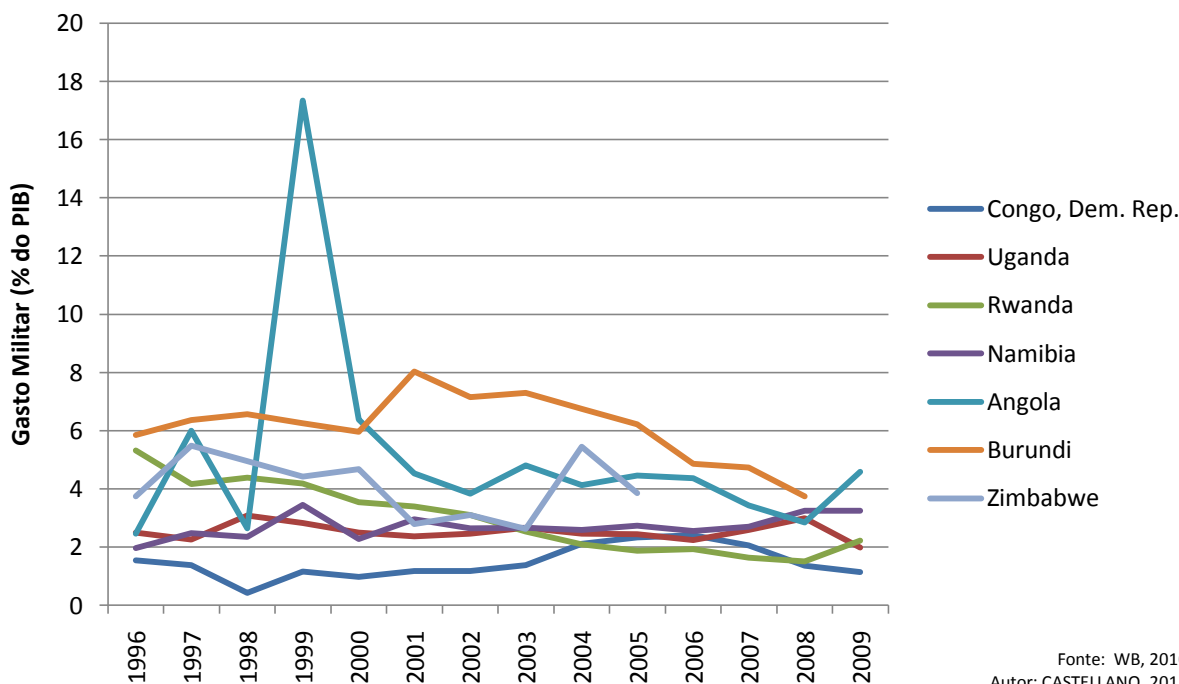
<sup>266</sup> Outros órgãos que sofreram processo de integração foram o Serviço de Inteligência Militar (*Service de Renseignement Militaire* – SRM), a Segurança Militar (*Sécurité Militaire* – SM) e a Polícia Nacional Congolosa (*Police Nationale Congolaise* – PNC).

<sup>267</sup> Com o novo governo de J. Kabila, a GSSP foi, por um lado, reforçada; por outro, tornou-se a Guarda Republicana (GR) como medida parcial frente às pressões para a integração de fato desta força dentro do exército. Entretanto, o procedimento geral tem sido demorado e os principais elementos não são responsáveis à estrutura de comando das FARDC, mas ao próprio presidente.

<sup>268</sup> Trata-se de um poder paralelo ao comando formal das forças de segurança “não importa a hierarquia formal, os vários serviços de inteligência civis e militares e a Guarda Presidencial (GSSP), todos se reportam a *Maison militaire*” (ICG, 2006:14. Tradução minha).

sobre o PIB). O gráfico abaixo apresenta esta realidade em comparação com os principais países beligerantes das duas guerras do Congo.

**Figura 14 - Gasto Militar dos Principais Beligerantes das Guerras do Congo, 1996-2009**



#### *As novas articulações de J. Kabila*

Possivelmente percebendo e tentando reverter esse estrangulamento na área de segurança é que o governo de Joseph Kabila costurou uma aproximação com seus vizinhos e antigos inimigos – na busca de unir esforços para a supressão das principais ameaças atuais.

A reaproximação de Congo e Ruanda em fins de 2008 representou também a intensificação do avanço contra as FDLR a partir do ano de 2009. Em 5 de dezembro de 2008 os dois países assinaram em Bunia um acordo para unir esforços contra as FDLR e o CNDP. Em 20 de janeiro 2009, tropas de Ruanda atravessaram a fronteira para a operação militar Umoja Wetu (Nossa União) – a qual durou cinco semanas e objetivava neutralizar a atuação das FDLR em Nord Kivu (ICG, 2009). Ambos os países estabeleceram entre 2.000 e 5.000 tropas, as quais foram capazes de matar 40 guerrilheiros das FDLR em ataques aéreos na primeira metade de fevereiro. Ademais, quando Ruanda começava a retirar suas tropas em 25 de fevereiro, mais de 90 líderes das FDLR haviam sido mortos e outros 140 capturados (HIIK, 2009:35). Todavia, em poucos dias as FDLR retomaram suas posições e iniciaram ataques contra civis. Como resposta, Kabila anunciou uma nova campanha militar (Kimia II), que começou em fins de maio. Apoiada pela MONUC, a campanha foi realizada durante todo o ano de 2009 – conquistando importantes

posições e capturando a base de comando da guerrilha em 27 de julho.<sup>269</sup> Atualmente, as tropas de Ruanda continuam cooperando na supressão das FDLR, inclusive adentrando ao território congolês com a permissão de Kabila.

No que tange às iniciativas contra o LRA, importa citar a operação conjunta de RDC, Uganda e SPLA (*Lighting Thunder*) acordada em 14 de dezembro de 2008 frente à recusa de Joseph Kony, líder do LRA, de assinar o Acordo de Paz de Juba. A operação envolveu forças aéreas e terrestres no nordeste congolês, sendo que o CSNU apoiou formalmente as operações e os EUA ajudaram Uganda com recursos militares.<sup>270</sup> Outras operações de larga escala foram realizadas no Sudão (principalmente no estado de Western Equatoria, aqui com o auxílio particular do SPLA) e posteriormente na República Centro Africana (RCA). Entretanto, grande parte das operações foi revidada com pesados ataques a civis.<sup>271</sup> Por outro lado, o sucesso da ofensiva regional foi percebido na prisão de importantes líderes da guerrilha.<sup>272</sup> No entanto, se em dezembro de 2009 podia-se dizer que restavam poucos guerrilheiros do LRA na RDC – a ONU relatava a presença de apenas 100 (S/2009/623, 2009:20) –, na realidade a maior parte da guerrilha direcionou-se para a RCA – agravando a situação no país vizinho. Cumpre ressaltar que em outubro de 2010 houve um acordo para a criação de uma força regional de contra-insurgência composta por tropas de RDC, Uganda, Sudão, e República Centro Africana (GIACOPELLI, 2010).<sup>273</sup>

Estas iniciativas junto a Uganda e Ruanda, apesar de não terem obtido o sucesso esperado, colaboram com a repressão gradual dos grupos armados e o restabelecimento de relações entre a RDC e seus vizinhos.

---

<sup>269</sup> Todavia, as operações deixaram marcas profundas na população civil, a qual sofreu com ataques de ambas as partes durante todo o ano. Entre janeiro e setembro as FDLR mataram pelo menos 701 civis, enquanto que as FARDC mataram 531 civis nas operações Kimia II - cometendo o massacre de Likweti - que fez a MONUC cessar a cooperação com a 213ª Brigada congoleza no início de novembro. Outrossim, alguns comandantes das FARDC continuavam a cooperar com as FDLR em Sud Kivu, além de Tanzânia continuar a fornecer armas e Uganda e Burundi facilitar o recrutamento de novos combatentes (HRW, 2009d:54; S/2010/252, 2010).

<sup>270</sup> Como resultado, o principal domínio do LRA no Congo foi destruído junto a algumas bases, enquanto que 149 rebeldes foram mortos e cinco comandantes capturados.

<sup>271</sup> Na RDC, entre 14 e 26 de dezembro de 2008, rebeldes do LRA deslocaram aproximadamente 30.000 pessoas na fronteira com o sul do Sudão. Em fins de 2008 e início de 2009 atacaram aproximadamente 30 vilarejos nas províncias de Haut e Bas Uélé, matando aproximadamente 1.000 pessoas e abduzindo aproximadamente 160 crianças. O ataque mais grave foi o do natal de 2008, quando o LRA queimou 80 pessoas vivas em uma igreja em Batande. (S/2009/160, 2009; ALEXANDER, 2009; HRW, 2010)

<sup>272</sup> Apesar da operação *Lighting Thunder* ter falhado em capturar Kony, possibilitou a captura na RDC de Okot Odhiambo (segundo no comando) em 28 de janeiro de 2009; de Thomas Kwoyelo em 5 de março; e de Charles Arop em 5 de novembro. Diversos outros comandantes foram capturados ou mortos, enquanto que 100 crianças-soldado foram libertadas.

<sup>273</sup> A despeito dos esforços as guerrilhas ainda continuam a operar no leste e nordeste do país, atuando mediante prática da guerra irregular – o que envolve a permanência em um ambiente inóspito e complexo e ataques, massacres e estupros coletivos a populações civis. Devido à falta de treinamento e controle, estas últimas práticas também são empreendidas pelas próprias FARDC – o que gera certa simetria ao conflito armado irregular.



Ademais, esforços mais estruturais têm sido igualmente pensados. É o caso dos mecanismos de Reforma do Setor de Segurança, conforme se discutirá na última seção deste capítulo. Apesar dos esforços, analistas mais críticos salientam a falta de articulação entre os doadores, o baixo nível de comprometimento do governo de Kabila e o desperdício de recursos necessários para uma RSS sustentável (HANSON, 2010).

### *A Esfera Extrativa*

No que tange à esfera extrativa do Estado congolês, sua estruturação efetiva também não foi incentivada pela Segunda Guerra do Congo. Isto se deveu, novamente, à dependência das forças estrangeiras no travamento da guerra e ao financiamento dessas forças e dos encargos nacionais mediante receitas derivadas da extração e do comércio de recursos naturais. Com o fim formal da guerra, o perfil extrativo do Estado congolês parece ter seguido os padrões anteriores. A conjunção desses fatores e a reduzida dependência da taxaço de populaçoes continuaram gerando poucos incentivos à superaço do colapso infraestrutural do país.

### *A dependência de recursos naturais e de capitais externos*

Como demonstrativo da dependência de recursos naturais, pode-se citar o contrato de US\$ 9 bilhões firmado em 2009 entre China e RDC como concessão para a extração em Katanga de 10,6 milhões de toneladas de cobre e 626.619 toneladas de cobalto. Pelo acordo, é como se a RDC ganhasse um PIB inteiramente novo, haja vista que o produto atual da economia congolês é de apenas US\$11,1 bilhões. Por um lado, a operação evidencia que os rendimentos advindos do mercado de minérios continuam representando a maior fração da renda nacional. Por outro, a China se comprometeu em “construir uma rede rodoviária que se estende por 4.000 km e um sistema ferroviário que chega a 3.200 km. Este é um desenvolvimento muito importante para um país do tamanho da Europa Ocidental e o segundo maior na África, mas que possui apenas 200 km de estradas asfaltadas” (NIEUWOUDT, 2009. Tradução minha)<sup>274</sup>. Entretanto, essa cláusula não reflete necessariamente a postura do governo congolês em trabalhar pela construção do Estado, mas sim uma política mais ampla da China para a África.

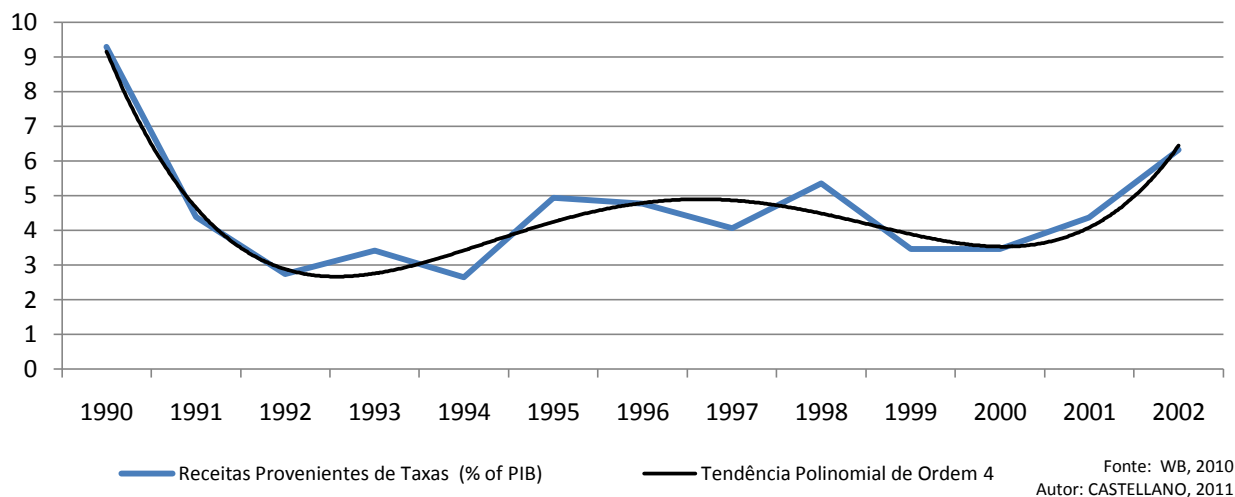
Por outro lado, a tendência iniciada em 1993 de aumento na participação das taxas no PIB nacional foi renovada com a ascensão de Joseph Kabila em 2001 (vide figura 15). Todavia, apesar de não estarem disponíveis dados para períodos posteriores a 2002, ressalta-se que, mesmo com este incremento, a RDC continuou sendo o país da África Subsaariana com menor nível de participação de taxas no PIB nacional, com proporção consideravelmente inferior à

---

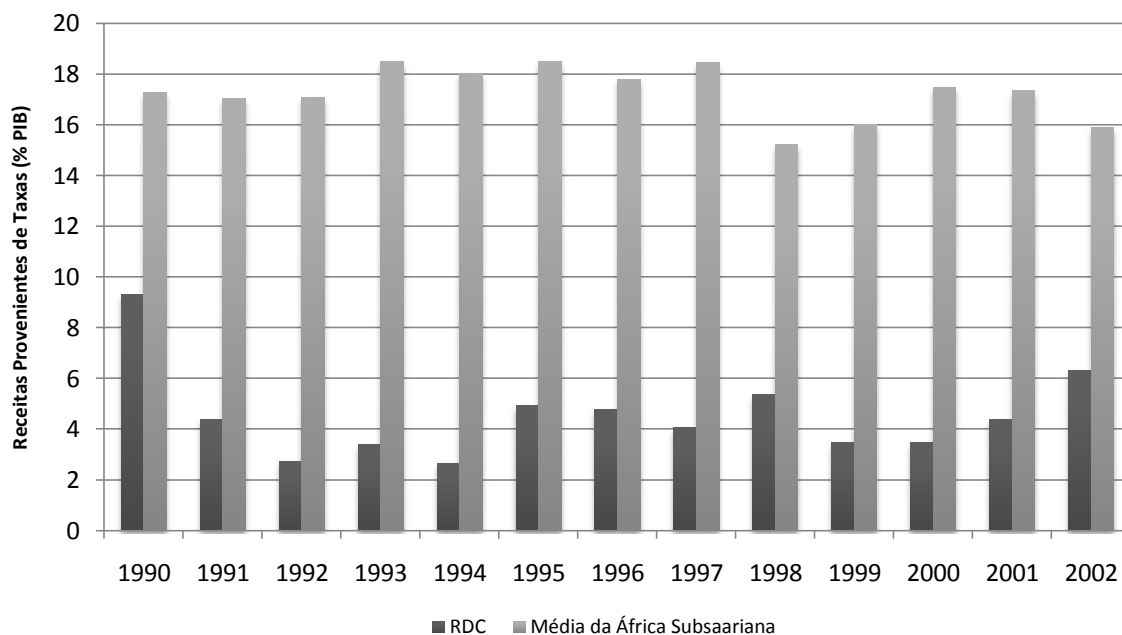
<sup>274</sup> “[...] build a road network stretching for 4,000 km and a railway system spanning 3,200 km. This is a much needed development in a country the size of Western Europe and the second largest in Africa but with only 200 km of tarred road” (NIEUWOUDT, 2009).

média da África Subsaariana (vide figura 16). Ademais, a reduzida capacidade extrativa do país também pode ser evidenciada pela baixa quantidade de receitas provenientes de taxas em proporção à população nacional (cálculo per capita das receitas provenientes de taxas). Neste quesito, o Congo apresenta valores correspondentes a apenas 6,5% (US\$ 30,70) da média africana (US\$ 468,64), incluindo os países do Magreb (vide figura 17).

**Figura 15 - RDC: Participação das taxas no PIB nacional, 1990-2002**



**Figura 16 - RDC e Afr. Subsaar.: Participação das taxas no PIB nacional, 1990-2002**

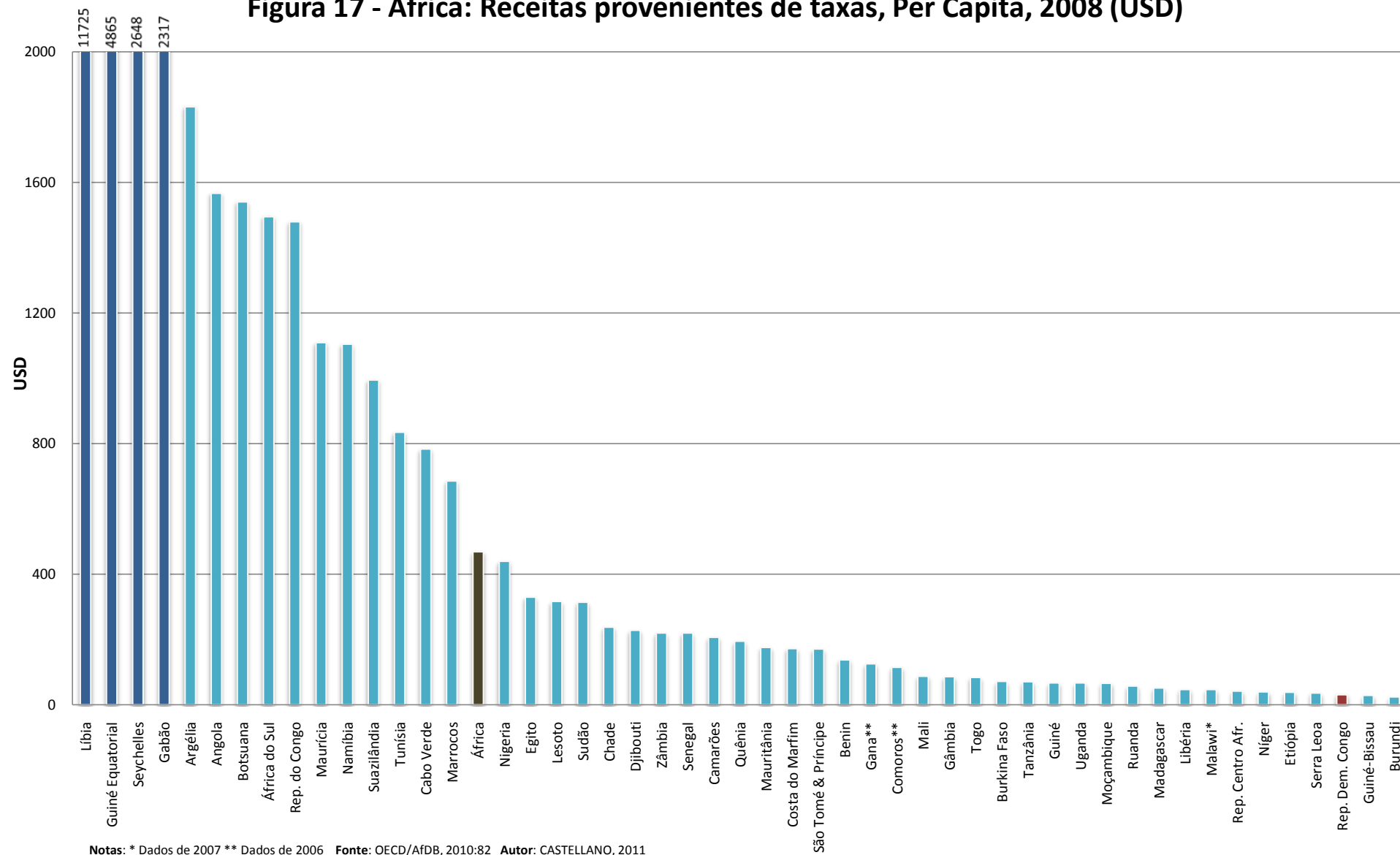


**Nota:** Média obtida a partir dos dados do Banco Mundial, cuja disponibilidade varia anualmente e engloba, de 1990 a 2002, um número total de 26 países: RDC, Madagascar, Rep. do Congo, Etiópia, Burkina Faso, Uganda, Serra Leoa, Mali, Benin, Quênia, Zâmbia, Gana, África do Sul, Suazilândia, Namíbia, Seychelles, Lesoto, Senegal, Sudão, Guiné, Camarões, Burundi, Zimbábue, Botsuana, Ruanda e Gâmbia. De acordo com a disponibilidade de dados para cada ano, as médias aritméticas anuais foram computadas a partir de uma amostra que vai de 12 a 18 países.

Fonte: WB, 2010

Autor: CASTELLANO, 2011

**Figura 17 - África: Receitas provenientes de taxas, Per Capita, 2008 (USD)**



Devido em parte à reduzida capacidade extrativa interna, uma fonte constante de recursos foram novamente os cofres internacionais, aos quais J. Kabila soube costurar muito bem o seu acesso. Em seu primeiro discurso à população congoleza e à comunidade internacional, Kabila afirmou o seu comprometimento com o relançamento do Acordo de Paz de Lusaka, o estabelecimento de um Diálogo Intercongolês, a liberalização da economia e a abertura do sistema político. Seu discurso foi cuidadosamente construído para agradar a todos: a linha-dura do governo, os ativistas de direitos humanos, a comunidade internacional, o setor de negócios, os seus aliados na guerra, e EUA e Europa (ICG, 2001a).

Na prática, para além dos comprometimentos com a liberalização política<sup>275</sup>, J. Kabila avançou de imediato nos esforços de paz: em 15 de fevereiro de 2001 anunciou que iria cooperar com o mediador Quett Ketumile Joni Masire (ex-presidente de Botsuana) para estabelecer um DIC e permitir o estabelecimento de uma força de observadores da ONU.<sup>276</sup> Militarmente, J. Kabila percebeu também que dependia sobremaneira de seus apoiadores externos (Angola, Zimbábue e Namíbia)<sup>277</sup> e adotou políticas que favoreciam a resolução do conflito e a retirada de tropas. Ademais, procurou fortalecer amizades antes ignoradas por seu pai.<sup>278</sup>

Na área econômica Joseph derrubou o monopólio de comercialização de diamantes que havia sido garantido em julho de 2000 para a companhia Israelense IDI Diamonds, restabelecendo o comércio com a África do Sul.<sup>279</sup> Anunciou também reformas econômicas, as quais foram bem recebidas pela União Européia, FMI e Banco Mundial. Em 22 de fevereiro reautorizou a liberalização do comércio de moeda estrangeira e estabeleceu novas regulações para os *comptoirs* (compradores) de diamantes – os quais tinham de ser registrados mediante o pagamento de taxas anuais por agente e por quantidade exportada. Ademais, a Bélgica “emprestou” seu antigo presidente do Banco Central, Alphonse Verplaetse, para uma reforma no código comercial do país e a adoção de políticas monetárias mais responsáveis.

---

<sup>275</sup> Em 17 de maio de 2001, retirou as restrições aos partidos políticos e em outubro de 2001 iniciaram-se as primeiras movimentações para retomar o Diálogo Intercongolês (DIC), o qual proporcionou a criação do Governo de Transição.

<sup>276</sup> Para assegurar esta decisão J. Kabila teve de eventualmente reestruturar seu Gabinete e suprimir a facção mais linha dura do governo – composta por alguns familiares, amigos e katangueses que apoiavam L. Kabila.

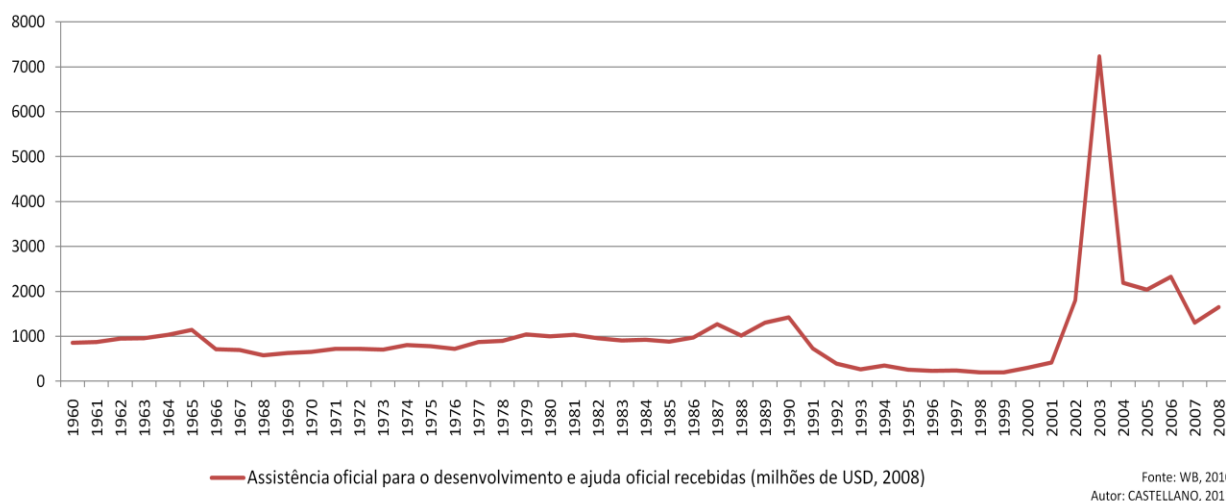
<sup>277</sup> Kevin Dunn afirmava em 2002: “a sobrevivência de Joseph Kabila está nas mãos de seus padrões externos” (DUNN, 2002:70. Tradução minha).

<sup>278</sup> Na busca por suporte externo, encontrou-se com o presidente sul-africano Thabo Mbeki dois dias após a sua posse e, menos de uma semana depois, viajou para Paris, Washington, Nova York (ONU) e Bruxelas. O jornal *The Guardian* chegou a taxar Kabila como “o novo queridinho do ocidente” (DUNN, 2002:70. Tradução minha). Gerard Prunier afirma que J. Kabila “desprovido de qualquer eleitorado nacional, [...] havia decidido tartar a comunidade internacional como sua base de poder” (2009:258. Tradução minha).

<sup>279</sup> Outro monopólio rompido foi o da companhia angolana de petróleo Sonangol, equanto que e a congoleza Cohydro assinava um contrato de US\$ 125 milhões com a sul-africana Thebe Petroleum (PRUNIER, 2009:262). Consecutivamente, novos investimentos das elites econômica da África do Sul e do Zimbábue começaram a retornar a Kinshasa.

Já em 2001 esta postura amistosa adotada pelo presidente – representada, sobretudo, pela nova regulação do setor minerador (liberal o suficiente para agradar os operadores nacionais e o FMI) e pelos cortes de custos parasitas (como a limpeza do ambiente administrativo e de burocratas fantasmas) – sensibilizou os doadores internacionais.<sup>280</sup> A figura abaixo apresenta o aumento exponencial da ajuda externa ao regime de Joseph Kabila. Esta suporte representou o maior fluxo de recursos financeiros externos em toda a história do país e contribuiu sobremaneira para a sustentação do governo.

**Figura 18 - Ajuda Externa para o Congo, 1965-2007**



Outro indicador da dependência de recursos externos é o índice do Banco Mundial denominado “uso de crédito do FMI” em US\$ correntes. Desde 2001, o Congo aumentou consideravelmente a utilização de créditos do FMI. Em 2004, chegou ao dobro do nível de 2001 e entre 2005 e 2007 foi o maior utilizador da África Subsaariana, sendo ultrapassado em 2008 somente pela Libéria (WB, 2010).

Por fim, cumpre ressaltar a colaboração do Banco Mundial e do FMI para com o país no que tange ao perdão da dívida. Os bancos sustentaram a iniciativa de perdoar a dívida externa do país por meio do programa *Multilateral Debt Relief Initiative* (ALL AFRICA, 2011). Como resultado, não obstante a tentativa de bloqueio do Canadá, em novembro o Clube de Paris garantiu o perdão de quase US\$ 8 bilhões da dívida externa congoleza (REUTERS, 2011).

<sup>280</sup> A Bélgica garantiu um pacote de ajuda emergencial de 20 milhões de euros; a França doou 240 milhões de dólares, o FMI disponibilizou um crédito de US\$750 milhões (programa de Redução da Pobreza e Facilitação do Crescimento), o Banco Mundial garantiu US\$ 450 milhões, e o Clube de Paris aprovou o reescalonamento da dívida de US\$8,98 bilhões (PRUNIER, 2009:280).

### *A intensificação do colapso infraestrutural*

Este perfil de arrecadação de recursos por parte do Estado – o qual, além de possuir origens históricas, foi reproduzido e incentivado pelo tipo de financiamento adotado para os esforços da Segunda Guerra do Congo – contribuiu para a intensificação dos problemas infraestruturais nacionais. Isto ocorreu na medida em que uma esfera extrativa estatal pouco dependente da taxaço da população produziu incentivos reduzidos para que se interligasse os distantes núcleos populacionais do país.

Assim, se historicamente a falta de uma infraestrutura básica tornou penosa a conexão de centros econômicos, políticos e demográficos dispersos pelo país, atualmente “a RDC enfrenta o que é provavelmente o mais assustador desafio infraestrutural do continente africano” (AICD, 2010:1. Tradução minha)<sup>281</sup>. Há redes danificadas devido aos conflitos armados, com mais da metade da atual infraestrutura precisando de reabilitação. Apesar de a população congoleza estar concentrada em três centros urbanos (Kinshasa, Lubumbashi e Kisangani), há a ausência de uma infraestrutura bem desenvolvida ligando estas três regiões, principalmente no que diz respeito a rodovias e ferrovias. Esta realidade é agravada quando se consideram outras localidades com densidades demográficas relevantes no leste do país (sobretudo, na região de Nord Kivu). Como resultado, diversas regiões (principalmente o sudeste e o nordeste) são, em termos infraestruturais, melhor conectadas com países vizinhos do que com o próprio governo central de Kinshasa. Esta realidade gera por si só efeitos centrífugos desestabilizadores (relacionado com os separatismos de Katanga e os conflitos armados dos Kivus e Ituri).

No período pós-colonial pouco progresso foi feito para superar as deficiências na esfera infraestrutural, tanto no Congo como no caso dos outros países africanos com geografia pouco favorável.<sup>282</sup> No caso específico do Congo, a infraestrutura de transportes foi negligenciada desde a independência e hoje está dilapidada. Necessita de financiamento e adequação institucional.

Atualmente as rodovias não-pavimentadas representam a vasta maioria (97%) de uma rede rodoviária aproximadamente 157.000 km totais e estão em graves condições (apenas 42% em boas condições). Como fator agravante, a vasta quantidade de rios e chuvas em um país já extenso e pouco povoado dificulta a construção de rodovias e a manutenção acaba tornando-se a tarefa principal.<sup>283</sup> A figura 19 traz um panorama geral sobre a gravidade da situação viária na

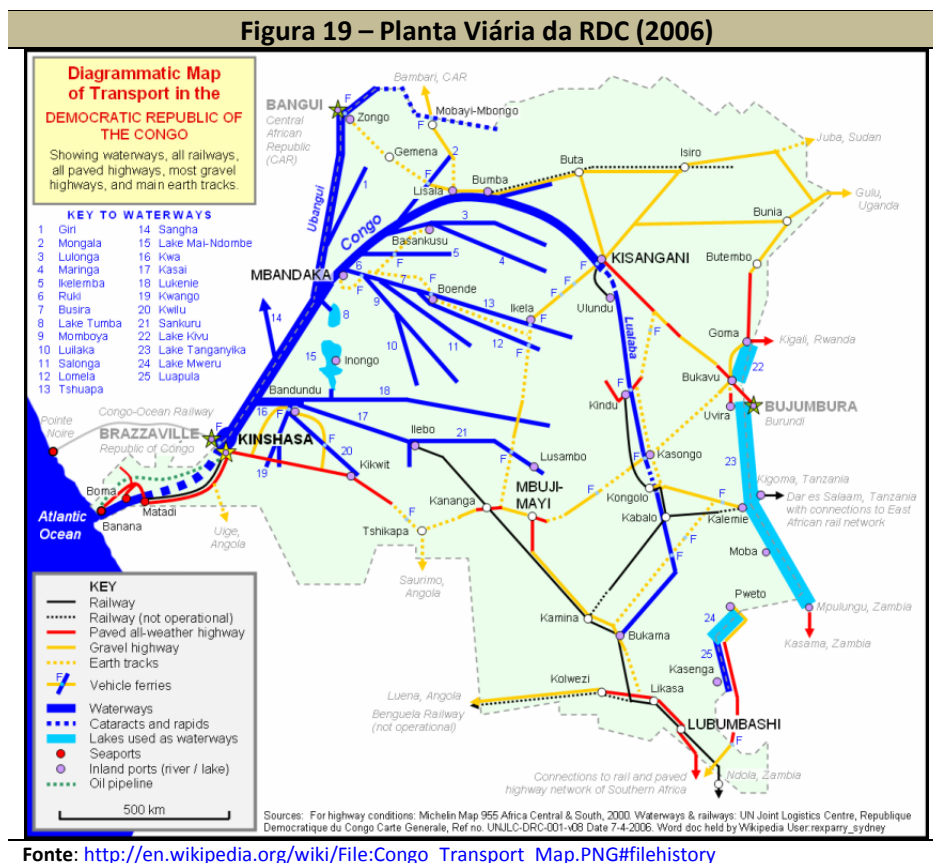
---

<sup>281</sup> “*The Democratic Republic of Congo (DRC) faces what is probably the most daunting infrastructure challenge on the African continent*” (AICD, 2010:1).

<sup>282</sup> Estes se mantiveram em 1997 com a densidade de rodovias abaixo da média da África Subsaariana (exceto Nigéria e Tanzânia) (HERBST, 2000a). Assim, os países que mais precisavam construir uma infraestrutura que os blindasse de problemas decorrentes do desfavorecimento geográfico não o fizeram.

<sup>283</sup> A RDC chega a gastar quase US\$ 400 milhões anuais para manter a infraestrutura de transportes em condições mínimas de uso (quase 5% do PIB) (AICD, 2010).

RDC. Pode-se perceber que as principais rotas pavimentadas para a exportação de produtos das regiões sudeste e leste não passam pelo território nacional. As vias em melhores condições seguem para Ruanda, Tanzânia e Zâmbia – o que gera efeitos negativos para a integração destes enclaves econômicos dentro da economia nacional. O quadro 11 detalha, para o setor rodoviário, alguns dos principais gargalos infraestruturais.



**Quadro 11 - Infraestrutura da RDC: Principais gargalos rodoviários**

Indicador	Unidade	PBR*	RDC	Estados Frágeis**
Densidade de rodovias pavimentadas	km/1.000 km <sup>2</sup> de território	16	1	21
Densidade de rodovias não pavimentadas	km/1.000 km <sup>2</sup> de território	68	12	75
Tráfego de rodovias pavimentadas	Tráfego médio anual	1.027	257	843
Tráfego de rodovias não pavimentadas	Tráfego médio anual	55	20	55
Condições da rede pavimentada	% em condições boas ou razoáveis	75	70	69
Condições da rede não-pavimentada	% em condições boas ou razoáveis	58	42	55
Percepção sobre a qualidade dos transportes	% de empresas que identificam os transportes como o maior constrangimento dos negócios	23	30	-

**Notas:** \* Países de Baixa Renda (LICs, Low-Income Countries) na África, de acordo com Banco Mundial: Benin, Burkina Faso, Burundi, República Centro Africana, Chad, Comoros, RDC, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Ruanda, Serra Leoa, Somália, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. \*\* Estados Frágeis na África, segundo o AfDB: Burundi, República Centro Africana, Chad, Comoros, Congo-Brazzaville, Costa do Marfim, RDC, Djibouti, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Ruanda, Serra Leoa, Somália, Sudão, Togo e Zimbábue.

Fonte: AICD, 2010:9

Autor: CASTELLANO, 2010 (adaptado de AICD, 2010)

No que concerne ao transporte ferroviário, a despeito da importância histórica do sistema para o comércio exterior do país, atualmente o tráfego tem se reduzido devido a competições de outros meios de transporte e a deficiências e gargalos nos serviços (vide quadro 12).<sup>284</sup> Como resultado as ferrovias congoleesas perdem sua importância central no sistema de transporte nacional, bem como passam a representar uma parcela muito pequena do tráfego total na África Central.<sup>285</sup>

Quadro 12 - Infraestrutura da RDC: Principais gargalos ferroviários							
Indicador	CFMK (DRC)	SNCC (DRC)	CFCO (Congo)	SETRAG (Gabão)	CFM (Angola)	CAMRAIL (Camarões)	SPOORNET (Afr. do Sul)
Concessionária (1)/Estatal (0)	0	1	1	1	0	1	0
Densidade do tráfego, frete (1.000 ton-km/km)	172	214	428	504	469	1,092	5,319
Eficiência dos carros (1.000 ton-km por vagão)	257	317	300	902	950	868	925
Disponibilidade das locomotivas	10	4	27	39	30	26	-
Tarifas passageiros (USD centavos/passageiro-km)	4,2	3,1	5,6	8,6	-	2,2	-
Tarifas frete (USD centavos/ton-km)	13,7	12,5	10,7	2,5	-	5,2	-

Fonte: AICD, 2010:11  
 Autor: CASTELLANO, 2010 (adaptado de AICD, 2010)

No que diz respeito às hidrovias internas, apesar de sua abundância e o seu potencial de prover transporte de superfície a baixo custo e com poucas quantias de investimento<sup>286</sup>, faltam peças de reposição e mão-de-obra especializada para manutenção de embarcações. A situação prejudica, desde o início da década de 1990, o tráfego de passageiros e mercadorias no rio do Congo entre Kinshasa e Kisangani (SMITH *et alli*, 1993: on-line).

O sistema de portos também representa um estrangulamento adicional na infraestrutura da RDC. A ausência de portos de águas profundas operacionalmente viáveis e a longa distância do litoral (e, por conseguinte, do principal porto do país, Matadi) em relação às regiões produtoras do sudeste e nordeste fazem com que o país tenha de escoar sua produção via territórios vizinhos da África Austral (Durban) e Central (a oeste, Pointe Noir; e, ao leste, Dar es

<sup>284</sup> As ferrovias congoleesas são divididas em dois sistemas principais: a *Chemin de Fer Matadi-Kinshasa* (CFMK), a qual opera a ferrovia de 366 km entre Kinshasa e Matadi; e a *Société Nationale des Chemins de Fer du Congo* (SNCC), a qual conecta o sudeste do país com as saídas externas em Ilebo (via para o porto de Lobito, atualmente em reconstrução) e Sakania (via para o porto de Durban na África do Sul – saída natural para o cobre congolês). Apesar de boas condições, o serviço da CFMK tem se deteriorado, perdendo espaço para o corredor rodoviário que corre paralelamente ao seu trajeto. Da mesma forma, o serviço da rede SNCC está em péssimas condições, com velocidade máximas permitidas entre 10 e 35 km/h e deficiência no serviços - fazendo com que a maior parte do cobre do país tenha de seguir por rodovia.

<sup>285</sup> Outrossim, as altas tarifas (os US\$0,12-0,14 por ton/km) são 3 vezes mais caras que as taxas encontradas nos outros países da África Austral) e o reduzido padrão de eficiência são problemas adicionais enfrentados pelas ferrovias congoleesas.

<sup>286</sup> Quase 15.000 km do rio do Congo e de seus tributários são navegáveis ou potencialmente navegáveis.



Salaam e Mombasa), o que representa ameaças a soberania nacional.<sup>287</sup> Enfim, com o estrangulamento infraestrutural e às particularidades geográficas do país (grande tamanho e centros dispersos), o transporte aéreo acaba sendo fundamental na RDC. Após a deterioração do sistema durante o regime de Mobutu, nos últimos anos novas rotas foram adicionadas e novas frotas de aeronaves foram adquiridas. Atualmente são oito aeroportos e 14 linhas aéreas operando no país.<sup>288</sup>

Acerca da infraestrutura energética, cumpre salientar que a RDC possui os maiores recursos hídricos da África, bem como o maior e mais custo-efetivo potencial hidrelétrico do continente.<sup>289</sup> Todavia, importantes aprimoramentos na infraestrutura energética do país no período pós-colonial foram insuficientes e atualmente deficiências nas linhas de transmissão prejudicam o desenvolvimento de regiões distantes do principal foco gerador de energia elétrica do país, Bas-Congo. O caso de Katanga, por exemplo, é centralmente grave. Apesar de a única linha de transmissão conectada à alta voltagem no país ser a que liga Bas-Congo a Katanga e Zâmbia (ver figura 17), constantes blackouts levam a maiores limitações da atividade produtiva e à descentralização da geração energética (realidade também presente no resto do país).<sup>290</sup> Atualmente, o Congo tem a necessidade de realizar a geração e a entrega de energia em uma maneira mais custo-efetiva. Metade das plantas energéticas necessita de reformas e de crescer no mínimo 35 % na próxima década para suprir somente a demanda doméstica.<sup>291</sup> Além disso, apenas uma pequena parte (2.400 MW) dos 100.000 MW de potencial hidrelétrico está desenvolvida e somente uma pequena fração deste potencial (1.000 MW) está de fato em ordem de funcionamento.<sup>292</sup>

---

<sup>287</sup> Além da capacidade reduzida de Port Matadi, suas operações são caras e pouco eficientes comparadas a padrões regionais e globais. Ademais, a falta de equipamentos é uma realidade nos portos marítimos de Matadi e Boma, e nas estações ribeirinhas de Kinshasa e Ilebo – o que representa um obstáculo ao transporte eficiente de pessoas e mercadorias.

<sup>288</sup> Todavia, o aumento no número de linhas aéreas operantes no território congolês tem relação direta com o aumento do transporte ilegal de recursos naturais feito pelo meio aéreo.

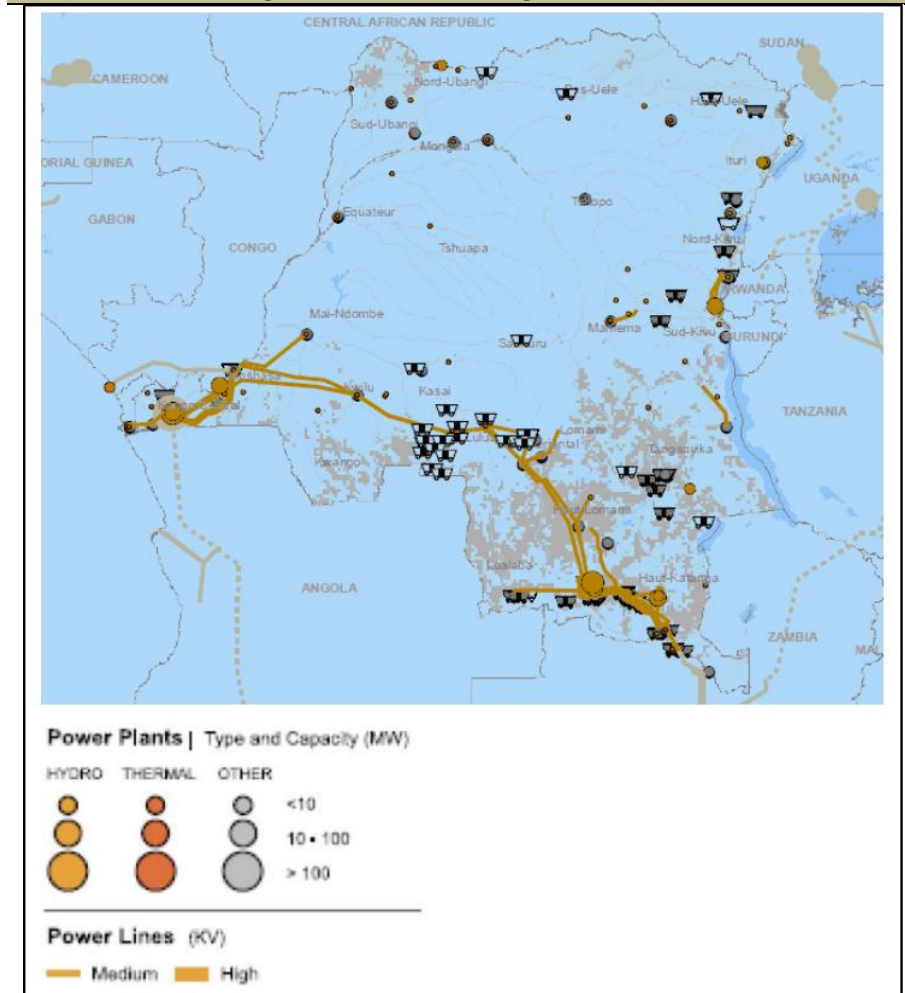
<sup>289</sup> Isto se deve principalmente aos recursos hidrelétricos do rio do Congo e das quedas de Inga. Com eles a RDC possui o potencial de produzir mais de 400 TWh/ano de energia hidrelétrica de exploração economicamente viável (ECA, 2010:9). Além disso, pela grande capacidade de oferta do produto, a longo prazo o custo da energia congoleza tende a ser muito mais acessível do que os de outros países (estima-se a US\$1,4 centavos por kWh, frente aos 6,9 da Etiópia e 5,8 de Guiné). O Congo tem ainda o potencial de se tornar o maior exportador de energia da África, com a estimativa de exportar 51,9 TWh (terawatt-horas) ao Southern African Power Pool (SAPP), representando 15% de todo o consumo da área e 10% das necessidades da África do Sul.

<sup>290</sup> Em Katanga, há em média 19 interrupções mensais e um déficit energético de 900 MW, as companhias mineradoras tem de optar pela implementação de seus próprios sistemas hidrelétricos locais. No país como um todo, quase 40% das empresas possuem geradores elétricos próprios e quase metade da capacidade instalada de geração elétrica pertence a companhias privadas com o intuito de auto-abastecimento.

<sup>291</sup> Há ainda necessidade de reduzir o custo da energia para o setor privado, atualmente em US\$23 centavos por kilowatt-hora. Também importa realizar reformas operacionais e institucionais na empresa nacional de energia elétrica (Société National d'Electricité (SNEL), cuja ineficiência absolve quase 4,7% do PIB.

<sup>292</sup> Outro agravante é a ineficiência da companhia estatal de energia SNEL, a qual distribui energia com 40% de perda (comparado com os 12% padrões do mercado) e deixa de coletar 40% de suas receitas devidas – o que resulta em custos ocultos operacionais da ordem de 595% em relação às receitas (AICD, 2010: 7).

Figura 20 – Planta Energética da RDC



Fonte: Fonte: AICD, 2010:4

Em suma, a RDC apresenta atualmente as consequências históricas de investimentos restritos e esparsos na área infraestrutural. Ineficiências gerais desperdiçam recursos na ordem de US\$ 430 milhões a cada ano. Segundo o *Africa Infrastructure Country Diagnostic* (AICD), para reconstruir a RDC necessita gastar durante a próxima década aproximadamente US\$5,3 bilhões anuais (ou 75% do PIB) no setor. Somente para manutenções, deveria ser direcionado US\$1,1 bilhão ao ano. Seja qual for o montante, importa entender a necessidade de políticas públicas na área, pois “sem aumentar os gastos ou incrementar a eficiência, a RDC levaria mais de um século para corrigir o déficit nacional de infraestrutura” (AICD, 2010:2).<sup>293</sup>

Todavia, alguns avanços alcançados desde o fim da Segunda Guerra do Congo, trazem esperanças. O mais importante deles é a captura de importantes financiamentos para a reconstrução da péssima rede viária nacional. Desde o final da guerra, a reconstrução das redes

<sup>293</sup> "Without increasing spending or improving efficiency, the DRC would take more than a century to redress the country's infrastructure deficit" (AICD, 2010:2).

rodoviárias tem sido uma prioridade, o que se tornou possível com a garantia de recursos financeiros multilaterais e bilaterais (como o supracitado acordo com a China).

### ***A Esfera Distributiva***

Todavia, a despeito de falhas particulares, a liderança de Kabila parece, sim, ser mais comprometida com a construção da capacidade estatal congoleza se comparada com as lideranças anteriores. Na esfera distributiva, o bem-estar social melhora em alguns pontos. Na área da saúde houve o incremento de 600% no gasto público entre 2002 e 2006 e o aumento de 2,35% na expectativa de vida ao nascer de 2001 a 2009 (AFDB, 2010b). Na educação, entre 2002-2009, houve o aumento de 1,60% de professores de primeiro grau e de 1,70% de professores de segundo grau; e o incremento de 1,93% no número de estudantes matriculados no segundo grau e de 1,82% no primeiro grau (AFDB, 2010b). Entretanto, descontado o crescimento populacional de 1,02% no período de 2001-2009 (IMF, 2010) – o aumento de alguns indicadores de bem-estar parece irrisório.<sup>294</sup>

Além disso, há gargalos importantes em ambas as áreas. Na educação, após duas décadas de declínio econômico, caos político e guerra as condições educacionais do Congo tornaram-se extremamente difíceis, principalmente no nível primário. A situação é agravada pelos deslocamentos internos e movimentos de refugiados, o grande crescimento da população de crianças (atualmente 48% da população do país tem menos de 15 anos de idade), a falta de recursos do governo central, além de problemas naturais como o grande número de línguas locais e a alta proporção da população vivendo em regiões de floresta (de difícil acesso a instituições escolares). Atualmente, o setor de educação, que contava com 24% do gasto total do governo em 1980, conta com apenas 6% deste gasto (dados de 2002) – o que prejudica principalmente a educação primária.<sup>295</sup>

Na saúde, um grande problema enfrentado pela população congoleza é o reduzido acesso aos serviços. Em 2000 (último ano disponível no banco de dados do AfDB), somente 59% da população do país tinha acesso ao sistema - valor abaixo da média africana de 63,67% (AFDB, 2010b). Além disso, de acordo com o USAID, em 2006 70% da população congoleza tinha

<sup>294</sup> Em relação a outros indicadores de bem-estar, como PIB per capita e IDH a situação é sobremaneira preocupante. A população sofre com a pior renda per capita da África Subsaariana e Mundial; enquanto que ocupa a 176ª posição, dentro de uma lista de 182 países (IMF, 2010; PNUD, 2010).

<sup>295</sup> No que concerne à educação primária, cumpre salientar que, a despeito de ter atingido níveis de alto desenvolvimento durante o período colonial, o seu sucateamento vem ocorrendo desde as políticas de Mobutu de fortalecimento e priorização do ensino superior. Atualmente, o gasto público anual por aluno secundário é três vezes maior do que o gasto com cada aluno primário, e o gasto com alunos superiores chega a ser 20 vezes maior - graças principalmente aos baixos salários dos professores primários em relação com os demais. As taxas de matrícula primárias são menores do que as existentes na década de 1970, além de a taxa de graduação ser de apenas 29%, devido aos altos níveis de desistência e reprovação. Ademais, entre 1986 e 2002, o número de matrículas cresceu a passos mais lentos que o próprio crescimento populacional no período. (WB, 2010; AFDB, 2010b; WB, 2005:42)

pouco ou nenhum acesso a tratamentos de saúde (WALDMAN, 2006). Esta realidade implica diretamente na alta taxa de mortalidade no país, verificável mesmo após o fim formal dos conflitos armados.<sup>296</sup> Outros problemas importantes são: a epidemia de HIV/AIDS, que coloca o país entre os dez casos mais graves do continente, a falta de prestadores de serviços de saúde, a falta de tratamento e distribuição de água potável e de sanitários aperfeiçoados – além da dependência de parcerias com atores públicos e privados, a falta de comprometimentos de doadores internacionais com a gratuidade dos serviços e a falta de coordenação entre doadores (WHO, 2006, AFDB, 2010b). Embora existam gargalos profundos, há avanços no aperfeiçoamento da cadeia de comando e controle dos órgãos responsáveis e na imunização de doenças facilmente preveníveis<sup>297</sup> (USAID, 2010).

Importa lembrar que o Congo de Mobutu buscou traçar uma trajetória de construção de direitos fundamentais semelhante àquela traçada pelo Brasil: oferecer direitos sociais antes de direitos políticos e civis. Todavia, o colapso do Estado fez com que mesmo esses direitos fossem praticamente anulados. É o resquício dos direitos sociais anteriormente estabelecidos que faz com que os indicadores de direitos fundamentais gerais do Congo se distanciem, em alguns quesitos, dos casos mais precários na África Subsaariana (vide quadro 12).

**Quadro 13 – Índices de Direitos Fundamentais: RDC, África Subsaariana e América Latina (2009)**

	Direitos Civis			Direitos Sociais		Direitos Políticos
	Força dos direitos legais (0=fraco; 10=forte)	Direitos de propriedade e respeito dos contratos (1=baixo; 6=alto)	Liberdades Civis (7=baixo; 1=alto)	Proteção social (1=baixo; 6=alto)	Políticas de inclusão social (1=baixo; 6=alto)	Direitos Políticos (7=baixo; 1=alto)
RD Congo (posição na ASS)	3 (13ª pior)	2 (5ª pior)	6 (7ª pior)	3 (17ª pior)	2,8 (11ª pior)	6 (8ª pior)
África Subsaariana	4,54*	2,76**	4,18	2,36**	3,12**	4,45
Haiti	3	2	5	2,5	2,7	4
Brasil	3	n.d.	2	n.d.	n.d.	2

Notas: \*Dados para 46 países; \*\* Dados para 38 países. A escolha do Haiti deveu-se ao fato de que este país possui as piores médias para os países da América Latina e Caribe, perdendo apenas para Cuba no que diz respeito a Direitos Políticos e Liberdades Civis. A escolha do Brasil tem exclusivamente o intuito de comparação.

Fontes: FH, 2010; WB, 2010.

Autor: CASTELLANO, 2011

<sup>296</sup> De acordo com o International Rescue Committee, “de janeiro de 2006 a abril de 2007 a taxa bruta de mortalidade (TBM) para o país foi de 2,2 mortes por 1.000 habitantes por mês. Esta taxa é 57% mais alta que a linha básica relatada para a África Subsaariana (1,4) e mais de 80% maior do que as estimativas da UNICEF antes do começo da guerra em 1998 (1,2). A TBM de 16 das 35 zonas de saúde (46%) excede a norma regional da África Subsaariana. Cinco destas zonas estão no oeste e 11 no leste” (IRC, 2007:7). Outro indicador importante é a taxa de mortalidade entre crianças com até cinco anos de idade. Neste quesito, o Congo ocupa a terceira pior posição do continente (atrás somente de Chade e Angola), com 195,32 entre 1.000 crianças mortas até chegar aos cinco anos de idade – muito acima da média africana (113,41 entre 1.000 crianças) (AFDB, 2010b). No mesmo sentido, está a expectativa de vida ao nascer da população congoleza (47,81 anos de idade), a sétima pior do continente e bem abaixo da média africana de 55,34 anos (AFDB, 2010b).

<sup>297</sup> Doenças facilmente evitáveis e tratáveis, como sarampo, malária, doenças diarreicas e infecções respiratórias agudas, continuam a assolar uma população dizimada pela miséria absoluta, pela fome e pelos deslocamentos internos - todos decorrentes diretos dos conflitos armados, e possivelmente causas da continuidade destes conflitos.

Cumpra ainda lembrar, que as pressões internacionais para a liberalização política e implantação de uma democracia efetiva podem fazer com que o país venha a traçar uma trajetória de aquisição de direitos fundamentais raramente vista e relativamente questionável quanto à sua sustentabilidade: a aquisição de direitos políticos antes mesmo de se estabelecer direitos civis e sociais reais.

Estas pressões internacionais para a liberalização política resultaram na construção de arranjos de *power-sharing* desde o estabelecimento do Governo de Transição em 2003. A Constituição de Transição baseou-se em um evidente sistema *power-sharing*, representado na efetivação da “inclusividade na política congoleza” (KABEMBA, 2005:9. Tradução minha)<sup>298</sup>. Foi adotada a fórmula de um presidente e quatro vice-presidentes (1+4); e um Parlamento bicameral composto por cinco grupos principais e três entidades menores que participaram do DIC e assinaram o acordo de paz final. Arranjos *power-sharing* foram implementados no Executivo (1+4), no Parlamento<sup>299</sup> e nas Forças Armadas. Houve valorização da participação dos grupos beligerantes no governo, mesmo aqueles financiados pelos países agressores<sup>300</sup>.

Posteriormente, um novo sistema eleitoral foi formulado pela *Commission Electorale Indépendante* (CEI), conforme previsto na Constituição de Transição. Como base para processo eleitoral, foi referendada a nova Constituição da RDC nos dias 18 e 19 de dezembro de 2005. A nova Constituição que entrou em vigor em 6 de dezembro de 2006, consolidou a legislação eleitoral da RDC. O novo sistema definiu um governo presidencialista com eleições majoritárias para presidente e com segundo turno tipo *run-off*. O Legislativo nacional bicameral foi dividido em 500 assentos para a Assembléia Nacional, eleita por um sistema misto (prevalecendo o sistema proporcional para 107 de 169 distritos) e 104 assentos para o Senado, eleitos pelas Assembléias Provinciais por representação proporcional (RP)<sup>301</sup>. Para todo o Legislativo foi adotado o sistema de lista aberta<sup>302</sup>. Os mandatos do Executivo e Legislativo são de 5 anos, sendo que o presidente pode ser reeleito uma vez. Ademais, o país foi redividido em 26 novas províncias, intensificando-se a descentralização aos moldes do modelo indiano (LIJPHART, 1996). Os principais arranjos de *power-sharing* dispostos no novo sistema político da RDC são

<sup>298</sup> “[...] *inclusiveness in Congolese politics*” (KABEMBA, 2005:9).

<sup>299</sup> O Parlamento foi composto por 620 assentos alocados proporcionalmente, 500 da Assembléia Nacional e 120 do Senado. Do total, 348 assentos foram destinados aos três grandes beligerantes (PPRD, RCD e MLC) e 272 assentos para outros grupos relevantes e entidades menores.

<sup>300</sup> Por um lado houve a tentativa de assegurar que o processo não fosse “controlado pelos beligerantes [dando] à oposição não-armada e à sociedade civil (...) o mesmo número de assentos tanto na Assembléia Nacional quanto no Senado” (KABEMBA, 2005:12. Tradução minha). Por outro, “a situação na RDC é que todos os beligerantes querem ter parte na administração do Estado; e como não houve vencedor no campo de batalha, todos os beligerantes são [foram] considerados iguais nas negociações” (Ibidem).

<sup>301</sup> Na câmara alta, há seis representantes de Kinshasa e quatro de cada uma das outras 24 províncias.

<sup>302</sup> Neste sistema eleitores votam no candidato, mas a contagem de votos é agregada por partido para o cálculo do número de assentos recebidos. Depois de saber quantos assentos foram obtidos para o partido, os assentos são alocados para os candidatos com maior número de votos em cada partido.

representação proporcional, federalismo, sistema bicameral e governo de coalizão (EISA, 2006 e 2007; PACO, 2006).

Não obstante a instituição de um modelo institucional de *power-sharing*, a poliarquia congoleza ainda é caracterizada pela instabilidade. As eleições presidenciais realizadas em 2006 tiveram de ser protegidas pelas tropas da ONU (além de o principal líder da oposição, Etienne Tshisekedi, as ter boicotado) e as eleições locais (provinciais, comunais, territoriais, e municipais) não foram realizadas e são constantemente prorrogadas. Ademais, como visto acima, a inclusão de grupos beligerantes no regime político gera desequilíbrios consideráveis. Como resultado a RDC continua sendo relacionada como um país não-livre nos indicadores da Freedom House (índice 6).

Tudo parece depender da conquista da esfera mais importante para a existência do Estado segundo o conceito weberiano. Não há como existir uma estrutura extrativa efetiva ou a distribuição real de direitos e bem-estar sem que haja um Estado de fato – ou seja, o monopólio do poder coercitivo – um exército nacional minimamente confiável e efetivo (eficaz e eficiente). Ademais, a capacidade de se proteger contra ameaças externas parece ser fundamental para um país tão vasto, com uma distribuição populacional tão irregular e possuidor de recursos tão valiosos. Se antes de Joseph Kabila, a postura dos líderes políticos parece ter sido o fator que mais barrou a construção de outras esferas estatais, com a ascensão deste líder o Estado parece depender muito mais da consolidação de sua capacidade coercitiva para realizar suas tarefas de extração e de distribuição de direitos, bem-estar e justiça.

#### **4.4 RSS na RDC: A peça chave para a Definição Militar do Conflito**

Esta seção trata do processo atual de Reforma do Setor de Segurança (RSS) no Congo e prospecta os desafios para a construção de um exército nacional permanente. A RSS é fundamental, pois a RDC, ao escolher a alternativa da paz negociada, viu-se frente ao problema da inclusão dos grupos beligerantes nas forças de segurança. Sob a agenda da RSS entram questões que envolvem desde a formação ou não de um exército permanente, a estruturação das forças policiais e constabulares, da estrutura carcerária, além do próprio sistema judicial. A RSS no Congo padece do defeito óbvio da atomização, mas é o que situa o debate acerca da importância da combinação dos meios militares e não-militares na definição da guerra. A construção de escolas, estradas e quartéis é tão importante quanto a vitória militar sobre os grupos de Uganda e Ruanda que ainda atuam no país, bem como o desarmamento dos insurgentes internos. Caso a RSS adotasse o projeto do exército nacional permanente teria um elemento para unificar os aspectos civis e militares da agenda e hierarquizá-los de acordo com prioridades claras.

Pode-se afirmar que, no presente momento, a definição do conflito na RDC passa por três movimentos, dois militares e um não-militar. O primeiro diz respeito à vitória frente aos grupos estrangeiros ainda atuantes no país (FDLR e LRA). Trata-se de perceber que mesmo antigos aliados, como Hutu de Ruanda, tem de ser desarmados, pacificados e repatriados para que a população congoleza possa obter segurança e dignidade. Embora originalmente estes grupos tenham servido para o Congo fazer frente a seus vizinhos, é forçoso constatar que atualmente as FDLR e o LRA representam uma ameaça maior para o próprio Congo do que para os governos de seus países de origem. Isto importa também como medida de confiança para seja possível uma maior aproximação com os países vizinhos, importantes aliados nas tarefas de contra-insurgência.

O segundo movimento militar refere-se à vitória frente aos grupos internos insurgentes ainda atuantes. Isto importa para o êxito do próprio modelo do *power-sharing*: é preciso que haja um sistema baseado na “recompensa” e no “castigo” para os grupos que se integram ao processo de paz e àqueles que permanecem em armas. Esta distinção é crucial para que os grupos já pacificados e em processo de integração às forças de segurança não sucumbam à tentação de retornar à condição de insurgentes. É fato que o processo de integração deve acabar em algum momento. A situação atual em que os rebeldes nacionais já foram quase completamente desmobilizados ou desarmados parece ser o momento ideal para que isto ocorra.

O terceiro movimento é o mais importante, pois condiciona o sucesso dos dois primeiros. Trata-se da construção de uma capacidade militar necessária e suficiente para dissuadir o surgimento de novos grupos armados e para reprimir os grupos já atuantes. Dito de outra forma, para superar as deficiências militares históricas (ausência de elites gestoras e capacidade burocrática) e aquelas agravadas pelo processo de integração (capacidade de combate) e pela RSS atomizada. Em suma, a RDC vê-se diante da contingência de instituir um processo de RSS coordenado, capaz de estabelecer cronograma, prioridades e hierarquia entre tarefas, tendo um objetivo definido (missão), cujo propósito superior (finalidade) serve de critério para implementar uma agenda que, de resto, permanece atomizada (como se cada tarefa fosse um fim em si mesmo). Então importa reconhecer o propósito de construir um exército nacional permanente, objetivo que serve como missão, ou finalidade, para que as reformas da RSS estabeleçam metas e prioridades precisas que sejam sinérgicas entre si. A tradução empírica são reformas de longo prazo (quartéis, escolas e estradas), integradas (coordenação entre diferentes programas e doadores) e sustentadas (cooperação técnica internacional para a construção de estradas, escolas militares e o treinamento de oficiais congolezes). Trata-se, em última análise, de superar os atuais desafios da RSS no Congo tanto nas forças policiais quanto nas Forças Armadas.

### *Breve histórico da RSS no Congo*

A reforma das forças policiais começou em 2003 sem um plano estratégico, permanecendo iniciativas *ad hoc*. Envolveram o suporte da União Europeia (EUPOL); da França, de Angola, da África do Sul, da Grã-Bretanha, e a ONU (MONUC Police) (ICG, 2006). O caso da reforma das forças policiais serve de exemplo de como um plano de integração de forças beligerantes pode vir ao fracasso logo no início de seu estabelecimento. O plano de integração nacional das forças policiais adotado no Governo Transnacional foi abolido em 2004, devido às complicações intrínsecas ao processo<sup>303</sup>, mantendo-se uma integração (somente nas forças especiais)<sup>304</sup>.

Por seu turno, a integração das ex-forças combatentes gerou alguns problemas adicionais como: a insuficiência de recursos governamentais devido ao aumento do gasto público decorrente da integração das forças<sup>305</sup> e a corrupção em larga escala<sup>306</sup>. Mesmo com alguns sucessos em Kinshasa<sup>307</sup>, as forças policiais permanecem incapazes de prover segurança à população e ao Estado; sua tarefa acaba sendo cumprida com o auxílio de outras forças como as FARDC. Por outro lado, a tentativa ineficaz das Forças Armadas em compensar nas tarefas policiais desvia seu foco principal de dar cabo aos conflitos do leste (LRA e FDLR).

Por seu turno, a RSS das Forças Armadas (FARDC) teve início concomitante à formação do Governo de Transição, com vistas a sustentar o processo de integração dos ex-grupos beligerantes. A base principal para o processo ocorreu a partir de parcerias técnicas bilaterais (o que, em princípio, dificulta a coordenação e tende à atomização). Por exemplo, Bélgica e Holanda proveram fundos para a melhoria de centros de reagrupamento das FARDC, enquanto que Bélgica, Angola, África do Sul e, posteriormente, a MONUC auxiliaram com treinamento militar (BOSHOF, 2008; WOLTERS e BOSHOF, 2006; JANE`S, 2009).

No que tange ao processo de integração de ex-combatentes nas FARDC, a RSS pode ser dividida em duas fases principais: a primeira, de 2003 a 2006; e a segunda, de 2008 até os dias atuais.

---

<sup>303</sup> “O processo de integração se mostrou tão complicado, o transporte tão difícil e a habitação tão escassa, [...] que em outubro de 2004, a Comissão Mista de Reforma da Segurança, em que as autoridades congoleesas e os doadores se encontravam, abandonou a integração nacional e decidiu procedê-la em nível local” (ICG, 2006:6. Tradução minha).

<sup>304</sup> “Ao contrário do exército, não houve a integração nacional da polícia. Houve um esforço para integrar as diversas facções em unidades especializadas, mas não na Polícia Territorial. Para esta última, as estruturas já existentes foram mantidas, e o treinamento foi descentralizado para o nível provincial” (ICG, 2006:7. Tradução minha).

<sup>305</sup> Há pouco envolvimento de doadores na reforma policial (poucos equipamentos e treinamentos curtos).

<sup>306</sup> A integração e a falta de comprometimento dos ex-grupos rebeldes com o governo central fazem com que salários não sejam devidamente passados pela cadeia de comando, sendo assim desviados.

<sup>307</sup> Em junho de 2005 houve o controle de levantes em Kinshasa devido ao adiamento das eleições, mediante o envio de 2.500 homens da Polícia de Intervenção Rápida (PIR), unidade de mobilidade especializada no controle urbano, e 1.000 homens da Unidade de Polícia Integrada (UPI), unidade direcionada à proteção das instituições de transição em Kinshasa (ICG, 2006:6 e 32).



Na primeira fase (2003-2006) a integração militar iniciou-se como parte de um programa conjunto (*Tronc Comum*) que englobava, por um lado, a Desmobilização, o Desarmamento e a Reintegração (DDR) de ex-combatentes que quisessem ingressar na vida civil<sup>308</sup> e, por outro, a integração nas Forças Armadas dos combatentes que preferissem seguir a carreira militar.<sup>309</sup> Como resultado, foram desmobilizados 180.000 combatentes, dos quais 130.000 foram reintegrados à vida civil e 50.000 incorporados às FARDC. O objetivo principal da primeira fase era desmobilizar os combatentes da Primeira Guerra do Congo e estabelecer a segurança interna para as eleições de 2006. Nesta data, com 70.000 soldados das FAC e 19.000 rebeldes ainda por serem desmobilizados, as metas da primeira fase de integração estavam longe de serem alcançadas. Contudo, o processo foi dado por encerrado no início do novo mandato de J. Kabila em 2007.

Para além do passivo da primeira fase, a segunda fase da integração foi ainda mais conturbada devido à pressão do ressurgimento da guerra do leste (Estado de Violência). Esta etapa teve início em 2008, justamente, no auge dos combates com o CNDP e grupos Mai Mai no leste do país. A principal resposta não-militar constituiu-se na pura e simples aceleração do processo de integração dos grupos rebeldes nas FARDC. Isto se intensificou ainda mais após o acordo de paz assinado com o CNDP em março de 2009. Em síntese, se o processo de incorporação havia sido precário na primeira fase (2003-2006), a retomada da guerra no leste tornou o processo caótico a partir de 2008. O estabelecimento de hierarquia, comando e controle no setor de segurança (forças policiais e militares) tornou-se precário ou inexistente.

Os pontos negativos do processo são claramente observáveis. A integração foi feita sem controle dos que ingressavam nas FARDC ou na PNC, como, por exemplo, antecedentes criminais, violações de direitos humanos ou perpetração de crimes de guerra (BOSHOF et alli, 2010). As FARDC foram criadas com base em um acordo de paz vago com relação aos detalhes e à distribuição de poderes no novo exército. O Diálogo Intercongolês falhou em definir princípios adequados e mecanismos para a integração das várias facções combatentes em um exército nacional unificado. Os grupos buscaram manter estruturas de comando suficientemente fracas para que nenhuma facção pudesse sozinha controlá-las – o que resultou em múltiplas estruturas de poder concorrentes. A prioridade foi simplesmente a de neutralizar o impacto da ação dos grupos armados e de mais uma vez encerrar nominalmente a guerra. A agenda da RSS ficava ainda mais distante de estabelecer as bases para um exército nacional genuíno.

---

<sup>308</sup> O DDR teve o seu instrumento legal no Programa Nacional de DDR (PNDDR); a sua administração na Comissão Nacional de DDR (CONADER); e o seu financiamento principal no fundo *Emergency Demobilization and Reintegration Project* (EDRP) do Banco Mundial.

<sup>309</sup> A integração das Forças Armadas foi administrada pela *Structure Militaire d'Intégration* (SMI) e financiada pelo governo congolês e doações bilaterais.

Além disso, o sistema de cotas para a alocação no exército (racionalização imprescindível para a efetivação da integração) gerou graves distorções. Este sistema fez com que oficiais qualificados fossem demitidos, enquanto que oficiais não-treinados ou treinados em poucos dias adquirissem um cargo. Enquanto que ex-oficiais da FAZ levaram 20 anos para atingir o posto de General, um cidadão armado Mai Mai chegava a este posto em um ano. Estas distorções estabelecem dificuldades sobre as quais se assenta qualquer cadeia de comando e controle.<sup>310</sup> É difícil de esperar que oficiais de carreira sejam leais a comandantes “integrados” – como no caso descrito acima – e, de forma análoga, é difícil esperar do miliciano a disciplina devida a seus oficiais superiores, quando não pertencentes a seu próprio grupamento.

Aqui desponta a importância das escolas militares como critério para formação de carreira burocrática (plano de cargos e salários), característica de qualquer organização militar. Neste caso, o concurso da meritocracia (exercício do comando baseado no conhecimento) é imprescindível para criar a base da legitimidade sem a qual a disciplina militar torna-se meramente formal e acaba sendo impossível falar em uma verdadeira cadeia de comando e controle.

Além das dificuldades inerentes à integração promovida nos padrões do *power-sharing* “hard”, verifica-se que mesmo seu cumprimento é contingenciados. Isto é observado quando ex-líderes rebeldes relutam em enviar suas melhores tropas para a estrutura de integração. Ao mesmo tempo, essas lideranças lucram com o processo descontrolado de integração e com o aumento no número de soldados fantasmas. Os comandantes das ex-forças combatentes inflam seus números e garantem pagamentos para tropas inexistente (dinheiro que segue para seus próprios bolsos). Inexistem números precisos sobre o novo exército e os pagamentos são alocados para uma quantidade geralmente superior a real. Em 2006, a metade dos USD 8 milhões direcionados mensalmente para salários ia para soldados fantasmas (ICG, 2006:16)

A RSS acaba por falhar em dois pontos principais. Primeiro, na falta de coordenação entre doadores internacionais, em grande medida devido às disputas pela liderança do processo. Como exemplo, ONU e EUSEC competem entre si pelo controle dos programas, mas não conseguem cooptar efetivamente doadores, tais como Angola, China e África do Sul (BOSHOF et alli, 2010). Além disso, a falta de coordenação permite que o Ministério de Defesa duplique pedidos de doações e parcerias. Outro problema decorrente da falta de coordenação entre parceiros bilaterais ocorre no caso do treinamento das forças integradas. Diferentes programas

---

<sup>310</sup> **Comando e Controle (C2)** - “O exercício da autoridade e direção por um comandante devidamente designado sobre as forças atribuídas e designadas para o cumprimento da missão.” (USA, 2011:65. Tradução minha). “*The exercise of authority and direction by a properly designated commander over assigned and attached forces in the accomplishment of the mission*” (USA, 2011:65). Simplificadamente, trata-se da capacidade de dar ordens e de verificar se estas foram cumpridas.

bilaterais de treinamento pouco coordenados produzem batalhões heterogêneos e com reduzida interoperatividade. Reproduzem-se núcleos pouco integrados e baseados em diferentes doutrinas militares.

Em segundo lugar, há importantes constrangimentos internacionais que bloqueiam recursos multilaterais direcionados a programas de reestruturação militar. O Banco Mundial, que coordena o maior fundo de DDR para a RDC, proíbe a utilização de seus recursos para o pagamento militares ou a reestruturação de Forças Armadas. Os recursos têm de ficar a cargo do governo congolês ou para doadores bilaterais. Há muito dinheiro para as pessoas que deixam o exército, mas pouco para os que permanecem em serviço. Assim, “80 por cento dos ex-combatentes escolheram pela desmobilização ao invés da integração no exército. Como consequência, as brigadas tiveram de ser reduzidas de 3.500 para aproximadamente 2.200 homens” (ICG, 2006:25. Tradução minha)<sup>311</sup>. Na prática, disposições como esta do Banco Mundial, oriundas das instituições multilaterais, bem como a competição pelo controle de programas e as parcerias bilaterais feitas à reverteria proíbem que o exército nacional permanente seja colocado no topo da agenda da RSS (simplesmente é impossível custeá-lo).

Enquanto que doadores apoiam a MONUSCO com mais de USD 1 bilhão anuais, eles recusam a possibilidade de fornecimento de equipamentos básicos para as brigadas integradas e recursos para condições de vida descentes aos militares. Mesmo os EUA, que lançaram o AFRICOM (único comando destinado a dar assistência e não prioritariamente planejar operações militares ou missões de combate) pecam ao contribuir apenas com itens secundários (materiais não-letais, calçados e purificadores de água) que pouco ou nada fazem para alterar o status quo do Estado de Violência (ICG, 2006:21). Somente a Bélgica respondeu aos apelos congolezes de melhoria logística e de equipamentos. Apesar do comportamento belga, sem o suporte logístico da MONUSCO, as unidades congolezas são inefetivas. Em grande medida, a dificuldade em obter doações de viaturas deve-se a inexistência de um corpo técnico (cabos e sargentos) capazes de empreender as tarefas elementares de manutenção e conservação dos mesmos. Para tanto, são necessárias escolas militares de nível médio. Daí se constata que, mesmo para a mobilidade estratégica das tropas da ONU, isso para não falar das FARDC, é preciso de um exército nacional que forneça a estrutura logística às operações militares.

Como visto, os desafios à continuidade do processo de RSS não são pequenos. Trata-se, no entanto, de uma empreitada fundamental para que se alcance a definição militar do conflito e que requer comprometimento nacional e internacional para que isto ocorra.

---

<sup>311</sup> “[...] 80 per cent of ex-combatants choose demobilisation over army integration. As a consequence, brigades have had to be downsized from 3,500 to approximately 2,200” (ICG, 2006:25).

## 4.5 Conclusão do Capítulo 4

A estrutura e o indivíduo importaram novamente para a relação entre guerra e Estado no Congo.

No que tange ao primeiro elemento (3ª imagem), a rivalidade e a competição entre Estados africanos alcançaram níveis praticamente inéditos no período pós-Guerra Fria, quando o sistema de patronagem extrarregional foi reduzido a proporções limitadas. Apesar da preponderância gradualmente adquirida pelas Nações Unidas e por Organizações Regionais como substitutos do antigo sistema – estes possuíam diferenças qualitativas (capacidade de coação reduzida) em relação às antigas forças protetoras da ordem internacional. Como resultado, os países africanos adquiriram maior liberdade e espaço de manobra para traçar suas próprias políticas – as quais poderiam ou não ter a aderência das grandes potências. Essa importante mudança nas estruturas pode ser empiricamente observada no perfil das ameaças da Segunda Guerra do Congo. Apesar de a guerra manter as tradicionais relações *proxy* que buscavam legitimar as pretensões políticas e as operações militares dos grupos agressores e defensores, a presença majoritária de forças armadas nacionais de um grande número de países africanos trouxe a tona o peso da disputa interestatal na região.

Por outro lado, exatamente por esta disputa envolver até mesmo o destino do equilíbrio regional é que tropas vizinhas foram ao auxílio do frágil Estado Laurent Kabila – atuando no papel de forças principais durante a conflagração. A estrutura também influenciou na resolução do conflito e na adoção do modelo politicamente correto do *power-sharing* – o que garantiu a J. Kabila, juntamente com outras políticas alinhadas a potências ocidentais e a instituições internacionais, um maciço suporte político-financeiro externo. A conjunção desses fatores – proteção regional, mecanismo de *power-sharing* e disponibilidade de recursos internacionais – parecem ter reduzido os incentivos positivos que a competição interestatal poderia trazer para o processo de construção estatal.

As opções do indivíduo também importaram para este resultado. Laurent Kabila buscava a vitória militar, mas era centralmente dependente das forças amigas e preocupava-se muito pouco com o fortalecimento de seu próprio exército. Além disso, intensificou a pilhagem dos recursos naturais de seu país, distribuindo-os entre os aliados na guerra – enquanto que políticas de construção de uma economia nacional e de redes de infraestrutura que dessem suporte para o esforço de guerra ficaram para o segundo plano. Durante o regime de seu filho Joseph Kabila, optou-se novamente pela adoção de um exército composto por bandos armados; por uma economia baseada em rendimentos que pouco incentivaram o surgimento de uma burguesia nacional e a construção de obras de infraestrutura; e pela manutenção do quadro de escassez de

direitos fundamentais da população. Observou-se a dependência da tutela da MONUSCO, do auxílio das forças armadas de países vizinhos e da boa vontade de instituições internacionais em emprestar recursos ou em perdoar a dívida externa do país. Iniciativas pontuais como a aproximação com a China, o banimento da extração e do comércio de recursos naturais, e a aliança militar aos países vizinhos no esforço de supressão dos grupos rebeldes são ainda muito esparsas para representar um comprometimento de longo prazo com a construção do Estado.

Por fim, verificou-se que a ênfase do atual projeto de RSS para o Congo está nas forças policiais e na capacidade de combate tático, e não no exército nacional permanente. A julgar pela agenda da primeira reforma implementada em 2003 e dos limites do programa do Banco Mundial, não há qualquer compromisso com a construção de um exército permanente e sequer se vislumbra a sua tarefa não militar: a construção de uma elite nacional com capacidade gestora, que seja justamente o núcleo que vertebra a concepção weberiana de Estado (no caso, a dominação racional/burocrática). Desnecessário dizer que para Weber a forma de dominação racional/burocrática, neste caso em oposição à carismática e tradicional, é a única na qual se pode esperar o estabelecimento de um Estado republicano e democrático. Por este percurso a construção do exército nacional se liga à própria formação do estado democrático de direito e das instituições políticas.

## CONCLUSÃO

No curso desta dissertação procurou-se apresentar argumentos que sustentam a percepção de que a forma de resolução da Segunda Guerra do Congo (paz negociada) colaborou para a criação de um ambiente adverso, definido no âmbito deste trabalho como “estado de violência” (GROS, 2006, 2007 e 2008). Apesar dos argumentos, sustentados empiricamente, contra a implementação de arranjos de *power-sharing* como forma de resolver conflitos civis, o trabalho procurou desenvolver uma abordagem convergente, próxima aos termos propostos por Monica Toft (2010). Esta percepção se encaixa no caso da RDC, em que, apesar de haver a necessidade de esforços para efetivar a vitória militar contra grupos armados ainda atuantes, a integração de ex-grupos combatentes já foi realizada e não pode ser desfeita, sob a possibilidade de o Estado colapsar completamente.

Portanto, aliando-se às proposições de Toft, sugere-se que a Reforma do Setor de Segurança do país pode trazer os benefícios da definição militar do conflito para dentro dos arranjos de paz negociada. Isto, pois desmobiliza efetivamente os grupos armados já integrados, cria mecanismos de *enforcement* para que estes grupos não venham a retomar a luta armada e estabelece um poder coercitivo suficiente para a desmobilização e o desarmamento forçado ou voluntário de outros grupos ainda em conflito. Trata-se, em última instância, de se construir um exército nacional.

Contudo, a importância do exército nacional não deve ser entendida em termos meramente coercitivos. Os gastos militares, conforme evidenciado anteriormente, servem de suporte ao sistema tributário nacional, à Justiça Federal e, por este percurso, a toda burocracia civil. Sem meios administrativos as instituições políticas reduzem-se à mera quimera. Mais do que instrumento administrativo, por definição o exército nacional é um instrumento de sociabilidade, integração de etnias, e de educação (ordens escritas). Trata-se de produzir um organizador coletivo e um princípio reitor (graças às encomendas e gastos militares) para que se possa constituir também a economia nacional. A inclusão, operada inicialmente através do exército, passando pela formação de uma burocracia também plural, parece ser condição para a possibilidade de instituições políticas democráticas.

Procurou-se também evidenciar as particularidades históricas no processo de construção do Estado na África Subsaariana, mediante a obra de Jeffrey Herbst (2000a), para quem elementos estruturais inscreveram a África em uma realidade distinta do caso europeu. No caso africano a tutela internacional sobre as fronteiras foi um condicionador importante ao limitar a natureza das ameaças interestatais. A estabilidade das fronteiras e da territorialidade na África *vis a vis* um ambiente interno continuamente instável – caracterizado pela ampla existência de

movimentos insurgentes, em geral apoiados externamente (guerras *proxy*) – contribuiu para uma trajetória de construção do Estado que dava prioridade à segurança interna em detrimento da percepção de ameaças externas.

A maior parte dos Estados africanos formou-se à época da bipolaridade. Neste caso, a característica da estrutura, em que a ordem internacional dependia da disciplina interna a cada bloco, garantiu a disponibilidade de forças externas para interferir nos conflitos armados locais e de recursos para financiar a guerra sem desenvolver a economia nacional. Sobretudo dos esforços de guerra dos regimes que atuavam no papel de gendarme (defesa) dos interesses do “ocidente”.

Na trajetória congoleza também importou a indisposição de lideranças do país para a construção do projeto nacional. Exatamente por isso é que a lembrança do nacionalista Lumumba permanece viva como um dos únicos elementos autênticos do ideário nacional congolês. Mobutu parece ter sido o grande depositário das políticas de Leopoldo II. Mesmo sob o governo do ditador, o Congo esteve muito perto de tornar-se um país celeiro do desenvolvimento africano. A base de tudo isso estava na construção de um exército nacional que servia de elemento incubador da burocracia e burguesia nacionais. O sistema de escolas militares congolêsas, sua burocracia civil, as empresas estatais e universidades, causavam a forte impressão de que RDC encontrava-se em pleno processo de modernização. Todavia as ambições pessoais do presidente falaram mais alto e ele preferiu não correr o risco de assistir ao estabelecimento de novas elites emergentes. Como demonstrou-se, foi então que houve a desmontagem do exército e a intensificação da aplicação de critérios exclusivistas (étnicos ou tribais) na direção das estatais. Até hoje o Congo não teve uma oportunidade como a desperdiçada por Mobutu.

À queda de Mobutu seguiram-se as duas guerras do Congo e à indefinição militar da Segunda Guerra do Congo – que se relaciona com o tipo frágil de solução do conflito baseada nos mecanismos formais de *power-sharing*. Este último fator – que une tanto pressões estruturais quanto opções individuais – conduziu à perda da capacidade coercitiva e ao processo de falência do Estado. Este elemento. De fato, pode-se constatar pela experiência africana (e congoleza) que guerras civis resolvidas apenas por acordos de paz formais não garantem o estabelecimento do monopólio da força por parte do Estado – o que acaba por gerar poucos incentivos para a manutenção da paz e da própria segurança interna.

Por outro lado, atualmente podem-se verificar mudanças no âmbito dos condicionamentos oriundos da estrutura. A nova configuração multipolar do sistema internacional apresenta, no mínimo, três fatores que podem colaborar para alteração da situação atual da RDC. O primeiro concerne a um novo ambiente internacional menos estável na África

no pós-Guerra Fria – em que a baixa competição interestatal é substituída por um ambiente mais favorável à construção do Estado. Isto ocorre, pois líderes são incentivados à realização de reformas autofortalecedoras visando não ficar para trás dentro deste ambiente mais competitivo.

O segundo fator diz respeito ao novo ritmo da inserção chinesa na África. Esta realidade incentiva o processo de construção estatal em dois sentidos: (i) auxilia a construção de obras de infraestrutura pelo próprio padrão de investimentos chineses e (ii) incentiva a “corrida para a África” por parte de outras potências, o que cria um ambiente competitivo no qual os países africanos podem vir a lucrar com o estabelecimento de um novo poder de barganha.

O terceiro e mais importante elemento se refere aos processos políticos, econômicos e securitários de integração regional. Este fenômeno surge como uma opção mais sustentável de médio e longo prazos e envolve de forma mais intensa o próprio papel da RDC como agente de suas relações exteriores. Trata-se, sem dúvida, de um momento histórico inédito - do qual o Congo pode se utilizar para decidir favoravelmente sobre o seu destino.

Outro fator que agrega peso ao processo de integração regional é a possibilidade de se passar a tratar o caso congolês a partir de sua verdadeira face: como um problema regional. É evidente que, principalmente no caso de grupos armados estrangeiros que atuam no país, a situação não se resolverá com ações somente do governo da RDC. Isto porque envolve problemas regionais mais profundos, relacionados a embates entre etnias Tutsi e Hutu e entre grupos que se dizem mais congolezes que outros.

Por outro lado, a integração regional também pode trazer soluções ao Estado congolês na medida em que se construa a infraestrutura da integração. Ademais, o estabelecimento de operações conjuntas mais intensivas com os países vizinhos tem a capacidade de auxiliar na recuperação da capacidade militar do país. Em médio-prazo, esta solução poderia ajudá-lo a superar a dependência das forças da MONUC.

Finalmente, a criação de unidades políticas maiores parece poder resolver alguns problemas históricos do Congo. Entre eles está (1) a escassa expansão do poder do Estado através de redes de transporte, em que a infraestrutura da integração pode interferir positivamente; (2) a ausência de direitos de cidadania congoleza a grande parte de Tutsi imigrados de Ruanda (mesmo anteriormente à década de 1960), em que a integração pode fazer com que todos passem a ser cidadãos dos Grandes Lagos; (3) a reprodução de mercados ilegais de comércio de armas e de recursos naturais, na qual a integração poderá interferir deslocando as fronteiras aduaneiras para países vizinhos (assim, Uganda e Ruanda passam a serem também prejudicadas pelo comércio ilegal).

A integração regional pode trazer novas condições para a definição militar do conflito e o desenvolvimento regional. No momento atual, em que o paradigma epocal sugere que “os



principais fenômenos políticos são a reorganização territorial do mundo a partir da desintegração de Estados e a formação de blocos econômicos (...)” (GUIMARÃES, 2005: 314-15), a viabilidade do Estado nacional parece passar pela criação do Estado multinacional.

Importam também para a RDC as parcerias extrarregionais. Com o surgimento atual de uma ordem mundial multipolar nucleada regionalmente observa-se a intensificação da atuação do Brasil no cenário internacional, sobretudo no que tange ao eixo sul-sul. Consoante com essa realidade está a renovação das posições brasileiras frente a questões estratégicas, indicada pelas novas prioridades operacionais, institucionais e orçamentárias dadas ao setor de defesa.

Pode-se citar como exemplo do novo posicionamento brasileiro a intervenção no Haiti e o comprometimento com operações baseadas no capítulo VII da Carta da ONU (operações de imposição de paz). Merece destaque o Decreto Nº 6.592/08 do SINAMOB (Sistema de Mobilização Nacional), que estabelece uma nova percepção brasileira sobre as tarefas relacionadas à Defesa integrando os gastos militares com o desenvolvimento sustentado através do desenvolvimento e da entronização de novas tecnologias e a geração de emprego e renda. A concreção deste esforço é claramente distinguida no documento como a formação da “Base Industrial de Defesa”. Este enfoque multidimensional do Ministério da Defesa do Brasil também está plasmado na Estratégia Nacional de Defesa de 2008, que se apresenta como uma tentativa de afirmação de uma doutrina militar integrada entre segurança e diplomacia constituindo-se em um marco do estabelecimento da política de defesa brasileira como uma política de Estado (suprapartidária). Além disso, a formação do Conselho de Defesa da UNASUL em 2008 estendeu os pressupostos da política de defesa do Brasil aos países sul-americanos. Há compromisso expresso na criação de uma Base Industrial de Defesa Sul-Americana.

Ressalta-se também o papel do Acordo Militar Brasil-França (Decreto 6.011/07) que resultará, a partir de contratos que somam quase US\$ 8 bilhões, em uma nova capacidade militar para o país. Cumpre salientar que essas e outras políticas seguem o objetivo maior buscado atualmente pelo Itamaraty de conquista de um acento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O registro importa para constatar as possibilidades de cooperação interregional (América do Sul e África) entre as iniciativas internacionais que busquem a superação do Estado falido no Congo. Relaciona-se, especificamente, com a Reforma do Setor de Segurança – que, como se viu, empreende programas de cooperação técnica internacional na área militar – para que se contribua com os Estados africanos na busca de empreender com seus próprios meios a sua reconstrução nacional (TOFT, 2010).

Cabe retomar que aqui importam mais as parcerias técnicas internacionais e a cooperação internacional do que propriamente a mera projeção de força ou o deslocamento de tropas em

nome da ordem internacional, o que tem tido historicamente resultados duvidosos. Aos poucos a ordem internacional assimila a ideia de que os problemas de segurança, à semelhança do que ocorre com a ordem interna, não podem ter uma resposta apenas militar ou policial.

As relações Brasil-África seguem este padrão do novo posicionamento internacional do Brasil. Há (1) um aumento no número de viagens presidenciais ao continente africano<sup>312</sup>; (2) o incremento no comércio exterior<sup>313</sup>; (3) o desenvolvimento de uma política de segurança alimentar, com a abertura de escritórios da Embrapa no continente; (4) os esforços para uma política de biocombustíveis, com estudos para a instalação na África de uma unidade produtiva de cana-de-açúcar articulada a uma usina-piloto de etanol; (5) a inauguração de uma política agrícola de desenvolvimento, principalmente ligada à produção de algodão, com a implantação de fazendas-modelos em Mali, Burkina Fasso, Chade e Benin; (6) e o fortalecimento de uma política de saúde pública, que já vê resultados com a abertura, em Moçambique, de um escritório da Fiocruz e de uma fábrica de medicamentos genéricos e antirretrovirais. Destaca-se ainda os esforços gerais de cooperação técnica a nível ministerial no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), da EMBRAPA e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Momentos simbólicos dessa aproximação são verificados nas duas Cúpulas América do Sul-África, em novembro de 2006 (Abuja, Nigéria) e setembro de 2009 (Isla Margarita, Venezuela), com liderança brasileira e nigeriana; na Assinatura do Acordo de Comércio Preferencial entre Mercosul e União Aduaneira da África Austral (SACU) entre 2008 e 2009; no Discurso Luiz Inácio da Silva na cerimônia de abertura da 13ª Assembléia da União Africana em julho de 2009; na criação do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, em maio de 2010 (Brasília); e na instituição da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira no mesmo ano.

Os projetos dos países emergentes em direção à África são um exemplo de relações de cooperação internacional em que a simetria se reduz e oferece-se modelos mais fecundos que os obtidos pelos programas dos países centrais. Iniciativas como as de Brasil, China, Índia e da própria África do Sul, parecem trazer diferenças qualitativas no que diz respeito aos projetos, às exigências, e às perspectivas de desenvolvimento dos países africanos. Espera-se que o Congo beneficie-se deste novo momento.

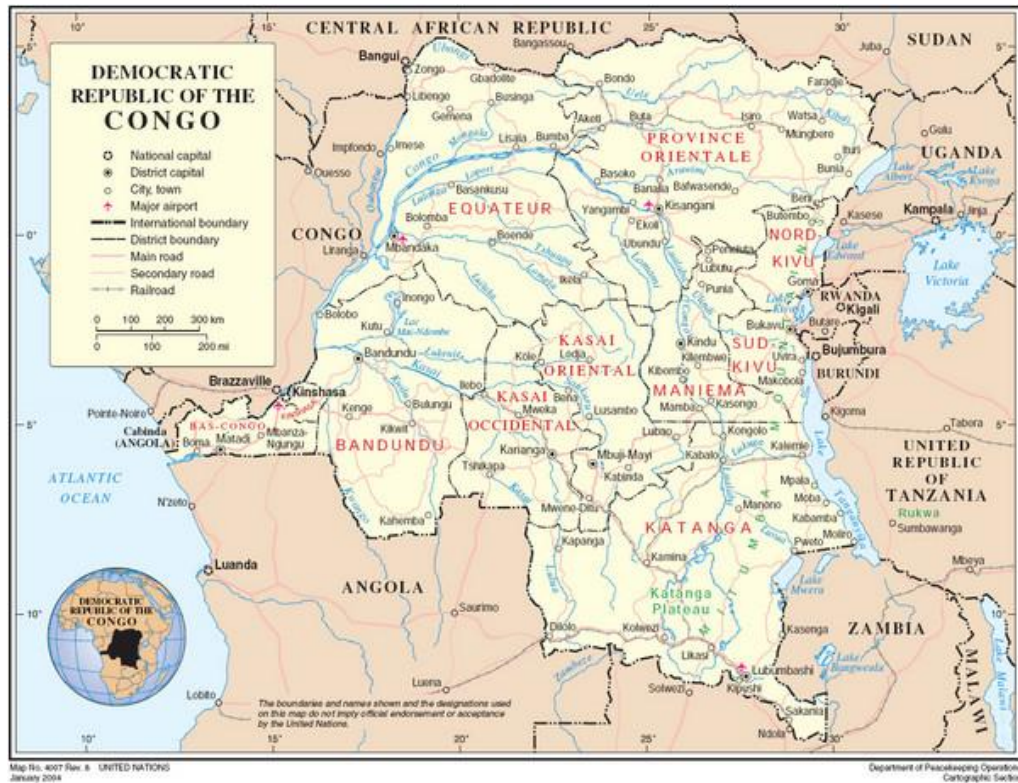
---

<sup>312</sup> Segundo dados do início de 2009, desde 2003 o presidente Lula havia visitado o continente africano nove vezes.

<sup>313</sup> O fluxo de comércio entre Brasil e África aumentou mais de 400% desde o início do governo Lula, atingindo o patamar de US\$ 26 bilhões em 2008 (PEB, 2009).

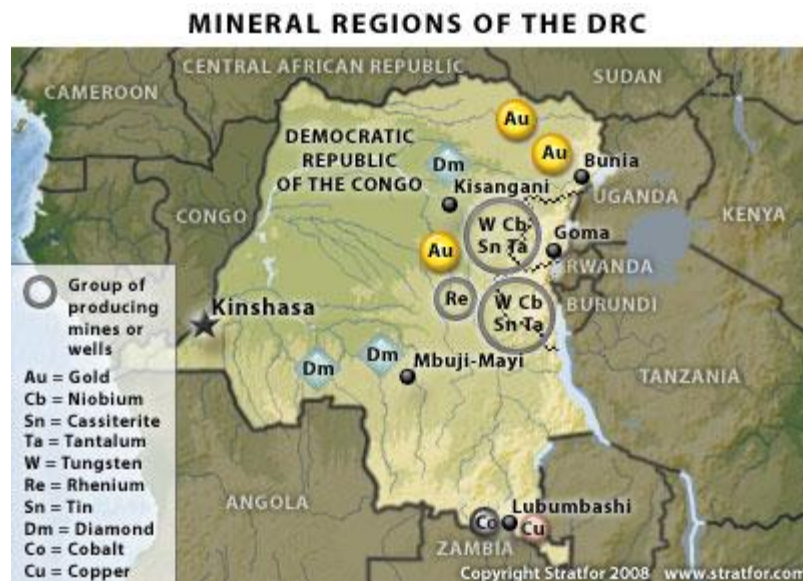
## ANEXOS

### ANEXO 1 – RDC: Mapa político



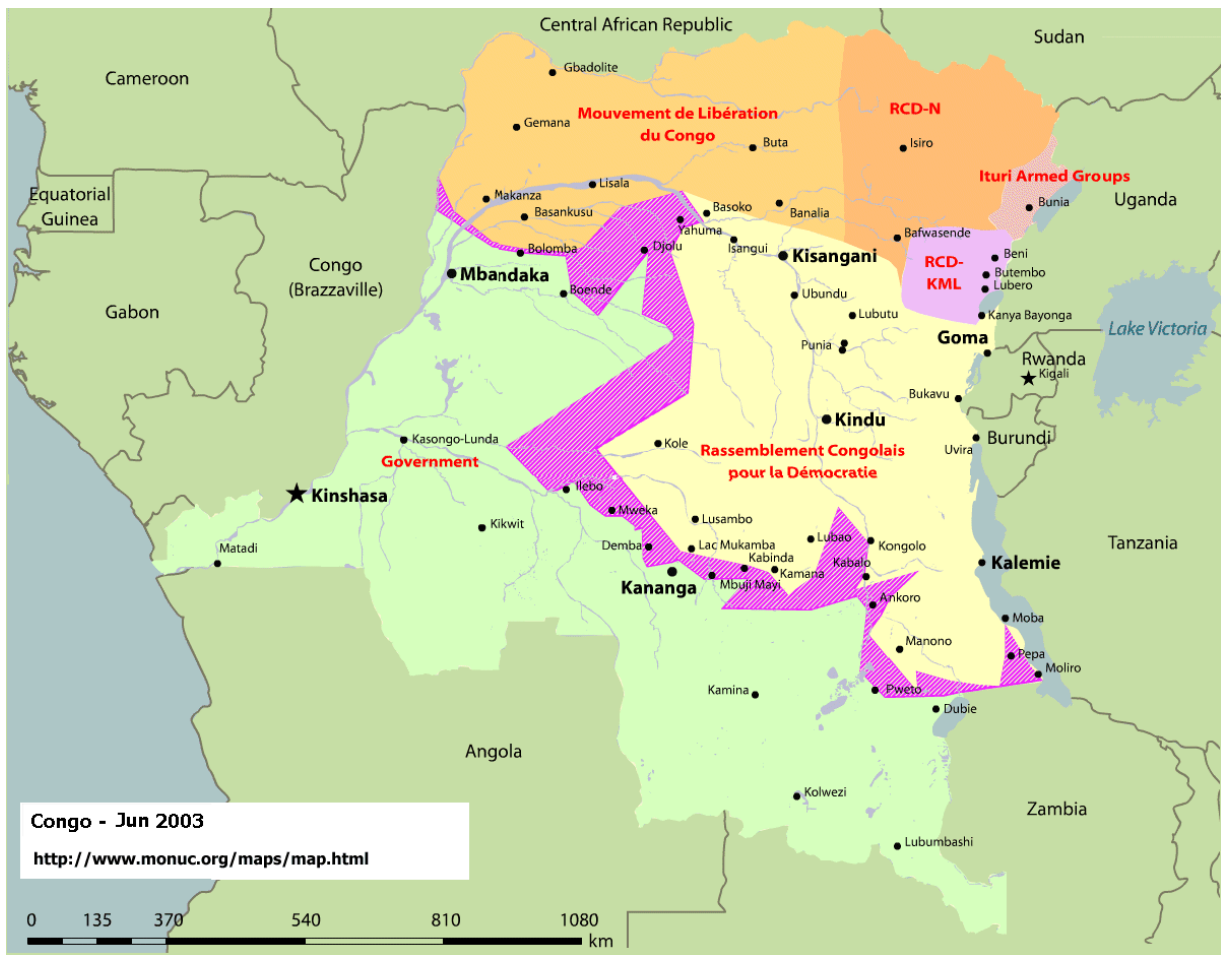
Fonte: <http://mappery.com/maps/Democratic-Republic-of-Congo-Map.mediumthumb.jpg>

### ANEXO 2 – RDC: Distribuição geográfica dos principais minérios



Fonte: STRATFOR, 2006

### ANEXO 3 – RDC: Ocupação externa durante a Segunda Guerra do Congo



Fonte: <http://www.globalsecurity.org/military/world/war/images/congo-map-030600-un.gif>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros, Artigos, Teses e Dissertações

- ABADIE, Delphine; DENEULT, Alain, SACHER, William (2008). “Balcanização e pilhagem no Leste do Congo”. 2 de dezembro. *Le Monde diplomatique*. [http://pt.monediplo.com/spip.php?article380]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- ALEXANDER, John B. (2009). “Africa: Irregular Warfare on the Dark Continent”. *JSOU Report 09-5*. Florida: JSOU Press.
- ALMOND, Gabriel (1989). “The intellectual history of civic culture concept”. In: ALMOND, Gabriel and VERBA, Sidney (eds.). *The civic culture revisited*. London, Sage.
- ALMOND, Gabriel (1996). “Political science: the history of the discipline”. In: GOODIN, Robert; KLINGEMANN, Hans-Dieter. *A New Handbook of Political Science*. Oxford University Press.
- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney (1963). *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (eds.) (1989). *The civic culture revisited*. London, Sage.
- BAREGU, Mwesiga (2002). The Clones of 'Mr. Kurtz': Violence, War and Plunder in the DRC. *Afr. j . polit. sd.*, Vol 7 No. 2.
- ALMQUIST, Alden (1993). “Chapter 2 - The Society and Its Environment”. In: MEDITZ, Sandra W.; MERRILL, Tim (eds.). *Zaire: a country study*. Washington: Federal Research Division, Library of Congress. [http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/zrtoc.html]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- ARENDT, Hannah (1989). *Origens do Totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras.
- ARNOLD, Guy (2008); *Historical Dictionary of Civil Wars in Africa*. Second Edition. Lanham, Maryland: The Scarecrow Press, Inc.
- ARRIGHI, Giovanni (1996). *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- ATZILI, Boaz (2006). “When Good Fences Make Bad Neighbors Fixed Borders, State Weakness, and International Conflict”. *International Security*, Volume 31, Number 3, Winter 2006/07, pp. 139-173.
- BAREGU, Mwesiga (2002). The Clones of 'Mr. Kurtz': Violence, War and Plunder in the DRC. *Afr. j . polit. sd.*, Vol 7 No. 2.
- BELASCO, Amy (2010). *The Cost of Iraq, Afghanistan, and Other Global War on Terror Operations Since 9/11*. Congressional Research Service, September 2, 2010. [http://www.fas.org/sgp/crs/natsec/RL33110.pdf]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- BENDIX, Daniel; STANLEY, Ruth (2008). “Security Sector Reform in Africa: The Promise and the Practice of a New Donor Approach”. *African Centre for the Constructive Resolution of Disputes*. Occasional Paper Series: Volume 3, Number 2, 2008
- BENDIX, Reinhard (1962). *Marx Weber: An Intellectual Portrait*. Garden City, NY: Anchor Books.
- BENDIX, Reinhard (1986). *Max Weber: um perfil intelectual*. Trad. Elisabeth Hanna e José Viegas Filho. Brasília: UnB.
- BIZAWU, Kiwonghi Sébastien (2008). *O Conselho de Segurança da ONU e Os Conflitos nos Grandes Lagos: análise seletiva e interpretativa das resoluções sobre o Congo*. Barueri, SP: Editora Manole.
- BLUM, William (2004). *Killing Hope: US military and CIA interventions since World War II*. Monroe. Maine: Common Courage Press.
- BOBBIO, Norberto (et alli) (1986). *Dicionário de Política*. Brasília, Editora da UnB.
- BOIX, Carles (2003). *Democracy and Redistribution*. New York: Cambridge University Press.
- BOIX, Carles (2006). "The Roots of Democracy." *Policy Review*, no. 135, February-March.
- BONANATE, Luigi (2001). *A guerra*. Trad. Maria Tereza Buonafina e Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Estação Liberdade.
- BOSHOFF, Henri (2008). “Security sector reform in the Democratic Republic of Congo: The status of military reform”. *Institute for Security Studies: African Security Review* 17.2.
- BOSHOFF, H.; HENDRICKSON, D.; MORE, S.; VIRCOULON, T. (2010). 'Supporting SSR in the DRC: Between a Rock and a Hard Place - An Analysis of the Donor Approach to Supporting Security Sector Reform in the Democratic Republic of Congo', Clingendael - Netherlands Institute of International Relations, The Hague.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (1995). “Estado, Sociedade Civil e Legitimidade Democrática”. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, no. 36, 1995: 85-104.
- BROWN, Stephen; ZAHAR, Marie-Joëlle (2008). “Committing to Peace: Soft Guarantees and Alternative Approaches to Power Sharing in Angola and Mozambique”. *Journal of Peacebuilding and Development*, Volume 4, Number 2, Fall 2008, pp. 75-88(14).
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de (1998). *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder CO: Lynne Rienner Publishers.
- CABRAL, Amílcar (1980). *A Arma da Teoria*. Rio de Janeiro: CODECRI.

- CALLAGHY, T. M. (1984). *The State-Society Struggle: Zaire in Comparative Perspective*. New York: Columbia University Press.
- CAMPBELL, Donald; STANLEY, J.C. (1966). *Experimental and Quasi-Experimental Design for Research*. Chicago: Rand McNally.
- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo (1977). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 4.ed.
- CASTELLANO, Igor (2008). *A Influência da Religiosidade nas Políticas de Defesa de EUA e Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Relações Internacionais. Porto Alegre: Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2008
- CASTELLANO, Igor; SARAIVA, Fernando (2009). “Ineficiência do Estado: o papel da guerra e dos recursos naturais na República Democrática do Congo”. *Revista Perspectiva*, v. 2, p. 27-46, 2009.
- CASTELLANO, Igor (2009). “Power-sharing e Rep. Democrática do Congo: a insuficiência do modelo na superação da vulnerabilidade externa do Estado”. In: *II Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS. América Latina em Debate.*, 2009, Porto Alegre. Seminário Nacional de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre : Nova Prova, 2009. v. 1. p. 1255-1279.
- CASTELLANO, Igor (2010a). “Sistema Internacional e Revoluções: Causas para o fracasso dos movimentos revolucionários no Congo (1963-1968)”. In: *III Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS*, 2010, Porto Alegre. Anais do III Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS, 2010.
- CASTELLANO, Igor (2010b). “Guerra Irregular e Estado Falido: Esclarecendo conceitos para o caso da República Democrática do Congo”. In: *II Seminário Nacional Sociologia e Política da UFPR*, 2010, Curitiba. Anais do II Seminário Nacional Sociologia e Política da UFPR, 2010.
- CENTENO, Miguel (2002). *Blood and Debt: War and the Nation-State in Latin America*. University Park, Pa.: Penn State University Press.
- CEPIK, Marco (2001). “Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Consequências Políticas”. *Security and Defense Studies Review*. Vol. 1, Spring.
- CHAMBERS, Madeline (2005). *Darfur death toll may be 300,000, say UK lawmakers*. Reuters. 30 de Março. [http://www.alertnet.org/thenews/newsdesk/L30582172.htm]. Disponibilidade: 16/07/2010.
- CHANG, Ha-Joon (2004). *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP.
- CHOJNACKI, Sven; REISCH, Gregor (2008). *New List of Wars, 1946-2006*. Berlin: Freie Universität Berlin/Berliner Forschungsgruppe Krieg (FORK).
- CLAPHAM, Christopher (2005). *Africa and the International System: The Politics of State Survival*. Cambridge: Cambridge Studies in International Relations.
- CLARK, John F. (ed.) (2002). *The African Stakes of Congo War*. New York: Palgrave Macmillan.
- CLAUSEWITZ, Claus von (2003). *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes.
- COUTINHO, Marcelo (2008). *Crises Institucionais e Mudança Política na América do Sul*. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições.
- COLLIER, Paul; SAMBANIS, Nicholas (Eds.) (2005). *Understanding Civil War*. Washington DC: The World Bank.
- DA SILVA, Carlos Eduardo M. Viegas (2003). *A Transformação da Guerra na Passagem para o Século XXI: um estudo sobre a atualidade do paradigma de Clausewitz*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Carlos-SP: Universidade Federal de São Carlos.
- DAALDER, Hans (1974). ‘The consociational democracy theme’. *World Politics*, 26: 604-21.
- DAHL, R. (1997). *Poliarquia*. São Paulo. Edusp.
- DAVIDSON, Basil (2005). *Africa in History: Themes and Outlines*. New York: Simon and Schuster.
- DAVIS, Mike. “O imperialismo nuclear e a dissuasão extensiva”. In: THOMPSON, Edward *et alli*. *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DE WITTE, Ludo. (2001). *The Assassination of Lumumba*. New York and London: Verso Ed. Verso.
- DEUTSCH, Karl (1961). “Social mobilization and political development”. *The American Political Science Review*, 15 (3): set.
- DEVLIN, Larry. *Chief of Station, Congo: fighting the cold war in a hot zone*. New York: PublicAffairs, 2007.
- DOBBINGS, James *et alli* (2005). *The UN’s role in nation-building: from the Congo to Iraq*. Santa Monica: RAND Corporation.
- DÖPCKE, Wolfgang (1999). “A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra”. *Rev. Bras. Polít. Int.* 42 (1): 77-109.
- DUNN, Kevin C. (2002). “A Survival Guide to Kinshasa: Lessons of the Father, Passed Down to the Son”. In: CLARK, John F. (ed.). *The African Stakes of Congo War*. New York: Palgrave Macmillan.
- DUNNIGAN, James F. (2003). *How to make War: A Comprehensive Guide to Modern Warfare for the Post-Cold War Era*. New York, Quill. 4th edition.
- DUNNIGAN, James F.; BAY, Austin (1991). *A Quick and Dirty Guide to War: Briefings on Present and Potential Wars*. New York: William Morrow and Co..
- EASTON, David (1953). *The Political System. An Inquiry into the State of Political Science*. New York: Knopf.



- EBENGA, Jacques; N'LANDU, Thierry (2005). "The Congolese National Army: In search of an identity". In: RUPIYA, Martin (ed.). *Evolutions & Revolutions: A Contemporary History of Militaries in Southern Africa*. Pretoria: Institute for Security Studies, pp. 63-83.
- EVANS, Peter; RUESCHMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (eds.) (1985). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FONTOURA, (2008). "Convertendo espadas em espadas: a ONU e a reforma das Forças Armadas do Timor-Leste". *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro: PUCRJ, PPG-RI.
- FORBATH, Peter (1991). *The River Congo: The Discovery, Exploration, and Exploitation of the World's Most Dramatic River*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt Publishing.
- FUKUYAMA, Francis (2005). *Construção de Estados: Governo e organização no século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco.
- FURTADO, Celso. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, Celso. *BRASIL: Construção Interrompida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, Celso. *Cultura e Desenvolvimento em época de Crise*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- GALVÃO, Denise Lúcia (2005). *Conflitos Armados & Recursos Naturais: As "novas" guerras na África*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB.
- GETTLEMAN, Jeffrey (2010). "Africa's Forever Wars: Why the continent's conflicts never end". *Foreign Policy*, março/abril. [[http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/02/22/africas\\_forever\\_wars](http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/02/22/africas_forever_wars)] Disponibilidade: 04/03/2011.
- GIDDENS, Anthony (2001). *O Estado-nação e a violência: Segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico*. São Paulo: Edusp.
- GILPIN, Robert (1981). *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GLEDITSCH, Nils Petter; WALLENSTEEN, Peter; ERIKSSON, Mikael; SOLLENBERG, Margareta; STRAND, Håvard (2002). "Armed Conflict 1946-2001: A New Dataset." *Journal of Peace Research* 39(5).
- GLEIJESES, Piero (2003). *Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*. Chapel Hill: The University of North Carolina.
- GLICKSON, Roger C.; SINAI, Joshua (1993). "Chapter 5 - National Security". In: MEDITZ, Sandra W.; MERRILL, Tim (eds.). *Zaire: a country study*. Washington: Federal Research Division, Library of Congress. [<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/zrtoc.html>]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- GOLDSTONE, Jack (1991). *Revolution and Rebellion in the Early Modern World*. Berkeley: University of California Press.
- GONDOLA, Ch. Didier (2002). *The History of Congo*. Westport: Greenwood Press.
- GONZÁLEZ, David (s/d). "Africa en Cuba – Cuba en Africa: 50 Años". Catedra "Amílcar Cabral". Universidad de La Habana.
- GRAY, Colin S. (2007). "Irregular Warfare One Nature, Many Characters". *Strategic Studies Quarterly*, winter, pp.35-57
- GROS, Frédéric (2006). *États de violence: essai sur la fin de la guerre*. Paris: Gallimard.
- GROS, Frédéric (2007). Fim da Guerra clássica – Novos Estados de Violência. *Programa Cultura e Pensamento*. 24 setembro. [[http://www.cultura.gov.br/programas\\_e\\_acoes/cultura\\_e\\_pensamento/noticias/agenda/index.php?p=28594&more=1&c=1&pb=1](http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/cultura_e_pensamento/noticias/agenda/index.php?p=28594&more=1&c=1&pb=1)] Disponibilidade: 04/03/2011.
- GROS, Frédéric (2008). *Frédéric Gros, sobre novas noções de Guerra*. Entrevista cedida a Gabriela Laurentiis (Revista Caros Amigos). 8 de maio. [<http://catatau.blogspot.com/2008/05/08/entrevista-com-frederic-gros-sobre-novas-nocoes-de-guerra/>] Disponibilidade: 04/03/2011.
- GÜELL, Oriol (2008). "Coltán, el regalo envenenado de Congo". *El País*, 14 de dezembro. [[http://www.elpais.com/articulo/portada/Coltan/regalo/envenenado/Congo/elpepusoceps/20081214elpepspor\\_9/Tes](http://www.elpais.com/articulo/portada/Coltan/regalo/envenenado/Congo/elpepusoceps/20081214elpepspor_9/Tes)]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- GUEVARA, Ernesto Che (2000). *Passagens da Guerra Revolucionária: Congo*. Rio de Janeiro: Record.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2005). *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- GURTLER, Vinícius (2008). "A Operação de Paz da ONU na República Democrática do Congo". *Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Relações Internacionais*. Canoas-RS: Centro Universitário La Salle.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. (2003). "As Três Versões do Neo-Institucionalismo". *Lua Nova*, Nº 58.
- HANSON, Stephanie (2010). "DR Congo Must Reform Its Security Forces". *Global Policy Forum*. 6 de janeiro [<http://www.globalpolicy.org/component/content/article/199-peacekeeping/48607-dr-congo-must-reform-its-security-forces.html>]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- HARBULOT, Christian (2008). "La Guerre du Coltan en RDC: Repositionner le jeu des acteurs dans le paradigme des stratégies de puissances". *École de Guerre Économique*, Novembre.
- HAYES, K; BURGE, R. (2003) *Coltan Mining in the Democratic Republic of Congo: How tantalum-using industries can commit to the reconstruction of the DRC*. Fauna & Flora International, Cambridge, UK.
- HEGEL, G. W. F. (1997). *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes.
- HELMAN, Gerald B.; RATNER, Steven R. (1992). "Saving Failed States". *Foreign Policy*, Issue 89 (Winter), pp. 3-18.

- HERBST, Jeffrey (1989). "The creation and maintenance of national boundaries in Africa". *International Organization*, 43, 4, Autumn 1989.
- HERBST, Jeffrey (2000a). *States and Power in Africa*. Princeton: Comparative Lessons in Authority and Control. Princeton: Princeton University Press.
- HERBST, Jeffrey (2000b). "Economic Incentives, Natural Resources and Conflict in Africa". *Journal of African Economics*, Vol. 9, n. 3, pp. 270-294.
- HOBBSAWM, E. J.. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 598 p.
- HOCHSCHILD, Adam (1999). *O Fantasma do Rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HODDIE, Matthew; HARTZELL Caroline (2003). "Civil War Settlements and the Implementation of Military Power-Sharing Arrangements". *Journal of Peace Research*; 40; 303.
- HOFFMAN, Frank G. (2006). "Complex Irregular Warfare: The Next Revolution in Military Affairs". *Orbis*, 50:395-411 Summer.
- HOROWITZ, Donald L (2000). *Ethnic Groups in Conflict*. Berkeley: University of California Press, 2. ed.
- HOROWITZ, Donald L. (1993). "Democracy in Divided Societies". *Journal of Democracy*, 4:18-38.
- HUBER, Evelyne; STEPHENS, John (2001). *Development and Crisis of the Welfare State: Parties and Policies in Global Markets*. Chicago: University of Chicago Press.
- HUI, Victoria Tin-Bor (2005). *War and State Formation in Ancient China and Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUNTINGTON, Samuel (1994). *A Terceira Onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ed. Ática.
- ILIFFE, John (2007). *Africans: The History of a Continent*. New York: Cambridge University Press.
- JACKSON, Robert H. (1990). *Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World*. Cambridge (EUA), Cambridge University Press.
- JACKSON, Robert H. (1998). "Surrogate Sovereignty? Great Power Responsibility and "Failed States"". The University of British Columbia, Institute of International Relations Working Paper No. 25, November.
- JACKSON, Robert H.; ROSBERG, Carl G (1982). "Why Africa's Weak States Persist: The Empirical and the Juridical in Statehood". *World Politics*, Vol. 35, No. 1, (Oct.), pp. 1-24.
- JARSTAD, Anna (2006). "The logic of power sharing after civil war". Department of Peace and Conflict Research, Uppsala University. Paper prepared for the workshop on Power-sharing and Democratic Governance in Divided Society, Center for the Study of Civil War, PRIO, Oslo, Norway, 21–22 August 2006.
- JOMINI, Baron Antoine Henri de (1992). *The Art of War*. London: Greenhill Books.
- JUNBO, Jian (2009). "China says 'no thanks' to G-2". *Asia Times*, May 29. [<http://www.atimes.com/atimes/China/KE29Ad01.html>]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- KABEMBA, Claude (2001). *The Democratic Republic of Congo: From Independence to Africa's First World War*. UNHRC Centre for Documentation and Research; Electoral Institute of Southern Africa. [<http://www.unhcr.org/refworld/pdfid/3bc5a95e8.pdf>]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- KABEMBA, Claude (2005). *Strengthening parliamentary democracy in SADC countries. DRC Country Report*. The South African Institute of International Affairs (SAIIA).
- KABEMBA, Claude (2006). "The Democratic Republic of Congo". In: CLAPHAM, Christopher; HERBST, Jeffrey; MILLS, Greg (Eds.). *Big African States: Angola, Sudan, DRC, Ethiopia, Nigeria, South Africa*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.
- KALYVAS, Stathis. 2003. *The Sociology of Civil Wars: Warfare and Armed Groups*. New Haven, CT: Department of Political Science, Yale University [[http://www.smallarmssurvey.org/files/portal/issueareas/perpetrators/perpet\\_pdf/2003\\_Kalyvas.pdf](http://www.smallarmssurvey.org/files/portal/issueareas/perpetrators/perpet_pdf/2003_Kalyvas.pdf)]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- KAPLAN, Irving (Ed.) (1978). *Zaire: A Country Study*. Washington D.C.: The American University.
- KENNEDY, Paul (1989). *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney (1994). *Disigning Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- KRASNER, Stephen D (2000). *Failed States and Shared Sovereignty*. Working paper, Global Security.
- KRAUTHAMMER, Charles (1999). "A World Imagined". *Foreign Policy*, March 15.
- LANDSBERG, Chris (2002). "The Impossible Neutrality? South Africa's Policy in the Congo War". In: CLARK, John F. (ed.). *The African Stakes of Congo War*. New York: Palgrave Macmillan.
- LEHMBRUCH, Gerhard (1967). *Proporzdemokratie. Politisches System und politische Kultur in der Schweiz und Osterreich*. Tübingen: Mohr.
- LEMARCHAND, René (1993). "Chapter 1 - Historical Setting". In: MEDITZ, Sandra W.; MERRILL, Tim (eds.). *Zaire: a country study*. Washington: Federal Research Division, Library of Congress. [<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/zrtoc.html>]. Disponibilidade: 04/03/2011.



- LEMARCHAND, René (2003). "The Democratic Republic of the Congo: From Failure to Potential Reconstruction," In: ROTBERG, Robert I. (ed.) (2003). *State Failure and State Weakness in a Time of Terror*. The World Peace Foundation. Washington: Brookings.
- LEMARCHAND, Rene (2007). 'Consociationalism and power sharing in Africa: Rwanda, Burundi, and the Democratic Republic of the Congo.' *African Affairs*, 106 (422): 1-20.
- LEOGRANDE, William. *Cuba's Policy in Africa, 1959-1980*. Berkeley: University of California.
- LICKLIDER, Roy (1995). "The Consequences of Negotiated Settlements in Civil Wars, 1945-1993". *American Political Science Review*, Vol. 89, No. 3 (September 1995), pp. 681-690.
- LICÓRIO, Grasiela de Oliveira (2009). "Conflitos Africanos: A ameaça dos Estados falidos à segurança internacional". Anais de Seminário. São Paulo: II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP e PUC/SP).
- LIJPHART, Arend (1969). 'Consociational democracy.' *World Politics* 21: 207-25.
- LIJPHART, Arend (1996). "The puzzle of Indian democracy: a consociational interpretation". *American Political Science Review*, Washington: 90/2.
- LIJPHART, Arend (2008). *Modelos de democracia*. Desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª ed..
- LIPSET, Seymour M. (1960). *Political Man: the social basis of politics*. New York: Doubleday.
- LIPSET, Seymour M. (1959). "Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy". *The American Political Science Review*, Vol. 53, No. 1 (Mar.), pp. 69-105.
- LIU, Henry C K (2009). "Group of Two: the wrong number". *Asia Times*, Jun 19. [http://www.atimes.com/atimes/China\_Business/KF19Cb01.html]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- LODGE, Tom; KADIMA, Denis; POTTIE, Denis (2002). *Compendium of Elections in Southern Africa*. Johannesburg: Electoral Institute of Southern Africa (EISA).
- LOPEZ-ALVES, Fernando (2000). *State Formation and Democracy in Latin America, 1810-1900*. Durham & London: Duke University Press.
- LOVEMAN, Chris (2002). "Assessing the phenomenon of proxy intervention". *Conflict, Security & Development*, v. 2, N. 3: 29-48.
- LUTTWAK, Edward N.(1999). "Give War a Chance". *Foreign Affairs*, Vol. 78, No. 4 (July/August 1999), pp. 36-44.
- MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich (2003). *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. New York: Cambridge University Press.
- MANSFIELD, Edward D.; SNYDER, Jack (2007). *Electing to Fight: Why Emerging Democracies go to War*. Cambridge, MA: MIT Press.
- MANTOVANI, Maria da Graça Hahn (2006). *Tribunal Sul-Americano: Uma Concepção Cibernética de Integração*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.
- MARCHAL, Roland (1998). "France and Africa: the emergence of essential reforms?". *International Affairs*, v.2, n.74, p.355-372, 1998.
- MARKAKIS, John (Ed.) (1986). *Military marxists regimes in Africa*. London: Frank Cass.
- MATON, Joseph; LECOMTE, Henri-Bernard Solignac (2001). "Congo 1965-1999 : Les Espoirs Déçus du « Brésil Africain »". *Centre de Développement de l'OCDE*. Document de travail No. 178.
- MBEMBE, Achille (2000). "At the Edge of the World: Boundaries, Territoriality, and Sovereignty in Africa". *Public Culture* 12(1): 259-284.
- MCCALPIN, Jermaine (2002). "Historicity of a Crisis". In: CLARK, John F. (ed.). *The African Stakes of Congo War*. New York: Palgrave Macmillan.
- MCKEOWN, Timothy (1999). "Case Studies and Statistical Worldview". *International Organization*, 53:161-90.
- MCLURE, Jason (2008). Ethiopia's Dirty War: Somalis living in Ethiopia are caught in the crossfire between the government and rebels. Newsweek, 22 de janeiro. [http://www.newsweek.com/2008/01/21/ethiopia-s-dirty-war.html]. Disponibilidade: 16/07/2010.
- MCRAE, Kenneth (ed.) (1974). *Consociational Democracy: Conflict Accommodation in Segmented Societies*. Toronto: McClelland and Stewart.
- MCRAE, Kenneth (ed.) (1974). *Consociational Democracy: Conflict Accommodation in Segmented Societies*. Toronto: McClelland and Stewart.
- MEDITZ, Sandra W.; MERRILL, Tim (1993). *Zaire: a country study*. Washington: Federal Research Division, Library of Congress [http://www.country-data.com/frd/cs/zrtoc.html#zr0212]. Disponibilidade: 20/08/2010.
- MERRIAM, A.P. (1962). *El Congo y la Lucha por la Independencia Africana: el precio de una paz*. Instituto de Estudios Europeos. Barcelona: Editorial Hispano Europea.
- METZ, Steven (1996). "Reform, Conflict, and Security in Zaire". *Strategic Studies Institute*, 05/06/1996. [http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdf/files/pub203.pdf]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- MILLER, Jonathan (2005). "Congo's Tin Soldiers". *Channel 4*, 30 June 2005. [http://www.channel4.com/news/articles/world/congos%20tin%20soldiers/108670] Disponibilidade: 04/03/2011.

- MISSER, François; RAKE, Alan (1998). "An African World War?". *New African*, Vol. 367 (October 1998).
- MONTAGUE, Dena (2002). "Stolen Goods: Coltan and Conflict in the Democratic Republic of Congo". *SAIS Review*, vol. XXII no. 1 (Winter-Spring).
- MONTEIRO, L. N. (2006). *O Conceito de Estado Fracassado nas Relações Internacionais Origens, Definições e Implicações Teóricas*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). São Paulo: Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais UNESP/UNICAMP/ PUC-SP - Instituto SanTiago Dantas.
- MUNANGA, Kabengele (s/d). *A República Democrática do Congo – RDC*. USP. [http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/327492.pdf] Disponibilidade: 04/03/2011.
- NASSER, R. M (2009). "Os Estados Falidos: Novas Ameaças e novas oportunidades". In: NASSER, R. M (org.). *Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões*. São Paulo: Editora UNESP.
- NDIKUMANA, Léonce; EMIZET, Kisangani (2003). "The Economics of Civil War: The Case of the Democratic Republic of Congo". *Political Economy Research Institute*. Working Paper Series, Number 63.
- NEST, Michael (2006a). "Background to the Conflict". In: NEST, Michael; GRIGNON, François; KISANGANI, Emizet. *The Democratic Republic of Congo. Economic Dimensions of War and Peace*. London: Lynne Rienner Publishers.
- NEST, Michael (2006b). "The Political Economy of the Congo War". In: NEST, Michael; GRIGNON, François; KISANGANI, Emizet. *The Democratic Republic of Congo. Economic Dimensions of War and Peace*. London: Lynne Rienner Publishers.
- NIEUWOUDT, Stephanie (2009). Congo-Kinshasa: Pros and Cons to Huge Chinese Investment. IPS, 28 October [http://allafrica.com/stories/200910280842.html]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- NISBET, Robert (1973). *Os Filósofos Sociais*. Brasília: UnB.
- NKRUMAH, Kwame. *Neo-colonialismo: último estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- NORRIS, Pippa (2008). *Driving Democracy*. New York: Cambridge University Press.
- NZONGOLA-NTALAJA, Georges (2002). *The Congo from Leopold to Kabila: A People's History*. London: Zed Books.
- ODOM, Thomas P. (1988). *Dragon operations: Hostage Rescues in the Congo, 1964-1965*. Leavenworth papers.
- PACO (2006). "International Observer Handbook: Presidential and Legislative elections DR Congo". [http://www.ifes.org/files/drc\_special\_observer\_handbook\_en.pdf]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- PAIGE, Jeffrey (1975). *Agrarian Revolution: Social Movements and Export Agriculture in the Underdeveloped World*. New York: Free Press.
- PETERS, B. Guy (1999). *Institutional Theory in Political Science*. New York: Continuum.
- PHAM, J Peter (2008). "Imagining the Congo Secure and Stable". *The RUSI Journal*, 153:6,38 – 43.
- PIERSON, Paul; SKOCPOL, Theda (2002). "Historical Institutionalism in Contemporary Political Science". In: KARTZNELSON, Ira; MILNER, Helen V., (ed.). *Political science: The state of the discipline*: New York/Washington: Norton/APSA, pp. 693-721.
- PIKE, John (2010a). *Congo Civil War*. Publicado em Global Security. [http://www.globalsecurity.org/military/world/war/congo.htm]. Disponibilidade: 16/08/2010.
- PIKE, John (2010b). *Republic of Congo Civil War*. Publicado em Global Security. [http://www.globalsecurity.org/military/world/war/congo-b.htm]. Disponibilidade: 16/07/2010.
- PROENÇA JR., Domicio (2002). Depois do 11 de setembro: cruzada americana, encruzilhada brasileira. *Revista Múltipla – Ano VII - vol. 9 – nº 13, Dezembro*, pp. 9-60.
- PRUNIER, Gérard (2009). *Africa's World War. Congo, the Rwandan Genocide and the Making of a Continental Catastrophe*. New York: Oxford University Press.
- PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antonio, LIMONGI, Fernando (2000). *Democracy and Development: Political Institutions and Material Well- Being in the World, 1950-1990*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RAEYMAEKERS, Timothy (2006-2007). *The Power of Protection: Governance and Transborder Trade on the Congo-Ugandan Frontier*. Dissertation (Ph.D. in Political and Social Sciences), Ghent University.
- RAGIN, Charles (1997). "Turning the Tables: How Case-Oriented Research Challenges Variable-Oriented Research". *Comparative Social Research*, 16:27-42.
- RAGIN, Charles (2004). *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley: University of California Press.
- RAKSHAK, Bharat (s/d). *Canberras in the Congo: 1960*. [http://www.bharat-rakshak.com/IAF/History/Congo/] Disponibilidade: 04/03/2011.
- REED, Cyrus (1998). "Guerrillas in the Midst: The Former Government of Rwanda & the Alliance of Democratic Forces for the Liberation of Congo-Zaire in Eastern Zaire". In: CLAPHAM, Christopher (ed.). *African Guerrillas*. Indiana: Indiana University Press, pp. 155-171.
- REGAN, Patrick M. (2002). "Third Party Interventions and the Duration of Intrastate Conflict". *Journal of Conflict Resolution*, 46, no. 1: 55-73.
- RENO, William. *Warlord Politics and African States*. Boulder: Lynne Rienner, 1998
- REYNTJENS, Filip (2009). *The Great African War*. New York: Cambridge University Press.

- RIBEIRO, Luis Dario (2010). "África-República Democrática do Congo: Histórico e Conflito". *Paronama Internacional - Análise de Conjuntura e Política Internacional*. CERI – Centro Estudantil de Relações Internacionais, UFRGS.
- RODRIGUES, João Carlos (1990). *Pequena História da África Negra*. São Paulo: Globo.
- ROSS, Michael (2002). "Booty Futures: Africa's Civil Wars and the Futures Market for Natural Resources" Paper presented at the annual meeting of the *American Political Science Association*, Boston Marriott Copley Place, Sheraton Boston & Hynes Convention Center, Boston, Massachusetts, Aug 28, 2002.
- ROTBURG, Robert I. (2003). "Failed States, Collapsed States, Weak States: Causes and Indicators". In: ROTBERG, Robert I. (ed.). *State Failure and State Weakness in a Time of Terror*. The World Peace Foundation. Washington: Brookings, pp. 1-25.
- RUESCHEMEYER, Dietrich (2003). "Can One of Few Cases Yield Theoretical Gains?". In: MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich (2003). *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. New York: Cambridge University Press.
- RUPYIA, Martin R (2002). "A Political And Military Review of Zimbabwe's Involvement in the Second Congo War". In: CLARK, John F. (ed.). *The African Stakes of Congo War*. New York: Palgrave Macmillan.
- SARKEES, M.R.; WAYMAN, F.W.; SINGER, J.D. (2003). "Inter-State, Intra-State, and Extra-State Wars: A Comprehensive Look at Their Distribution over Time, 1816–1997". *International Studies Quarterly*, Volume 47, Number 1, March, pp. 49-70(22).
- SARKEES, Meredith Reid (2000). "The Correlates of War Data on War: An Update to 1997," *Conflict Management and Peace Science*, 18/1: 123-144.
- SARTORI, Giovanni (1994). "Comparación y método comparativo". In: SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo. *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid, Alianza Editorial.
- SEBBEN, Fernando Dall'Onder (2010). Bolívia: Logística Nacional e Construção do Estado. *Dissertação de Mestrado*. Porto Alegre: UFRGS PPG-POL.
- SIMMONS, Andrew (2004). "Senegal to sign Casamance accord". BBC News, 30 de dezembro [http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/4133881.stm]. Disponibilidade: 16/07/2010.
- SKINNER, Quentin (1996). *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Cia das Letras.
- SMITH, Hampton; MERRILL, Tim; MEDITZ, Sandra W. (1993). "Chapter 3 - The Economy". In: MEDITZ, Sandra W.; MERRILL, Tim (eds.). *Zaire: a country study*. Washington: Federal Research Division, Library of Congress. [http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/zrtoc.html]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- SNYDER, Jack (2000). *From Voting to Violence: Democratization and Nationalist Conflict*. New York: W.W. Norton.
- STARR, S. Frederick; KUCHINS, Andrew C. (2010). "The Key to Success in Afghanistan: A Modern Silk Road Strategy". Central Asia-Caucasus Institute. Silk Road Paper, May 2010.
- STEINER, Jurg (1974). *Amicable Agreement versus Majority Rule: Conflict Resolution in Switzerland*. Chapel Hill: University of North Carolina Press
- STIGLITZ, Joseph; BILMES, Linda (2008). *The Three Trillion Dollar War*. New York: W. W. Norton.
- SWARBRICK, Peter (2004). "DDRRR: Political Dynamics and Linkages". In: MALAN, M.; PORTO, J. G.. *Challenges of Peace Implementation: The UN Mission in the Democratic Republic of the Congo*. Pretoria: ISS.
- TAIBO II, Paco Ignácio; ESCOBAR, Froilán; GUERRA, Guerra (1995). *O ano que Vivemos em Lugar Nenhum: A missão secreta de Che Guevara*. São Paulo: Scritta.
- TAREKE, Gebru (2000). "The Ethiopia-Somalia War of 1977 Revisited". *International Journal of African Historical Studies*, (33):635-668.
- TILLY, Charles (1967). *The Vendée: A Sociological Analysis of the Counterrevolution of 1793*. New York: Wiley.
- TILLY, Charles (1985). "War Making and State Making as Organized Crime". In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (eds.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TILLY, Charles (1991). *Grandes estruturas, procesos amplios, comparaciones enormes*. Madrid, Alianza Editorial.
- TILLY, Charles (1996). *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp.
- TILLY, Charles (2007). *Democracy*. New York: Cambridge University Press.
- THOMAS, Caroline (2008). "Poverty". In: WILLIAMS, Paul D.. *Security Studies: An Introduction*. New York: Routledge, pp. 244-259.
- TOFT, Monica Duffy (2010). "Ending Civil Wars: A Case for Rebel Victory". *International Security*, Vol. 34, No. 4 (Spring 2010), pp. 7–36.
- TSEBELIS, George (2002). *Veto Players. How Political Institutions Work*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- TULL, Denis (2003). "A reconfiguration of political order? The state of the state in the North Kivu (DR Congo)". *African Affairs*. n. 102, p. 433.
- TULL, Denis; MEHLER, Andreas (2005). 'The hidden costs of power-sharing: reproducing insurgent violence in Africa', *African Affairs*, 104, 416, pp. 375–98.

- TUNER, Thomas (1993). "Chapter 4 - Government and Politics". In: MEDITZ, Sandra W.; MERRILL, Tim (eds.). *Zaire: a country study*. Washington: Federal Research Division, Library of Congress. [http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/zrtoc.html]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- TURNER, Thomas (2002). "Angola's Role in the Congo War". In: CLARK, John F. (ed.). *The African Stakes of Congo War*. New York: Palgrave Macmillan.
- TURNER, Thomas (2007). *Congo Wars: conflict, myth and reality*. London: Zed Books.
- VASQUEZ, John A. (1986). "Capability, Types of War, Peace". *Political Research Quarterly*, 39; 313, pp. 313-327.
- VASQUEZ, John A. (1993). *The War Puzzle*. Cambridge: Cambridge University Press.
- VASQUEZ, John A.; VALERIANO, Brandon (2004). "A Classification of Interstate War". Paper presented to the annual meeting of the International Studies Association, Montreal, Quebec, Canada, March 17-20, 2004.
- VIZENTINI, Paulo F. (2004). *A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana*. Porto Alegre: Leitura XXI.
- VISENTINI, Paulo F. (2007a). "A África Independente e a Guerra Fria". VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luis Dario; PEREIRA, Analucia Danilevicz. *Breve História da África*. Porto Alegre: Leitura XXI.
- VIZENTINI, Paulo F. (2007b). *As Relações Internacionais da Ásia e da África*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- VISENTINI, Paulo F. (2010). *A África Moderna*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.
- VISENTINI, Paulo F. (2011). *A África na Política Internacional: O sistema interafricano e sua inserção mundial*. Curitiba: Juruá.
- VLASSENROOT, Koen; RAEYMAEKERS, Timothy (2004). "The Politics of Rebellion and Intervention in Ituri: The emergence of a new political complex?". *African Affairs*, 103/412, 385-412.
- WAGNER, Robert H. (1993). "The Causes of Peace". In: LICKLIDER, Roy (ed.). *Stopping the Killing*. New York: New York University Press.
- WALTZ, Kenneth N. (2004). *O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica*. São Paulo: Martins Fontes.
- WEBER, Max (1999). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 1. 5 ed. Brasília: UnB.
- WEISS, Herbert (2001). "Civil war in the Congo". *Society Abroad*, 38(3):67-71.
- WESTAD, Odd Arne (2006). *The Global Cold War: Third world interventions and the making of our times*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WILSON, Henry S. (1994). *African Decolonization*. London: Edward Arnold.
- WOLTERS, Stephanie; BOSHOFF, Henri (2006). Slow military reform and the transition process in the Democratic Republic of the Congo. Institute for Security Studies: *African Security Review*, 15.2.
- YOUNG, Crawford (1982). *Zaire: Prospects for the Future*. Paper presented to the Conference on Zaire, Department of State, Washington, D.C., August 24.
- YOUNG, Crawford (2002). "Contextualizing Congo Conflicts. Order and Disorder in Postcolonial Africa". In: CLARK, John F. (ed.). *The African Stakes of Congo War*. New York: Palgrave Macmillan.
- YOUNG, Crawford; TURNER, Thomas (1985). *The Rise and Decline of the Zairian State*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- ZARTMAN; I. William. *Collapsed States: The Disintegration and Restoration of Legitimate Authority*. Colorado: Lynne Rienner Publishers; 1995.

## Documentos e Relatórios de Órgãos Estatais e Organizações Internacionais

- AICD. Africa Infrastructure Country Diagnostic (2010). "The Democratic Republic of Congo's Infrastructure: A Continental Perspective". Country Report. The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank. March, 2010.
- AMNESTY INTERNATIONAL (2004). Democratic Republic of Congo: Mass rape - time for remedies. Index Number: AFR 26/10/2004. [http://www.amnesty.org/en/library/asset/AFR62/018/2004/en/dom-AFR620182004en.pdf]. Disponibilidade: 26/01/2011.
- COAKLEY, George J. (1999). "The Mineral Industry of Congo (Kinshasa) - 1997". U.S. Geological Survey. [http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/country/1997/9244097.pdf] Disponibilidade: 04/03/2011.
- COAKLEY, George J. (2005). "The Mineral Industry of Congo (Kinshasa) - 2003". U.S. Geological Survey. [http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/country/2003/cfmyb03.pdf] Disponibilidade: 04/03/2011.
- CPRC. The Chronic Poverty Research Centre (2009). *The Chronic Poverty Report 2008-09*. Northampton: Belmont Press Limited. [http://www.chronicpoverty.org/uploads/publication\_files/CPR2\_ReportFull.pdf]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- ECA. Economic Consulting Associates (2010). *South African Power Pool (SAPP) Case Study*. Regional Power Sector Integration: Lessons from Global Case Studies and a Literature Review. ESMAP Briefing Note 004/10, June 2010. [http://www.esmap.org/esmap/sites/esmap.org/files/BN004-10\_REISP-CD\_South%20African%20Power%20Pool-Transmission%20%26%20Trading.pdf]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- EISA. Electoral Institute of Southern Africa (2005a). "DRC: First Republic: 1960 - 1965". [http://www.eisa.org.za/WEP/drcoverview3.htm]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- EISA. Electoral Institute of Southern Africa (2005b). "DRC: Third Republic: 1990 - 1997". [http://www.eisa.org.za/WEP/drcoverview5.htm]. Disponibilidade: 04/03/2011.

- EISA. Electoral Institute of Southern Africa (2006). "DRC: Electoral System". [http://www.eisa.org.za/WEP/drc4.htm] Disponibilidade: 04/03/2011.
- EISA. Electoral Institute of Southern Africa (2007). "DRC: Transition to democracy: June - December 2006". [http://www.eisa.org.za/WEP/drcoverview9.htm]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- ERTÜRK, Yakin (s/d). "Violence against women in armed conflict: The case of DRC". Norway Ministry of Foreign Affairs. [http://www.regjeringen.no/nb/dep/ud/kampanjer/refleks/inns spill/menneskerettigheter/erturk.html?id=535163] Disponibilidade: 04/03/2011.
- GW. Global Witness (2005). "Under-Mining Peace – The Explosive Trade in Cassiterite in Eastern DRC". June. [http://www.globalwitness.org/media\_library\_get.php/238/1250619698/Under-Mining%20Peace.pdf] Disponibilidade: 04/03/2011.
- GW. Global Witness (2009). "Faced with a gun, what can you do?: War and the militarisation of mining in eastern congo". *Global Witness*, July 2009.
- GFN (2007). *A Beginner's Guide to Security Sector Reform*. Global Facilitation Network for Security Sector Reform. OECD.
- HAYES, Karen; BURGE, Richard (2003). "Coltan Mining in the Democratic Republic of Congo: How tantalum-using industries can commit to the reconstruction of the DRC". Global e-Sustainability Initiative, Fauna & Flora International Conservation Reports. [http://www.vodafone.com/etc/medialib/attachments/cr\_downloads.Par.74638.File.dat/FFI\_Coltan\_report.pdf] Disponibilidade: 04/03/2011.
- HIIC. Heidelberg Institute for International Conflict Research (1997). *Conflict Barometer 1997*. Heidelberg: University of Heidelberg, Department of Political Science.
- HIIC. Heidelberg Institute for International Conflict Research (2002). *Conflict Barometer 2002*. Heidelberg: University of Heidelberg, Department of Political Science.
- HIIC. Heidelberg Institute for International Conflict Research (2002). *Conflict Barometer 2002*. Heidelberg: University of Heidelberg, Department of Political Science.
- HIIC. Heidelberg Institute for International Conflict Research (2003). *Conflict Barometer 2003*. Heidelberg: University of Heidelberg, Department of Political Science.
- HIIC. Heidelberg Institute for International Conflict Research (2004). *Conflict Barometer 2004*. Heidelberg: University of Heidelberg, Department of Political Science.
- HIIC. Heidelberg Institute for International Conflict Research (2005). *Conflict Barometer 2005*. Heidelberg: University of Heidelberg, Department of Political Science.
- HIIC. Heidelberg Institute for International Conflict Research (2006). *Conflict Barometer 2006*. Heidelberg: University of Heidelberg, Department of Political Science.
- HIIC. Heidelberg Institute for International Conflict Research (2007). *Conflict Barometer 2007*. Heidelberg: University of Heidelberg, Department of Political Science.
- HIIC. Heidelberg Institute for International Conflict Research (2008). *Conflict Barometer 2008*. Heidelberg: University of Heidelberg, Department of Political Science.
- HIIC. Heidelberg Institute for International Conflict Research (2009). *Conflict Barometer 2009*. Heidelberg: University of Heidelberg, Department of Political Science.
- HRW. Human Rights Watch (1999). "Democratic Republic of Congo. Casualties of War: Civilians, rule of law, and democratic freedoms". Vol. 11, No. 1 (A). February 1999.
- HRW. Human Rights Watch (2000). "Democratic Republic of Congo. Eastern Congo Ravaged: Killing civilians and silencing protest". Volume 12, Number 3 (A), May 2000.
- HRW. Human Rights Watch (2001a). "Background to the Hema-Lendu Conflict in Uganda-Controlled Congo". January 2001. [http://www.hrw.org/legacy/backgrounder/africa/hemabckg.htm]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- HRW. Human Rights Watch (2001b). "Uganda in Eastern DRC: Fueling Political and Ethnic Strife". Vol. 13, No. 2 (A), March 2001.
- HRW. Human Rights Watch (2002a). "Attacks on Civilians in Ugandan Occupied Areas in Northeastern Congo". February 13, 2002. [http://www.hrw.org/legacy/backgrounder/africa/bunia0213bkg.htm]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- HRW. Human Rights Watch (2002b). "Chaos in Eastern Congo: U.N. Action Needed Now". Human Rights Watch Briefing Paper, October 2002.
- HRW. Human Rights Watch (2003). "Ituri: Covered in Blood. Ethnically Targeted Violence In Northeastern DR Congo". Vol. 15, No. 11 (A) - July 2003.
- HRW. Human Rights Watch (2005a). "Democratic Republic of Congo. The Curse of Gold". New York: Human Rights Watch.
- HRW. Human Rights Watch (2005b). *MONUC: A Case for Peacekeeping Reform*. 28 de fevereiro. [http://www.hrw.org/en/news/2005/02/28/monuc-case-peacekeeping-reform]. Disponibilidade: 16/08/2010.
- HRW. Human Rights Watch (2005c). *MONUC: A Case for Peacekeeping Reform*. 28 de fevereiro. [http://www.hrw.org/en/news/2005/02/28/monuc-case-peacekeeping-reform]. Disponibilidade: 16/08/2010.

- HRW. Human Rights Watch (2009a). "Question and Answers - Dossier for Hillary Clinton's Visit". 10 August. [<http://www.hrw.org/en/news/2009/08/10/faq-drc-human-rights-watch-dossier-hillary-clinton-s-visit>]. Disponibilidade: 28/02/2011.
- HRW. Human Rights Watch (2009b). "Soldiers Who Rape, Commanders Who Condone: Sexual Violence and Military Reform in the Democratic Republic of Congo". New York: Human Rights Watch.
- HRW. Human Rights Watch (2009c). "The Christmas Massacres: LRA attacks on Civilians in Northern Congo". New York: Human Rights Watch.
- HRW. Human Rights Watch (2009d). "You Will Be Punished: Attacks on Civilians in Eastern Congo". New York: Human Rights Watch.
- HRW. Human Rights Watch (2010). "Trail of Death: LRA Atrocities in Northeastern Congo". New York: Human Rights Watch.
- ICG. International Crisis Group (1998a). "Congo at War: A Briefing on the Internal and External Players". ICG Congo Report N°2, 17/11/1998.
- ICG. International Crisis Group (1998b). "North Kivu, Into the Quagmire? An Overview of the Current Crisis in North Kivu". ICG Kivu Report No 1, 13 August 1998.
- ICG. International Crisis Group (2000). "Scramble for the Congo: Anatomy of an ugly war". ICG Africa Report N° 26, Nairobi/Brussels, 20 December.
- ICG. International Crisis Group (2001a). "From Kabila to Kabila: Prospects for Peace in the Congo". ICG Africa Report N° 27, 16 March 2001.
- ICG. International Crisis Group (2001b). "Disarmament in the Congo: Jump-starting DDRRR to prevent further war". ICG Africa Report N° 38, Nairobi/Brussels, 14 December.
- ICG. International Crisis Group (2002). "Storm Clouds over Sun City: The urgent need to recast the Congolese peace process". ICG Africa Report N° 44, Brussels/Nairobi, 14 May.
- ICG. International Crisis Group (2003a). "The Kivus: The forgotten crucible of the Congo conflict". Africa Report N°56, Nairobi/Brussels, 24 January.
- ICG. International Crisis Group (2003b). "Congo Crisis: Military intervention in Ituri". ICG Africa Report N°64, Nairobi/New York/Brussels, 13 June.
- ICG. International Crisis Group (2004). "Maintaining Momentum in the Congo: The Ituri problem". ICG Africa Report N°84, Nairobi/Brussels, 26 August.
- ICG. International Crisis Group (2006). Security Sector Reform in the Congo. Africa Report N°104 – 13 February.
- ICG. International Crisis Group (2009). "Congo: A Comprehensive Strategy to Disarm the FDLR". Africa Report N°151, 9 July.
- IISS. International Institute for Strategic Studies (2001). *The Military Balance 2000-2001*. London: Routledge.
- IISS. International Institute for Strategic Studies (2002). *The Military Balance 2001-2002*. London: Routledge.
- IISS. International Institute for Strategic Studies (2003). *The Military Balance 2002-2003*. London: Routledge.
- IISS. International Institute for Strategic Studies (2004). *The Military Balance 2003-2004*. London: Routledge.
- IISS. International Institute for Strategic Studies (2005a). *The Military Balance 2004-2005*. London: Routledge.
- IISS. International Institute for Strategic Studies (2005b). "Complex Irregular Warfare: The Face of Contemporary Conflict". *The Military Balance 2004-2005*. 105:1, 411 – 420. London: Routledge.
- IISS. International Institute for Strategic Studies (2006). *The Military Balance 2005-2006*. London: Routledge.
- IISS. International Institute for Strategic Studies (2007). *The Military Balance 2007*. London: Routledge.
- IISS. International Institute for Strategic Studies (2008). *The Military Balance 2008*. London: Routledge.
- IISS. International Institute for Strategic Studies (2010). *The Military Balance 2010*. London: Routledge.
- ISS. Institute for Security Studies (2005a). "Democratic Republic of Congo: History and Politics". South Africa. [<http://www.iss.co.za/AF/profiles/DR Congo/Politics.html>] Disponibilidade: 04/03/2011.
- ISS. Institute for Security Studies (2005b). "Democratic Republic of Congo: Economy". South Africa [<http://www.iss.co.za/AF/profiles/DR Congo/Economy.html>] Disponibilidade: 04/03/2011.
- INDIA (2004). Indian Army Doctrine. Headquarters Army Training Command. [[http://indianarmy.nic.in/indar\\_doctrine.htm](http://indianarmy.nic.in/indar_doctrine.htm)]. Disponibilidade: 16/08/2010.
- IRC International Rescue Committee (2007). Mortality in the Democratic Republic of Congo: An ongoing crisis. Survey. [[http://www.theirc.org/sites/default/files/migrated/resources/2007/2006-7\\_congomortalitysurvey.pdf](http://www.theirc.org/sites/default/files/migrated/resources/2007/2006-7_congomortalitysurvey.pdf)] Disponibilidade: 04/03/2011.
- JANE'S (2009). *JANE'S World Armies: Democratic Republic of Congo*. Acervo do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), Compilação de 2009.
- MERCIER, Brune (2009). "RD Congo: Ressources naturelles et violence, Le cas des FDLR". Groupe de recherche et d'information sur la paix et la sécurité (GRIP). Les Rapports du GRIP. 2009/7.
- MINES (2006). "Country Profile: Democratic Republic of Congo". EU-SADC Investment Promotion Programme (ESIPP). [[http://www.mines2006.com/Downloads/Country%20Profiles/DRC%20Country%20Profile\\_MINES%202006B.pdf](http://www.mines2006.com/Downloads/Country%20Profiles/DRC%20Country%20Profile_MINES%202006B.pdf)] Disponibilidade: 04/03/2011.
- OECD (2007). *OECD-DAC handbook on security system reform*. Organisation for Economic Co-operation and Development. Paris: OECD.

- OECD/AfDB (2010). *African Economic Outlook 2010*. Organisation for Economic Co-operation and Development/African Development Bank. Paris: OECD.
- ONU. Organização das Nações Unidas (1945). Carta das Nações Unidas. Nações Unidas no Brasil [[http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_carta.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php)]. Disponibilidade: 16/08/2010.
- ONU. Organização das Nações Unidas (1973). Resolução 3.314 (XXIX) da Assembléia Geral das Nações Unidas. Portal de Direito Internacional. [[http://www.cedin.com.br/site/pdf/legislacao/pdf\\_tratados6/Resolu%203314%20\(XXIX\)%20da%20AG%20da%20ONU%20-%20Defini%20de%20Agress%20.pdf](http://www.cedin.com.br/site/pdf/legislacao/pdf_tratados6/Resolu%203314%20(XXIX)%20da%20AG%20da%20ONU%20-%20Defini%20de%20Agress%20.pdf)]. Disponibilidade: 16/08/2010.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1994). *Human Development Report 1994*. New York: Oxford University.
- UA. União Africana (2000). Ato Constitutivo da União Africana. Universidade de Coimbra [[http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/OUA/acto\\_constitutivo-uniao-africana.htm](http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/OUA/acto_constitutivo-uniao-africana.htm)]. Disponibilidade: 16/08/2010.
- FR. République Française (2006). RDC : les différentes forces en armes depuis 1997. Commission des Recours de Refugies, CRR-Centre d'information géopolitique. 31 janvier.
- USA. United States of America (2009). "Social Security Programs Throughout the World: Africa, 2009". Congo (Kinshasa). U.S. Social Security Administration. Office of Retirement and Disability Policy. [[http://www.ssa.gov/policy/docs/progdesc/ssptw/2008-2009/africa/congo\\_kinshasa.html](http://www.ssa.gov/policy/docs/progdesc/ssptw/2008-2009/africa/congo_kinshasa.html)]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- USA. United States of America (2011). Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms. Department of Defense: Joint Pub 1-02.
- WALDMAN, Ron (2006). "Health in Fragile States, Country Case Study: Democratic Republic of the Congo". Arlington, Virginia, USA: Basic Support for Institutionalizing Child Survival (BASICS) for the United States Agency for International Development (USAID).
- WAR ON WANT (2007). "Anglo American – The Alternative Report". August 3. [<http://www.waronwant.org/attachments/Anglo%20American%20-%20The%20Alternative%20Report.pdf>] Disponibilidade: 04/03/2011.
- WB. The World Bank (2005). "Education in the Democratic Republic of Congo: Priorities and Options for Regeneration". The International Bank for Reconstruction and Development. Washington, D.C.
- YAGER, Thomas R. (2008). "The Mineral Industry of Congo (Kinshasa) – 2006". U.S. Geological Survey. [<http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/country/2006/myb3-2006-cg.pdf>] Disponibilidade: 04/03/2011.

## Cartas, Relatórios e Resoluções das Nações Unidas sobre a RDC

- A/HRC/13/63 (2010). Technical Assistance and Capacity-Building. Second joint report of seven United Nations experts on the situation in the Democratic Republic of the Congo. Human Rights Council. 8 March.
- ONU Organização das Nações Unidas (2010). Democratic Republic of the Congo, 1993–2003. Report of the Mapping Exercise documenting the most serious violations of human rights and international humanitarian law committed within the territory of the Democratic Republic of the Congo between March 1993 and June 2003. United Nations, August 2010.
- ONU. Organização das Nações Unidas (2011). *MONUSCO Mandate*. Website da Missão da ONU no Congo. [<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/monusco/mandate.shtml>]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- S/RES/1279 (1999). Resolution 1279 (1999), adopted by the Security Council at its 4076th meeting, on 30 November 1999. United Nations, 30 November.
- S/RES/1291 (2000). Resolution 1291 (2000), adopted by the Security Council at its 4104th meeting, on 24 February 2000. United Nations, 24 February.
- S/2001/357 (2001). Letter dated 12 April 2001 from the Secretary-General to the President of the Security Council. Report of the Panel of Experts on the Illegal Exploitation of Natural Resources and Other Forms of Wealth of the Democratic Republic of the Congo. United Nations, 12 April.
- S/2001/1072 (2001). Letter dated 10 November 2001 from the Secretary-General to the President of the Security Council. Addendum to the report of the Panel of Experts on the Illegal Exploitation of Natural Resources and Other Forms of Wealth of the Democratic Republic of the Congo. United Nations, 13 November.
- S/2002/1146 (2002). Letter dated 15 October 2002 from the Secretary-General addressed to the President of the Security Council. Letter dated 8 October 2002 from the Chairman of the Panel of Experts on the Illegal Exploitation of Natural Resources and Other Forms of Wealth of the Democratic Republic of the Congo addressed to the Secretary-General. United Nations, 16 October.
- S/2002/341 (2002). Letter dated 1 April 2002 from the Secretary-General addressed to the President of the Security Council. First assessment of the armed groups operating in the Democratic Republic of the Congo. United Nations, 5 April.
- S/RES/1484 (2003). Resolution 1484 (2003), adopted by the Security Council at its 4764th meeting, on 30 May 2003. United Nations, 30 May.

- S/RES/1493 (2003). Resolution 1493 (2003), adopted by the Security Council at its 4797th meeting, on 28 July 2003. United Nations, 28 July.
- S/RES/1522 (2004). Resolution 1522 (2004), adopted by the Security Council at its 4894th meeting, on 15 January 2004. United Nations, 15 January.
- S/2004/573 (2004). Letter dated 16 July 2004 from the Secretary-General addressed to the President of the Security Council. Special report on the events in Ituri, January 2002-December 2003. United Nations, 16 July.
- S/2004/821 (2004). Letter dated 15 October 2004 from the Secretary-General addressed to the President of the Security Council. United Nations, 18 October.
- S/RES/1552 (2004). Adopted by the Security Council at its 5011th meeting, on 27 July 2004. United Nations, 27 July.
- S/RES/1555 (2004). Resolution 1555 (2004), adopted by the Security Council at its 5014th meeting, on 29 July 2004. United Nations, 29 July.
- S/RES/1565 (2004). Resolution 1565 (2004), adopted by the Security Council at its 5048th meeting, on 1 October 2004. United Nations, 1 October.
- S/2005/167 (2005). Seventeenth report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. United Nations, 15 March.
- S/2005/832. Twentieth report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. United Nations, 28 December.
- S/2007/40 (2007). Letter dated 25 January 2007 from the Chairman of the Security Council Committee established pursuant to resolution 1533 (2004) concerning the Democratic Republic of the Congo addressed to the President of the Security Council. Interim report of the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo, pursuant to Security Council resolution 1698 (2006). United Nations, 31 January.
- S/2007/423 (2007). Letter dated 16 July 2007 from the Chairman of the Security Council Committee established pursuant to resolution 1533 (2004) concerning the Democratic Republic of the Congo addressed to the President of the Security Council. Final report of the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo, pursuant to Security Council resolution 1698 (2006). United Nations, 18 July.
- S/2007/68 (2007). Report of the Secretary-General pursuant to paragraph 8 of resolution 1698 (2006) concerning the Democratic Republic of the Congo. United Nations, 8 February.
- S/2008/43 (2008). Letter dated 11 February 2008 from the Chairman of the Security Council Committee established pursuant to resolution 1533 (2004) concerning the Democratic Republic of the Congo addressed to the President of the Security Council. Final report of the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo. United Nations, 12 February.
- S/2008/693 (2008). Report of the Secretary-General on children and armed conflict in the Democratic Republic of the Congo. United Nations, 10 November.
- S/2008/703 (2008). Letter dated 31 October 2008 from the Secretary-General to the President of the Security Council. United Nations, 12 November.
- S/2008/728 (2008). Fourth special report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. United Nations, 21 November.
- S/2008/773 (2008). Letter dated 10 December 2008 from the Chairman of the Security Council Committee established pursuant to resolution 1533 (2004) concerning the Democratic Republic of the Congo addressed to the President of the Security Council. Final report of the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo. United Nations, 12 December.
- S/RES/1856 (2008). Resolution 1856 (2008), adopted by the Security Council at its 6055th meeting, on 22 December 2008. United Nations, 22 December.
- S/2009/160 (2009). Twenty-seventh report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. United Nations, 27 March.
- S/2009/253 (2009). Letter dated 14 May 2009 from the Chairman of the Security Council Committee established pursuant to resolution 1533 (2004) concerning the Democratic Republic of the Congo addressed to the President of the Security Council. Interim report of the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo. United Nations, 18 May.
- S/2009/335 (2009). Twenty-eighth report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. 30 June.
- S/2009/472 (2009). Twenty-ninth report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. United Nations, 18 September.
- S/2009/623 (2009). Thirtieth report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. United Nations, 4 December.
- S/2010/164 (2010). Thirty-first report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. United Nations, 30 March.
- S/2010/252 (2010). Letter dated 21 May 2010 from the Chair of the Security Council Committee established pursuant to resolution 1533 (2004) concerning the Democratic Republic of the Congo addressed to the President of the Security Council. Interim report of the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo. United Nations, 25 May.



- S/RES/1925 (2010). Resolution 1925 (2010), adopted by the Security Council at its 6324th meeting, on 28 May 2010. United Nations, 28 May.
- S/2010/512 (2010). Report of the Secretary-General on the United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo. United Nations, 8 October.

## Notícias

- ALL AFRICA (2011). "IMF Executive Board Completes Second Review Under the ECF Arrangement with the Nation and Approves U.S.\$77 Million Disbursement". International Monetary Fund (Washington, DC), 16 February 2011. [<http://allafrica.com/stories/201102160346.html>]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- ALL AFRICA (2010). "Congo-Kinshasa: DR Congo - UN Mission Chief Stresses Reform of Security And Law to End Violence". 15 October 2010. [<http://allafrica.com/stories/201010160003.html>]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- ARMBRUSTER, Stefan (2003). "Rwanda denies DRC plundering". *BBC news, on-line*. Tuesday, 18 February, 2003. [<http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/2775029.stm>]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- BAROUSKI, David (2007). "Mining in the Ituri Province of the Congo". May 14, 2007. [<http://www.zmag.org/znet/viewArticle/15432>] Disponibilidade: 04/03/2011.
- BAVIER, Joe (2008). "Congo war-driven crisis kills 45,000 a month-study". Reuters, 22 de jan. [<http://www.alertnet.org/thenews/newsdesk/L22802012.htm>]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- BBC (2008). "Heavy shelling in Burundi capital". BBC News. 18 de abril. [<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7354005.stm>]. Disponibilidade: 16/07/2010.
- BBC (2010). "DR Congo troops in rape and murder claim". 14 October 10. [<http://www.bbc.co.uk/news/mobile/world-africa-11548090?SThisEM>]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- CBC News (2004). "1,000 a day dying in Congo, agency says". Canadian Broadcasting Corporation, 12 de outubro. [<http://www.cbc.ca/world/story/2004/12/10/congo-report041210.html>] Disponibilidade: 04/03/2011.
- GIACOPELLI, Daniel C. (2010). "Regional Military Force Established to Crack Down on Lord's Resistance Army". ISN news, 19 Oct 2010. [<http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/ISN-Insights/Detail?lng=en&id=122799&contextid734=122799&contextid735=122801&tabid=122801>]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- IRIN. Integrated Regional Information Networks (2009). "DRC: Charcoal profits fuel war in east". GOMA, 28 July 2009. [<http://www.irinnews.org/Report.aspx?ReportId=85462>] Disponibilidade: 04/03/2011.
- IRIN. Integrated Regional Information Networks (2010a). "RDC: Les médecins craignent une pénurie de médicaments suite aux affrontements". 8 de abr. [<http://www.irinnews.org/fr/reportfrench.aspx?Reportid=88743>] Disponibilidade: 04/03/2011.
- IRIN. Integrated Regional Information Networks (2010b). "DRC: Minor rebels, major terror". IRINNEWS. NIANGARA, 5 May 2010 [<http://www.irinnews.org/report.aspx?Reportid=89034>]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- ISN. International Security Network (2009). "Africa: Resisting the Lord's Army". International Security Network. 3 Sep 2009 [<http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/Security-Watch/Detail/?lng=en&id=105498>]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- PEB. Política Externa Brasileira (2009). "Reunião de Lula com embaixadores do Brasil na África". 22 de fev. [<http://www.politicaexterna.com/archives/861#axzz0rXCbIChm>] Disponibilidade: 04/03/2011.
- REUTERS (2011). "Congo-Democratic/Risks (Factbox)". REUTERS News, Kinshasa, Feb 1. [<http://www.forexyard.com/en/news/Key-political-risks-to-watch-in-Congo-2011-02-01T112739Z-FACTBOX>]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- RFI. Radio France Internationale (2010a). "La tension persiste à Mbandaka, après l'attaque d'un groupe d'insurgés". 5 de abril. [<http://www.rfi.fr/contenu/20100405-tension-persiste-mbadanka-apres-attaque-groupe-insurges>]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- RFI. Radio France Internationale (2010b). "Création de l'Alliance pour la sauvegarde des accords de paix de Goma". 11 de abril. Publicado em RFI [<http://www.rfi.fr/contenu/20100411-creation-alliance-sauvegarde-accords-paix-goma>]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- SIMMONS, Andrew (2004). "Senegal to sign Casamance accord". BBC News, 30 de dezembro [<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/4133881.stm>]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- STRATFOR (2006). Angola: Ready to Intervene in the DRC for Kabila 18 de agosto. Publicado em STRATFOR [[http://www.stratfor.com/memberships/41075/angola\\_ready\\_intervene\\_drc\\_kabila](http://www.stratfor.com/memberships/41075/angola_ready_intervene_drc_kabila)]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- STRATFOR (2008). "The Democratic Republic of the Congo: An Overview". 24/11/08 [[http://www.stratfor.com/analysis/20081119\\_democratic\\_republic\\_congo\\_net\\_assessment](http://www.stratfor.com/analysis/20081119_democratic_republic_congo_net_assessment)]. Disponibilidade: 04/03/2011.

## Estatísticas e Bancos de Dados

- AFDB. African Development Bank Group (2010a). African Fixed Income and Derivatives Guidebook. Maio [http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/AfDB-Guidebook-EN-web.pdf]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- AFDB. African Development Bank Group (2010b). Data Portal. [http://dataportal.afdb.org/Default.aspx]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- CIA. Central Intelligence Agency (2010). The World Factbook. Congo, Democratic Republic. [https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cg.html]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- CIA. Central Intelligence Agency (2011a). The World Factbook. Country Comparison :: Debt – external. [https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2079rank.html]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- CIA. Central Intelligence Agency (2011b). The World Factbook. Field Listing :: GDP (official exchange rate). [https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2195.html]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations (2011). Democratic Republic of the Congo. FAO Initiative on Soaring Food Prices. [http://www.fao.org/isfp/country-information/democratic-republic-of-the-congo/en/]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- FH. Freedom House (2009). Freedom in the World Comparative and Historical Data. Country ratings and status, FIW 1973-2009. [http://www.freedomhouse.org/uploads/fiw09/CompHistData/FIW\_AllScores\_Countries.xls]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- FH. Freedom House (2010). Freedom in the World Comparative and Historical Data. Country ratings and status, FIW 1973-2010. [http://www.freedomhouse.org/uploads/fiw09/CompHistData/FIW\_AllScores\_Countries.xls]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- IMF. International Monetary Fund (2010). The World Economic Outlook (WEO) Database. Abril [http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2010/01/weodata/index.aspx] Disponibilidade: 04/03/2011.
- PTIV. Polity IV (2008). Polity IV Annual Time-Series 1800-2008. [http://www.systemicpeace.org/inscr/p4ch2008.xls] Disponibilidade: 04/03/2011.
- TCA. Twentieth Century Atlas (2010). Death Tolls for the Major Wars and Atrocities of the Twentieth Century. [http://users.erols.com/mwhite28/warstat2.htm] Disponibilidade: 04/03/2011.
- UNDP. United Nations Development Programme (2009). Human Development Report: Congo (Democratic Republic of the). [http://hdrstats.undp.org/en/countries/country\_fact\_sheets/cty\_fs\_COD.html] Disponibilidade: 04/03/2011.
- UNHCR. United Nations High Commissioner for Refugees (2010). UNHCR Statistical Online Population Database. [http://apps.who.int/globalatlas/default.asp]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- UNODC. United Nations Office on Drugs and Crime (2010). UNODC Homicide Statistics. Public Health Sources - Latest available year (2003-2008) [http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Crime-statistics/Public\_health\_latest\_year\_by\_country\_2.xls] Disponibilidade: 04/03/2011.
- WB. World Bank (2010). World Databank. [http://databank.worldbank.org/ddp/home.do]. Disponibilidade: 04/03/2011.
- FFP. Fund for Peace (2006). The Failed States Index. Foreign Policy, May/June, pp. 50-58.
- UCDP/PRIO. Uppsala Conflict Data Program/ Peace Research Institute Oslo (2010). Armed Conflict Dataset v.4-2010, 1946 – 2009. [http://www.pcr.uu.se/publications/UCDP\_pub/UCDP\_PRIO\_ArmedConflictDataset\_V4\_2010.xls]. Disponibilidade: 04/03/2011.